



PROJETO PEDAGÓGICO DO CURSO DE Administração – Bacharelado

Laranjeiras do Sul, dezembro/2023.



IDENTIFICAÇÃO INSTITUCIONAL

A Universidade Federal da Fronteira Sul foi criada pela Lei Nº 12.029, de 15 de setembro de 2009. Tem abrangência interestadual com sede na cidade catarinense de Chapecó, três *campi* no Rio Grande do Sul – Cerro Largo, Erechim e Passo Fundo – e dois *campi* no Paraná – Laranjeiras do Sul e Realeza.

Endereço da Reitoria:

Rodovia SC 484 - Km 02, Fronteira Sul

Chapecó, SC - Brasil

CEP 89815-899

Reitor: João Alfredo Braida

Vice-Reitora: Sandra Simone Hopner Pierozan

Pró-Reitor de Graduação: Élsio José Corá

Pró-Reitor de Pesquisa e Pós-Graduação: Joviles Vitório Trevisol

Pró-Reitor de Extensão e Cultura: Willian Simões

Pró-Reitor de Administração e Infraestrutura: Edivandro Luiz Tecchio

Pró-Reitor de Planejamento: Ilton Benoni da Silva

Pró-Reitor de Assuntos Estudantis: Clóvis Alencar Butzge

Pró-Reitor de Gestão de Pessoas: Gabriela Gonçalves de Oliveira

Dirigentes de Chapecó (SC)

Diretora de *Campus*: Adriana Remião Luzardo

Coordenadora Administrativa: Cladis Juliana Lutinski

Coordenadora Acadêmica: Crhis Netto de Brum

Dirigentes de Cerro Largo (RS)

Diretor de *Campus*: Bruno München Wenzel

Coordenadora Administrativo: Adenise Clerici

Coordenadora Acadêmico: Judite Scherer Wenzel

Dirigentes de Erechim (RS)

Diretor de *Campus*: Luis Fernando Santos Corrêa da Silva

Coordenadora Administrativa: Elizabete Maria da Silva Pedroski

Coordenadora Acadêmica: Cherlei Marcia Coan



Dirigentes de Laranjeiras do Sul (PR)

Diretora de *Campus*: Fábio Luiz Zeneratti

Coordenador Administrativo: William Pletsch dos Santos

Coordenadora Acadêmica: Manuela Franco de Carvalho da Silva Pereira

Dirigentes de Passo Fundo (RS)

Diretor de *Campus*: Jaime Giolo

Coordenador Administrativo: Bertil Levi Hammarstrom

Coordenador Acadêmico: Leandro Tuzzin

Dirigentes de Realeza (PR)

Diretor de *Campus*: Marcos Antônio Beal

Coordenadora Administrativa: Edineia Paula Sartori Schmitz

Coordenador Acadêmico: Ademir Roberto Freddo



SUMÁRIO

IDENTIFICAÇÃO INSTITUCIONAL.....	2
1 DADOS GERAIS DO CURSO.....	6
2 HISTÓRICO INSTITUCIONAL.....	9
3 EQUIPE DE ELABORAÇÃO E ACOMPANHAMENTO DO PPC.....	20
3.1 Coordenação de curso.....	20
3.2 Equipe de elaboração.....	20
3.3 Comissão de acompanhamento pedagógico curricular.....	20
3.4 Núcleo docente estruturante do curso.....	21
4 JUSTIFICATIVA.....	22
5 REFERENCIAIS ORIENTADORES.....	31
5.1 Referenciais ético-políticos.....	31
5.2 Referenciais epistemológicos.....	34
5.3 Referenciais metodológicos.....	38
5.4 Referenciais legais e institucionais.....	42
6 OBJETIVOS DO CURSO.....	47
6.1 Objetivo Geral.....	47
6.2 Objetivos Específicos.....	47
7 PERFIL DO EGRESSO.....	49
8 ORGANIZAÇÃO CURRICULAR.....	51
8.1 Articulação entre os domínios curriculares.....	52
8.2 Oferta de CCR's no formato EaD.....	59
8.3 Atendimento às legislações específicas.....	64
8.4 Estrutura Curricular.....	71
8.5 Resumo de carga horária dos TCC, estágios, ACC's, e extensão e cultura.....	78
8.6 Análise vertical e horizontal da Estrutura Curricular (representação gráfica).....	79
8.7 Modalidades de CCR's presentes na Estrutura Curricular do curso.....	80
8.8 CCR's de oferta regular e com código fixo na Estrutura Curricular.....	87
1 8.9 CCR's com oferta variável na Estrutura Curricular, porém, com carga horária fixa	129
9 PROCESSO DE AVALIAÇÃO DO ENSINO E APRENDIZAGEM.....	195
10 PROCESSO DE GESTÃO DO CURSO.....	199
11 AUTOAVALIAÇÃO DO CURSO.....	202
12 ARTICULAÇÃO ENTRE ENSINO, PESQUISA E EXTENSÃO.....	206
13 PERFIL DOCENTE E O PROCESSO DE QUALIFICAÇÃO.....	209
14 QUADRO DE PESSOAL DOCENTE.....	213
15 INFRAESTRUTURA NECESSÁRIA AO CURSO.....	217
15.1 Bibliotecas.....	217
15.2 Laboratórios.....	218
15.3 Empresa Júnior e Liga de Investimentos.....	220
15.4 Incubadora.....	221
15.5 Demais itens.....	222
16 REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....	229
17 ANEXOS.....	236
ANEXO I – REGULAMENTO DO ESTÁGIO CURRICULAR SUPERVISIONADO DO CURSO DE GRADUAÇÃO EM ADMINISTRAÇÃO – BACHARELADO – <i>CAMPUS</i> LARANJEIRAS DO SUL.....	236
ANEXO II - REGULAMENTO DAS ATIVIDADES CURRICULARES COMPLEMENTARES DO CURSO DE GRADUAÇÃO EM ADMINISTRAÇÃO – BACHARELADO.....	246



ANEXO III - REGULAMENTO DE TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO (TCC) DO CURSO DE GRADUAÇÃO EM ADMINISTRAÇÃO – BACHARELADO – <i>CAMPUS</i> LARANJEIRAS DO SUL.....	255
ANEXO IV - TERMO DE COMPROMISSO DE ORIENTAÇÃO.....	265
ANEXO V - REGULAMENTO DE ATIVIDADES DE EXTENSÃO E CULTURA NO CURRÍCULO DO CURSO.....	266
ANEXO VI - REGULAMENTO DE POR EQUIVALÊNCIA DE CCR.....	274
ANEXO VII - FORMULÁRIO DE PERFIL PROFISSIONAL E DE ESTILOS DE APRENDIZAGEM.....	275



1 DADOS GERAIS DO CURSO

1.1 Tipo de curso: Graduação

1.2 Modalidade: Presencial

1.3 Denominação do Curso: Administração - Bacharelado

1.4 Grau: Bacharel em Administração

1.5 Título profissional: Administrador(a)

1.6 Local de oferta: *Campus* Laranjeiras do Sul

1.7 Número de vagas: 25 com uma entrada anual

1.8 Carga-horária total: 3000 horas

1.9 Turno de oferta: Noturno

1.10 Tempo Mínimo para conclusão do Curso: 4 anos

1.11 Tempo Máximo para conclusão do Curso: 8 anos

1.12 Carga horária máxima por semestre letivo: 450 horas

1.13 Carga horária mínima por semestre letivo: 210 horas

1.14 Coordenador do curso: Professor Doutor Ivan Maia Tomé

1.15 Ato Autorizativo: Resolução Nº 120/CONSUNI/UFFS/2022

1.16 Forma de ingresso:

O acesso aos cursos de graduação da UFFS, tanto no que diz respeito ao preenchimento das vagas de oferta regular, como das ofertas de caráter especial e das eventuais vagas ociosas, se dá por meio de diferentes formas de ingresso: processo seletivo regular; transferência interna; retorno de aluno-abandono; transferência externa; retorno de graduado; processos seletivos especiais e processos seletivos complementares, conforme regulamentação do Conselho Universitário - CONSUNI.

a) Processo Seletivo Regular

A seleção dos candidatos no processo seletivo regular da graduação, regulamentada pelas Resoluções 006/2012 – CONSUNI/CGRAD e 008/2016 – CONSUNI/CGAE, se dá com base nos resultados do Exame Nacional do Ensino Médio (ENEM), mediante inscrição no Sistema de Seleção Unificada (SISU), do Ministério da Educação (MEC). Em atendimento à Lei nº 12.711/2012 (Lei de Cotas) e a legislações complementares (Decreto nº 7.824/2012 e Portaria Normativa MEC Nº 18/2012), a UFFS toma como base para a definição do percentual de vagas reservadas a candidatos que cursaram o Ensino Médio integralmente em escola pública



o resultado do último Censo Escolar/INEP/MEC, de acordo com o estado correspondente ao local de oferta das vagas.

Além da reserva de vagas garantida por Lei, a UFFS adota, como ações afirmativas, a reserva de vagas para candidatos que tenham cursado o ensino médio parcialmente em escola pública ou em escola de direito privado sem fins lucrativos, cujo orçamento seja proveniente, em sua maior parte, do poder público e também a candidatos de etnia indígena.

b) Transferência Interna, Retorno de Aluno-Abandono, Transferência Externa, Retorno de Graduado, Transferência coercitiva ou *ex officio*

- Transferência interna: acontece mediante a troca de turno, de curso ou de *campus* no âmbito da UFFS, sendo vedada a transferência interna no semestre de ingresso ou de retorno para a UFFS;
- Retorno de Aluno-abandono da UFFS: reingresso de quem já esteve regularmente matriculado e rompeu seu vínculo com a instituição, por haver desistido ou abandonado o curso;
- Transferência externa: concessão de vaga a estudante regularmente matriculado em outra instituição de ensino superior, nacional ou estrangeira, para prosseguimento de seus estudos na UFFS;
- Retorno de graduado: concessão de vaga, na UFFS, para graduado da UFFS ou de outra instituição de ensino superior que pretenda fazer novo curso. Para esta situação e também para as anteriormente mencionadas, a seleção ocorre semestralmente, por meio de editais específicos, nos quais estão discriminados os cursos e as vagas, bem como os procedimentos e prazos para inscrição, classificação e matrícula;
- Transferência coercitiva ou *ex officio*: é instituída pelo parágrafo único da Lei nº 9394/1996, regulamentada pela Lei nº 9536/1997 e prevista no Capítulo VI Resolução 40/CONSUNI/CGAE/2022. Neste caso, o ingresso ocorre em qualquer época do ano e independentemente da existência de vaga, quando requerida em razão de comprovada remoção ou transferência de ofício, nos termos da referida Lei.

c) Processos seletivos especiais

Destacam-se na UFFS dois tipos de processos seletivos especiais, quais sejam:



- **PRO-IMIGRANTE** (Programa de Acesso à Educação Superior da UFFS para estudantes imigrantes) instituído pela Resolução nº 16/CONSUNI/UFFS/2019, é um programa que objetiva contribuir com a integração dos imigrantes à sociedade local e nacional por meio do acesso aos cursos de graduação da UFFS. O acesso ocorre através de processo seletivo especial para o preenchimento de vagas suplementares, em cursos que a universidade tem autonomia para tal. O estudante imigrante que obtiver a vaga será matriculado como estudante regular no curso de graduação pretendido e estará submetido aos regramentos institucionais.

PIN (Programa de Acesso e Permanência dos Povos Indígenas), que, instituído pela Resolução nº 33/2013/CONSUNI em 2013, na Universidade Federal da Fronteira Sul, constitui um instrumento de promoção dos valores democráticos, de respeito à diferença e à diversidade socioeconômica e étnico-racial, mediante a adoção de uma política de ampliação do acesso aos seus cursos de graduação e pós-graduação e de estímulo à cultura, ao ensino, à pesquisa, à extensão e à permanência na Universidade. O acesso ocorre através de processo seletivo especial para o preenchimento de vagas suplementares, em cursos que a universidade tem autonomia para tal. O estudante indígena que obtiver a vaga será matriculado como estudante regular no curso de graduação pretendido e estará submetido aos regramentos institucionais.



2 HISTÓRICO INSTITUCIONAL

UMA BREVE HISTÓRIA DA UNIVERSIDADE FEDERAL DA FRONTEIRA SUL (UFFS)

“A universidade é o último nível formativo em que o estudante se pode converter, com plena consciência, em cidadão, é o lugar do debate onde, por definição, o espírito crítico tem de crescer: um lugar de confronto, não uma ilha onde o aluno desembarca para sair com um diploma.”¹

José Saramago, 2005

Apresentação

A epígrafe de José Saramago, mencionada acima, resume a essência do papel da Universidade no processo formativo de seus estudantes: cidadãos conscientes do tempo histórico que vivem e capazes de produzir críticas a diferentes situações vividas ou presenciadas, bem como propor caminhos, ou atuar, para a superação das mesmas. Mas, para se chegar ao cidadão consciente e crítico, é necessário que a Universidade reúna outra condição, sinaliza Anísio Teixeira: a reunião entre os que sabem e os que desejam aprender, pois há toda uma iniciação a se fazer, em uma atmosfera que cultive, sobretudo, a imaginação e, por extensão, a capacidade de dar sentido e significado às coisas por meio da leitura e do debate, que, aos poucos e ao longo do processo formativo, fará florescer o espírito crítico.²

O histórico institucional que apresentamos abaixo é, em linhas gerais, um sobrevoou panorâmico de uma história muito mais densa e repleta de particularidades das origens e dos 13 primeiros anos da Universidade Federal da Fronteira Sul (UFFS). Tem a intenção de situar o leitor dos Projetos Pedagógicos dos Cursos de graduação sobre o percurso histórico institucional e realizar algumas leituras de contexto. Utilizamos como base documental para a escrita deste texto, os Relatórios do Grupo de Trabalho de Criação da UFFS (2007/2008), os Relatórios de Gestão 2009-2015 e 2009-2019, os Relatórios Integrados Anuais de Gestão (2019, 2020 e 2021) e os Boletins Informativos da UFFS (números 01 a 350). Há, também, memórias dos mentores deste texto, pois são partícipes da história da UFFS. É um texto informativo e de leitura leve, evitando adentrar em debates e embates políticos e ideológicos que perfazem o cotidiano de uma universidade, sobretudo nos anos mais recentes, cuja polarização se acentuou.

1SARAMAGO, José. **Democracia e Universidade**. Belém: Editora UFPA, 2013. p. 26.

2TEIXEIRA, Anísio. **A Universidade ontem e de hoje**. Rio de Janeiro: Editora da Uerj, 1998. p. 88.



Concebendo a UFFS

Em 15 de setembro de 2009 o Presidente da República Luiz Inácio Lula da Silva assinou, em cerimônia pública, o Decreto-Lei nº 12.029, propiciando o nascimento da Universidade Federal da Fronteira Sul (UFFS). Trinta dias depois, o professor Dilvo Ilvo Ristoff foi empossado como reitor *pro tempore* pelo Ministro da Educação. Em 15 de janeiro de 2010, o professor Jaime Giolo foi nomeado para o cargo de vice-reitor da UFFS.³ Em 29 de março de 2010, 2.160 alunos iniciaram as aulas nos 33 cursos de graduação, em estruturas prediais provisórias e um pequeno número de servidores (154 professores e 178 técnico-administrativos) distribuídos entre os *Campi*. A decisão de iniciar as aulas num tempo curto foi estratégica e, como contrapartida, exigiu do corpo técnico, da gestão da UFFS e suporte da UFSC (tutora da UFFS), ações rápidas para construir os *campi* o mais breve possível aproveitando o cenário político e econômico favorável. Em 2015, quando da integralização dos primeiros cursos de graduação e a contratação dos últimos servidores docentes e técnicos, existia uma infraestrutura básica em pleno uso nos *campi*. O orçamento anual destinado às universidades federais (novas e antigas instituições) passou a ser contingenciado a partir de meados de 2015.⁴

Essas datas, sujeitos históricos e instituições são referências, balizas históricas. No entanto, ao restringirmos atenção demasiada ao Decreto-Lei de criação da UFFS, às nomeação do reitor e vice-reitor *pro tempore* e o início das aulas, excluímos da história centenas de pessoas e movimentos sociais rurais e urbanos que, desde 2003, no Noroeste do Rio Grande do Sul, Oeste de Santa Catarina e Sudoeste do Paraná, se organizavam, cada um a seu modo, para dialogar e pressionar o Ministério da Educação (MEC) com o objetivo de criar uma Universidade Federal na região da Fronteira Brasil-Argentina. A Fetraf-Sul (Federação dos Trabalhadores da Agricultura Familiar na região Sul), a Via Campesina, a CUT (Central Única dos Trabalhadores) do PR, SC e RS, o Fórum da Mesorregião da Grande Fronteira do Mercosul, Igrejas, Assesoar, Movimentos Estudantis, Prefeitos, Vereadores, Deputados Estaduais e Federais, Senadores, representantes da UFSC, UFSM e do MEC, são, em linhas gerais, as entidades que se propuseram a mobilizar esforços para ler e refletir o tempo histórico vivido nas diferentes regiões.

Destas leituras, debates e reflexões, sobretudo após 2006 quando ocorreu a unificação dos movimentos regionais resultando no nascimento do “Movimento Pró-Universidade

3UNIVERSIDADE FEDERAL DA FRONTEIRA SUL. **Relatório de Gestão 2009-2019**. Chapecó/SC: [s.n.], 2019. p. 08-09.

4UNIVERSIDADE FEDERAL DA FRONTEIRA SUL. **Relatório de Gestão 2009-2019**. Chapecó/SC: [s.n.], 2019. p.32-34; 46-47.



Federal”, foram amadurecidos alguns dilemas que poderiam ser enfrentados com a criação de uma Universidade Federal e, a partir da comunidade acadêmica em diálogos e parcerias com a comunidade regional, construírem caminhos para superar os entraves históricos ao desenvolvimento econômico, social e cultural da região fronteira no Sul do Brasil. Dentre os dilemas levantados estavam: os limites do ideário neoliberal na resolução dos desafios enfrentados pelas políticas sociais voltadas aos municípios com baixo IDH; as discussões em torno da implantação do Plano Nacional de Educação 2001-2010; o aumento crescente dos custos do acesso ao ensino superior privado e comunitário; a permanente exclusão do acesso ao ensino superior de parcelas significativas da população regional; a intensa migração da população jovem para lugares que apresentam melhores condições de acesso às Universidades Públicas e aos empregos gerados para profissionais de nível superior; o fortalecimento da agricultura familiar com vistas às práticas agroecológicas e sustentáveis; os debates em torno das fragilidades do desenvolvimento destas regiões periféricas e de fronteira.⁵

Para dar conta dos dilemas da região de fronteira, as entidades e movimentos sociais tinham clara a necessidade de criar uma Universidade Federal com missão, metas, perfil e projeto pedagógico institucional diferente dos modelos tradicionais de Universidades Federais existentes nas capitais de estados e ao longo da região litorânea. Não foi sem razão que, em 15 de junho de 2007, representantes do Movimento Pró-Universidade Federal, em audiência com o Ministro da Educação, rejeitaram a oferta da criação de um Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnológica (IFET) para a região de fronteira. Argumentaram de maneira incisiva sobre a necessidade de uma Universidade Federal e, ao final da audiência com o Ministro da Educação, ficou acordado a criação de um Grupo de Trabalho para a Elaboração do Projeto da Universidade Federal, formada por representantes do Movimento Pró-Universidade Federal e representantes do Ministério da Educação. O Grupo de Trabalho foi formalizado em 22 de novembro de 2007, pela Portaria MEC nº. 948, contendo 22 membros (11 indicados pelo Movimento Pró-Universidade Federal e 11 do Ministério da Educação), sob coordenação dos professores Dalvan José Reinert (UFSC) e Marcos Laffin (UFSC).⁶

Após várias reuniões, o Grupo de Trabalho de criação da Universidade Federal da Fronteira Sul definiu que a nova instituição teria estrutura *multicampi* e gestão descentralizada. Inicialmente, previa-se a instalação de 11 *campi*, mas no decorrer das reuniões, debates e embates, chegou-se à proposição de iniciar com 4 *campus*, com a seguinte distribuição: sede da reitoria e *campus* em Chapecó, Santa Catarina; Cerro Largo e Erechim,

5RELATÓRIO do Grupo de Trabalho de Criação da Futura Universidade Federal. [S.l.: s.n.], 2008.

6RELATÓRIO do Grupo de Trabalho de Criação da Futura Universidade Federal. [S.l.: s.n.], 2008. p. 03.



no Rio Grande do Sul; Laranjeiras do Sul, no Paraná. A inclusão de um quinto *campus*, em Realeza, no Paraná, ocorreu mediante articulação e decisão política do Governo Federal após prorrogação dos trabalhos do GT.⁷ O currículo institucional, no entender do Grupo de Trabalho, não deveria ter formato tradicional e propunham olhar para as experiências da Universidade Federal do ABC (UFABC), da Universidade Federal do Vale do São Francisco (UNIVASF) e da Universidade Federal de Alagoas (UFAL). Para a definição dos cursos de graduação, com previsão inicial de 14 cursos (podendo chegar a 30), recomendavam olhar para as demandas mais prementes de cada microrregião de instalação dos *campi*, com prioridades para os cursos de ciências agrônômicas e veterinária, humanas, médicas e da saúde, engenharia, computação e ciências socialmente aplicáveis.⁸

Em 23 de julho de 2008, o Projeto de Lei nº 3.774/2008 que discorria sobre a criação da Universidade Federal da Fronteira Sul foi apresentado no Plenário da Câmara dos Deputados Federais e, em 14 de julho de 2009, foi aprovado em todas as comissões e remetido ao Senado Federal por meio do Ofício nº 779/09/PS-GSE, sendo apreciado e aprovado em 14 de setembro de 2009 e promulgado pelo Presidente da República em 15 de setembro. Enquanto o Projeto de Lei tramitava na Câmara dos Deputados e Senado Federal, o Ministério da Educação, em diálogo com o Movimento Pró-Universidade Federal constituiu a Comissão de Implantação da Universidade Federal da Fronteira Sul, composta por: Prof. Dilvo Ilvo Ristoff (Presidente), Profa. Bernadete Limongi (Vice-Presidente), Clotilde Maria Ternes Ceccato (Secretária Executiva), Antônio Diomário de Queiroz, Antônio Inácio Andrioli, Conceição Paludo, Gelson Luiz de Albuquerque, João Carlos Teatini de Souza Clímaco, Marcos Aurélio Souza Brito, Paulo Alves Lima Filho, Ricardo Rossato e Solange Maria Alves.⁹

Nas primeiras reuniões da Comissão de Implantação a meta estava em definir quais cursos seriam ofertados em cada *campus*, levando-se em consideração o perfil populacional, educacional, industrial, a matriz produtiva rural e os índices de saúde pública e alimentação dos municípios sedes dos *campi* e seu entorno. A partir de junho de 2009, o objeto de atenção da Comissão de Implantação passou a ser o Projeto Pedagógico Institucional, contendo os princípios norteadores e o formato do currículo institucional composto por três eixos formativos: Domínio Comum, Domínio Conexo e Domínio Específico. A partir desta

7NICHTERWITZ, Fernanda. **As fronteiras de uma Universidade**: o município de Realeza/PR e a instalação do *campus* da Universidade Federal da Fronteira Sul (UFFS). 2017. Dissertação (Mestrado em História). - Programa de Pós-Graduação em História. Unioeste, Marechal Cândido Rondon/PR, 2017.

8Idem. Ibidem. p. 44-66.

9BRASIL. Ministério da Educação. Portaria nº 148, de 11 de fevereiro de 2008.



definição, mais de uma dezena de professores da UFSC foram convidados a produzir propostas de Projetos Pedagógicos dos Cursos de Graduação da UFFS, documento importante porque era este estudo e proposição que daria uma ideia aproximada do perfil dos professores e técnico-administrativos a serem concursados, bem como das estruturas de salas de aulas, bibliotecas, laboratórios, áreas experimentais e a composição da equipe de gestão da reitoria e dos *campi*. A decisão de aderir ao ENEM como forma de ingresso aos cursos de graduação da UFFS, a bonificação aos estudantes de escolas públicas, o início das aulas em 29 de março de 2010, a realização de concursos docentes e técnicos com apoio da UFSC também foram objetos de debate e deliberação pela Comissão de Implantação.¹⁰

O conjunto dos debates no interior do Movimento Pró-Universidade Federal e da Comissão de Implantação da Universidade Federal da Fronteira Sul, que não foram poucos e nem sempre amistosos, tiveram grande importância porque conceberam uma Universidade Federal para atender às demandas urbanas e rurais da região de fronteira. O perfil institucional foi maturado aos poucos e sinalizava (e ainda sinaliza) para os grandes dilemas do início do século XXI, exigindo forte compromisso com a formação de professores, profissionais e pesquisadores, atentos à sustentabilidade ambiental e ao princípio de solidariedade; a defesa dos preceitos democráticos, da autonomia universitária, da pluralidade de pensamento e da diversidade cultural com participação dos diferentes sujeitos sociais nos órgãos de representação colegiada e estudantis; a construção de dispositivos que combatam as desigualdades sociais e regionais, incluindo condições de acesso e permanência no ensino superior, especialmente da população mais excluída do campo e da cidade; a valorização da agricultura familiar e no cultivo de alimentos orgânicos e agroecológicos como caminho para a superação da matriz produtiva existente; o pensar e fazer-se de uma Universidade Pública, de postura interdisciplinar e de caráter popular.¹¹

As reflexões de Anísio Teixeira, Darcy Ribeiro, Paulo Freire, Florestan Fernandes, José Arthur Giannotti, Marilena Chauí e Renato Janine Ribeiro sobre a história, os debates e os embates das universidades públicas brasileiras, sobretudo a partir da década de 1930, perpassando pelos tempos ditatoriais e várias reformas universitárias, contribuíram, direta e indiretamente, para embasar o projeto da Universidade Federal da Fronteira Sul. Não menos importante foram as reflexões de Boaventura Sousa Santos sobre os cenários do ensino

10 LINHA do tempo com o histórico da UFFS de 2005 a 2010. **Acervo arquivístico**. Disponível em: <https://acervo.uffs.edu.br/index.php/linha-do-tempo-com-o-historico-da-uffs-de-2005-a-2010>. Acesso em: 14 ago. 2022.

11 PERFIL Institucional UFFS. **Universidade Federal da Fronteira Sul**. Disponível em: https://www.uffs.edu.br/institucional/a_uffs/a_instituicao/perfil. Acesso em: 15 ago. 2022.



superior no continente europeu e latino-americano, evidenciando os caminhos e descaminhos das reformas universitárias nascidas naquele continente a partir do Tratado de Bolonha (1999) e os reflexos a curto, médio e longo prazo sobre o Ensino Superior Público, Comunitário e Privado na América Latina. Boaventura Sousa Santos alertava para o cenário neoliberal e o ataque incisivo ao Ensino Superior Público na tentativa de impor, via privatização, terceirização e cobrança de mensalidades, a lógica do ensino superior como mercadoria (iniciada, no caso brasileiro na década de 1960, ganhando fôlego a partir da década de 1990 com a criação de políticas públicas visando o financiamento estudantil, como o Fies).¹²

A materialização de um projeto de Universidade

Conceber a UFFS foi fruto de longos, e em alguns momentos, de tensos debates. Criou-se um projeto de Universidade sem igual, por atores diversos, voltada a atender as demandas da região da fronteira, no ensino de graduação e pós-graduação, na pesquisa, na extensão e na cultura. Era necessário, agora, tornar a Universidade palpável, viva e pulsante. A equipe de gestores *pro tempore*, na reitoria e nos *campi* da UFFS, foi definida a partir da sintonia dos professores, técnico-administrativos e membros da comunidade regional com o projeto de universidade. Muitos dos membros da comissão de implantação fizeram parte da equipe de gestores *pro tempore*, sob a batuta do professor Dilvo Ilvo Ristoff e, adiante, pelo professor Jaime Giolo. A Universidade Federal de Santa Catarina, como dito anteriormente, foi acolhida como tutora da UFFS nos primeiros anos, para dar suporte à tramitação de licitações, concursos e gestão de pessoas.

Várias foram as frentes de atuação, das quais destacamos as adequações nos prédios, escolas e pavilhões que abrigariam as primeiras turmas de alunos, docentes e técnico-administrativos; as obras de edificações dos prédios de salas de aula e laboratórios, bem como a acessibilidade aos *campi* definitivos; a aquisição de mobiliários, livros e material de laboratórios; a realização de novos concursos; a produção de um número significativo de regimentos e políticas institucionais para normatizar o funcionamento da UFFS em suas diferentes instâncias; a produção dos projetos pedagógicos dos 33 cursos (42 ofertas, pois alguns cursos replicavam-se em dois períodos – matutino e noturno) de graduação e posterior postagem no e-MEC. O desafio era imenso, pois o quadro de servidores era, inicialmente, de 332 pessoas (154 docentes e 178 técnico-administrativos), distribuídos em 5 *campi* e reitoria.

¹²SANTOS, Boaventura de Sousa; ALMEIDA FILHO, Naomar de. **A Universidade no século XXI**: para uma Universidade Nova. Coimbra: Almedina, 2008.



Em fins de 2011, o quantitativo de servidores havia sido ampliado para 504 pessoas (238 docentes e 266 técnico-administrativos).¹³

Em pouco mais de um ano de funcionamento, o Estatuto da UFFS tomou forma; o Conselho Universitário (Consuni) e o Conselho Estratégico Social (CES) foram constituídos e, junto com a elaboração de seu Regimento Interno, foi produzido e aprovado o Regimento Geral da UFFS. Ainda em 2010, o Regulamento da Graduação e outras políticas (de cotas/vagas, de permanência, de estágios, de mobilidade acadêmica e de monitorias) foram aprovadas. Também foram implantados os seguintes programas: Programa de Educação Tutorial (PET), Programa de Consolidação das Licenciaturas (Prodocência) e o Programa Institucional de Bolsas de Iniciação à Docência (PIBID). Nos *campi*, os Projetos Pedagógicos dos Cursos de graduação passaram a ser produzidos e, no decorrer dos anos de 2012 a 2014, foram apreciados e aprovados pelo Consuni, seguidos de postagem no e-MEC. Na medida em que os projetos pedagógicos eram postados, comissões de avaliadores do INEP/MEC eram compostas para visita *in-loco* com o intuito de avaliar os cursos de graduação. Notas de excelência (4 e 5) foram atribuídas à maioria dos cursos de graduação da UFFS, muitos deles, avaliados ainda nas estruturas prediais e laboratoriais provisórias existentes nos *campi*.¹⁴

Os primeiros prédios de salas de aulas e de laboratórios construídos nos *campi* definitivos foram finalizados e disponibilizados para uso entre fins de 2012 e fins de 2014. É importante destacar que cada *campus*, ainda que tenham recebido prédios com mesmo formato, possuem características geográficas, arruamentos e projetos paisagísticos diferentes, respeitando a flora regional e as demandas por áreas experimentais pelos cursos de graduação, este último, com ênfase na multidisciplinaridade. Neste ritmo, de obras e infraestruturas, em meados de 2012, um novo *campus* foi criado, o *Campus* Passo Fundo, para receber um novo curso de graduação: Medicina, via plano de expansão de vagas para cursos de Medicina do MEC. Poucos meses depois, nova autorização foi concedida à UFFS, para abertura de outro curso de Medicina, no *Campus* Chapecó. Até meados de 2019, haviam sido investidos R\$ 263.054.644,79 em obras nos *campi*.¹⁵ Tal rubrica poderia ter sido maior, porém a partir de

13UNIVERSIDADE FEDERAL DA FRONTEIRA SUL. **Relatório de Gestão Pro Tempore: 2009-2015**. Chapecó/SC: [s.n.], 2015. p. 52.

14UNIVERSIDADE FEDERAL DA FRONTEIRA SUL. **Boletins informativos**. Chapecó/SC: [s.n.], [entre 2015 e 2019]. n. 01-250.

15UNIVERSIDADE FEDERAL DA FRONTEIRA SUL. **Relatório de Gestão 2009-2019**. Chapecó/SC: [s.n.], 2019.

UNIVERSIDADE FEDERAL DA FRONTEIRA SUL. **Relatório Integrado Anual: 2020 e 2021**. Chapecó/SC: [s.n.], [202-].



2015 se estendendo a 2022, o orçamento do MEC destinado às universidades foi contingenciado e reduzido ano após ano. As poucas obras realizadas nos últimos anos deve-se, sobretudo, ao remanejamento de valores de custeio não utilizados durante a pandemia, migrados para a rubrica de capital e destinado à conclusão de obras iniciadas e de pequenos prédios destinados a espaços de socialização, praças de alimentação, depósitos e almoxarifados.¹⁶

Em 2010, a UFFS iniciou com 33 cursos de graduação. Em 2015, eram 42 cursos de graduação. Em fins de 2022 contava com 55 cursos de graduação. Com a integralização e consolidação da maioria dos cursos de graduação da UFFS, novos desafios surgiram e têm exigido ações diversas. Dentre estes desafios estão os índices de evasão e a baixa procura nos processos seletivos em alguns cursos de graduação. As políticas de auxílios socioeconômicos (auxílio-alimentação, moradia, transporte, bolsa permanência, bolsas de iniciação acadêmica e auxílios provisórios) destinadas a estudantes de graduação não têm conseguido manter todos os que recebem auxílio estudando. Se anterior à pandemia de Covid-19 os índices se mostravam preocupantes, durante e pós-pandemia, os índices subiram ainda mais, motivados, sobretudo, pela precarização das condições de vida, renda e trabalho dos estudantes e seus familiares.¹⁷ É sabido que não se trata de um problema exclusivo da UFFS, mas de uma situação que se repete em todas as Universidades Públicas, Federais, Estaduais e Comunitárias. O debate acadêmico sinaliza sintomas diversos. Para além do aspecto econômico e social, há influência dos cursos ofertados na modalidade EaD, cujos custos totais para se obter a diplomação são significativamente menores do que em curso de graduação presencial, mesmo numa universidade pública e gratuita, além do tempo do processo formativo. Há, ainda, um crescente desinteresse pelas novas gerações de jovens em optar pelo ensino superior como caminho para o exercício de uma profissão e atuação na sociedade. Existem grupos de estudos nos *campi*, fomentado pela Pró-Reitoria de Graduação, estudando essas e outras questões, bem como eventos de socialização e debates.¹⁸

Para além da graduação, a UFFS, desde seus primeiros passos, também dedicou-se a

16UNIVERSIDADE FEDERAL DA FRONTEIRA SUL. **Relatório Integrado Anual: 2020 e 2021.** Chapecó/SC: [s.n.], [202-].

17NIEROTKA, Rosileia Lucia; BONAMIGO, Alicia Maria Catalano de; CARRASQUEIRA, Karina. Acesso, evasão e conclusão no Ensino Superior público: evidências para uma coorte de estudantes. **Ensaio: Avaliação e Políticas Públicas em Educação**, v. 31, n. 118, p. e0233107, jan. 2023. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S0104-40362022003003107>. Acesso em: 22 out. 2022.

18UFFS realiza evento para discutir evasão nos cursos de graduação: Evento on-line ocorre na quarta-feira (1º), das 13h30 às 17h. **Universidade Federal da Fronteira Sul**, 30 ago. 2021. Disponível em: https://www.uffs.edu.br/institucional/reitoria/diretoria_de_comunicacao_social/noticias/uffs-realiza-evento-para-discutir-evasao-nos-cursos-de-graduacao. Acesso em: 22 out. 2022.



pensar as ações de Pós-Graduação, Pesquisa, Extensão e Cultura. De início, era necessário produzir as políticas de Pesquisa, Pós-Graduação, Extensão e Cultura. Mas não existiam documentos orientadores. Para produzir um documento norteador, foi necessário organizar um conjunto de eventos nos *campi*, intitulado: “Conferências de Ensino, Pesquisa e Extensão da UFFS (COEPE): Construindo agendas e definindo rumos” estruturado em 12 eixos temáticos, no formato de mesas redondas com ampla participação de docentes, discentes, técnico-administrativos e comunidade regional. Dos debates e encaminhamentos realizados nos *campi*, sistematizados por comissões relatoras, na plenária final ocorrida no início de setembro de 2010, foi aprovado o documento norteador das ações prioritárias de ensino (graduação e pós-graduação), pesquisa, extensão e cultura a serem viabilizados e implementados nos próximos anos. Deste documento, foram escritas, debatidas e aprovadas as políticas de pesquisa, de pós-graduação, de extensão e de cultura. Também deu origem ao Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI). Uma segunda edição da COEPE, seguindo o modelo anterior, foi organizada em 2018, produzindo novo documento orientador e novo PDI.

Com o ingresso de novos docentes no decorrer dos primeiros anos, pôde-se avançar na integralização da grade curricular dos cursos de graduação e, ao mesmo tempo, da submissão dos primeiros grupos de pesquisas da UFFS no Diretório de Grupos de Pesquisas do CNPq e a formalização dos primeiros Grupos de Trabalho (GT) para produzir propostas de programas de Pós-Graduação *Lato e Stricto Sensu*. Em 2012 obteve-se a aprovação dos programas de Pós-Graduação *Stricto Sensu* em Estudos Linguísticos e em Educação, ambos com sede no *Campus* Chapecó. Outros 6 programas de Mestrado foram aprovados junto aos Comitês de áreas da Capes até 2015. Com a integralização dos cursos de graduação e a finalização da primeira fase de obras prediais e de infraestrutura nos *campi*, somado à reformulação de alguns cursos de graduação e a oferta apenas no período noturno de outros cursos (motivados pela evasão em cursos de licenciaturas ofertados no período matutino) houve condições propícias para os docentes criarem GTs e submeterem novas propostas de programas de mestrado acadêmico e profissional. Em fins de 2022, havia 18 programas de mestrado e 3 programas de doutorado, dois deles, interinstitucionais. Alguns programas de mestrado obtiveram nota 4 da Capes na avaliação quadrienal (2017-2020) e submeteram propostas de doutorado em janeiro de 2023. Para além dos mestrados e doutorados, ofertam-se, ainda, programas de Residências Médicas, Residências Multiprofissionais e mais de uma dezena de cursos de especialização.

No que se refere à pesquisa e extensão, nos primeiros anos da UFFS foram



constituídos o Comitê de Ética em Pesquisas com Humanos (CEP), o Comitê de Ética no uso de Animais (CEUA) e a Comissão Interna de Biossegurança (CIBIO), bem como os Comitês Assessores de Pesquisa e de Extensão e Cultura nos *campi*, para apreciar e emitir pareceres técnicos sobre as propostas. Em 2013, o Conselho Universitário, mediante a realização de audiências públicas nos *campi*, decidiu por não constituir uma fundação de apoio e gestão financeira de projetos de pesquisa e de extensão e, por conseguinte, autorizou a realização de acordos e convênios com fundações de outras universidades públicas situadas no sul do Brasil, para a gestão financeira de projetos de pesquisa e de extensão institucionalizados com recursos oriundos de fontes externas (emendas parlamentares, editais de fomento oriundo de empresas públicas, privadas e fundações estaduais – Fapesc, Fapergs e Fundação Araucária).

Entre 2010 e 2022, UFFS, CNPq, Capes, Fapesc, Fapergs e Fundação Araucária investiram, juntas, um valor superior a 15 milhões de reais em recursos financeiros para bolsas de pesquisas, extensão e cultura; para fomento de grupos de pesquisas; para custeio a projetos de pesquisa, extensão e cultura. Não menos importante foram os investimentos realizados pela UFFS em infraestrutura, mobiliários e equipamentos destinado aos 240 laboratórios didáticos e de pesquisas existentes e distribuídos nos *campi* da UFFS. Entre 2010 e 2022, foram investidos aproximadamente 10 milhões de reais para aquisição de materiais de consumo, mobiliários, equipamentos e contratação de serviços (coleta de resíduos e manutenção de equipamentos).¹⁹ Ao longo dos anos, professores e estudantes, de graduação e de pós-graduação, bolsistas ou voluntários, publicaram artigos científicos em periódicos nacionais e internacionais, ou no formato de livros e capítulos de livros, além de apresentações de trabalhos em eventos científicos em congressos, seminários e semanas acadêmicas. Essas publicações ajudaram a compor o conjunto de produções acadêmicas inseridas no Currículo *Lattes* dos docentes e discentes, contribuindo, por exemplo, na submissão e aprovação de programas de pós-graduação e, aos egressos dos cursos de graduação, a serem aprovados em concursos ou em processos seletivos em programas de pós-graduação, no Brasil ou no exterior.

A gestão *pro tempore* se encerrou em 2015 e, neste mesmo ano, houve a consulta pública para a escolha dos novos gestores da UFFS, na reitoria e nos *campi*. Na reitoria, o professor Jaime Giolo e o professor Antonio Inácio Andrioli foram reconduzidos ao posto de reitor e vice-reitor, agora eleitos. Nos *campi*, novos diretores. Todos almejavam dar

¹⁹UNIVERSIDADE FEDERAL DA FRONTEIRA SUL. **Relatório de Gestão 2009-2019**. Chapecó/SC: [s.n.], 2019.

UNIVERSIDADE FEDERAL DA FRONTEIRA SUL. **Relatório Integrado Anual: 2020 e 2021**. Chapecó/SC: [s.n.], [202-].



continuidade ao projeto de universidade que, ao longo dos anos, tornava-se real, palpável e exigiam atuação firme destes gestores e de suas equipes para finalizar obras, propor novos cursos e produzir novos documentos orientadores para os próximos anos. No entanto, os anos que se seguiram, na economia e na política, obrigaram os gestores a atuarem com um volume cada vez menor de recursos orçamentários, algumas vezes, contingenciados, noutras vezes, suprimidos.²⁰ Neste novo cenário econômico e sob o sombrio cenário político que culminou na deposição de um governo em 2016 e o alvorecer de outro, em 2019, a UFFS, assim como as demais Universidades Federais, sobreviveram com poucos recursos financeiros, elegendo prioridades em seus custeios e raras aquisições, algumas delas, complementadas com recursos oriundos de emendas parlamentares.

Em 2019, a consulta pública para escolha de novos gestores levou ao posto de reitor e vice-reitor, os professores Marcelo Recktenvald e Gismael Francisco Perin. Não foram os mais votados na consulta pública, mas mediante envio da lista tríplice ao MEC, foram escolhidos para os referidos cargos. Candidatos a diretores de *campus* mais votados foram conduzidos ao posto de diretor. As restrições orçamentárias tornaram-se mais agudas, bem como os enfrentamentos políticos com o novo governo, frente às tentativas de imposição de reforma universitária. Na UFFS, assim como houve simpatizantes às reformas e à nova gestão da UFFS, houve resistências por parte de servidores docentes e técnico-administrativos, discentes e comunidade regional, quer às propostas de reforma universitária, quer à gestão 2019-2023. Toda mudança de ritmo e de rumos produzem críticas, tensões e embates. Se por um lado provocam desgastes, por outro lado, suscitaram a defesa de princípios norteadores que sustentaram a concepção da UFFS quando de sua criação.

Com 13 anos de pleno funcionamento, a UFFS, está inserida na grande Mesorregião da Fronteira Sul em seis *campi*, com um quadro de servidores docentes e técnico-administrativos que chegam a 1.500 pessoas e aproximadamente 10 mil estudantes de graduação e de pós-graduação. A visibilidade e a identidade institucional é conhecida e, aos poucos, explicita as diferentes funções da universidade na sociedade: formar pessoas e, com elas, transformar as distintas realidades regionais, urbanas e rurais, via produção científica e cultural.

Chapecó, maio de 2023.

(Texto homologado pela Decisão nº 5/2023 – CONSUNI/CGRAD)

²⁰UNIVERSIDADE FEDERAL DA FRONTEIRA SUL. **Relatório de Gestão 2009-2019**. Chapecó/SC: [s.n.], 2019.



3 EQUIPE DE ELABORAÇÃO E ACOMPANHAMENTO DO PPC

3.1 Coordenação de curso

Coordenador: Professor Doutor Ivan Maia Tomé

Coordenador Adjunto: Ceyça Lia Palerosi Borges

3.2 Equipe de elaboração

A elaboração do Projeto Pedagógico do Curso de Administração – Bacharelado, iniciou ao ano de 2021, com um Grupo de Trabalho designado pela Portaria n.º 147/PROGRAD/UFFS/2021 (UFFS, 2021). Em 2022 essa Portaria foi revogada e o GT foi reconstituído e institucionalizado pela Portaria n.º 235/PROGRAD/UFFS/2022 e, por fim, atualizado pela Portaria n.º 301/PROGRAD/UFFS/2022 (UFFSa, 2022), com os seguintes integrantes:

Alexandre Manoel dos Santos

Ana Paula Pit Michelin

Antonio Maria da Silva Carpes

Ceyça Lia Palerosi Borges

Fernando Zatt Schardosin

Gizélio Linhares

Ivan Maia Tomé (Presidente)

Joiceli dos Santos Fabrício

Louise de Lima Roedel Botelho

Luiz Filipe Goldfeder Reinecke

Martinho Machado Junior

Ronaldo José Seramim

Rubens Fey

3.3 Comissão de acompanhamento pedagógico curricular

Fabiane de Andrade Leite (Diretora de Organização Pedagógica/DOP)

Adriana F. Faricoski, Neuza M. F. Blanger, Sandra F. Bordignon (Pedagogas/DOP)

Alexandre L. Fassina (Técnico em Assuntos Educacionais/DOP)

Maiquel Tesser (Diretoria de Registro Acadêmico/DRA)



Ademir Luiz Bazzotti (Pedagogo), Marina Andrioli (Assistente em administração) (Divisão de Integração Pedagógica - PROEC)

Revisão das referências: Suelen Spindola Bilhar

3.4 Núcleo docente estruturante do curso

O Núcleo Docente Estruturante (NDE) do Curso de Administração – Bacharelado, *Campus* Laranjeiras do Sul, conforme designado na Portaria nº 406/PROGRAD/UFFS/2023, encontra-se apresentado no Quadro 1.

Quadro 1. Composição atual do Núcleo Docente Estruturante do curso

Nome do Professor	Titulação Principal	Domínio
Ivan Maia Tomé	Doutor	Específico
Martinho Machado Junior	Doutor	
Paulo Alexandre Nunes	Mestre	
Rubens Fey	Doutor	
Anderson Luiz de Oliveira	Mestre	
Antônio Maria Carpes	Doutor	
Alexandre Manoel dos Santos	Doutor	Comum
Ceyça Lia Palerosi Borges	Doutor	Conexo

Fonte: UFFS, 2023.



4 JUSTIFICATIVA

O curso de Graduação em Administração – Bacharelado – da Universidade Federal da Fronteira Sul – *Campus* Laranjeiras do Sul – busca contribuir para que a Universidade atinja seus objetivos, quais sejam: I - oferecer educação pública, gratuita e de qualidade, em nível superior; II - assegurar o acesso e a permanência no Ensino Superior, especialmente aos sujeitos sociais oriundos da população mais excluída do campo e da cidade; III - promover a compreensão do homem e do meio em que vive através da democratização do patrimônio histórico e cultural da humanidade; IV - promover o acesso à Ciência, Tecnologia e Cultura, às suas formas de produção e aplicação e à sua contextualização e problematização histórica; V - integrar as atividades de Ensino de Graduação com as de Pesquisa, Extensão e Pós-Graduação; VI - desenvolver programas e projetos de ensino, de pesquisa e de extensão, articulados com as demandas regionais e nacionais; VII - formar profissionais em diferentes áreas de conhecimento aptos a se inserirem nos setores profissionais nos âmbitos regional e nacional; além disso, contribuir para o desenvolvimento da região fronteira dos três estados do sul, chamada de Mesorregião da Grande Fronteira do MERCOSUL (PDI, 2019-2023).

Além da contribuição para o cumprimento dos objetivos institucionais, o curso justifica-se por atender uma região do Paraná que carece de desenvolvimento e melhoria dos índices regionais, no território da Cidadania da Cantuquiriguaçu, que conta com a integração de 20 municípios – Campo Bonito, Candói, Cantagalo, Catanduvras, Diamante do Sul, Espigão Alto do Iguaçu, Foz do Jordão, Goioxim, Guaraniaçu, Ibema, Laranjeiras do Sul, Marquinho, Nova Laranjeiras, Pinhão, Porto Barreiro, Quedas do Iguaçu, Reserva do Iguaçu, Rio Bonito do Iguaçu, Três Barras do Paraná e Virmond –, que totalizam cerca de 232 mil pessoas, representando 2,3% da população do estado do Paraná (MDA, 2015). A principal característica desse território, do ponto de vista econômico, é a atividade agropecuária, que corresponde a 48,9% do valor adicionado do território Cantuquiriguaçu; o setor industrial e de serviços correspondem, respectivamente, a 20,9% e 30,2% das atividades presentes na região, cabendo ressaltar ainda que estes últimos mantêm vínculos estruturantes com o setor agropecuário (IPARDES, 2007).

Por este contexto, que pela I Conferência de Ensino, Pesquisa e Extensão da UFFS (2011), a temática do empreendedorismo, gestão e inovação já haviam sido inseridas nas demandas do *campus* Laranjeiras do Sul, tais como a sistematização de mecanismos de gestão de propriedades rurais e auxiliar na estruturação dos planos de negócios; além das ações



prioritárias, como: realizar estudos avançados de desenvolvimento social e regional; estimular a formação de empreendedores, especialmente, de iniciativas associativas e coletivas que promovam desenvolvimento equitativo, com inclusão social e desenvolvimento sustentável; pesquisar a geração de energia de pequenas propriedades (uso da biomassa, biogás, micro usinas produtoras de alimentos e energia); desenvolver estudos e propostas para melhoria quanto às questões relacionadas à eficiência do transporte (estradas rurais, impacto provocado pelo custo do pedágio); que correspondem às ações diretas que podem ser estimuladas com a criação de um curso da área de administração (I COEPE, 2011).

Posteriormente, durante Audiência Pública realizada em 18 de maio de 2013, com foco agora na discussão acerca da expansão da UFFS, o debate se produziu a partir do tema “Universidade e Desenvolvimento, que Desenvolvimento? Que Universidade?”. Dentre as discussões que ocorreram, durante a época, havia definição de que não seriam ofertados cursos que confrontassem outras instituições; demanda de candidatos para o curso na região; afinidade com o plano de desenvolvimento do território; cursos sugeridos pela comunidade interna e cursos sugeridos pela comunidade externa por audiência pública (UFFS, 2013, p. 07).

Ainda durante 2013, havia na região a oferta de cursos por parte da Universidade Estadual do Centro Oeste (UNICENTRO), que posteriormente acabou encerrando as atividades (2021), o que abriu portas para a atuação da Universidade Federal da Fronteira Sul em cursos que deixaram de ser ofertados antes de 2013, como por exemplo, o curso de Administração. O Curso de Administração é demanda antiga da região, pois as únicas instituições que ofertam atualmente são particulares, não existindo nenhuma instituição pública que oferte o curso na região de Laranjeiras do Sul. Nesse sentido, a oferta do curso de Administração visa atender a esta demanda, até certo ponto reprimida, da parcela da população privada do acesso à educação superior ou que encontra no ensino privado e à distância (com todas as suas limitações) a única alternativa de formação possível.

Dessa forma, com o passar dos anos, a UFFS começou a receber demandas na área de gestão, tanto que em 2017 foi criada a Especialização em Economia Empresarial e Gestão de Pequenos Negócios, conforme Resolução N° 01/2017 – CONSUNI/CPPGEC, realizada e coordenada por docentes do Curso de Ciências Econômicas, demonstrando um campo de atuação para atendimento da qualificação profissional em gestão, ligadas às demandas locais da comunidade regional (UFFS, 2017).



Em 2017, também foi realizada a II Conferência de Ensino, Pesquisa e Extensão (II COEPE, 2017), abrangendo todos os *campi* e a Reitoria. Dentre os eixos de debate, a UFFS e comunidade regional elegeram suas ações prioritárias, que contemplam: 1. Agricultura familiar e Agroecologia; 2. Consolidação e expansão; 3. Direitos Humanos e Cidadania; 4. Educação Básica; 5. Educação popular e democrática; 6. Inclusão e Ações Afirmativas; 7. Integração acadêmica, currículo e interdisciplinaridade; 8. Meio Ambiente e sustentabilidade; 9. Mobilidade acadêmica e internacionalização; 10. Saúde pública; 11. Tecnologia, Inovação e Desenvolvimento Social (PDI, 2019-2023). É importante relacionar, que o tema da tecnologia, inovação e desenvolvimento social, além dos demais, vão ao encontro com a proposta do Curso de Administração ao atender a inovação e demais anseios da comunidade.

Ainda durante 2017, ao âmbito da UFFS, ocorreu amplo debate sobre a Matriz ANDIFES, para fins de distribuição de recursos para as instituições de ensino superior da rede pública, amplamente debatida em todos os fóruns da Universidade, onde a alocação orçamentária das instituições está vinculada diretamente com os índices da efetividade acadêmica, segundo os parâmetros nacionais a serem atingidos em cada curso. Neste contexto, a proposta do curso em Administração também contribuirá efetivamente com a obtenção de recursos, por ser noturno, fora de sede e com carga horária mínima de formação suficiente. Dessa forma, a Alocação de Recursos de Outros Custeio e Capital (OCC), tem por base o total de alunos equivalentes (TAE), por isso a gestão, a concepção e o desenvolvimento dos PPCs não podem desconsiderar o fator financeiro e os recursos disponíveis da agência financiadora para a instituição (FORPLAD, 2022).

Durante 2019, ocorreu a elaboração do Plano de Desenvolvimento Institucional da UFFS (PDI, 2019-2023), que estabeleceu como uma das metas a criação de, pelo menos, três novos cursos de graduação no *Campus* Laranjeiras do Sul. O Plano, bem como as reflexões já realizadas no *campus*, ressalta que as demandas regionais sejam observadas para a criação de novos cursos, o que demandou do Grupo de Trabalho a realização de uma audiência pública e de uma pesquisa institucional para identificação das demandas locais (UFFSa, 2021).

Durante 2021, ocorreu a primeira movimentação para criação do curso, com a formação do primeiro Grupo de Trabalho (GT) nomeado pela Portaria n.º 147/PROGRAD/UFFS/2021 (UFFSa, 2021), com a participação de dois membros da comunidade regional. Na ocasião, o grupo iniciou atividades e realizou uma pesquisa e, posteriormente, audiência pública com a comunidade regional.



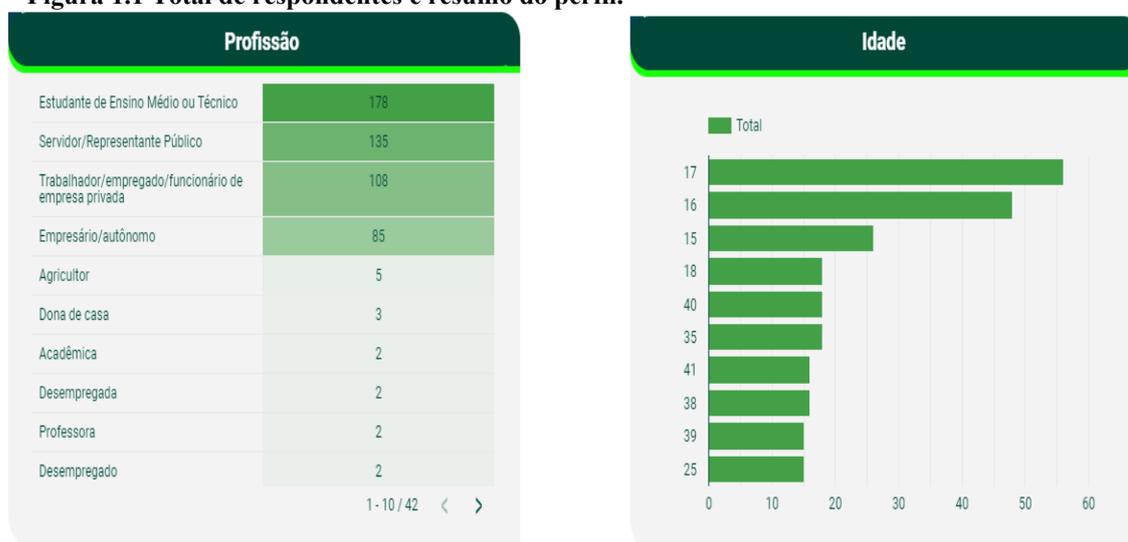
A primeira etapa, que contemplou uma pesquisa (UFFSb, 2021), foi disponibilizada no período de 14 a 24 de setembro de 2021, sendo amplamente divulgada na comunidade regional, nos municípios da Cantuquiriguaçu, o objetivo foi realizar um diagnóstico sobre a demanda pelo curso, abordando o perfil do público (Figura 1.1) e várias questões relevantes. Ao todo, foram obtidas 558 respostas, deste total, 438 obtidas por meio de questionário aberto à comunidade e 120 por estudantes em escolas estaduais.

Na análise geral, em relação aos 438 questionários obtidos da comunidade regional (setor público e privado), os cursos que mais se destacaram no interesse do público foram:

- 1) Administração (31,5%);
- 2) Agronomia (18%); Já ofertado pelo *Campus*;
- 3) Ciências Econômicas (12,6%); Já ofertado pelo *Campus*;
- 4) Engenharia Química (11,5%);
- 5) Engenharia de Alimentos (7,3%); Já ofertado pelo *Campus*;
- 6) Artes – Licenciatura (6,2%).

Importante destacar que, a partir dos resultados, não há impacto ou competitividade relevante que possa prejudicar a oferta do curso de Ciências Econômicas no *Campus*, dado que o interesse permanece presente nos respondentes.

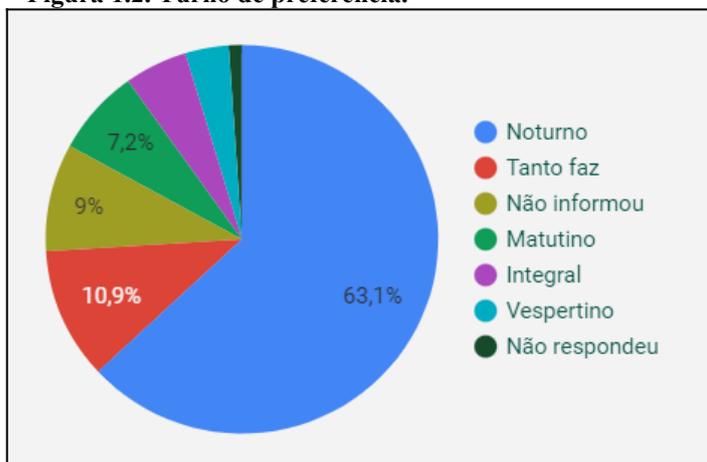
Figura 1.1 Total de respondentes e resumo do perfil.



Fonte: UFFS, 2021.

A maior parte dos respondentes eram estudantes (178 pessoas) do ensino médio, representantes do setor público ou servidor (135) e trabalhadores/empregados ou colaboradores de empresas privadas (108), incluindo a participação de empresários/autônomos (85) (Figura 1.1). A faixa etária dos respondentes ficou na maioria de 17 e 16 anos, mas com grande número de pessoas até a faixa de 41 anos.

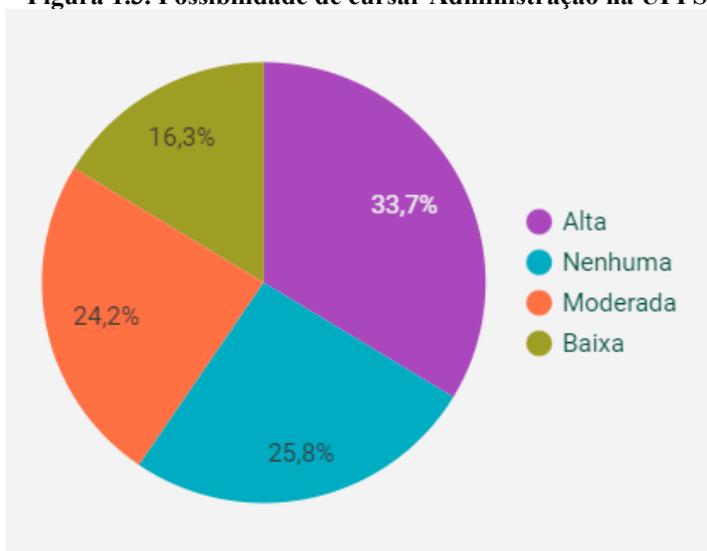
Figura 1.2. Turno de preferência.



Fonte: UFFS, 2021.

Para a maioria dos respondentes que pretende cursar o ensino superior, o turno de preferência foi o noturno (63,1%) seguido de “tanto faz” com 10,9% (Figura 1.2). A possibilidade dos respondentes de estudar na UFFS foi alta, de 54,1%, e moderada de 26,3%, indicando que a maioria demonstra interesse de estudar pela instituição (Figura 1.3).

Figura 1.3. Possibilidade de cursar Administração na UFFS.



Fonte: UFFS, 2021.

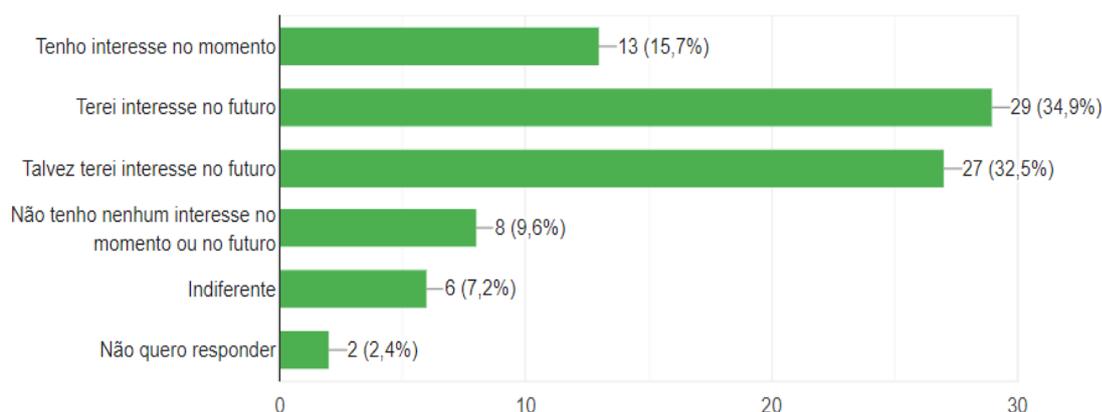
Além da alta (33,7%), seguida de moderada (24,2%), possibilidade dos respondentes cursarem na UFFS, foram várias as áreas de interesse destacadas, dentre as com maior frequência foram: gestão financeira e contábil (31,3%); gestão de marketing e vendas (26,4%); empreendedorismo e inovação (25,5%); gestão de pessoas/recursos humanos (25,1%); administração pública e gestão social (20,7%) e gestão agrícola e rural (19,8%). Já outras áreas como: gestão ambiental e sustentabilidade; gestão estratégica; gestão de



sistemas/tecnologias da informação; cooperativismo; comércio exterior; gestão da produção e operações foram as com menores quantitativos de marcações.

Outro dado relevante diz respeito a seguinte questão aplicada aos empresários: Qual seu interesse em contratar pessoas com formação em ADMINISTRAÇÃO ou GESTÃO para sua empresa ou negócio? Desta pergunta ocorreram 83 respostas, que estão apresentadas na Figura 1.4.

Figura 1.4. Interesse do público empresário de contratar pessoas com formação em Administração.



Fonte: UFFS, 2021.

O Grupo de Trabalho (GT) realizou a audiência pública no dia 14 de outubro de 2021, quando foi realizado o debate e apresentação do diagnóstico sobre o interesse e as preferências das pessoas da região sobre o ensino superior e, especialmente, o interesse ao curso de graduação em Administração. A audiência ficou disponível no canal do Youtube da UFFS *Campus* Laranjeiras do Sul, com a participação de vários representantes da comunidade regional (UFFS, 2021).

Dentre as entidades participantes da audiência pública, destacam-se: Movimento dos Pequenos Agricultores (MPA); Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas (SEBRAE) – Paraná; Coordenadoria das Associações Comerciais e Empresariais do Centro-Oeste do Paraná (CACICOPAR); Sistema de Cooperativas de Crédito do Brasil (SICOOB); Câmara de vereadores de Laranjeiras do Sul e Cândói; Associação Comercial e Industrial de Laranjeiras do Sul (ACILS) e Associação Comercial, Industrial e Empresarial de Cândói (ACIERCAN); Servidores técnicos e professores da UFFS; Conselhos Municipais; representantes de empresas e estudantes da UFFS.

Pela audiência pública a comunidade pôde expor posições, preocupações e reflexões sobre o curso, dando voz, permitindo o envolvimento e participação; razão pela qual em 2022 o GT continuou a elaboração da proposta.



Outro fator relevante é que a UFFS já possui parcerias institucionais estratégicas. Destaca-se o acordo de cooperação com o SEBRAE/PR a partir de 2021, que visa potencializar a cultura do empreendedorismo e inovação na região e cumprir o eixo de debate 11 de Tecnologia, Inovação e Desenvolvimento Social (PDI, 2019-2023). O acordo tem vigência de cinco anos e possui como objetivos fortalecer a cultura e a participação da UFFS no ecossistema de empreendedorismo e inovação da região Cantuquiriguaçu e difundir a cultura de inovação em todos os cursos de graduação e comunidade regional. As atividades serão essenciais e o Curso de Administração poderá contribuir efetivamente, com impacto positivo para fortalecer o que já está em andamento na universidade.

Além dos aspectos relacionados à participação da comunidade, cabe ressaltar que a procura por cursos da área de administração são, pela maioria, maiores com relação aos demais cursos, de acordo com os dados divulgados pelo Ministério da Educação, conforme o Conselho Federal de Administração (2019):

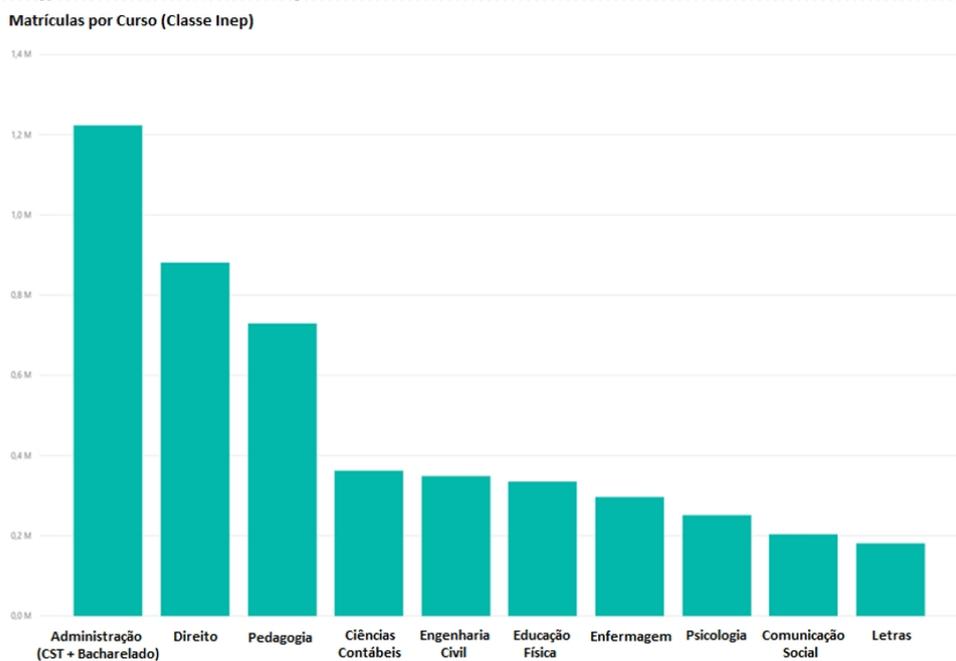
O Ministério da Educação divulgou, em setembro, os dados do Censo da Educação Superior 2018. De acordo com o levantamento, os cursos da área da administração são os que concentram o maior número de alunos: nos Cursos Superiores de Tecnologia em Gestão (CST) são 666.054 matriculados; enquanto o curso de bacharelado em Administração tem 703.254 estudantes.

No ranking de matriculados apenas dos cursos de bacharelado, os dados compilados mostram que a Administração ficou em segundo lugar. No entanto, embora o curso de Pedagogia seja o curso com maior número de matrículas no ensino superior, a soma dos Cursos Superiores de Tecnologia e de Bacharelado posiciona a Administração como a área que concentra o maior número de estudantes nesse nível de educação.

Dessa forma, o curso de administração tem sido concorrido e procurado pela maioria dos brasileiros (Figura 1.5).



Figura 1.5. Cursos mais procurados no Brasil – Censo 2018.



Fonte: CFA (2019).

É importante destacar que as matrículas no Ensino à Distância (EAD) superam o número de matrículas do ensino presencial. Fato que justifica que o curso será ofertado, parcialmente, a distância (EaD), sendo esta uma tendência competitiva perante as modalidades totalmente presenciais (CFA, 2019). As ofertas de vagas à distância superam o ensino presencial, e este fator é relevante e presente no contexto nacional e regional. Apesar da competitividade e da maior procura, a oferta do Curso de Administração da UFFS terá o compromisso com a qualidade do ensino, propondo-se como inovador em integrar estratégias para entregar à sociedade um profissional qualificado, com as competências profissionais requeridas pela comunidade.

Durante o ano de 2020, a UFFS criou ao âmbito da Assessoria de Inovação Tecnológica na Educação - ASSITEC, o Programa de Ampliação e Consolidação de Tecnologias e Inovação no Contexto Educacional – PRACTICE, por meio da Portaria N° 610/GR/UFFS/2020, que objetiva estruturar ambientes e capacitar agentes educacionais para a produção e mediação de conteúdos por meio de tecnologias baseadas em metodologias ativas, de modo a contribuir para a promoção da inovação no processo de ensino-aprendizagem por componentes curriculares e extracurriculares da UFFS.

De acordo com a Portaria N° 2332/GR/UFFS/2022 que revogou a Portaria N° 610/GR/UFFS/2020, as competências do programa PRACTICE proporciona subsídios à oferta do curso *online*, pois compete ao PRACTICE:



- I - Estruturação de ambientes que possibilitem a gravação, transmissão, edição e produção de conteúdos educacionais nas mais variadas plataformas de distribuição de conteúdo;
- II - Adaptação de algumas salas de aulas atuais para o oferecimento de aulas remotas interativas;
- III - Capacitação didática de docentes para a oferta de aulas remotas interativas, de maneira síncrona e assíncrona, bem como, o fomento para o desenvolvimento de tecnologias inovadoras próprias da UFFS voltadas à interação, criação, curadoria e distribuição de conteúdos de acesso público;
- IV - Capacitação dos estudantes e sugestão de adequação de programas de Assistência Estudantil para oportunizar a participação de todos, bem como, sugestão para adequação do acervo bibliotecário em plataforma digital;
- V - Proporcionar que o presente Programa tenha alcance em todos os *Campi* da UFFS com o mesmo nível de interação e atuação.

Estes fatores, somados, justificam a proposta da carga horária assíncrona e síncrona, de acordo com a Portaria MEC n.º 2.117/2019, que as Instituições de Ensino Superior (IES) poderão aplicar a nova regra de porcentagem *online* por todos os cursos presenciais, com exceção do curso de Medicina.

Dessa forma, por ser um curso generalista, a Administração atrai muitos estudantes, além de ser a área com maior empregabilidade (CFA, 2019), portanto, terá como resultado a melhoria do desenvolvimento local e regional ao contexto da UFFS. O Curso de Administração da UFFS deve proporcionar uma visão holística, analítica, crítica e integrada de mundo e de organizações.

As motivações elencadas neste documento vão além das demandas regionais, pois a proposta do curso de Administração está respaldada no debate político e epistemológico da UFFS, no seu contexto histórico. Ao ambiente interno, a oferta do curso vincula-se a vários outros cursos, podendo contar com docentes que atuam nas áreas das Ciências Sociais, Educação, Ciências Econômicas, Engenharias e Interdisciplinares em Educação do Campo. Além disso, docentes que atuam pelos Domínios Comum e Conexo terão papel fundamental na formação do administrador. A proposta apresenta-se como uma abordagem complementar ao campo das Ciências Sociais Aplicadas e poderá, pelo futuro, viabilizar a oferta de um Programa de Pós-Graduação *Stricto Sensu*.



5 REFERENCIAIS ORIENTADORES

5.1 Referenciais ético-políticos

Como referencial é relevante destacar o histórico de criação da UFFS no contexto da sua região de abrangência, conforme Plano de Desenvolvimento Institucional (2019-2023):

A Universidade Federal da Fronteira Sul está localizada na Mesorregião Grande Fronteira do Mercosul, um território que engloba partes dos três estados do Sul do Brasil e que é marcado pelas longas distâncias dos chamados centros dinâmicos da economia regional, as capitais dos estados, e pela forte presença da agricultura familiar. Ao longo da história, foi marcada pela quase ausência do Estado, em especial no que se refere à adoção de políticas públicas para infraestrutura, saúde e educação. Além disso, a ocupação do território exigiu grandes esforços dos colonos, seja pelas dificuldades impostas pelas condições ambientais, seja pelos intensos conflitos pela posse da terra (PDI, 2019-2023).

A origem da UFFS reflete-se na sua missão, de (1) assegurar o acesso à educação superior como fator decisivo para o desenvolvimento da Mesorregião Grande Fronteira Mercosul, a qualificação profissional e a inclusão social; (2) desenvolver atividades de Ensino, Pesquisa e Extensão, buscando a interação e a integração das cidades e dos estados que compõem a Mesorregião Grande Fronteira Mercosul e seu entorno; (3) promover o desenvolvimento regional integrado — condição essencial para a garantia da permanência dos cidadãos graduados na Mesorregião Grande Fronteira Mercosul e a reversão do processo de litoralização hoje em curso (UFFS, 2015a).

O Curso de Administração vincula-se diretamente com os pressupostos filosóficos, políticos e acadêmicos norteadores do Projeto Pedagógico Institucional, como: respeito à identidade universitária da UFFS, o que a caracteriza como espaço privilegiado para o desenvolvimento simultâneo do ensino, da pesquisa e da extensão; integração orgânica das atividades de ensino, pesquisa e extensão desde a origem da instituição; educação superior de qualidade e comprometida com a formação de cidadãos conscientes e compromissados com o desenvolvimento sustentável e solidário da Região Sul do País; democracia e autonomia, que respeitem a pluralidade de pensamento e a diversidade cultural, com a garantia de espaços de participação dos diferentes sujeitos sociais; combate às desigualdades sociais e regionais, incluindo condições de acesso e permanência no ensino superior, especialmente da população mais excluída do campo e da cidade; confiança na agricultura familiar como um setor estruturador e dinamizador do processo de desenvolvimento regional; busca permanente por uma universidade pública, democrática e popular; comprometimento com o avanço da arte, da



ciência, da cultura e da justiça como forma de alcançar a melhoria da qualidade de vida para todos (PDI, 2019-2023).

Dessa forma, o Curso assume os princípios institucionais em que o processo investigativo e pedagógico está vinculado organicamente com os processos sociais (PDI, 2019-2023). Dentre os referenciais ético-políticos é importante correlacioná-los com os princípios do ensino da graduação, na promoção do acesso à ciência e tecnologia; promoção de currículo que instiga a formação profissional e cidadã; fomentar a cooperação entre os membros da comunidade acadêmica de diferentes cursos e *campi* da UFFS; enfim, comprometidos com o humanismo, a pluralidade, a justiça cognitiva, autonomia intelectual para a inovação e ao empreendedorismo, a cooperação, a sustentabilidade e a transformação da sociedade. Estes aspectos ético-políticos estão correlacionados com a indissociabilidade entre Ensino, Pesquisa e Extensão, além de contemplar a interdisciplinaridade para uma intervenção mais qualificada da realidade (I COEPE, 2011).

Os compromissos institucionais serão norteadores e fundamentais, como: I - gratuidade do ensino; II - educação como bem público; III - equidade de condições de acesso e permanência dos diferentes sujeitos sociais na Educação Superior; IV - compromisso com a inclusão e a justiça social e combate às desigualdades sociais e regionais; V - defesa da dignidade e dos direitos humanos e combate aos preconceitos de qualquer natureza; VI - respeito à liberdade de aprender, ensinar, pesquisar e divulgar o pensamento, a arte e o saber, e apreço à tolerância no acolhimento de posicionamentos e posturas acadêmicas divergentes; VII - vinculação entre a educação, o trabalho e as práticas sociais e valorização da experiência extraescolar; VIII - universalidade do conhecimento, amparada na interdisciplinaridade e no pluralismo de ideias e de concepções pedagógicas; IX - indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão; X - integração entre formação geral, de área e específica nos currículos; XI - diálogo permanente com a comunidade regional da abrangência da Instituição; XII - desenvolvimento cultural, artístico, científico, tecnológico e socioeconômico regional e nacional, de forma sustentável; XIII - gestão democrática e ética no trato da coisa pública; XIV - legalidade, impessoalidade, moralidade, imparcialidade, publicidade, eficiência, eficácia e efetividade (UFFS, 2015).

Além disso, as Diretrizes Curriculares Nacionais para os cursos de Administração (CNE/CES, 2021) descreve qual é o perfil desejado do graduado, em que sua capacidade de compreensão deve considerar uma série de fatores, como:



Art. 2º O perfil do egresso do Curso de Graduação em Administração deve expressar um conjunto coerente e integrado de conteúdos (saber), competências (saber fazer), habilidades (saber fazer bem) e atitudes (querer fazer), que inclua as capacidades fundamentais descritas nestas Diretrizes e que seja coerente com o ambiente profissional para o qual o egresso será preparado, seja ele local, regional, nacional ou global.

O curso de Administração ainda contempla um processo, que supera a sua realidade regional ao que se refere aos conteúdos, pois deve buscar e revelar inter-relação com a realidade nacional e internacional, de acordo com perspectiva histórica e contextualizada da sua aplicabilidade nas organizações e como a utilização de tecnologias inovadoras, inter-relacionando seus conteúdos diversos.

O Conselho Nacional de Educação (CNE/CES, 2021) destaca o conjunto de conteúdos e habilidades do Administrador apresenta um equilíbrio adequado de competências humanas, analíticas e quantitativas. Dentre as diversas áreas de estudos de Administração, que colocam pesquisa e extensão na prática, estão *Marketing*, Processos, Recursos Humanos e Finanças. Tais áreas podem estar sendo contempladas com estudos em organização do primeiro, do segundo e do terceiro setor.

Diante do contexto recente das novas Diretrizes Curriculares Nacionais (CNE/CES, 2021), destaca-se o alinhamento com as normativos internos da UFFS no contexto ético-político, que envolve o humanismo, pluralidade, justiça cognitiva, a autonomia intelectual, cooperação, sustentabilidade, transformação social, indissociabilidade entre o ensino, a pesquisa e extensão e a interdisciplinaridade, de acordo com a I Conferência de Ensino Pesquisa e Extensão (COEPE). O princípio da pluralidade diz respeito à natureza da própria Universidade que, em seu conceito, abarca a pluralidade, ao reconhecer a universalidade numa tripla dimensão:

- a) o universal enquanto encontro da humanidade consigo mesma, isto é, com a multiplicidade de saberes produzidos ao longo da história por diferentes grupos humanos;
- b) o universal enquanto multiplicidade de interpretações feitas historicamente acerca da origem e do sentido de seus saberes;
- c) o universal enquanto orientação ético-política de construção da história na qual possam conviver distintas formas de organização e de significação da existência, uma história como “progresso do todo” contraposta ao “progresso no todo”.



5.2 Referenciais epistemológicos

A dimensão ética, estética e epistemológica, concebe o ser humano como capaz de aprender, de ser e de conviver em diferentes situações de ensino e aprendizagem (PDI, 2019-2023), com concepções teórico-epistemológicas de uma educação popular e democrática. Portanto, busca ampliar os diálogos entre o conhecimento científico e popular, mediante o exercício teórico-conceitual e a reflexão crítica sobre a Educação Popular no contexto do Ensino Superior Brasileiro.

De acordo com o PDI (2019-2023) os aspectos e princípios epistemológicos a serem observados são:

I- Humanismo: O princípio diz respeito ao reconhecimento da humanidade que se faz presente em cada ser humano. Pressupõe uma abertura para a alteridade. Trata-se de um princípio indispensável a uma educação que queira fazer jus ao seu conceito de formadora do ser humano e, de modo especial, à formação do pesquisador, como forma de relação que estabelece com o objeto investigado. Traduz-se na capacidade de se indignar diante de qualquer forma de injustiça e de perda da dignidade humana; pela manifestação da solidariedade e do companheirismo; pela busca da igualdade combinada com o respeito às diferenças culturais, étnicas, de gênero, de opções de vida, de estilos pessoais e do respeito às decisões coletivas; pela sensibilidade ecológica e pelo respeito ao meio ambiente, entre outros.

II- Pluralidade: O princípio diz respeito à natureza da própria Universidade que, em seu conceito, abarca a pluralidade, ao reconhecer a universalidade numa tripla dimensão:

- a) o universal enquanto encontro da humanidade consigo mesma, isto é, com a multiplicidade de saberes produzidos ao longo da história por diferentes grupos humanos;
- b) o universal enquanto multiplicidade de interpretações feitas historicamente acerca da origem e do sentido de seus saberes;
- c) o universal enquanto orientação ético-política de construção da história na qual possam conviver distintas formas de organização e de significação da existência, uma história como “progresso do todo” contraposta ao “progresso no todo”.

III- Justiça cognitiva: O princípio diz respeito à democratização plena de todas as formas de saber produzidos historicamente, especialmente os conhecimentos científicos e tecnológicos que a Universidade abriga, desenvolve e aprimora. O acesso e a apropriação social de tais saberes são condições essenciais para o desenvolvimento do humano e para a justiça social. A Universidade pode contribuir decisivamente para a justiça cognitiva, na medida em que proporciona aos jovens e aos grupos sociais excluídos o acesso aos saberes sistematizados, historicamente produzidos e socialmente legitimados, possibilitando o redimensionamento do conhecimento.

IV- Autonomia intelectual: O princípio diz respeito a uma condição ética e cognitiva no exercício do pensamento. Trata-se de preparar o indivíduo para embasar suas decisões e práticas na reflexão crítica da realidade histórica. Significa superar o mero cultivo da especulação inspirada em modelos ideais, que deixa os indivíduos incapazes de orientar-se no mundo, assim como o esforço de diferenciação individual visando afirmar-se diante da lógica competitiva que se impõe como realidade autonomizada, sem sujeito. O desenvolvimento de uma postura investigativa pelas atividades de Ensino da Graduação e da Pós-graduação, articuladas entre si e amparadas da Pesquisa e da Extensão, é primordial para o desenvolvimento da autonomia intelectual. A produção de autonomia do pensamento decorre necessariamente do cultivo permanente da interrogação e da problematização.



V- Cooperação: O princípio diz respeito à forma de relação que os seres humanos estabelecem entre si para regular as suas relações com a natureza, e encontra no trabalho a referência para humanizar a realidade natural e social. Trata-se de um princípio que se contrapõe ao individualismo econômico moderno e à instrumentalização racional que o embasa, que busca conferir sentido humano ao Ensino, à Pesquisa e à Extensão através da participação coletiva e solidária na organização e desenvolvimento das atividades acadêmicas. A cooperação implica o agir solidário, tanto na produção, quanto na apropriação e distribuição dos resultados nas distintas atividades humanas.

VI- Sustentabilidade: O princípio da sustentabilidade diz respeito a um conjunto amplo de princípios, valores, conhecimentos e práticas individuais e coletivas que procuram repensar/superar o atual modelo de desenvolvimento e promover dinâmicas que primem por justiça social e por relações mais solidárias e responsáveis entre o ser humano e a natureza. Implica construir alternativas ao atual modelo de produção e de consumo, que tem nas necessidades do mercado a sua principal referência e que reduz a natureza à condição de objeto e o ser humano à condição de consumidor. A sustentabilidade tem uma dimensão ética latente: ela implica um equilíbrio dinâmico entre as necessidades humanas e a capacidade da natureza de satisfazê-las. A sustentabilidade ecológica, nesse sentido, implica sustentabilidade social, econômica, espacial e cultural.

VII- Transformação social: O princípio diz respeito à orientação social do fazer acadêmico no âmbito do Ensino, da Pesquisa e da Extensão. Trata-se de um princípio que aposta na contextualização e na interpretação histórica e crítica como perspectiva de qualificar a intervenção social. Requer o reconhecimento da pertinência das demandas sociais a partir de sua contextualização histórica, objetivando conferir-lhes uma orientação emancipatória. O princípio se traduz numa postura política voltada para o desenvolvimento de um processo investigativo e pedagógico vinculado organicamente aos processos sociais, comprometido com a construção de práticas orientadas pela justiça social, pela radicalidade democrática, por valores humanistas e coletivistas.

VIII- Indissociabilidade entre o Ensino, a Pesquisa e a Extensão: O princípio diz respeito, sobretudo, à articulação dialética entre a teoria e a prática para construir um fazer acadêmico socialmente relevante. Contrapõe-se à operacionalização e à massificação da Universidade que resulta na degradação do Ensino, na mercantilização da Pesquisa e na funcionalização da Extensão.

IX- Interdisciplinaridade: O princípio diz respeito ao processo de construção do conhecimento que, por meio do diálogo e da integração entre diferentes saberes e disciplinas, possibilita a composição de interpretações mais abrangentes e complexas, e uma intervenção mais qualificada na realidade.” (PDI, 2019).

Para o Curso de Administração o conhecimento será considerado como algo dinâmico e de forma que possa responder aos desafios da atualidade (CAMPOS, 1997). Dessa forma, o conhecimento deve ser tratado de forma dialógica e menos determinista (GONÇALVES-MAIA, 2011; ALMEIDA, 2010), de forma que o pensamento seja constantemente repensado, o que proporcionará uma reforma da cultura e da educação (MORIN, 2012) na formação do homem, reduzindo as especialidades e aumentando a interdisciplinaridade. A reflexão epistemológica da Administração deve ser constante no curso de administração, de modo que o curso esteja sempre acompanhando os novos cenários colocados no âmbito da construção do conhecimento.



A administração como ciência social deve estar presente e acompanhando as configurações da sociedade, de forma que estas configurações resultem em novos conhecimentos. Portanto, além da abertura para a interdisciplinaridade e à transdisciplinaridade, Campos (1997) defende uma postura não dogmática e o comprometimento ético dos produtores e usuários das teorias. O curso deve permitir a interação com as organizações, de forma que a teoria e prática estejam em sinergia. Na universidade ou, no curso de administração, é que ocorre a circulação do conhecimento, cooperação, divergência, a interação, aperfeiçoamento e a produção incessante.

No campo epistemológico da área da Administração, as dimensões da epistemologia são tratadas de forma específica (SERVA, 2017). Cabe ainda considerar que as abordagens epistemológicas centradas ao pragmatismo e às práticas organizacionais, ou seja, abordagens centradas à ação, com alinhamento de correntes pragmatistas (GONÇALVES et al., 2015; MATARAZZO; SERVA, 2017; CAITANO; SERVA, 2017), teoria ator-rede (MORAES; ANDION; PINHO, 2015; VILLAR; ROGLIO, 2017) aproximação das teorias com a realidade empírica; estudos baseados em práticas (PIMENTEL; NOGUEIRA, 2016; MOURA; BISPO, 2016), com a análise das práticas organizacionais em diversos setores da economia, é uma das dimensões a ser considerada pelo currículo do curso.

A aproximação das abordagens filosóficas para aprofundar a reflexão teórica sobre o objeto dos chamados estudos organizacionais também deverá ser abordada no curso. Além disso, os pesquisadores do curso terão a liberdade de ofertar à ciência social formas alternativas de produção científica (FARIA, 2016). A filosofia pode contribuir aos estudos sobre os fenômenos organizacionais (CHAERKI; MATITZ, 2016), à crítica a modernidade (SILVA; MARCELINO, 2016) e à construção de pesquisa e extensão, que contribua para os diversos métodos a serem estudados incluindo a *grounded theory*, ou, teorias fundamentadas por dados com o foco das ações está pela natureza da interação.

Outro fator é a racionalidade nas organizações, que por sua vez, será campo de atuação dos futuros administradores do curso, em compreender a construção das formas de racionalidade humana, presentes no discurso organizacional. Além disso, a formação do administrador deverá considerar os aspectos que influenciam a tomada de decisões, ou seja, todos os componentes que afetam o particular e o social. Instrumentalizar os acadêmicos com conhecimentos científicos, técnicos e políticos de modo a propiciar-lhes a formação voltada ao exercício da função de Administrador.



O campo da administração pública também será objeto de construção do conhecimento, quando comparada à administração de empresas, o gestor deve observar de que forma as configurações da sociedade estão se desenhando para aplicar conhecimentos por sua prática social. Compreender os aspectos da gestão pública afetam, conseqüentemente, todo o escopo de atuação do administrador à compreensão científica sobre os caminhos e compromissos dos gestores com a sociedade. Neste campo, e outros, a interação com o curso de Ciências Econômicas e Ciências Sociais da UFFS *Campus* Laranjeiras do Sul será primordial, pois o diálogo com as demais ciências e a história serão essenciais para a formação.

A abordagem de desenvolvimento local também é elemento de construção do conhecimento, pois é orientada com base nas realidades locais e chave para construção científica no âmbito da administração. A construção do conhecimento na região da Cantuquiriguaçu e demais regiões do Paraná terá impactos significativos no contexto local. Espera-se essa interlocução por meio dos componentes dos Domínios Comum (cursos de todos os *campi*) e Conexo (cursos do *campus*).

A sustentabilidade é tema relevante para a construção do currículo do curso de administração, por mais inovador e empreendedor que se deseja formar um profissional, de nada resolverá se este estiver desligado da concepção da sustentabilidade, com construção de conhecimento e resultados para a sociedade, economia, meio ambiente e política. O conhecimento em administração considera os impactos da dinâmica organizacional em todas as dimensões (ALENCASTRO, 2012), seja social, ambiental, territorial, econômico e político (SACHS, 2008; 2009), no conhecimento baseado na mobilização interna, ou seja, no desenvolvimento a partir de dentro, includente, sustentável e sustentado. Dessa forma, considerar a distribuição de renda, os aspectos sociais, emprego e qualidade de vida, respeitando a tradição e inovação dentro do processo cultural humano, preservando recursos e ecossistemas naturais, melhorando o ambiente urbano e rural, superando as disparidades entre regiões com economia equilibrada e uma política nacional democrática, contribuem para o desenvolvimento sustentável (SACHS, 2002).

A inovação é outro fator que vem sendo abordado com frequência nos últimos anos (SERVA, 2017), por isso é utilizada tanto na construção de teoria científica quanto na aplicação dos conhecimentos na prática, resultando em benefícios para a sociedade. Para isso, as habilidades técnica, humana e conceitual serão essenciais, além da capacidade inovadora em identificar novas competências emergentes. A **habilidade técnica** consiste na proficiência e especialização/compreensão de uma atividade, o que envolve procedimentos, ferramentas e



métodos que exigem conhecimentos especializados, por sua vez, a **habilidade humana ou política** para a capacidade em trabalhar com outras pessoas, grupos e constituir esforços conjuntos em equipe dirigida. Enfim, a **habilidade conceitual** que é ampla para reconhecer questões dinâmicas e complexas, para examinar fatores conflitantes nestas questões e consiste numa visão sistêmica do todo, nas diversas funções da organização e dependência ou interdependência. Por fim, o conjunto de conteúdos, competências e habilidades a serem construídos no curso, constituem a sequência de ações que permitirão entregar para a sociedade um gestor com equilíbrio adequado de competências humanas, analíticas e quantitativas, conforme estabelece o PDI (2019-2023).

5.3 Referenciais metodológicos

A metodologia do curso de Administração utilizará de diversos recursos e instrumentos das modalidades presencial e EaD, que permitam integrar teoria e prática, aos escopos do ensino, da pesquisa e da extensão, além de preservar a autonomia dos docentes e peculiaridades/especificidades de cada CCR, direcionando esforços da equipe do curso em sintonia com os discentes para aprimoramento do planejamento, por meio de práticas pedagógicas inovadoras. O percurso proposto observa a diversidade cultural, cognitiva e a complexa teia de relações, que envolvem a constituição do humano (PDI, 2019-2023), onde busca-se propor e desenvolver um percurso (currículo) de vivências (cognitivas, procedimentais, atitudinais), que corroborem o desenvolvimento de um perfil profissional capaz de compreender criticamente as relações nas quais se insere e mais: capaz de propor e intervir a esta direção por meio de sua atuação profissional, que é também política.

No ensino, dentro do que estabelece a Diretriz Curricular Nacional para os cursos de Administração (CNE/CES, 2021), a metodologia utilizada abrange aulas expositivas, práticas, aulas dialogadas, resolução de exercícios e estudos de caso, análise de filmes e documentários, leitura de textos científicos e de notícias relacionadas à Administração, debates de temas relevantes, a produção de trabalho individual e em grupo, apresentação de seminários, visitas técnicas, pesquisa em bibliotecas, aulas em laboratórios, resolução de exercícios em laboratório de informática (como componentes curriculares de Administração da Produção), uso de tecnologia e aplicativos – jogos e aplicação de modelos de negócios (como componentes de Gestão da Tecnologia e TIC e de Gestão Estratégica), além de fóruns de discussão, *workshops*, dinâmicas de grupos, eventos e palestras.



O referencial para o ensino tem por pressuposto internalizar conhecimentos de Processos, de Inovação, de Controladoria, de Gestão de Pessoas e de *Marketing* – considerados básicos a um Administrador para se diferenciar por meio de novas e de disruptivas soluções sistêmicas para problemas complexos; Analisar relatórios de gestão para tomada de decisão assertiva, considerando as informações desses relatórios como conhecimento de competências e de habilidades das relações interpessoais; E, por fim, compreender o comportamento das pessoas para empreender e comunicar o real valor a ser agregado pelo consumidor, que considera a origem mais sustentável de serviços e/ou de produtos, de modo a contribuir para os desenvolvimentos local, regional de forma globalizada formando o Administrador como cidadão globalizado e envolvido com as tecnologias e os modelos mais modernos de gestão. Todos esses conhecimentos devem ter consideração aos *stakeholders*, que se relacionam com o profissional voltado ao ambiente, à sociedade e à governança corporativa (ESG).

A aprendizagem e seu contexto afetam a metodologia de ensino, e conforme a Resolução nº 5, de 14 de outubro de 2021, que contém a Diretriz Curricular Nacional (CNE/CES, 2021) no artigo n.º 10, os métodos devem se orientar nas premissas de que:

I - a aprendizagem é favorecida quando o estudante assume postura ativa no processo de aprendizagem;

II - a aprendizagem é favorecida quando o estudante está intrinsecamente motivado para o aprendizado, condição que por sua vez é favorecida quando o estudante exerce sua autonomia no processo de aprendizagem, percebe o propósito do que está aprendendo e sente-se capaz de aprender;

III - o desenvolvimento das competências requer que o estudante pratique a habilidade em ambientes similares ao da futura realidade de atuação e recebam *feedback* construtivo em relação ao seu desempenho;

Considerando que o método de ensino pressupõe a relação aluno-universidade-sociedade, os métodos podem ser adaptados ao contexto de realidade, que o ambiente seja mais propício à aprendizagem. Sobre a Estrutura Curricular do curso de Administração, contribuirão para uma trajetória extensionista e propositiva em pesquisa. A extensão será efetivada pelas Atividades Curriculares de Extensão e Cultura (ACE), Atividades Curriculares Complementares (ACC) e Componentes de Extensão e Cultura (CEC). Quanto à pesquisa será desenvolvida por ACC's e pelos seguintes CCR's: Iniciação à prática científica, Técnicas de pesquisa, Trabalho de Conclusão de Curso (TCC) I e TCC II.

Consonante à Resolução nº 5, de 14 de outubro de 2021 qual consta a Diretriz Curricular Nacional do Curso de Graduação em Administração (CNE-CES, 2021), o curso



deve, conforme artigo n.º 3, proporcionar aos seus egressos, ao longo da formação, além dos conhecimentos, ao menos as seguintes competências gerais:

I - integrar conhecimentos fundamentais ao Administrador - Para além de apenas deter conhecimentos fundamentais, o egresso deve ser capaz de integrá-los para criar ou aprimorar de forma inovadora os modelos de negócios, de operacionais e organizacionais, para que sejam sustentáveis nas dimensões sociais, ambientais, econômicas e culturais. Entre os conhecimentos fundamentais incluem-se os de Economia, Finanças, Contabilidade, Marketing, Operações e Cadeia de Suprimentos, Comportamento Humano e Organizacional, Ciências Sociais e Humanas e outros que sirvam às especificidades do curso;

II - abordar problemas e oportunidades de forma sistêmica - Compreender o ambiente, modelar os processos com base em cenários, analisando a inter-relação entre as partes e os impactos ao longo do tempo. Analisar problemas e oportunidades sob diferentes dimensões (humana, social, política, ambiental, legal, ética, econômico-financeira);

III - analisar e resolver problemas - Formular problemas e/ou oportunidades, utilizando empatia com os usuários das soluções, elaborar hipóteses, analisar evidências disponíveis, diagnosticar causas prováveis e elaborar recomendações de soluções e suas métricas de sucesso passíveis de testes;

IV - aplicar técnicas analíticas e quantitativas na análise de problemas e oportunidades - Julgar a qualidade da informação, diferenciando informações confiáveis de não confiáveis, e de que forma ela pode ser usada como balizadora na tomada de decisão. Identificar, sumarizar, analisar e interpretar informações qualitativas e/ou quantitativas necessárias para o atingimento de um objetivo inicial. Julgar a relevância de cada informação disponível, diferenciando meras associações de relações causais. Comunicar suas conclusões a partir da construção e análise de gráficos e de medidas descritivas. Identificar os contextos em que técnicas de inferência estatística possam ser utilizadas e, por meio delas, julgar até que ponto os resultados obtidos em uma amostra podem ser extrapolados para uma população;

V - ter prontidão tecnológica e pensamento computacional - Compreender o potencial das tecnologias e aplicá-las na resolução de problemas e aproveitamento de oportunidades. Formular problemas e suas soluções, de forma que as soluções possam ser efetivamente realizadas por um agente de processamento de informações, envolvendo as etapas de decomposição dos problemas, identificação de padrões, abstração e elaboração de sequência de passos para a resolução;

VI - gerenciar recursos - Estabelecer objetivos e metas, planejar e priorizar ações, controlar o desempenho, alocar responsabilidades, mobilizar as pessoas para o resultado;

VII - ter relacionamento interpessoal - Usar de empatia e outros elementos que favoreçam a construção de relacionamentos colaborativos, que facilitem o trabalho em time e a efetiva gestão de conflitos;

VIII - comunicar-se de forma eficaz - Compartilhar ideias e conceitos de forma efetiva e apropriada à audiência e à situação, usando argumentação suportada por evidências e dados, deixando claro quando suportada apenas por indícios, com a preocupação ética de não usar dados para levar a interpretações equivocadas;

IX - aprender de forma autônoma - Ser capaz de adquirir novos conhecimentos, desenvolver habilidades e aplicá-las em contextos novos, sem a mediação de professores, tornando-se autônomo no desenvolvimento de novas competências ao longo de sua vida profissional.

Dessa forma, os referenciais metodológicos estão centrados na construção de estratégias de aprendizagem, com base nas ferramentas e princípios institucionais. Estes princípios deixam evidentes as exigências postas aos professores, aos alunos e à própria instituição para garantir a construção de programas e/ou estratégias de aprendizagem que viabilizem a realização dos objetivos propostos para o curso de Administração. Na direção de uma didática complexa, as situações de aprendizagem a serem criadas, nos diferentes espaços de realização do curso, no âmbito da UFFS, incorporam e relacionam os saberes já conhecidos, tanto por parte dos alunos quanto



dos professores, com os desafios a serem enfrentados na construção de novos saberes para fazer frente à realidade e às demandas provenientes do mundo do trabalho como um todo e do trabalho do administrador em específico.” (CNE/CES. 2021).

Dessa forma, os referenciais metodológicos estão centrados na construção de estratégias de aprendizagem, com base nas ferramentas e princípios institucionais. Estes princípios deixam evidentes as exigências postas aos professores, aos alunos e à própria instituição para garantir a construção de programas e/ou estratégias de aprendizagem que viabilizem a realização dos objetivos propostos para o curso de Administração. Na direção de uma didática complexa, as situações de aprendizagem a serem criadas, nos diferentes espaços de realização do curso, no âmbito da UFFS, incorporam e relacionam os saberes já conhecidos, tanto por parte dos alunos quanto dos professores, com os desafios a serem enfrentados na construção de novos saberes para fazer frente a realidade e às demandas provenientes do mundo do trabalho como um todo e do trabalho do administrador em específico (CNE/CES. 2021).

Sobre a grande área da pesquisa, é importante destacar os grupos de pesquisa já existentes cadastrados via Diretório de Grupos de Pesquisa do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq):

- Grupo de Pesquisa em Economia e Desenvolvimento – GPED. Área predominante: Ciências Sociais Aplicadas; Economia;
- Grupo de pesquisa em gestão e governança em cooperativas e pequenos negócios. Área predominante: Ciências Sociais Aplicadas; Administração.

Ressaltam-se que outros grupos podem ser criados e os docentes podem ser atrelados a grupos já existentes na Universidade, envolvidos diretamente à área de Administração, ou de forma indireta. Destaca-se a revista científica do *campus* “Regionem: Revista Interdisciplinar em Desenvolvimento Sustentável”, que tem como assunto principal a sustentabilidade, porém, considera outros temas correlatos.

Sobre a grande área do ensino, ressaltam-se dois projetos de ensino específicos: a Empresa Júnior e o grupo de estudos Liga de Investimentos, com maiores detalhes no subtópico 15.3. Os projetos de monitoria, totalizam 25 a todos os cursos de Laranjeiras do Sul, sendo que desses, há projetos de monitorias contemplando mais de um curso, multidisciplinarmente, com CCR’s dos Domínios Comum, Conexo e Específico. Sobre pós-graduação, o curso de Ciências Econômicas já ofertou o curso *lato sensu* Especialização em Economia Empresarial e Gestão de Pequenos Negócios e pode ser ofertado, novamente, com docentes da área de Administração. Posteriormente, há a previsão de viabilizar a oferta de um



curso de Programa de Pós-Graduação *stricto sensu* de forma interinstitucional e intercampi a ser submetido à CAPES (Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior), vinculado ao Ministério da Educação: o Mestrado Profissional em Administração Pública. Sobre cursos *stricto sensu*, correlacionados indiretamente, há o Mestrado em Agroecologia em Laranjeiras do Sul (PR). No *campus* Cerro Largo (RS) o Mestrado em Ambiente e Tecnologias Sustentáveis e o Mestrado em Desenvolvimento e Políticas Públicas. Uma parceria com a Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC) é o Doutorado Interinstitucional em Educação Científica e Tecnológica. Contudo, destacam-se os cursos de graduação em Administração já existentes na UFFS, em Chapecó (RS), Cerro Largo (RS), além de Administração Pública em Realeza (PR).

Sobre a grande área da extensão, destaca-se o programa UFFS Portas Abertas, com oportunidades para apresentar os projetos e as ações de pesquisa e de ensino à comunidade dentro da Universidade, semestralmente, em conjunto com feiras e *workshops*. O *Workshop Verde* é destaque com variadas oficinas diferentes, abordando temas do CCR de Responsabilidade Socioambiental e de outros. Por fim, o projeto “Educação empreendedora, tecnologia e inovação no município de Laranjeiras do Sul”, está cadastrado ao Edital nº 287/GR/UFFS/2023 de modo a divulgar a Universidade às diversas organizações, primariamente educacionais, presentes na comunidade regional. O curso de Administração da UFFS de Laranjeiras do Sul possui como diferencial das demais Instituições de Ensino Superior, a interdisciplinaridade pelos componentes curriculares do Domínio Comum de todos os *campi* da UFFS e como diferencial do próprio *campus* Laranjeiras do Sul, componentes do Domínio Conexo com os cursos locais, a exemplo do curso mais afim, que é o de Ciências Econômicas. Além disso, possui CCR’s específicos do curso englobando o chamado Domínio Específico dividindo-se pelos Eixos de Gestão das Organizações e de Gestão da Inovação. Esses domínios e eixos concretizam a articulação entre ensino, pesquisa e extensão.

5.4 Referenciais legais e institucionais

No âmbito geral, em relação aos referenciais legais, o Curso de Administração – Bacharelado responde ao estabelecido nas seguintes normatizações:

5.4.1 No âmbito nacional



Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996 – estabelece as diretrizes e bases da educação nacional.

Decreto nº 4.281, de 25 de junho de 2002 – regulamenta a Lei nº 9.795, de 27 de abril de 1999 – que dispõe sobre a inclusão da educação ambiental em todos os níveis e modalidades de ensino, observando: I – a integração da educação ambiental às disciplinas de modo transversal, contínuo e permanente; e II – a adequação dos programas já vigentes de formação continuada de educadores.

Portaria nº 3.284, de 07/11/2003 – dispõe sobre requisitos de acessibilidade de pessoas portadoras de deficiências, para instruir os processos de autorização e de reconhecimento de cursos, e de credenciamento de instituições.

Resolução nº 1, de 17 de junho de 2004 – institui as Diretrizes Curriculares Nacionais das Relações Étnico-Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana e obriga as Instituições de Ensino Superior a incluírem nos conteúdos de disciplinas e atividades curriculares dos cursos que ministram, a Educação das Relações Étnico-Raciais, bem como o tratamento de questões e temáticas que dizem respeito aos afrodescendentes, nos termos explicitados no Parecer CNE/CP nº 3/2004.

Decreto nº 5.626, de 22 de dezembro de 2005 – regulamenta a Lei no 10.436, de 24 de abril de 2002 e o art. 18 da Lei no 10.098, de 19 de dezembro de 2000, que dispõe sobre a inserção obrigatória de Língua Brasileira de Sinais – Libras para todos os cursos de Licenciatura e a inserção optativa para todos os cursos de bacharelado.

Lei nº 11.645, de 10 de março de 2008 – altera a Lei nº 9.394/1996, modificada pela Lei nº 10.639, de 09 de janeiro de 2003 e inclui no currículo oficial da Rede de Ensino a obrigatoriedade da temática História e Cultura Afro-Brasileira.

Lei nº 11.788, de 25 de setembro de 2008 – dispõe sobre estágio de estudantes.

Resolução nº 01, de 17 de junho de 2010 – normatiza o Núcleo Docente Estruturante de cursos de graduação da Educação Superior como um grupo de docentes, com atribuições acadêmicas de acompanhamento, atuante no processo de concepção, consolidação e contínua atualização do projeto pedagógico do curso.

Resolução nº 01, de 30 de maio de 2012 – estabelece as Diretrizes Nacionais para a Educação em Direitos Humanos. Estabelece a necessidade de que os Projetos Pedagógicos de Curso contemplem a inserção dos conhecimentos concernentes à Educação em Direitos Humanos na organização dos currículos da Educação Básica e da Educação Superior, baseada no Parecer CNE/CP nº 8/2012.

Decreto nº 7.824, de 11 de outubro de 2012 – regulamenta a lei no 12.711, de 29 de agosto de 2012, que dispõe sobre o ingresso nas universidades federais e nas instituições federais de ensino técnico de nível médio (Legislação de cotas).

Lei nº 12.764, de 27 de dezembro de 2012 – institui a Política Nacional de Proteção dos



Direitos da Pessoa com Transtorno do Espectro Autista, e altera o § 3º do art. 98 da Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990, garantindo a este público acesso à educação e ao ensino profissionalizante.

Referenciais de Acessibilidade na Educação Superior e a avaliação in loco do Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior (SINAES) – MEC/2013.

Lei nº 13.005, de 25 junho de 2014 – aprova o Plano Nacional de Educação, com vigência até 2024, tendo definido a seguinte estratégia para atingimento da Meta 12 (elevação da taxa bruta de matrícula na educação superior): “assegurar, no mínimo, 10% (dez por cento) do total de créditos curriculares exigidos para a graduação em programas e projetos de extensão universitária, orientando sua ação, prioritariamente, para áreas de grande pertinência social”.

Decreto nº 9.235, de 15 de dezembro de 2017 – dispõe sobre o exercício das funções de regulação, supervisão e avaliação de instituições de educação superior e cursos superiores de graduação e pós-graduação no sistema federal de ensino.

Portaria nº 21, de 21 de dezembro de 2017 – dispõe sobre o sistema e-MEC, sistema eletrônico de fluxo de trabalho e gerenciamento de informações relativas aos processos de regulação, avaliação e supervisão da educação superior no sistema federal de educação, e o Cadastro Nacional de Cursos e Instituições de Educação Superior Cadastro e-MEC.

Resolução CNE nº 7, de 18 de dezembro de 2018 - Estabelece as Diretrizes para a Extensão na Educação Superior Brasileira e regimenta o disposto na Meta 12.7 da Lei nº 13.005/2014, que aprova o Plano Nacional de Educação - PNE 2014-2024 e daí outras providências.

Portaria nº 2.117, de 6 de dezembro de 2019 - Dispõe sobre a oferta de carga horária na modalidade de Ensino a Distância - EaD em cursos de graduação presenciais ofertados por Instituições de Educação Superior – IES pertencentes ao Sistema Federal de Ensino.

5.4.2 *Âmbito institucional:*

PPI – Projeto Pedagógico Institucional, que aponta os princípios norteadores da UFFS, que são 10 pontos, onde se destaca o respeito à identidade universitária, integrando ensino, pesquisa e extensão, o combate às desigualdades sociais e regionais, o fortalecimento da democracia e da autonomia, através da pluralidade e diversidade cultural, a garantia de universidade pública, popular e de qualidade, em que a ciência esteja comprometida com a superação da matriz produtiva existente e que valorize a agricultura familiar como um setor estruturador e dinamizador do desenvolvimento.

PDI – Plano de Desenvolvimento Institucional, documento que identifica a UFFS no que diz respeito à missão a que se propõe, às diretrizes pedagógicas que orientam suas ações, à sua estrutura organizacional e às atividades acadêmicas que desenvolve e/ou pretende desenvolver.

Resolução nº 01 – CONSUNI/CGRAD/UFFS/2011 – institui e regulamenta, conforme a Resolução CONAES nº 01, de 17 de junho de 2010, e respectivo Parecer Nº 04, de 17 de junho de 2010, o Núcleo Docente Estruturante – NDE, no âmbito dos cursos de graduação da Universidade Federal da Fronteira Sul e estabelece as normas de seu funcionamento.



Resolução nº 11 – CONSUNI/UFFS/2012 - reconhece a Portaria nº 44/UFFS/2009, cria e autoriza o funcionamento dos cursos de graduação da UFFS.

Resolução nº 33 - CONSUNI/UFFS/2013 – institui o Programa de Acesso e Permanência dos Povos Indígenas (PIN) da Universidade Federal da Fronteira Sul.

Resolução nº 6 - CGRAD/UFFS/2015 – aprova o Regulamento do Núcleo de Acessibilidade da UFFS, que tem por finalidade primária atender, conforme expresso em legislação vigente, servidores e estudantes com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades/superdotação quanto ao seu acesso e permanência na Universidade Federal da Fronteira Sul (UFFS), podendo desenvolver projetos que atendam a comunidade regional.

Resolução nº 7 – CONSUNI/CGRAD/UFFS/2015 – aprova o regulamento de estágio da UFFS e que organiza o funcionamento dos Estágios Obrigatórios e Não-Obrigatórios.

Resolução nº 2 – CONSUNI/PPGEC/2016 – Aprova a Política de Cultura da Universidade Federal da Fronteira Sul.

Resolução nº 04 – CONSUNI/PPGEC/2017 - Aprova a Política de Extensão da Universidade Federal da Fronteira Sul.

Resolução nº 10 – CONSUNI/CGRAD/UFFS/2017 – regulamenta o processo de elaboração/reformulação, os fluxos e prazos de tramitação dos Projetos Pedagógicos dos Cursos de Graduação da UFFS.

Resolução nº 04 – CONSUNI/CGAE/UFFS/2018 - regulamenta a organização dos componentes curriculares de estágio supervisionado e a atribuição de carga horária de aulas aos docentes responsáveis pelo desenvolvimento destes componentes nos cursos de graduação da UFFS.

Resolução nº 16 - CONSUNI/UFFS/2019 - Institui o Programa de Acesso e Permanência a Estudantes Imigrantes (PRÓ-IMIGRANTE), no âmbito da Universidade Federal da Fronteira Sul.

Resolução nº 23 - CONSUNI/PPGEC/2019 - Aprova o Regulamento da Extensão e Cultura da Universidade Federal da Fronteira Sul

Resolução nº 93 – CONSUNI/UFFS/2021 - Aprova as diretrizes para a inserção de atividades de extensão e de cultura nos currículos dos cursos de graduação e pós-graduação da Universidade Federal da Fronteira Sul.

Resolução nº 39 - CONSUNI/CGRAD/UFFS/2022 – Institui o Núcleo de Apoio Pedagógico (NAP) da Universidade Federal da Fronteira Sul (UFFS)

Resolução nº 40 - CONSUNI CGAE/UFFS/2022 – normatiza a organização e o funcionamento dos cursos de graduação da UFFS. Estabelece os princípios e objetivos da



graduação, define as atribuições e composição da coordenação e colegiado dos cursos de graduação, normatiza a organização pedagógica e curricular, as formas de ingresso, matrícula, permanência e diplomação, além de definir a concepção de avaliação adotada pela UFFS. (Regulamento da Graduação da UFFS)

Resolução nº 106 - CONSUNI/UFFS/2022 - Estabelece normas para distribuição das atividades do magistério superior da Universidade Federal da Fronteira Sul.

Resolução nº 42 - CONSUNI CGAE/UFFS/2023 - dispõe sobre a oferta de componentes curriculares ministrados na modalidade de Educação a Distância (EaD) nos cursos de graduação presenciais da UFFS.

Resolução nº 43/ CONSUNI CGAE/UFFS/2023 - Regulamenta os procedimentos para a aproveitamento de componente curricular (CCR) nos cursos de graduação da UFFS mediante o aproveitamento de conhecimentos prévios.

5.4.3 Específicas do curso

Resolução nº 2/2007 - CNE/CES - dispõe sobre carga horária mínima e procedimentos relativos à integralização e duração dos cursos de graduação, bacharelados, na modalidade presencial.

Resolução nº 5/2021 – CNE/CES - Institui as Diretrizes Curriculares Nacionais do Curso de Graduação em Administração.



6 OBJETIVOS DO CURSO

6.1 Objetivo Geral

Formar bacharéis em administração aptos a atuarem na criação e gestão de organizações, com eficácia e eficiência adequadas ao contexto social no qual esta atividade se insere.

6.2 Objetivos Específicos

1-Promover formação técnica e científica em áreas de atuação características da formação em Administração, sejam elas: Processos, Inovação, Controladoria, Gestão de Pessoas e Marketing, de forma a capacitar o administrador a novas e disruptivas soluções sistêmicas para problemas complexos.

- a. Analisar relatórios de gestão para tomada de decisão assertiva;
- b. Compreender o comportamento das pessoas para empreender e comunicar o real valor a ser agregado pelo consumidor, que considera a origem mais sustentável de serviços e/ou de produtos, de modo a contribuir aos desenvolvimentos local, regional e à globalização;
- c. Formar Administrador como cidadão globalizado e envolvido com as tecnologias e os modelos mais modernos de gestão, considerando o ambiente, a sociedade e a governança corporativa (ESG).

Espera-se cumprir este objetivo específico por meio dos Domínios Formativos e Eixos específicos do curso.

- d. Qualificar administradores para atuar em parceria público-privado.

2-Desenvolver o poder da crítica à aprendizagem organizacional de dados, de informações e de conhecimentos empreendedores.

- a. Capacidade de analisar dados de gestão, a exemplo de recursos humanos e financeiros, considerando, não somente como mais um número, mas sim as relações humanas e ambientais de todos os cenários otimistas ou pessimistas quais podem ocorrer;



b. Compreender o significado de dados e informações contextualizados à era da informação, que reforçam a organização que aprende e reintegra o ser humano ao tema da sustentabilidade;

c. Compreender a gestão de conhecimento como o acesso à informação da origem do que está para ser produzido, compliance e transformação digital necessários a combinar dados e informações;

d. Identificar o papel do conhecimento das origens dos problemas estruturais e/ou conjunturais para uma tomada de decisão mais socioambiental, para geração de publicações e de relatórios com qualidade técnica de pesquisa e desenvolvimento.

Espera-se cumprir este objetivo específico por meio da aplicação prática das teorias ministradas pelos Componentes Curriculares Regulares (CCR's).

3-Promover o entendimento da importância da responsabilidade social para a comunidade ao entorno da Universidade, todas as origens e as nacionalidades, tanto as maiorias como as minorias.

a. Entender a história da formação do *homo economicus* de modo a deixar de lado todo preconceito para respeitar quaisquer raça, cor ou crença religiosa.

b. Nunca tratar de modo desrespeitoso quem estiver precisando de qualquer serviço/produto. A abordagem para qualquer pessoa deve ser das mesmas formas cordial, humilde e gentil.

c. O Administrador como servidor, e não como ser servido, faz parte da formação ética e moral da proposição deste curso.

Espera-se cumprir este objetivo específico por meio dos eventos previstos e das diversas ações com a comunidade, que colocam em prática os CCR's.



7 PERFIL DO EGRESSO

Conforme o Conselho Nacional de Educação (2021), o perfil do egresso deve expressar um conjunto coerente e integrado de: saber; saber fazer; saber fazer bem e querer fazer, que seja coerente com o ambiente profissional local, regional, nacional ou global, além do dever de apresentar um equilíbrio adequado de competências humanas, analíticas e quantitativas.

O perfil do egresso do Curso de Administração da UFFS, *Campus Laranjeiras do Sul*, caracteriza-se pela qualificação para atuar na gestão de organizações, bem como atuar na interface entre a esfera pública e privada, amparado nos conhecimentos da ciência da administração pública a partir de uma formação técnica, científica, empreendedora e inovadora, além de uma formação ética e multidisciplinar, que permita ao egresso desenvolver senso crítico e visão sistêmica, para compreender o seu contexto socioeconômico, ambiental e contribuir com o desenvolvimento sustentável da região.

No exercício de sua profissão, o egresso do Curso de Administração deverá possuir as seguintes habilidades e competências:

A. Reconhecer e definir problemas, equacionar soluções, pensar estrategicamente, introduzir modificações no processo produtivo, atuar preventivamente, transferir e generalizar conhecimentos e exercer, em diferentes graus de complexidade, o processo da tomada de decisão;

B. Desenvolver expressão e comunicação compatíveis com o exercício profissional, inclusive nos processos de negociação e nas comunicações interpessoais ou intergrupais;

C. Refletir e atuar criticamente sobre a esfera da produção, compreendendo sua posição e função na estrutura organizacional sob seu controle e gerenciamento;

D. Desenvolver raciocínio lógico, crítico e analítico para operar com valores e formulações matemáticas presentes nas relações formais e causais entre fenômenos produtivos, administrativos e de controle, expressando-se de modo crítico e criativo diante dos diferentes contextos organizacionais e sociais;

E. Ter iniciativa, criatividade, determinação, vontade política e administrativa, vontade de aprender, abertura às mudanças e consciência da qualidade e das implicações éticas do seu exercício profissional;

F. Desenvolver capacidade de transferir conhecimentos da vida e das experiências cotidianas para o ambiente de trabalho e campo de atuação profissional, em diferentes modelos organizacionais, revelando-se profissional adaptável;



- G. Desenvolver capacidade para elaborar, implementar e consolidar projetos;
- H. Desenvolver capacidade para realizar consultoria em gestão e administração, pareceres e perícias administrativas, gerenciais, organizacionais, estratégicas e operacionais;
- I. Realizar empreendimentos em conjunto com demais administradores e/ou empresários locais;
- J. Contribuir para construção de projetos de desenvolvimento regional, internalizar valores de responsabilidade social, justiça e ética profissional;
- K. Capacidade de atuar de forma interdisciplinar, multidisciplinar e transdisciplinar;
- L. Promover negócios, produtos ou serviços inovadores;
- M. Estabelecer redes de parcerias pessoais e institucionais;
- N. Ter capacidade para exercício de funções administrativas, de chefia, direção, coordenação.

As competências devem ser compreendidas como tendo seu desenvolvimento ao longo do curso, não pela simples exposição a um Componente Curricular Regular (CCR), requerendo que o estudante pratique a capacidade em ambientes similares ao da futura realidade de atuação e receba *feedback* construtivo em relação ao seu desempenho. Prevê-se, que o acompanhamento do egresso, bem como sua área de atuação e outros detalhes sejam monitorados pós-curso. Dessa forma, os conteúdos para atingir o perfil desejado serão trabalhados dentro das atividades, dos serviços, das práticas supervisionadas e das áreas de estudo.



8 ORGANIZAÇÃO CURRICULAR

A organização curricular do Curso de Administração – Bacharelado, no *Campus* Laranjeiras do Sul, terá 3.000 horas por oito semestres e será disciplinar, entre os eixos Gestão da Inovação, o Eixo da Gestão das Organizações e objetiva construir a formação de profissionais com capacidades humanas, analíticas e qualitativas, numa abordagem de totalidade do contexto das organizações e das pessoas. Para atingir o perfil do egresso a UFFS utiliza-se de três domínios de formação, sendo os Domínios Comum, Conexo e Específico, portanto, os Componentes Curriculares Regulares (CCR's) de formação básica estão diluídos aos três. Por essa direção, a organização do currículo do curso segue as determinações da Resolução nº 5/2021 – CNE/CES e da Resolução nº 2/2007 – CNE/CES, ao que diz respeito a carga horária e período para integralização, compreendendo:

Quadro 2: Divisão da carga horária total entre os domínios

DOMÍNIOS	Horas
Comum	420
Conexo	60
Específico	1920
Componentes de Extensão e Cultura (CEC)*	90
Atividades Curriculares de Extensão e Cultura (ACE)*	210
Atividades Curriculares Complementares (ACC)	300
Total	3000

Fonte: UFFS, 2023.

*A meta de 10% da carga horária total do curso em Extensão e Cultura está contemplada pelo total de 300 horas divididas por atividades ACE e por CEC's.

Além do Domínio Comum, que proporciona a formação básica, e do Domínio Conexo, concebido para integrar a Administração – Bacharelado com os demais cursos do *campus*, a organização curricular apresenta o Domínio Específico, próprio da formação do bacharel em Administração. As 1.920 horas do Domínio Específico contemplam Estágio Curricular Supervisionado e Trabalho de Conclusão do Curso (TCC). As Atividades Curriculares Complementares totalizam 300 horas. Tem-se que o total do curso representa 3.000 horas (Quadro 2).

A organização curricular segundo a ótica institucional da UFFS ocorre a partir dos três domínios e tem por objetivo assegurar que todos os estudantes da instituição recebam uma formação cidadã, científico-técnica, humanístico-histórica, interdisciplinar e profissional. Sob essa base organizacional, os CCRs do curso foram estabelecidos a partir dos princípios gerais que orientam a organização de um projeto coletivo de formação e da organização curricular



da Universidade, de acordo com os objetivos do perfil do egresso definido neste Projeto Pedagógico.

8.1 Articulação entre os domínios curriculares

Conforme prevê a atual forma de organização curricular da UFFS, o currículo dos cursos de graduação é constituído de um corpo de conhecimentos organizados por três domínios, expressos pela Estrutura Curricular por CCR's e outras modalidades de organização do conhecimento.

O curso de graduação em Administração - bacharelado, ofertado no *Campus* Laranjeiras do Sul-PR, tem por referencial o *modus operandi* institucional de integração entre três domínios complementares de conhecimento: Domínio Comum, Domínio Conexo e Domínio Específico. Esses três domínios mantêm uma relação orgânica e integrada desde o primeiro nível do curso.

O Domínio Comum tem como objetivo inserir os acadêmicos no contexto da universidade e na produção do conhecimento por meio de dois eixos. O primeiro eixo é o de contextualização acadêmica, em que o estudante desenvolve habilidades e competências ligadas à leitura, à interpretação e à produção de conhecimento em diferentes linguagens. O segundo é o de formação crítico social, em que o estudante desenvolve a capacidade de interpretar as relações de poder, as valorações sociais e ambientais, a organização socio político-econômica e cultural das sociedades, compreender a realidade, contextualizar valores e práticas políticas, assumir responsabilidades e agir criticamente.

O Domínio Conexo compreende aqueles CCR's situados pela interface que o curso de graduação em Administração – bacharelado faz com outras áreas do conhecimento. O objetivo é oportunizar o diálogo interdisciplinar com outros cursos de graduação oferecidos no *Campus* da UFFS de Laranjeiras do Sul-PR.

O Domínio Específico caracteriza-se pelo conjunto de CCR's identificadas como próprias do curso de Administração, voltadas à formação profissional. Nesse sentido, e com base pelas habilidades, pelas competências e pelos conteúdos específicos definidos por meio das Diretrizes Curriculares Nacionais, o Domínio Específico propõe desenvolver, ao discente, a capacidade de reconhecer e definir problemas, de equacionar soluções, e de pensar estrategicamente em diferentes contextos organizacionais.

Assim, os Domínios Comum, Conexo e Específico do curso de graduação em Administração – bacharelado da UFFS *Campus* Laranjeiras do Sul-PR, estão articulados entre



si e alinhados com a Resolução nº 40/CGAE/CONSUNI/2022; a Resolução n.º 9/CONSUNI/CGAE/UFFS/2018 da Universidade Federal da Fronteira Sul; e a Resolução n.º 5/2021 do Conselho Nacional de Educação, que institui as diretrizes curriculares dos Cursos de Graduação em Administração, em todo o território nacional. Dessa forma, em resumo o Domínio Comum é, no currículo institucional, o principal responsável pela contextualização acadêmica e pela formação crítico social do estudante; O Domínio Conexo promove a interface entre diferentes áreas de conhecimento, objetivando a formação e o diálogo interdisciplinar entre diferentes cursos e o Domínio Específico, capacita para as especificidades do exercício profissional.

8.1.1 CCR's do Domínio Comum

O processo de criação dos CCR'S do Domínio Comum nos cursos de graduação da Universidade Federal da Fronteira Sul fundamentou-se ao debate acerca da necessidade de balizar os estudantes ingressantes do ensino superior, uma vez que eles, em geral, provêm de uma Educação Básica com deficiências estruturais.

A Resolução nº 4/CONSUNICGRAD/UFFS/2014 traz a definição do Domínio Comum:

“Entende-se por Domínio Comum o conjunto de componentes curriculares, dos quais todos os cursos de graduação da UFFS devem adotar o mínimo 420 horas e o máximo 660 horas, organizado em dois eixos de formação, a saber:

- a) contextualização acadêmica: com o objetivo de desenvolver habilidades e competências de leitura, de interpretação e de produção em diferentes linguagens que auxiliem a se inserir criticamente na esfera acadêmica e no contexto social e profissional;
- b) formação crítico social: com o objetivo de desenvolver uma compreensão crítica do mundo contemporâneo, contextualizando saberes que dizem respeito às valorações sociais, às relações de poder, à responsabilidade socioambiental e à organização sociopolítico-econômica e cultural das sociedades, possibilitando a ação crítica e reflexiva, nos diferentes contextos.” (UFFS, 2014).

Os CCR's que compõem o Domínio Comum são obrigatórios para todos os estudantes do curso. São dispostos em dois eixos: contextualização acadêmica 240 horas e formação crítico social 180 horas, perfazendo 420 horas (Quadro 3).



Quadro 3: CCR's que compõem o Domínio Comum do curso de Administração.

DOMÍNIO COMUM	
COMPONENTE CURRICULAR	TOTAL Horas
EIXO CONTEXTUALIZAÇÃO ACADÊMICA	
Estatística básica	60
Iniciação à prática científica	60
Matemática B	60
Produção textual acadêmica	60
EIXO FORMAÇÃO CRÍTICO SOCIAL	
Direitos e cidadania	60
História da Fronteira Sul	60
Meio Ambiente, Economia e Sociedade	60
Total	420

Fonte: UFFS, 2023.

O curso de Administração adotará o total de 420 horas aos CCR's do Domínio Comum.

8.1.2 CCR's do Domínio Conexo

Os CCR's que compõem o Domínio Conexo, são obrigatórios para todos os estudantes do curso. No *Campus* Laranjeiras do Sul, o Domínio Conexo (Resolução nº 44/CONSCLS/UFFS/2023) é formado por CCR's que são ofertados para mais de um curso de graduação. Esses CCR's permitem que os alunos tenham uma formação interdisciplinar, inclusive com a possibilidade de turmas formadas por estudantes de cursos diferentes.

Os CCR's são: Responsabilidade socioambiental; e Inovação e Empreendedorismo. Diferente do Domínio Comum, que busca a interdisciplinaridade pelos *campi* e do Domínio Conexo com todos os cursos do *campus*, este eixo vem suprir a carência de integração dos cursos com o seu ecossistema, além da prática dos conceitos ensinados nas salas de aulas, consonantes à DCN (2021). A interdisciplinaridade é representada aos ofertados conjuntamente ou simultaneamente, com outros cursos correlatos, tais como Ciências Econômicas e Engenharia de Alimentos, sem deixar de atender ao objetivo de formação do egresso, cujo temas podem ser inseridos aos CCR's específicos.

Além de haver diversos CCR's conexos com outros cursos, o curso de Administração prevê o CCR pertencente ao Domínio Conexo: Responsabilidade Socioambiental (Ciências Econômicas); e Inovação e Empreendedorismo (Engenharia de Alimentos) (Quadro 4). Os acadêmicos tem a possibilidade de cursar outros CCR's do Domínio Conexo, eles serão ofertados no rol de optativos do curso.



Quadro 4: CCR's que compõem o Domínio Conexo do Curso de Administração

DOMÍNIO CONEXO		
Código	COMPONENTE CURRICULAR	TOTAL Horas
GCS0744	Responsabilidade Socioambiental	30
GCS0714	Inovação e Empreendedorismo	30
Total		60

Fonte: UFFS, 2023.

O Regulamento de Graduação institucional aponta que o Domínio Conexo contenha a integração com os demais cursos do *campus*, pois os CCRs também são ofertados pelos demais cursos, a exemplo do curso de Ciências Econômicas. Esses CCR's estão compilados ao Domínio Conexo.

8.1.3 Domínio Específico

Os CCR's que constituem o Domínio Específico do Curso de Administração – Bacharelado, no *Campus* Laranjeiras do Sul, contemplam variados CCR's para a formação do egresso, como: Introdução à Educação a Distância, Administração da produção I e II; Gestão de Custos e Orçamento Empresarial; Cálculo Aplicado à Administração; Comportamento Organizacional; Contabilidade Introdutória; Controladoria de Gestão; Estágio Curricular Supervisionado I; Técnicas de Pesquisa; Estágio Curricular Supervisionado II; Gestão de Pessoas I e II; Gestão da Tecnologia e TIC (Tecnologia da Informação e Comunicação); Gestão Estratégica; Gestão de *Marketing*; Introdução à Administração; Logística Integrada; Macroeconomia I; Microeconomia I; Optativas I a IV visam dar maior autonomia e preparação de CCR's que atendam ao perfil do egresso; além disso, Trabalho de Conclusão de Curso I e Trabalho de Conclusão de Curso II.

O domínio específico está dividido por dois eixos principais, aos quais os CCR's são distribuídos:

- 1) Eixo Gestão das Organizações: Introdução à administração; Gestão de Pessoas I e II; Gestão de Custos e Orçamento Empresarial; Comportamento Organizacional e Controladoria de Gestão. O Eixo Gestão aborda aspectos gerais ao contexto das organizações está, diretamente, integrado com as atividades desenvolvidas ao Eixo da Inovação, buscando integrar as dimensões técnicas, científicas, econômicas, sociais, ambientais e éticas com o contexto geral do curso;



- 2) Eixo Gestão da Inovação: Gestão da Tecnologia e TIC; Logística Integrada; e Administração da Produção I e II. O Eixo da Inovação acaba integrando as estratégias utilizadas pelos demais eixos, bem como o que é trabalhado pelos Domínios Comum e Conexo. Também, estará ligado com ações de extensão e de cultura para potencializar a temática na comunidade acadêmica e contribuir com o objetivo do curso.

Dessa forma, o Domínio Específico considera o contexto do perfil do egresso do curso, considerando o mercado de trabalho. A distribuição por eixos considera a relevância das competências a serem desenvolvidas pelo Administrador; de forma que ele possa contemplar as competências gerais do egresso (CNE-CES, 2021).

Figura 1.6. O PPC e o contexto do Administrador



Fonte: CFA (2022).



Portanto, o Domínio Específico do Curso de Administração segue o estabelecido pela Resolução CNE/CES nº 5/2021, que traz duas novas vertentes:

Uma delas se refere à importância da elaboração de diretrizes alicerçadas por competências, enfatizando a conexão entre a teoria e a prática, condição fundamental ao processo de formação do Administrador demandado pelo mercado de trabalho. A outra vertente tem como premissa a realização de práticas profissionais supervisionadas. A proposta estabelece que os discentes desenvolvam práticas profissionais em Administração, que podem ser realizadas em parte durante o curso, com supervisão profissional e, principalmente, no último semestre do curso, com vistas a consolidar as competências que o profissional deve obter no decorrer de sua vida acadêmica. (CFA, 2022, p. 15).

O desenvolvimento dos CCR's do Domínio Específico contempla o estímulo às atividades acadêmicas, tais como: trabalhos de iniciação científica, competições acadêmicas, projetos interdisciplinares e transdisciplinares, projetos de extensão e de cultura, atividades de voluntariado, visitas técnicas, trabalhos em equipe, desenvolvimento de protótipos, monitorias, participação em empresas juniores, incubadoras e outras atividades que desenvolvam a cultura empreendedora.

Além disso, o desenvolvimento dos conteúdos específicos será fortalecido por meio das parcerias existentes no *Campus* Laranjeiras do Sul, a exemplo do acordo de cooperação com o Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas (SEBRAE) do Paraná (SEBRAE/PR) durante 2021, que visa potencializar a cultura do empreendedorismo e inovação na região. O acordo tem vigência de cinco anos e possui como objetivos fortalecer a cultura e a participação da UFFS no ecossistema de empreendedorismo e inovação da região Cantuquiriguaçu e difundir a cultura de inovação em todos os cursos de graduação e comunidade regional. As atividades serão essenciais e o Curso de Administração poderá contribuir efetivamente, com impacto positivo para fortalecer o que já está em andamento na Universidade. Além disso, o acordo prevê a colaboração técnica com troca de experiências, onde os profissionais do SEBRAE poderão atuar no *campus* em atividades diversas, visando contribuir também com o desenvolvimento do curso de Administração.

Como conjunto de ações capazes de conectar os temas discutidos aos CCR's com as necessidades do mercado, haverá o incentivo à realização de ações práticas, como:

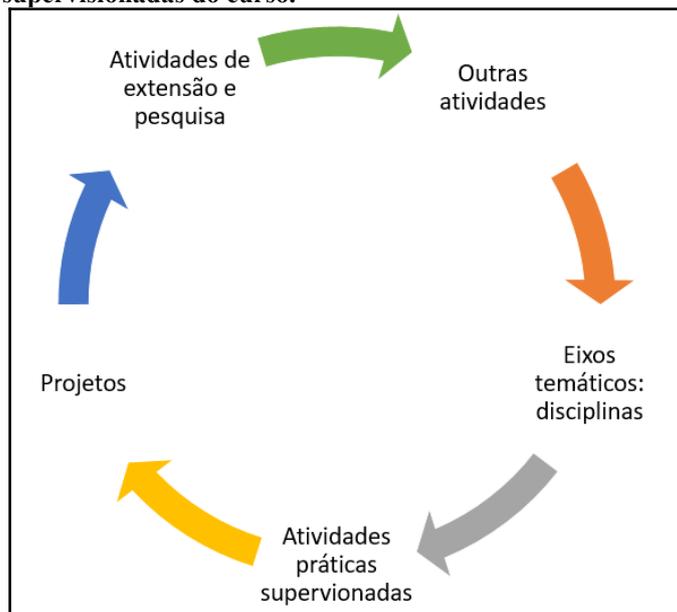
- a) Empresas Juniores ou Assessorias Juniores: Realizadas com a supervisão de professores, podem ser organizados atendimentos, pesquisas e atividades de consultoria e assessoria para empresas ou para a comunidade;



- b) Projetos de Mentorias para MPEs e comunidade: os alunos nos semestres finais, através de empresas juniores ou através de programas específicos, apoiam empresas, profissionais e comunidades em capacitação desenvolvimento de ações;
- c) Visitas Técnicas e Empresas: Visitas em outra região geográfica, visando realizar *benchmark* e principalmente perceber as boas práticas locais e tecnologias, em funcionamento;
- d) Organização de eventos da UFFS ou de entidades parceiras: Os alunos, através da Empresa Jr. ou através de um programa específico podem ser envolvidos na organização dos eventos acadêmicos da instituição ou serem colaboradores na organização de eventos de entidades parceiras;
- e) Programas de intercâmbio: Estudantes podem ser enviados para realizarem parte dos estudos em outra região, como forma de vivenciar uma realidade alternativa à sua, fazendo uma imersão na cultura e atividades profissionais locais;
- f) Realização de Pesquisas: Mediante a orientação de docentes, os alunos podem realizar pesquisas ao longo de sua vida acadêmica, conectadas com os temas dos CCR's, no ecossistema produtivo onde estão inseridos;
- g) Projetos conjuntos com outros cursos: no sentido de fomentar a multiculturalidade e multidisciplinaridade, desenvolvimento de ações envolvendo distintos cursos, conjuntamente com os alunos destes.

As diferentes abordagens realizadas no curso de administração, levam em conta todo o conjunto integrado de ações, para atender as Diretrizes Curriculares Nacionais (2021), num contexto de atividades, como:

Figura 1.7. Atividades supervisionadas do curso.



Fonte: UFFS, 2023.

Os eixos de concentração dos CCR's consideram o alinhamento das competências exigidas para o perfil do egresso, para preparar acadêmicos que desenvolvam o seu conhecimento, que podemos indicar aqui como *hard skills*, e também as *soft skills* com as habilidades e atitudes para serem trabalhadas e, que devem ser desenvolvidas pelo período da formação superior, mas será desenvolvida e melhorada ao longo de toda a vida.

8.2 Oferta de CCR's no formato EaD

O Ministério da Educação (MEC), por meio da Portaria nº 2.117, de 6 de dezembro de 2019, dispõe sobre a oferta de carga horária pela modalidade de Ensino a Distância (EaD) aos cursos de graduação presenciais ofertados por Instituições de Educação Superior – IES pertencentes ao Sistema Federal de Ensino. Conforme artigo 2º “As IES poderão introduzir a oferta de carga horária da modalidade de EaD a organização pedagógica e curricular de seus cursos de graduação presenciais, até o limite de 40% da carga horária total do curso”.

Além disso, a RESOLUÇÃO Nº 42/CONSUNI CGRAD/UFFS/2023, no artigo 1º, descreve que: “Art. 1º Os Cursos de Graduação ofertados pela UFFS, reconhecidos pelo Ministério da Educação (MEC), ficam autorizados a ofertar, integral ou parcialmente, CCR's pela modalidade de Educação a Distância (EaD)”, logo, o formato EaD “é aquela que inclui atividades didáticas, módulos ou unidades de ensino-aprendizagem centrados na autoaprendizagem” aos quais a mediação didático-pedagógica é realizada com o uso “de



meios e tecnologias de informação e comunicação, com estudantes e professores desenvolvendo atividades educativas em lugares e/ou tempos diversos”.

O Curso de Administração da UFFS *Campus* Laranjeiras do Sul ofertará os CCR's apresentados ao Quadro 5 no formato EaD, conforme a regulamentação institucional, em consonância com o permitido pela Portaria MEC nº 2.117(2019), que dispõe sobre a oferta de CCR's ministrados ao formato EaD.



Quadro 5: Componentes de oferta EaD

COMPONENTES EaD			
COMPONENTE CURRICULAR	Aulas Presenciais	Aulas EaD	TOTAL
			Horas
Logística Integrada	0	90	90
Introdução à Administração	0	105	105
Introdução à Educação a Distância	0	15	15
Estágio Curricular Supervisionado I	0	15	150
Gestão de Pessoas I	60	15	75
Estágio Curricular Supervisionado II	0	15	150
Controladoria de Gestão	60	15	75
Gestão de <i>Marketing</i>	0	75	75
Gestão de Pessoas II	30	30	60
Comportamento Organizacional	0	75	75
Administração da Produção II	0	60	60
Gestão de Tecnologia e TIC	0	90	90
Total	150	600	1.020

Fonte: UFFS, 2023.

O curso ofertará 600 horas, ou seja, um total de 20% da carga horária total do curso.

Para execução dos CCR's, o curso adotará diferentes metodologias aliadas às Tecnologias de Informação e Comunicação (TIC). Recomendam-se as seguintes modalidades de uso:

- 1) O CCR Introdução à Educação a Distância traz uma etapa de apresentação dos mecanismos para familiarização do estudante com a modalidade EaD utilizada ao decorrer de todo o curso.
- 2) Utilização do Ambiente Virtual de Aprendizagem (AVA), plataforma do Sistema Integrado de Gestão de Atividades Acadêmicas (SIGAA), que consiste em uma configuração de espaço, que perpassa a presença virtual em tempo real. Os CCR's são ofertados por meio do SIGAA. A capacitação docente ao SIGAA foi realizada no *campus* de Laranjeiras do Sul de 17/04/2023 a 20/04/2023 pela Diretoria de Organização Pedagógica (DOP) em conjunto com outros departamentos da Sede da UFFS, em Chapecó. O acesso à plataforma ocorre através de login e senha dos usuários que navegam pelo ciberespaço, acessando materiais didáticos disponíveis, participando de fóruns, respondendo as tarefas, postando arquivos, enviando e-mails, dentre outras



atividades. Esse ambiente de aprendizagem permite que alunos, professores e coordenadores realizem atividades referentes ao curso em uma Turma Virtual cadastrada ao sistema. Os professores têm acesso através do Portal Docente e os alunos através do Portal do Aluno;

3) Realização e gravação de aulas por meio do sistema ConferênciaWeb e pela Comunidade Acadêmica Federada (CAFE), disponibilizado pela Rede Nacional de Ensino e Pesquisa (RNP) (<https://conferenciaweb.rnp.br>).

4) Apoio do Programa Practice UFFS - Programa de Ampliação e Consolidação de Tecnologias e Inovação no Contexto Educacional, que objetiva estruturar ambientes e capacitar agentes educacionais para a produção e mediação de conteúdos por meio de tecnologias baseadas em metodologias ativas de modo a contribuir para a promoção da inovação ao processo de ensino-aprendizagem em CCR's e extracurriculares da UFFS; utilização de serviços como: produção e edição de áudio; transmissões ao vivo; produção e edição de vídeo; trabalhos em texto e imagem;

5) Aproveitamento das estruturas de tecnologia, que serão implementadas com base ao Plano Diretor de Tecnologia da Informação e Comunicação – PDTIC – UFFS;

6) Utilização do Laboratório de Mídias Digitais da UFFS *Campus* Laranjeiras do Sul para capacitação de docentes, para a oferta de aulas telepresenciais, de formas síncrona e assíncrona, (vídeoaulas) bem como o fomento para o desenvolvimento de tecnologias inovadoras próprias da UFFS voltadas à interação, criação, curadoria e distribuição de conteúdos digitais de acesso público, gratuito e de qualidade;

7) Utilização da biblioteca digital da UFFS (<https://www.uffs.edu.br/institucional/pro-reitorias/graduacao/bibliotecas/e-books>) com acesso via pergamum; além do repositório digital da UFFS (<https://rd.uffs.edu.br/>);

8) Utilização da base de dados potencializadas pela UFFS, tais como: Biblioteca Nacional Digital (BNDigital); Agro Digital; Acesso Livre à Informação Científica da Embrapa (Alice); ArXiv; Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações (BDTD); Biblioteca Virtual de Ciências Humanas; Biblioteca Virtual em Saúde (BVS); Biomedcentral; Citas Latinoamericanas en Ciencias Sociales y Humanidades (CLASS); Directory of Open Access Journals (DOAJ); Flora Brasiliensis; Jurn; Libro Total; Portal para periódicos de livre acesso na Internet (LivRe); Many Books; OpenAIRE; Portal Catarina; Portal Domínio Público; Networked Digital Library of Theses and Dissertations (NDLTD); Net Papers: jornais on-line do mundo todo; Sistema Aberto e



Integrado de Informação em Agricultura (Sabiiia); Scientific Electronic Library Online (SciELO); SciELO Livros e Scientific Periodicals Electronic Library (SPELL);

9) Utilização do Portal de Periódicos da CAPES e o Portal de Periódicos da UFFS e outros meios aos CCR's, que adotarão o EaD;

10) Capacitação docente para desenvolver metodologias de comunicação síncronas (relação professor aluno em tempo agendado), tais como fóruns de discussão, chat (bate-papo), blogs, etc.;

11) Capacitação docente para desenvolver metodologias de comunicação assíncrona (que independem de lugar e tempo, a exemplo de vídeo aulas gravadas), tais como materiais didáticos de forma *online*, videoaula, enquete, bloco de anotações, etc.;

12) Integração e interação com professores dos cursos de Administração da UFFS e de outras instituições públicas para o desenvolvimento dos CCR's, com uso do Conferência Web da RNP de videoconferência e respectiva atribuição de carga horária docente;

13) Acompanhamento e orientação pelo professor e bolsista dos CCR's, sobre o gerenciamento do tempo e dos recursos didáticos às atividades online assíncronas, com o objetivo de desenvolver a autonomia do estudante;

14) Participação dos acadêmicos a eventos institucionais presenciais, híbridos ou online, que promovam a discussão, compartilhar informações, desenvolver o pensamento crítico e a capacidade de análise, síntese e avaliação, fazendo com que o acadêmico seja, ao mesmo tempo, consumidor e produtor de conhecimento.

Conforme Portaria MEC n.º 2.117 (2019), a oferta de carga horária a distância em cursos presenciais deverá incluir métodos e práticas de ensino-aprendizagem que incorporem o uso integrado de Tecnologias de Informação e Comunicação - TIC para a realização dos objetivos pedagógicos, material didático específico bem como para a mediação de docentes e de profissionais da educação com formação e qualificação em nível compatível com o previsto pelo PPC e pelo Plano de Curso do CCR. Todas as ferramentas aqui apresentadas, bem como a qualificação profissional dos professores serão trabalhados pelo curso.

O material didático se dará de forma dinâmica e interativa de forma *online*, dentro do próprio SIGAA, o qual inclui um Ambiente Virtual de Ensino e Aprendizagem (AVEA) próprio. Tal material está interligado com o Plano de Curso, com os sistemas de lançamento de notas e de frequência. Ou seja, cada docente responsável pelos CCR's irá preparar o conteúdo disponibilizado aos discentes, de forma a ser atualizada a cada semestre.



Estas são algumas recomendações, pois como pelas demais atividades do curso, cada docente tem a prerrogativa de buscar o aperfeiçoamento das metodologias propostas, em constante diálogo com os discentes, com o colegiado de curso, com o Núcleo Docente Estruturante (NDE), com o Núcleo de Apoio Pedagógico (NAP) e com a comunidade acadêmica. Considerando que os endereços eletrônicos institucionais dos servidores da UFFS estão associados à plataforma Gmail, é factível considerar que as avaliações e atividades no formato de Educação a Distância podem ser contempladas por meio da principal ferramenta que é o Moodle e outras como o Google Classroom, Google Meet e SIGAA. Além disso, conforme prevê a Resolução, as avaliações das atividades EaD serão realizadas de forma *online* via moodle, SIGAA, Google Classroom, Google Meet, mantendo o caráter diagnóstico, processual, contínuo, cumulativo e formativo que deve caracterizar todos os processos avaliativos do curso.

8.3 Atendimento às legislações específicas

1- 1- Decreto nº 4.281, de 25 de junho de 2002 – regulamenta a Lei nº 9.795, de 27 de abril de 1999 – que dispõe sobre a inclusão da educação ambiental em todos os níveis e modalidades de ensino, observando: I – a integração da educação ambiental aos CCR's de modo transversal, contínuo e permanente; e II – a adequação dos programas já vigentes de formação continuada de educadores.

Quadro 6: Tópicos ementários relacionados à temática da legislação de educação ambiental.

Decreto nº 4.281, de 25 de junho de 2002		
Componente	Tópicos ementários relacionados à temática da legislação	Referências bibliográficas do CCR, que dialogam com a temática
Responsabilidade socioambiental – 30 horas (obrigatório)	Fundamentos da responsabilidade social: responsabilidade, obrigação e sensibilidade social. Marketing social. Voluntariado. Terceiro Setor. Filantropia. Balanço social. Sustentabilidade. Gestão social. O meio ambiente. Poluição. Gestão de resíduos. Reciclagem. Sustentabilidade. Passivo ambiental. Impacto ambiental. Gestão ambiental. Normas ISO E NBR, ambiental e de responsabilidade social.	ALMEIDA, J. R. de et al. Gestão Ambiental: planejamento, avaliação, implantação, operação e verificação. Rio de Janeiro: Thex, 2000. PAULI, G. Emissão zero. Porto Alegre: Edipuc, 1996. REIS, L. F. S. D. et al. Gestão ambiental em pequenas e médias empresas. Qualitymark, 2002. TACHIZAWA, T. Gestão ambiental e responsabilidade social corporativa. São Paulo: Atlas, 2002. TACHIZAWA, Takeshy. Gestão ambiental e responsabilidade social corporativa: estratégias de negócios focadas na realidade brasileira. 6 ed. rev. e ampl. São Paulo: Atlas, 2009. 442 p. ISBN: 9788522455140.



Decreto nº 4.281, de 25 de junho de 2002		
Componente	Tópicos ementários relacionados à temática da legislação	Referências bibliográficas do CCR, que dialogam com a temática
	Projeto de responsabilidade socioambiental: diagnóstico, planejamento estratégico de RSE. Tópicos Avançados em Gestão Socioambiental.	
Meio ambiente, economia e sociedade – 60 horas (obrigatório)	Modelos produtivos e sustentabilidade. Experiências produtivas alternativas.	ALTIERI, Miguel. Agroecologia: a dinâmica produtiva da agricultura sustentável . Porto Alegre: UFRGS, 1998. FERREIRA, L. C.; VIOLA, E. (Org.). Incertezas de sustentabilidade na globalização . Campinas: Editora da UNICAMP, 1996. MAY, Peter H.; LUSTOSA, Maria Cecília; VINHA, Valéria da (Org.). Economia do meio ambiente . Teoria e Prática. Rio de Janeiro: Campus, 2003. MONTIBELLER FILHO, Gilberto. O mito do desenvolvimento sustentável . 2. ed. Florianópolis: Editora da UFSC, 2004.
Desenvolvimento territorial –60 horas (optativo)	Território e educação ambiental.	HAESBAERT, Rogério. O mito da desterritorialização: do “fim dos territórios” à multiterritorialidade . Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2004. SAQUET, Marcos Aurélio. Abordagens e Concepções de Território . São Paulo: Expressão Popular, 2007. SANTOS, Roseli Alves dos. Geografia agrária, território e desenvolvimento . São Paulo: Expressão Popular, 2010. 254 p. (Debates e perspectivas). ISBN 9788577431472. VEIGA, J. E. A face territorial do desenvolvimento. Interações , v. 3, n.5, Campo Grande, MS, p. 5-19, 2002. DOI: http://dx.doi.org/10.20435/interacoes.v3i5.565 .
Educação ambiental – 60 horas (optativo)	Histórico da Educação Ambiental no Brasil e no mundo. Conceitos de Meio Ambiente, Sustentabilidade e de Educação Ambiental. Legislação. Fundamentos políticos e pedagógicos da educação ambiental. A educação ambiental formal e não formal, a interdisciplinaridade e transversalidade do tema (PCNs). Metodologias em educação ambiental. Possibilidades de Projetos de Educação Ambiental na	ANDRADE, K. M. A. B. Educação Ambiental editora Paco, 2012. CECCON, S. Educação Ambiental Crítica e a Prática de Projetos . Instituto Paulo Freire, 2011. v. 3. FREIRE, Genebaldo. Educação ambiental: princípios e práticas e caderno de atividades . São Paulo: Global, 1998 SATO, M. Educação Ambiental . São Carlos: RiMa, 2002 SOUZA, N. M. Educação Ambiental editora Thex, 2010.



Decreto nº 4.281, de 25 de junho de 2002		
Componente	Tópicos ementários relacionados à temática da legislação	Referências bibliográficas do CCR, que dialogam com a temática
	formação do profissional da área ambiental.	
Economia e meio ambiente – 30 horas (optativo)	As diferentes visões: Economia Ecológica e Economia Ambiental. Desenvolvimento Sustentável. Modelos de desenvolvimento e crise ambiental. Modelando os problemas ambientais e as falhas de mercado. Externalidades. Políticas ambientais no Brasil. Valoração ambiental. Decrescimento.	CALLAN, S. J.; THOMAS, J. M. Economia Ambiental: aplicações políticas e teoria . Cengage Learning, 2009. DA MOTTA, R. S. Economia Ambiental . Rio de Janeiro: FGV, 2006; MAY, Peter Herman; LUSTOSA, Maria Cecília; VINHA, Valéria da. (Org.). Economia do meio ambiente: teoria e prática . Rio de Janeiro: Campus, 2003. 318 p. ISBN 8535209654.
Economia e sustentabilidade aplicada à engenharia – 45 horas (optativo)	Desenvolvimento sustentável.	CORTÊS, J.G.P. Introdução à economia da engenharia . São Paulo: Cengage Learning, 2012. FROYEN, Richard T. Macroeconomia . São Paulo: Saraiva, 2005. GREMAUD, Amaury Patrick; VASCONCELLOS, Marco Antonio Sandoval de; TONETO JÚNIOR, Rudinei. Economia brasileira contemporânea . 7 ed. São Paulo: Atlas, 2007.
Filosofia e ética – 30 horas (optativo)	Ética ambiental e princípios de Educação Ambiental. Ética das organizações e sua responsabilidade social e ecológica.	LOUREIRO, F. B. Educação ambiental: repensando o espaço da cidadania . 5 ed. São Paulo: Cortez, 2011.
História do Pensamento Econômico – 60 horas (optativo)	Globalização, neoliberalismo e a emergência do “paradigma ambiental” no debate sobre o desenvolvimento econômico.	FEIJÓ, R. História do Pensamento Econômico . São Paulo: Atlas, 2007.

Fonte: UFFS, 2023.

2- Resolução nº 1, de 17 de junho de 2004 – institui as Diretrizes Curriculares Nacionais das Relações Étnico-Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana e obriga as Instituições de Ensino Superior a incluírem nos conteúdos de CCR's e atividades curriculares dos cursos que ministram, a Educação das Relações Étnico-Raciais, bem como o tratamento de questões e temáticas que dizem respeito aos afrodescendentes, nos termos explicitados no Parecer CNE/CP nº 3/2004.



Quadro 7: Tópicos ementários relacionados à temática da legislação de Relações Étnico-Raciais.

2004		
Componente	Tópicos ementários relacionados à temática da legislação	Referências bibliográficas do CCR, que dialogam com a temática
História da fronteira sul – 60 horas (obrigatório)	Construção dos sentidos históricos. Noções de Identidade e de Fronteira. Invenção das tradições. Processos de povoamento, despovoamento e colonização. Conflitos econômicos e políticos. Choques culturais no processo de colonização. Questão indígena, cabocla e afrodescendente.	BARTH, Frederik. Grupos étnicos e suas fronteiras. In: POUTIGNAT, Philippe; STREIFF-FENART, Jocelyne. Teorias da etnicidade . Seguido de grupos étnicos e suas fronteiras de Frederik Barth. São Paulo: UNESP, 1998. p 185-228. CUCHE, Denys. A noção de cultura das Ciências sociais . Bauru: EDUSC, 1999. HALL, Stuart. A identidade cultural na pós-modernidade . 1 ed. Rio de Janeiro: DP&A Editora, 1992. HOBSBAWM, Eric. A invenção das tradições . Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1984. LE GOFF, Jacques. Memória e História . Campinas: Unicamp, 1994. PESAVENTO, Sandra Jatahy. Além das fronteiras. In: MARTINS, Maria Helena (Org.). Fronteiras culturais – Brasil, Uruguai, Argentina . São Paulo: Ateliê Editorial, 2002.
Introdução à Administração – 90 horas (obrigatório)	A tecnologia e o big data estimulam a valorização do indivíduo nas empresas e na sociedade. Respeito ao multiculturalismo étnico racial.	COOPER, Frederick. Histórias de África: capitalismo, modernidade e globalização . São Paulo Grupo Almedina 2016. LONGO, Walter. Fim da Idade Média e o início da Idade Mídia como a tecnologia e o big data estimulam a meritocracia e a valorização do indivíduo as empresas e na sociedade . Rio de Janeiro: Alta Books, 2019. SANTOS, Fernando de Almeida. Ética empresarial - política de responsabilidade social em 5 dimensões: sustentabilidade, respeito à multicultural, aprendizado contínuo, inovação, governança corporativa . 2 ed. São Paulo: Atlas, 2023.
História e cultura afro-brasileira – 60 horas (optativo)	Lei 10.639/2003 e 11.645/2008. História e cultura afro-brasileira. O Atlântico e o Brasil. Raízes africanas na sociedade brasileira. Comunidades quilombolas. Políticas de ação afirmativa.	BRASIL. Diretrizes Curriculares para a Educação das Relações Étnico-Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana . Brasília-DF, 2004. MATTOS, Regiane Augusto de. História e cultura afro-brasileira . São Paulo: Contexto, 2007. SERRANO, Carlos; WALDMAN, Maurício. Memória D'África: a temática Africana em sala de aula . São Paulo: Cortez, 2007. SOARES, Mariza de Carvalho. Rotas atlânticas da diáspora africana: da Baía do Benim ao Rio de Janeiro . Niterói: EduFF, 2007. SOUZA, Marina de Mello e. África e Brasil africano . São Paulo: Ática, 2006.
Formação Econômica do	Crise do escravismo mercantil nacional.	MELLO, J. M. C. O capitalismo tardio . São Paulo: Editora UNESP, 2009.



2004		
Componente	Tópicos ementários relacionados à temática da legislação	Referências bibliográficas do CCR, que dialogam com a temática
Brasil – 60 horas (optativo)		

Fonte: UFFS, 2023.

3- Resolução nº 01, de 30 de maio de 2012 – estabelece as Diretrizes Nacionais para a Educação em Direitos Humanos. Estabelece a necessidade de que os Projetos Pedagógicos de Curso contemplem a inserção dos conhecimentos concernentes à Educação em Direitos Humanos na organização dos currículos da Educação Básica e da Educação Superior, baseada no Parecer CNE/CP nº 8/2012.

Quadro 8: Tópicos ementários relacionados à temática da legislação de Educação em Direitos Humanos.

Resolução nº 1, de 30 de maio de 2012		
Componente	Tópicos ementários relacionados à temática da legislação	Referências bibliográficas do CCR, que dialogam com a temática
Direitos e Cidadania – 60 horas (obrigatório)	Origens históricas e teóricas da noção de cidadania. O processo moderno de constituição dos direitos civis, políticos, sociais e culturais. Políticas de reconhecimento e promoção da cidadania. Direitos e cidadania no Brasil.	BOBBIO, Norberto. A Era dos Direitos . Rio de Janeiro: Campus, 1992. CARVALHO, José Murilo. Cidadania no Brasil: o longo caminho . 3 ed. Rio de Janeiro: Civilização brasileira, 2002. MARX, Karl. Crítica da Filosofia do Direito de Hegel . São Paulo: Boitempo, 2005. SARLET, Ingo Wolfgang. A eficácia dos direitos fundamentais: uma teoria geral dos direitos fundamentais na perspectiva constitucional . Porto Alegre: Livraria do Advogado, 2011. TORRES, Ricardo Lobo (Org.). Teoria dos Direitos Fundamentais . 2 ed. Rio de Janeiro: Renovar, 2001.
Gestão de Pessoas II	A administração de RH e as novas relações de trabalho. Subsistema de Aplicação de	DUTRA, Joel. Gestão de Pessoas: modelo, processos, tendências e perspectivas . São Paulo: Atlas, 2002.



Resolução nº 1, de 30 de maio de 2012		
Componente	Tópicos ementários relacionados à temática da legislação	Referências bibliográficas do CCR, que dialogam com a temática
(obrigatório)	Recursos Humanos. Subsistema de Remuneração. Qualidade de Vida no Trabalho. Direitos Humanos	DESSLER, Gary. Administração de recursos humanos . 2 ed. São Paulo: Prentce Hall, 2003. MARRAS, Jean Pierre. Administração de recursos humanos . 14 ed. São Paulo: Futura, 2011. PONTES, Benedito Rodrigues. Administração de cargos e salários . 16 ed. São Paulo: LTR. 2013. PASCHOAL, Luiz. Como gerenciar a remuneração na sua empresa . Rio de Janeiro: Qualitymark, 2006. SILVA, Enio Waldir da. Conhecimento e renda como direitos humanos . Ijuí: Unijuí, 2020. WOOD JÚNIOR, Thomaz; PICARELLI FILHO, Vicente. Remuneração estratégica: a nova vantagem competitiva . 3 ed. São Paulo: Atlas, 2004. CARVALHO, Iêda Maria Vecchioni. Et al. Cargos, carreiras e remuneração . 2 ed. Rio de Janeiro: FGV, 2011. SNELL, Scott; BOHLANDER, George. Administração de recursos humanos . 14 ed. São Paulo: Cengage Learning, 2009. FLEURY, M.T.L. (Org.). As pessoas na organização . São Paulo: Gente, 2002. MILKOVICH, George; BOUDREAU, John W. Administração de recursos humanos . São Paulo: Atlas, 2000. OLIVEIRA, Aristeu de. Manual de descrição de cargos e salários . 4 ed. São Paulo: Atlas, 2013. WOOD JÚNIOR, Thomaz; PICARELLI FILHO, Vicente. Remuneração e carreira por habilidades e por competências: preparando a organização para a era das empresas de conhecimento intensivo . 3 ed. São Paulo: Atlas, 2004

Fonte: UFFS, 2023.



8.3.1 Demais legislações específicas

Segundo a Lei nº 12.764, de 27 de dezembro de 2012, que institui a Política Nacional de Proteção dos Direitos da Pessoa com Transtorno do Espectro Autista (TEA), visando garantir a este público acesso à educação e ao ensino profissionalizante, é obrigação da IES assegurar a acessibilidade, independente de instituição ser de origem pública ou privada.

No que se refere à proteção dos direitos da pessoa com transtorno do espectro autista e demais deficiências, a UFFS conta com o Núcleo de Acessibilidade, que desempenha ações que visam garantir o acesso, a permanência e a aprendizagem para os estudantes nessa condição. É importante informar que, em complemento a esse Núcleo local voltado à acessibilidade, e para aos servidores da Instituição, existe o Departamento de Qualidade de Vida no Trabalho, vinculado à Pró-Reitoria de Gestão de Pessoas, que pode auxiliar no apoio a futuros servidores que sejam portadores do transtorno do espectro autista.



8.4 Estrutura Curricular

Curso de graduação em Administração – Bacharelado Campus Laranjeiras do Sul					Atividades ^A								Total de Horas	Pré-req
					Aulas presenciais			Aulas na modalidade EAD		Estágio		TCC*		
Nível	Nº	Domínio	Código	Componente Curricular	Teórica	Prática	Extensio- nista	Teórica	Prática	Discente Orientada	Discente Orientada - da Extensionista - Presencial	Discente Orientada		
1º nível	1	ES	GCS0701	Introdução à Administração				105					105	
	2	ES	GCS0702	Introdução à Educação a Distância				15					15	
	3	CM	GCS0692	Direitos e Cidadania	60								60	
	4	CM	GEX1070	Matemática B	60								60	
	5	CM	GLA0698	Produção Textual Acadêmica	60								60	
Subtotal					180			120					300	
2º nível	6	ES	GCS0752	Cálculo Aplicado à Administração	60								60	4
	7	ES	GCS384	Contabilidade Introdutória	60								60	
	8	CM	GCH1752	História da Fronteira Sul	60								60	
	9	ES	GCS0707	Microeconomia I	60								60	
Subtotal					240								240	
3º nível	10	CM	GEX1065	Estatística Básica	60								60	
	11	ES	GCS380	Gestão Estratégica	60								60	
	12		GCS0708	Introdução à Prática Extensionista			30						30	
	13	CX	GCS0744	Responsabilidade Socioambiental	30								30	
	14	ES	GCS0709	Logística Integrada				90					90	
Subtotal					150		30	90					270	
4º nível	15		GCS0710	Estágio Curricular supervisionado I				15		135			150	
	16	CM	GCS0693	Meio Ambiente, Economia e Sociedade	60								60	
	17	ES	GCS386	Macroeconomia I	60								60	
	18	CM	GCH1749	Iniciação à Prática Científica	60								60	
	19	ES	GCS0711	Gestão de pessoas I	60			15					75	
Subtotal					240			30		135			405	



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
UNIVERSIDADE FEDERAL DA FRONTEIRA SUL – UFFS
PRÓ-REITORIA DE GRADUAÇÃO
DIRETORIA DE ORGANIZAÇÃO PEDAGÓGICA



Curso de graduação em Administração – Bacharelado Campus Laranjeiras do Sul					Atividades ^A							Total de Horas	Pré-req	
					Aulas presenciais			Aulas na modalidade EAD		Estágio				TCC*
Nível	Nº	Domínio	Código	Componente Curricular	Teórica	Prática	Extensio-nista	Teórica	Prática	Discente Orientada	Discente Orientada Extensionista - Presencial	Discente Orientada		
5º nível	20		GCS0712	Estágio Curricular Supervisionado II				15		135			150	
	21	ES	GCS0743	Técnicas de Pesquisa	60								60	
	22	ES		Optativa I	60								60	
	23	ES	GCS0713	Gestão de Custos e Orçamento Empresarial	60								60	
	24	CX	GCS0714	Inovação e Empreendedorismo	30								30	
	25	ES	GCS0715	Controladoria de Gestão	60			15					75	
Subtotal					270			30		135			435	
6º nível	26		GCS0716	Trabalho de Conclusão de Curso I	30							30	60	15, 16, 17, 18, 19, 20, 23, 24 e 25.
	27	ES	GCS0717	Elaboração de Projetos			60						60	
	28	ES	CS	Optativa II	60								60	
	29	ES	GCS0753	Gestão de Marketing				75					75	
Subtotal					90		60	75				30	255	
7º nível	30	ES	GCS0718	Trabalho de Conclusão de Curso II	30							60	90	15, 16, 17, 18, 19, 20, 23, 24 e 25.
	31	ES	GCS0719	Finanças Empresariais	30								30	
	32	ES	GCS0720	Gestão de Pessoas II	30			30					60	
	33	ES	GCS0721	Comportamento Organizacional				75					75	
	34	ES	GCS0722	Administração da Produção I	60								60	
Subtotal					150			105				60	315	
8º nível	35	ES	CS	Optativa III	60								60	



Curso de graduação em Administração – Bacharelado <i>Campus Laranjeiras do Sul</i>					Atividades ^A								Total de Horas	Pré-req
					Aulas presenciais			Aulas na modalidade EAD		Estágio		TCC*		
Nível	Nº	Domínio	Código	Componente Curricular	Teórica	Prática	Extensio- nista	Teórica	Prática	Discente Orientada	Discente Orientada Extensionista - Presencial	Discente Orientada		
	36	ES	CS	Optativa IV	60								60	
	37	ES	GCS0723	Administração da Produção II				60					60	
	38	ES	GCS0724	Gestão da Tecnologia e TIC				90					90	
Subtotal					120			150					270	
Subtotal Geral					1440		90	600		270		90	2490	
EXTENSÃO: ACE's**													210	
Atividades curriculares complementares													300	
Total Geral													3000	

CM – Domínio Comum CX – Domínio Conexo ES – Domínio Específico

Fonte: UFFS, 2023.

^AAtividades descritas conforme previsto no Art. 14 do atual Regulamento da Graduação da UFFS.

* O Estágio compreende 30 horas de preparação e o restante conforme o regulamento.

** As atividades de Extensão e de Cultura compreendem a integração direta com atividades de pesquisa, sendo a carga horária distribuída entre os CCR's todo início de semestre, conforme item 8.4. A meta de 10% da carga horária total do curso em Extensão e Cultura estão contempladas pelo total de 300 horas divididas por atividades ACE e por CCE's.



8.4.1 Rol de CCR's optativos

Os CCR's optativos do curso de Administração têm como objetivo flexibilizar a formação do acadêmico, oportunizando a adequação do seu currículo conforme os seus interesses particulares, as demandas sociais e os temas emergentes da área. A carga horária total de CCR's optativos a ser cursada será de 240 horas, estando a oferta desses distribuídos pelos diferentes níveis do curso e ao formato de 60 horas, o que não impede que haja convalidação de dois CCR's de 30 horas para cada optativa de 60 horas.

Quadro 9: Descrição dos CCR's optativos e horas

Optativas	I	II	III	IV	Total
Horas	60	60	60	60	240

Fonte: UFFS, 2023 (Dados extraídos da Estrutura Curricular).

De acordo com a necessidade, o estudante poderá cursar CCR's tanto de 30 horas como de 45 horas para cumprir as 240 horas previstas como optativos.

A seguir estão listados estes CCR's, que poderão ser ofertados considerando os aspectos da realidade vivenciada pelo curso, a partir dos anseios dos acadêmicos, da contemporaneidade dos temas às suas formações e da disponibilidade dos docentes. Há CCR's com ementas em aberto, que precisam ter sua ementa aprovada em colegiado antes de sua oferta. Também está previsto o CCR de Língua Brasileira de Sinais (LIBRAS). Ressalta-se também que a oferta dos CCR's optativos será analisada e deferida pelo Colegiado do curso sempre ao momento que esta instância oficialize a oferta.



Quadro 10: CCR's optativos

Curso de graduação em Administração – Bacharelado				Atividades – horas		Total de Horas
Campus Laranjeiras do Sul				Presenciais*	Aulas não presenciais	
Nº	Domínio	Código	Componente Curricular			
40	ES	GCS649	Economia política	60		60
41	ES	GCH1635	Estado e políticas públicas	60		60
42	ES	GCS412	Economia aplicada às MPEs	60		60
43	ES	GCS413	Comércio exterior	60		60
44	ES	GCS352	Fundamentos de custos	60		60
45	ES	GCS416	Mercado de capitais e derivativos	60		60
46	ES	GCS418	Economia paranaense	30		30
47	ES	GCS411	Pesquisa mercadológica	30		30
48	ES	GCS396	Economia brasileira contemporânea	60		60
49	ES	GCS405	Planejamento do desenvolvimento regional	60		60
50	ES	GCS397	Economia internacional	60		60
51	ES	GCS398	Planejamento econômico e políticas públicas	60		60
52	ES	GCS400	Finanças públicas e orçamento público	60		60
53	ES	GCS393	Economia e meio ambiente	30		30
54	ES	GCS402	Desenvolvimento socioeconômico	60		60
55	ES	GCS373	Fundamentos da teoria econômica	60		60
56	ES	GCS392	Formação econômica do Brasil	60		60
57	ES	GLA200	Língua brasileira de sinais (Libras)	60		60
58	ES	GCS388	Contabilidade cooperativa	30		30
59	ES	GCS051	Marketing e desenvolvimento de produtos	45		45
60	ES	GEX596	Economia e sustentabilidade aplicada à engenharia	45		45
61	ES	GCS379	Microeconomia II	60		60
62	ES	GCS406	Microeconomia III	30		30



Curso de graduação em Administração – Bacharelado				Atividades – horas		Total de Horas
Campus Laranjeiras do Sul				Presenciais*	Aulas não presenciais	
Nº	Domínio	Código	Componente Curricular			
63	ES	GCS390	Macroeconomia II	60		60
64	ES	GCS408	Macroeconomia III	30		30
65	ES	GCS378	História econômica geral	60		60
66	ES	GCS381	História do pensamento econômico	60		60
67	ES	GCS382	Contabilidade social	60		60
68	ES	GCS394	Economia e política monetária	60		60
69	ES	GCS629	Direito empresarial	60		60
70	ES	GCH1318	Filosofia e ética	30		30
71	ES	GCS551	Jogos empresariais	60		60
72	ES	CH1522	Desenvolvimento territorial	60		60
73	ES	GCH291	Introdução ao pensamento social	60		60
74	ES	GEX208	Informática básica	60		60
75	ES	CGH1532	Etnologia indígena	60		60
76	ES	GCH457	História e cultura afro-brasileira	60		60
77	ES	GCH1637	Relações internacionais	60		60
78	ES	GCH1027	Novas tecnologias, mídias e educação	30		30
79	ES	GEX136	Estatística econômica e introdução à econometria	60		60
80	ES	GCS0725	Educação ambiental	6260		60
81	ES	GCS389	Econometria	60		60
82	ES	GEX094	Matemática Financeira	60		60
83	ES	GCS056	Administração E Análise De Projetos	60		60
84	ES	GCS073	Teoria Cooperativista	60		60
85	ES	GCS0726	Tópicos Especiais I	30		30
86	ES	GCS0727	Tópicos Especiais II	60		60



Curso de graduação em Administração – Bacharelado <i>Campus Laranjeiras do Sul</i>				Atividades – horas		Total de Horas
				Presenciais*	Aulas não presenciais	
Nº	Domínio	Código	Componente Curricular			
87	ES	GCS0728	Tópicos Especiais III	75		75
88	ES	GCS0729	Tópicos Especiais IV	90		90
89	ES	GCS0730	Tópicos Especiais V	30		30
90	ES	GCS0731	Tópicos Especiais VI	60		60
91	ES	GCS0732	Tópicos Especiais VII	75		75
92	ES	GCS0733	Tópicos Especiais VIII	90		90
93	ES	GCS0734	Tópicos Especiais IX	30		30
94	ES	GCS0735	Tópicos Especiais X	60		60
95	ES	GCS0736	Tópicos Especiais XI	30		30
96	ES	GCS0737	Tópicos Especiais XII	60		60
97	ES	GCS0738	Tópicos Especiais XIII	30		30
98	ES	GCS0739	Tópicos Especiais XIV	60		60
99	ES	GCS0740	Tópicos Especiais XV	30		30
100	ES	GCS0741	Tópicos Especiais XVI	60		60

Fonte: UFFS, 2023.



8.5 Resumo de carga horária dos TCC, estágios, ACC's, e extensão e cultura.

Quadro 11: Resumo de carga horária de TCC, de estágios, de ACC, e de extensão e de cultura

Carga horária	Carga horária (horas)
Trabalho de Conclusão de Curso (TCC)	150
Estágio Curricular Supervisionado (ECS)	300
Atividades Curriculares Complementares (ACC)	300
Atividades Curriculares de Extensão e Cultura (ACE) Extensão e Cultura*	210
Componentes de Extensão e Cultura (CEC)*	90

Fonte: UFFS, 2023.

*A meta de 10% da carga horária total do curso em Extensão e Cultura está contemplada pelo total de 300 horas, divididas por atividades ACE e por CCE's.



8.6 Análise vertical e horizontal da Estrutura Curricular (representação gráfica)

Gráfico 8.1. Estrutura curricular analítica.

1ª Nível	2ª Nível	3ª Nível	4ª Nível	5ª Nível	6ª Nível	7ª Nível	8ª Nível
300 Horas	240 Horas	270 Horas	405 Horas	435 Horas	255 Horas	315 Horas	270 Horas
Atividades Curriculares de Extensão e Cultura (ACEs) 210 horas							
Atividades Curriculares Complementares (ACCs) 300 horas							
Introdução à Educação a Distância (15 horas)	História da Fronteira Sul (60 horas)	Estatística Básica (60 horas)	Estágio Curricular Supervisionado I (150 horas)	Estágio Curricular Supervisionado II (60 horas)	Trabalho de Conclusão de Curso I (60 horas)	Trabalho de Conclusão de Curso II (90 horas)	Optativa III (60 horas)
Direitos e cidadania (60 horas)	Cálculo Aplicado à Administração (60 horas)	Gestão Estratégica (30 horas.)			Elaboração de Projetos (60 horas)		Finanças Empresariais (30 horas)
Matemática B (60 horas)	Contabilidade introdutória (60 horas)	Introdução à Prática Extensionista (2 créd.)	Meio Ambiente, Economia e Sociedade (60 horas.)	Técnicas de pesquisa (60 horas)	Optativa II (60 horas)	Gestão de Pessoas II (60 horas)	Administração da Produção II (60 horas)
Produção Textual Acadêmica (60 horas)		Responsabilidade Socioambiental (30 horas)			Gestão de Marketing (75 horas)	Comportamento organizacional (75 horas)	Gestão da Tecnologia e TIC (90 horas)
Introdução à Administração (105 horas)	Microeconomia I (60 horas)	Logística Integrada (90 horas)	Macroeconomia I (60 horas)	Optativa I (60 horas)	Gestão de Custos e Orçamento Empresarial (60 horas)	Administração da Produção I (60 horas)	
			Iniciação à Prática Científica (60 horas)				
							Controladoria de Gestão (75 horas)

LEGENDA:

- Domínio Comum de Formação
- Domínio Conexos de Formação
- Eixo Gestão das Organizações
- Eixo Gestão da Inovação
- Específicas
- TCC; Optativas; Estágios; e ACE.



8.7 Modalidades de CCR's presentes na Estrutura Curricular do curso

8.7.1 Estágios curriculares supervisionados (Normatização no ANEXO I)

O Estágio Curricular Supervisionado é uma prática educativa desenvolvida, articuladamente, com o ambiente de trabalho e objetiva proporcionar aprendizagens práticas e reflexivas vinculadas ao perfil de formação do curso mediadas, pedagogicamente. O Curso de Administração conforme Regulamento de Estágio da UFFS, concebe o estágio como um tempo-espço de formação teórico-prática orientada e supervisionada, que mobiliza um conjunto de saberes acadêmicos e profissionais para observar, analisar e interpretar práticas institucionais e profissionais e/ou para propor intervenções, cujo desenvolvimento se traduz numa oportunidade de reflexão acadêmica, profissional e social, de iniciação à pesquisa e de redimensionamento dos projetos de formação.

Conforme o Regulamento de Estágios do Curso de Administração (Anexo I), o Estágio Curricular Supervisionado envolve atividades de aprendizagem social, cultural, política e profissional por uma situação real de trabalho ao âmbito das organizações privadas e públicas. As Unidades Concedentes de Estágio (UCE) são organizações privadas ou públicas, entidades empresariais de caráter público e entidades sem fins lucrativos, nos termos definidos pela Comissão Nacional de Classificação (IBGE, 2018), localizadas na região de abrangência do *Campus* Laranjeiras do Sul, no Estado do Paraná e na Região Sul do País, que estejam conveniadas junto à UFFS ou junto a agente integrador de estágio conveniado com a UFFS e ofereçam condições para a prática profissional em Administração, em conformidade com os objetivos do estágio. Destaca-se que não há limitação geográfica para a realização de Estágio e novas UCE's poderão ser registradas. Não está restrita a localização das Unidades Concedentes de Estágio em que o aluno poderá realizar estágio. Assim, o principal objetivo do estágio na Administração é o de proporcionar ao estudante os instrumentos de preparação para a inserção no mundo do trabalho, mediante ambiente de aprendizagem adequado e acompanhamento pedagógico, alinhados ao perfil do egresso do curso.

Em consonância com os parâmetros estabelecidos pela Lei 11788/2008, o Estágio Curricular Supervisionado do Curso de Bacharelado em Administração da UFFS –*Campus* Laranjeiras do Sul conta com uma carga horária de 300 horas, organizado por dois CCR's obrigatórios de 150 horas cada e que procura propiciar ao estudante, a observação, participação e a reflexão sobre as atividades cotidianas realizadas nos campos de estágio.



Estes CCR's estão dispostos pela estrutura curricular pelos quarto e quintos níveis do Curso, conforme o Regulamento.

A organização dos CCR's do Estágio Curricular Supervisionado (ECS), em ambos os CCR's (ECS-1 e ECS-2), envolve o desenvolvimento de atividades e a destinação de cargas horárias assim distribuídas:

I – 30 horas dedicadas às aulas presenciais organizadas conforme Plano de Curso, devidamente aprovado pelo Colegiado do Curso. Incluem-se atividades de estudo, leitura e análise bibliográfica requeridas para a elaboração do plano de estágio e do relatório final pelo estudante.

II – 270 horas em atividades desenvolvidas no campo de estágio.

As demais atividades e regras estão definidas pelo anexo I.

8.7.2 Atividades curriculares complementares (Normatização ao ANEXO II)

As atividades curriculares complementares (ACCs) são atividades realizadas pelo acadêmico, de sua escolha, desde que vinculadas à sua formação e que possibilitam a complementação dos conteúdos ministrados no curso e/ou atualização de temas emergentes ligados à Administração ao mesmo tempo em que favoreçam a prática de estudos independentes, transversais e/ou interdisciplinares, bem como o desenvolvimento das habilidades comportamentais, políticas e sociais, auxiliando na consolidação do perfil do egresso. As ACCs do Curso de Graduação em Administração Bacharelado têm por objetivos: 1) flexibilizar o currículo obrigatório; 2) aproximar o estudante da realidade social e profissional; 3) propiciar aos seus estudantes a possibilidade de aprofundamento temático e interdisciplinar; 4) promover a integração entre comunidade e Universidade, por meio da participação do estudante em atividades que visem a formação profissional e para a cidadania.

As ACC's têm uma carga horária mínima prevista de 300 (trezentas) horas. São normatizadas em regulamento próprio, constando do Anexo II, e serão avaliadas e reconhecidas semestralmente.

8.7.3 Trabalho de Conclusão de Curso (Normatização ao ANEXO III)

O trabalho de conclusão de curso (TCC) consiste pela elaboração de estudo formal, identificando um problema e encontrando sua solução por meio de uma reflexão crítica, a partir dos conhecimentos assimilados ao longo do curso de Administração. A materialização



se dará com defesa de banca examinadora. A elaboração do TCC seguirá o que estabelece o Anexo III, totaliza 150 horas, divididos em (60 e 90 horas ao projeto de Trabalho De Conclusão De Curso I (TCC I) 90 horas) ao Trabalho de Conclusão de Curso II (TCC II). Diante da importância desses CCR's da formação acadêmica do curso de Administração, é indispensável o cumprimento de CCR's até a 5º nível do curso para ingresso ao TCC I.

8.7.4 Atividades de inserção da Extensão e Cultura ao currículo

O Ministério da Educação (MEC), através da Resolução CNE Nº 7, de 18 de dezembro de 2018, regulamenta as atividades acadêmicas de extensão e de cultura dos cursos de graduação, da forma de CCR's, considerando seus aspectos que se vinculam à formação dos estudantes. Conforme seu Art. 4º “As atividades de extensão devem compor, no mínimo, 10% (dez por cento) do total da carga horária curricular estudantil dos cursos de graduação, as quais deverão fazer parte da estrutura curricular dos cursos.”

As Atividades Curriculares de Extensão e de Cultura (ACE's) e Componentes de Extensão e Cultura (CEC) do Curso de Administração, serão contemplados com atividades de extensão e de cultura que totalizam 300 horas, conforme descrito no Anexo V. Totalizando 10% da carga horária total do curso.

Com base na Resolução nº 93/CONSUNI/UFFS/2021, a carga horária de Extensão e de cultura serão distribuídas por Atividades Curriculares de Extensão e de Cultura (ACE's) e Componentes de Extensão e Cultura (CEC's). A operacionalização de seu cumprimento será realizada ao decorrer do curso:

“Nas ACE's e nos CEC's a carga horária deve estar prevista no currículo, sem a obrigatoriedade de alocação específica em uma das fases do curso, diferindo-se do caráter disciplinar (com ementário definido) e exigindo o cumprimento da carga horária por meio da atuação em diferentes ações institucionalizadas”.

Neste PPC, as atividades de extensão e de cultura no curso serão contempladas, conforme art. 10, Inciso I, III e IV respectivamente da Resolução 93/CONSUNI/UFFS/2021, através de:

1. CCR's com a totalidade da carga horária registrada como Componentes de Extensão e Cultura (CEC);



2. Atividades Curriculares de Extensão e de Cultura (ACE's);

3. Atuação em ações externas de extensão ou de cultura com validação prevista em regulamentação própria no âmbito do curso (ACC's de extensão e cultura).

Os CEC's serão chamados de Componentes de Extensão e Cultura (CEC), serão ofertados na modalidade Obrigatório, sendo a Introdução à Prática Extensionista e Elaboração de Projetos. Esses CEC's contemplarão a articulação com conceitos dos demais CCR's do curso do mesmo nível, de níveis anteriores e/ou ainda, o que está previsto quanto ao perfil do egresso.

Pelos CEC's os estudantes irão interagir com a comunidade externa da UFFS buscando fazer um estudo de casos na área da administração interagindo com os conteúdos já estudados pelos estudantes em seu nível em curso. Destas interações, espera-se que sejam fomentados programas e projetos de extensão e de cultura ao curso de Administração, que servirão para os estudantes complementarem sua carga horária de extensão e cultura (ACE's).

As ACE's precisam ser executadas a partir de ações institucionalizadas. De acordo com a Resolução 93/CONSUNI/UFFS/2021, Art. 9 parágrafo 2 tem-se que:

“Uma vez institucionalizadas, as ações de extensão e de cultura coordenadas por servidores técnico administrativos da UFFS podem ser validadas como ACEs, desde que tenham na equipe docente(s) responsável(is) pela orientação dos estudantes e estejam em consonância com o PPC.”

Considerando que estas atividades não dependem de serem realizadas em um nível específico do curso, ou até mesmo podendo ser executada fora do período letivo da universidade, amplia a possibilidade do discente se envolver conforme sua disponibilidade de tempo e espaço.

A terceira modalidade que este PPC abarca, é a possibilidade de validar as ações externas de extensão ou de cultura com validação prevista em regulamentação própria no âmbito do curso (Regulamento da ACC's). Esta modalidade, possibilita aos discentes participar/envolver-se em ações externas de extensão e de cultura, seja de outros cursos ou até mesmo de outras instituições e validar, posteriormente, como ação de extensão e de cultura para computar carga horária no curso de Administração.

Desta forma, haverá uma flexibilização aos estudantes no cumprimento da carga horária de 300 horas (10% da Estrutura Curricular) de extensão e de cultura do curso de Administração, seja por meio dos CEC's (obrigatórios) seja por meio das ACE's ou ACC's de extensão.



Precedido a todas estas possibilidades de compor a integralização da carga horária de extensão no curso de Administração, o discente terá à disposição em sua Estrutura Curricular, pelo terceiro nível o CCR – Introdução à prática Extencionista, conforme prevê a Resolução 93/CONSUNI/UFFS/2021, Art. 13:

“Os PPCs podem, ainda, prever um componente curricular de Inicialização à Extensão e Cultura Universitária, mediante atendimento aos critérios estabelecidos nesta Resolução.”

Dessa forma, no Quadro 12, tem-se representada a distribuição da carga horária de extensão, de acordo com O ART. 9 da Resolução 9/CONSUNI/UFFS/2021.

Quadro 12: Distribuição da carga horária de extensão.

	Carga horária (horas)
CCR Integral em atividades de extensão e cultura	90
Atividades Curriculares de Extensão e Cultura	210
Validação da atuação em ações externas	Possível de ser convalidada
Total na modalidade extensão e cultura	300

Fonte: UFFS, 2023.

Assim, considerando a flexibilidade dada pela Resolução 93/CONSUNI/UFFS/2021, e a sua correspondência neste PPC, o discente pode optar em integralizar sua carga de extensão e de cultura em seu histórico escolar, conforme disposto no Quadro 12, respeitando a carga horária mínima por CCR's Integrais em atividades de extensão e cultura (CEC's) e a carga considerando as ACE's e ACC's, que contemplam de extensão e de cultura.

O Núcleo Docente Estruturante identificará conteúdos/conceitos trabalhados, tradicionalmente, ao modo ensino (sala de aula) e que podem ser convertidos para o formato das atividades de extensão e de cultura. Assim como um laboratório aberto com participação social (ambiente de troca de saberes) e onde o estudante recebe a orientação para exercer a aprendizagem na relação teoria/prática.

Os docentes das ACE e das CEC quais correspondem atividades de extensão e de cultura, deverão apresentar plano(s) de curso ou projetos(s) de extensão e de cultura desde que sejam integradores, quais deverão detalhar as ações a serem desenvolvidas e apresentadas ao colegiado do Curso para apreciação e para aprovação. Dentre as estratégias metodológicas, para as atividades de extensão e de cultura, que os docentes poderão utilizar em seus planos



de curso, conforme Resolução Nº 1/CONSUNI CEXT/UFFS/2014 e Art. 8 da Resolução CNE Nº 7, de 18 de dezembro de 2018, ao formato de programas; projetos; cursos e oficinas; eventos ou prestação de serviços.

Em relação às estratégias metodológicas, para o desenvolvimento das atividades de extensão e de cultura, conforme Resolução Nº 1/CONSUNI CEXT/UFFS/2014 e Art. 8 da Resolução CNE Nº 7, de 18 de dezembro de 2018, os que os docentes poderão utilizar os seguintes formatos em seus planos de ensino:

- a) Os programas que compõem pelo menos dois projetos e outras ações de extensão e de cultura, de caráter educativo, social, cultural, científico ou tecnológico, desenvolvido de forma processual e contínua por mais de um ano, integrando o ensino e a pesquisa;
- b) O Projeto que também possui caráter educativo, social, cultural, científico ou tecnológico, com duração determinada de média de 1 (um) ano, integrando o ensino e a pesquisa, podendo ou não estar vinculado a um programa;
- c) Os cursos ou oficinas são ação pedagógica de caráter teórico e/ou prático, que são planejadas e organizadas de modo sistemático, com carga horária, e critério de avaliação definidos, podem ser de atualização, de aperfeiçoamento ou treinamento, para comunidade ou organizações;
- d) Evento é a ação que implica na apresentação pública, livre ou com clientela específica, do conhecimento ou produto cultural, artístico, esportivo, científico ou tecnológico, como: congressos, seminários, ciclos de debate, exposição;
- e) A prestação de serviço refere-se à realização de trabalho oferecido pela Instituição de Educação Superior e pode-se dar por meio de atendimento ao público, serviços eventuais, atividades de propriedade intelectual, exames e laudos técnicos, atendimentos empresariais.

Salienta-se que estas são algumas sugestões de atividades que podem ser utilizadas pelos docentes, pois como nas demais atividades do curso, cada docente tem a prerrogativa de buscar o aperfeiçoamento das metodologias propostas, em constante diálogo com os discentes e com a comunidade acadêmica como um todo, pois a atividade preza esta relação.

A inserção das ACE's no curso observa o disposto na RESOLUÇÃO Nº 93/CONSUNI/UFFS/2021, que aprova as diretrizes para a inserção de atividades de extensão e de cultura nos currículos dos cursos de graduação e pós-graduação da Universidade Federal da Fronteira Sul.



A Extensão Universitária é o processo educativo, cultural e científico que articula o ensino e a pesquisa de forma indissociável e viabiliza a relação transformadora entre universidade e sociedade (PDI, 2019-2023).

O curso de Administração prevê, conforme já explicitado no item 8.4, o desenvolvimento integrado e indissociável das atividades de ensino, pelos Domínios Conexo, Específico e Comum, e de Pesquisa pelos Trabalhos de Conclusão de Curso e de extensão e de cultura pelo CEC. Sendo que a partir da definição de linhas e modalidades ocorre a orientação às atividades de extensão e de cultura, ofertadas ou validadas pelo curso, conforme o Art. 12 da RESOLUÇÃO Nº 93/CONSUNI/UFFS/2021. As linhas de extensão estão descritas ao art. 8 da RESOLUÇÃO Nº 4/CONSUNI CPPGEC/UFFS/2017, enquanto as linhas de cultura são descritas pelo item 2.2 do Anexo I da RESOLUÇÃO Nº 2/2016–CONSUNI/ CPPGEC. Com base na composição da Estrutura Curricular, a extensão e a cultura serão desenvolvidas ao longo do curso, compondo 300 horas.



8.8 CCR's de oferta regular e com código fixo na Estrutura Curricular

Código	COMPONENTE CURRICULAR	Horas
GCS0701	INTRODUÇÃO À ADMINISTRAÇÃO	105
EMENTA		
<p>Introdução ao Curso de Graduação em Administração: currículo, mercado de trabalho, conceitos de administração. O papel do Administrador na sociedade atual: formação e legislação profissional. Administração científica. Os pioneiros da Administração como ciência. Teorias da Administração. Efetividade, eficácia e eficiência. Áreas de atuação da Administração: geral, produção, marketing, finanças e recursos humanos. Mecanismos para familiarização do estudante com a modalidade EaD. A tecnologia e o big data estimulam a valorização do indivíduo nas empresas e na sociedade. Respeito à multiculturalismo étnico racial.</p>		
OBJETIVO		
<p>Apresentar uma perspectiva da Administração como profissão e como ciência de estudo organizacional e fornecer os fundamentos com relação às funções administrativas e áreas gerenciais.</p>		
REFERÊNCIAS BÁSICAS		
<p>BATEMAN, Thomas S; SNELL, Scott A. Administração. 2 ed. São Paulo: AMGH, 2012.</p> <p>DAFT, Richard. Administração. 3 ed. São Paulo: Cengage Learning, 2017.</p> <p>LACOMBE, Francisco; HEILBORN, Gilberto Luiz J. Administração: princípios e tendências. 3 ed. São Paulo: Saraiva, 2015.</p> <p>MAXIMIANO, Antônio C. A. Teoria geral da administração: da revolução urbana à revolução digital. 8 ed. São Paulo: Atlas, 2021.</p> <p>ROBBINS, Stephen P.; DECENZO, David A.; WOLTER, Robert M. A Nova Administração: Mudanças e Perspectivas. 2 ed. São Paulo: Saraiva, 2020.</p>		
REFERÊNCIAS COMPLEMENTARES.		
<p>COOPER, Frederick. Histórias de África: capitalismo, modernidade e globalização. São Paulo Grupo Almedina 2016.</p> <p>DAFT, Richard L. Organizações: teoria e projetos. 3 ed. São Paulo: Cengage Learning, 2017.</p> <p>LONGO, Walter. Fim da Idade Média e o início da Idade Média como a tecnologia e o big data estimulam a meritocracia e a valorização do indivíduo as empresas e na sociedade. Rio de Janeiro: Alta Books, 2019.</p> <p>MAXIMIANO, Antonio C. A. Fundamentos da Administração: introdução à teoria geral e aos processos da administração. 3 ed. - Rio de Janeiro: LTC, 2015.</p> <p>MAXIMIANO, Antônio C. A. Introdução à teoria geral da administração. 3 ed. São Paulo: Atlas, 2015.</p>		



OLIVEIRA, Djalma d. P. R. d. **Administração de processos**: conceitos – metodologia – práticas. 6 ed. São Paulo: Atlas, 2019.

RIBEIRO Antonio d. L. **Teorias da administração**. 3 ed., rev. e atual. São Paulo, SP: Saraiva, 2016.

SANTOS, Fernando de Almeida. **Ética empresarial** - política de responsabilidade social em 5 dimensões: sustentabilidade, respeito à multiculturalidade, aprendizado contínuo, inovação, governança corporativa. São Paulo: Atlas, 2014.



Código	COMPONENTE CURRICULAR	Horas
GCS0702	INTRODUÇÃO À EDUCAÇÃO A DISTÂNCIA	15
EMENTA		
Evolução histórica das tecnologias e mídias e suas influências na mudança do comportamento modal do homem e no processo da educação. Conceitos de Tecnologia da Informação e Comunicação. Novas tecnologias e mídias na mediação dos processos educativos escolares e não escolares. Recursos computacionais aplicados à educação à distância.		
OBJETIVO		
Identificar os desafios para o professor no contexto de utilização de novas tecnologias e mídias nos processos de ensino e aprendizagem.		
REFERÊNCIAS BÁSICAS		
MORAN, José Manuel, MASETTO, Marcos; BEHRENS, Marilda. Novas tecnologias e mediação pedagógica . 7 ed. São Paulo: Papirus, 2003.		
SANTOS, Fernando de Almeida. Gestão da educação à distância : comunicação, desafios e estratégias. São Paulo: Atlas, 2015.		
VALERIANO, Luciana Aparecida. Planejamento e administração em educação a distância . São Paulo: Cengage Learning, 2015.		
REFERÊNCIAS COMPLEMENTARES.		
KENSKI, V. M educação e tecnologias : O novo ritmo da informação. Campinas: Papirus, 2007.		
LÉVY, P. Cibercultura . São Paulo: 34, 1999.		
SETTON, M. da G. Mídia e educação . São Paulo: Contexto, 2010.		
MAXIMIANO, Antonio C. A. Fundamentos da Administração : introdução à teoria geral e aos processos da administração. 3 ed. - Rio de Janeiro: LTC, 2015.		
MAXIMIANO, Antônio C. A. Introdução à teoria geral da administração . 3 ed. São Paulo: Atlas, 2015.		
OROFINO, M. I. Mídias e mediação escolar : Administração dos meios, participação e visibilidade. São Paulo: Cortez, 2005.		
TAJRA. Sanmya Feitosa. Informática na educação . 7 ed. São Paulo: Érica, 2007.		



Código	COMPONENTE CURRICULAR	Horas
GCH1752	HISTÓRIA DA FRONTEIRA SUL	60
EMENTA		
Construção dos sentidos históricos. Noções de Identidade e de Fronteira. Invenção das tradições. Processos de povoamento, despovoamento e colonização. Conflitos econômicos e políticos. Choques culturais no processo de colonização. Questão indígena, cabocla e afrodescendente.		
OBJETIVO		
Compreender o processo de formação da região sul do Brasil por meio da análise de aspectos históricos do contexto de povoamento, despovoamento e colonização.		
REFERÊNCIAS BÁSICAS		
<p>BARTH, Frederik. Grupos étnicos e suas fronteiras. In: POUTIGNAT, Philippe; STREIFF-FENART, Jocelyne. Teorias da etnicidade. Seguindo de grupos étnicos e suas fronteiras de Frederik Barth. São Paulo: Editora da UNESP, 1998. p 185-228.</p> <p>CUCHE, Denys. A noção de cultura das Ciências sociais. Bauru: EDUSC, 1999.</p> <p>HALL, Stuart. A identidade cultural na pós-modernidade. 1. ed. Rio de Janeiro: DP&A Editora, 1992.</p> <p>HOBSBAWM, Eric. A invenção das tradições. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1984.</p> <p>LE GOFF, Jacques. Memória e História. Campinas: Ed. Unicamp, 1994.</p> <p>PESAVENTO, Sandra Jatahy. Além das fronteiras. In: MARTINS, Maria Helena (Org.). Fronteiras culturais – Brasil, Urugua, Argentina. São Paulo: Ateliê Editorial, 2002.</p>		
REFERÊNCIAS COMPLEMENTARES		
<p>ALBUQUERQUE JÚNIOR, Durval Miniz. Preconceito contra a origem geográfica e de lugar – As fronteiras da discórdia. 1. ed. São Paulo: Cortez, 2007.</p> <p>AMADO, Janaína. A Revolta dos Mucker. São Leopoldo: Unisinos, 2002.</p> <p>AXT, Gunter. As guerras dos gaúchos: história dos conflitos do Rio Grande do Sul. Porto Alegre: Nova Prova, 2008.</p> <p>BOEIRA, Nelson; GOLIN, Tau (Coord.). História Geral do Rio Grande do Sul. Passo Fundo: Méritos, 2006. 6 v.</p> <p>CEOM. Para uma história do Oeste Catarinense. 10 anos de CEOM. Chapecó: UNOESC, 1995.</p> <p>GUAZZELLI, César; KUHN, Fábio; GRIJÓ, Luiz Alberto; NEUMANN, Eduardo (Org.). Capítulos de História do Rio Grande do Sul. Porto Alegre: UFRGS, 2004.</p> <p>GRIJÓ, Luiz Alberto; NEUMANN, Eduardo (Org.). O continente em armas: uma história da guerra no sul do Brasil. Rio de Janeiro: Apicurí, 2010.</p> <p>LEITE, Ilka Boaventura (Org.). Negros no Sul do Brasil: Invisibilidade e territorialidade. Florianópolis: Letras Contemporâneas, 1996.</p> <p>MACHADO, Paulo Pinheiro. Lideranças do Contestado: a formação e a atuação das chefias caboclas (1912-1916). Campinas: UNICAMP, 2004.</p> <p>MARTINS, José de Souza. Fronteira: a degradação do outro nos confins do humano. São</p>		



Paulo: Contexto, 2009.

NOVAES, Adauto (Org.). **Tempo e História**. São Paulo: Companhia das Letras, 1992.

OLIVEIRA, Roberto Cardoso de. **Identidade, etnia e estrutura social**. São Paulo: Livraria Pioneira, 1976.

PESAVENTO, Sandra. **A Revolução Farroupilha**. São Paulo: Brasiliense, 1990.

RENK, Arlene. **A luta da erva: um ofício étnico da nação brasileira no oeste catarinense**. Chapecó: Grifos, 1997.

RICOEUR, Paul. **A memória, a história, o esquecimento**. Campinas: Ed. Unicamp, 2007.

ROSSI, Paolo. **O passado, a memória, o esquecimento**. São Paulo: Unesp, 2010.

SILVA, Marcos A. da (Org.). **República em migalhas: História Regional e Local**. São Paulo: Marco Zero/MCT/CNPq, 1990.

TEDESCO, João Carlos; CARINI, Joel João. **Conflitos agrários no norte gaúcho (1960-1980)**. Porto Alegre: EST, 2007.

TEDESCO, João Carlos; CARINI, Joel João. **Conflitos no norte gaúcho (1980-2008)**. Porto Alegre: EST, 2008.

TOTA, Antônio Pedro. **Contestado: a guerra do novo mundo**. São Paulo: Brasiliense, 1983. p. 14-90.

WACHOWICZ, Ruy Christovam. **História do Paraná**. Curitiba: Gráfica Vicentina, 1988.



Código	COMPONENTE CURRICULAR	Horas
GCS0707	MICROECONOMIA I	60
EMENTA		
Teoria do consumidor. Demanda individual e demanda de mercado. Teoria da produção. Teoria dos custos de produção. Maximização de lucros e oferta competitiva. Estruturas de mercado.		
OBJETIVOS		
Apresentar o núcleo da teoria microeconômica, analisando os modelos teóricos que fundamentam os comportamentos do consumidor e do produtor.		
REFERÊNCIAS BÁSICAS		
PINDYCK, R. S.; RUBINFELD, D. L. Microeconomia . 7 ed. São Paulo: Prentice Hall, 2010. xxiv, 647 p. ISBN 9788576052142		
MCGUIGAN, James R; MOYER, R. Charles; HARRIS, Frederick H. de. Economia de empresas: aplicações, estratégicas e táticas . São Paulo: Cengage Learning, 2008. ISBN 85-221-0380-1.		
BAYE, Michael R. Economia de empresas e estratégias de negócios . 6. Porto Alegre ArtMed 2010 1 recurso online ISBN 9788563308634.		
MANKIW, N. G. Introdução à economia . São Paulo: Cengage Learning, 2009.		
VARIAN, H. R. Microeconomia: princípios básicos . 7 ed. Rio de Janeiro: Campus, 2006.		
REFERÊNCIAS COMPLEMENTARES		
TROSTER, R. L.; MOCHON, F. Introdução à Economia . São Paulo: Makron Books, 1999.		
KRUGMAN. P.; WELLS, R. Introdução à economia . Rio de Janeiro: Campus, 2007. 856 p. ISBN 9788535211085		
PASSOS, C. R. M.; NOGAMI, O. Princípios de economia . 4 ed. São Paulo: Pioneira Thomson Learning, 2003.		
VASCONCELLOS, M. A. S. Economia: micro e macro . 4 ed. São Paulo: Atlas, 2007.		



Código	COMPONENTE CURRICULAR	Horas
GEX1070	MATEMÁTICA B	60
EMENTA		
Operações com números reais. Equação de 1º e 2º grau. Grandezas proporcionais. Juro simples. Equação exponencial e logarítmica. Juro composto. Função: constante, polinomial de 1º e 2º grau, exponencial e logarítmica. Noções de geometria. Noções de trigonometria.		
OBJETIVO		
Utilizar conceitos e procedimentos matemáticos para analisar dados, elaborar modelos, resolver problemas e interpretar suas soluções em situações concretas relacionadas à vida do cidadão e do curso. Sintetizar, deduzir, elaborar hipóteses, estabelecer relações e comparações, detectar contradições, decidir, organizar, expressar-se e argumentar com clareza e coerência utilizando elementos de linguagem matemática.		
REFERÊNCIAS BÁSICAS		
DEMANA, D. F. et al. Pré-Cálculo . São Paulo: Addison Wesley, 2009.		
DOLCE, O.; POMPEO, J. N. Fundamentos de Matemática Elementar: Geometria Plana . 8. ed. São Paulo: Atual, 2005. 9 v.		
DOLCE, O.; POMPEO, J. N. Fundamentos de Matemática Elementar: Geometria Espacial . 6. ed. São Paulo: Atual Editora, 2005. 10 v.		
DORING, C. I.; DORING, L. R. Pré-cálculo . Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2007.		
IEZZI, G.; MURAKAMI, C. Fundamentos de matemática elementar: Conjuntos, Funções . 8. ed. São Paulo: Atual, 2010. 1 v.		
IEZZI, G.; DOLCE, O.; MURAKAMI, C. Fundamentos de matemática elementar: Logaritmos . 8. ed. São Paulo: Atual, 2004. 2 v.		
IEZZI, G.; DOLCE, O.; MURAKAMI, C. Fundamentos de matemática elementar: Matemática Comercial . São Paulo: Atual, 2004. 11 v.		
IEZZI, G. Fundamentos de matemática elementar: trigonometria . 8. ed. São Paulo: Atual, 2004. 3 v.		
REFERÊNCIAS COMPLEMENTARES		
ANTON, H. Cálculo . 8. ed. São Paulo: Bookman, 2007. 1 v.		
BARBOSA, J. L. M. Geometria Euclidiana Plana . Rio de Janeiro: SBM, 2000. (Coleção do Professor de Matemática).		
CARVALHO, P. C. P. Introdução à Geometria Espacial . Rio de Janeiro: SBM, 2000. (Coleção do Professor de Matemática).		
FLEMMING, D. M.; GONÇALVES, M. B. Cálculo A . 6. ed. São Paulo: Prentice Hall, 2007.		
LEITHOLD, L. Cálculo com geometria analítica . 3. ed. São Paulo: HARBRA, 1994. 1 v.		
LIMA, E. L. Medida e forma em geometria . Rio de Janeiro: SBM, 2009. (Coleção do Professor de Matemática).		
LIMA, E. L. et al. A Matemática do Ensino Médio . 6. ed. Rio de Janeiro: SBM, 2000. 2		



v. (Coleção do Professor de Matemática).

LIMA, E. L. et al. **A matemática do Ensino Médio**. 4. ed. Rio de Janeiro: SBM, 1999. 1 v. (Coleção do Professor de Matemática).

MEDEIROS, V. Z. et al. **Pré-Cálculo**. 2. ed. São Paulo: Cengage Learning, 2009.



Código	COMPONENTE CURRICULAR	Horas
GLA0698	PRODUÇÃO TEXTUAL ACADÊMICA	60
EMENTA		
Língua, linguagem e sociedade. Leitura e produção de textos. Mecanismos de textualização e de argumentação dos gêneros acadêmicos: resumo, resenha, handout, seminário. Estrutura geral e função sociodiscursiva do artigo científico. Tópicos de revisão textual.		
OBJETIVO		
Desenvolver a competência textual-discursiva de modo a fomentar a habilidade de leitura e produção de textos orais e escritos na esfera acadêmica.		
REFERÊNCIAS BÁSICAS		
ANTUNES, I. Análise de Textos: fundamentos e práticas . São Paulo: Parábola, 2010.		
CITELLI, Adilson. O texto argumentativo . São Paulo: Scipione, 1994.		
MACHADO, Anna R.; LOUSADA, Eliane; ABREU-TARDELLI, Lília S. Resenha . São Paulo: Parábola Editorial, 2004.		
MARCUSCHI, L. A. Produção textual, análise de gêneros e compreensão . São Paulo: Parábola Editorial, 2008.		
MEDEIROS, João B. Redação científica . São Paulo: Atlas, 2009.		
MOTTA-ROTH, D.; HENDGES, G. H. Produção textual na universidade . São Paulo: Parábola Editorial, 2010.		
SILVEIRA MARTINS, Dileta; ZILBERKNOP, Lúbia S. Português Instrumental: de acordo com as atuais normas da ABNT . 27. ed. São Paulo: Atlas, 2010.		
REFERÊNCIAS COMPLEMENTARES		
ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS. NRB 6028: Informação e documentação - Resumos - Apresentação . Rio de Janeiro: ABNT, 2003.		
ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS. NRB 6023: Informação e documentação – Referências - Elaboração . Rio de Janeiro: ABNT, 2002.		
ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS. NRB 10520: Informação e documentação - Citações - Apresentação . Rio de Janeiro: ABNT, 2002.		
BLIKSTEIN, Izidoro. Técnicas de comunicação escrita . São Paulo: Ática, 2005.		
COSTA VAL, Maria da Graça. Redação e textualidade . São Paulo: Martins Fontes, 2006.		
COSTE, D. (Org.). O texto: leitura e escrita . Campinas: Pontes, 2002.		
FARACO, Carlos A.; TEZZA, Cristovão. Oficina de texto . Petrópolis: Vozes, 2003.		
GARCEZ, Lucília. Técnica de redação: o que é preciso saber para bem escrever . São Paulo: Martins Fontes, 2008.		
KOCH, Ingedore V. O texto e a construção dos sentidos . São Paulo: Contexto, 1997.		
KOCH, Ingedore V. Desvendando os segredos do texto . São Paulo: Cortez, 2009.		
KOCH, Ingedore V. I. V.; ELIAS, V. M. Ler e escrever: estratégias de produção textual . São Paulo: Contexto, 2009.		



MOYSÉS, Carlos A. **Língua Portuguesa**: atividades de leitura e produção de texto. São Paulo: Saraiva, 2009.

PLATÃO, Francisco; FIORIN, José L. **Lições de texto**: leitura e redação. São Paulo: Ática, 2006.

SOUZA, Luiz M.; CARVALHO, Sérgio. **Compreensão e produção de textos**. Petrópolis: Vozes, 2002.



Código	COMPONENTE CURRICULAR	Horas
GCS0744	RESPONSABILIDADE SOCIOAMBIENTAL	2
EMENTA		
Fundamentos da responsabilidade social: responsabilidade, obrigação e sensibilidade social. Marketing Social. Voluntariado. Terceiro Setor. Filantropia. Balanço Social. Sustentabilidade. Gestão Social. O meio ambiente. Poluição. Gestão de resíduos. Reciclagem. Sustentabilidade. Passivo ambiental. Impacto ambiental. Gestão Ambiental. Normas ISO E NBR, ambiental e de responsabilidade social. Projeto de responsabilidade socioambiental: diagnóstico, planejamento estratégico de RSE. Tópicos Avançados em Gestão Socioambiental.		
OBJETIVO		
Desenvolver no estudante a capacidade de reflexão sobre as diferentes formas de perceber a responsabilidade social e ambiental de um ponto de vista crítico e problematizador.		
REFERÊNCIAS BÁSICAS		
ALMEIDA, J. R. de. et al. Gestão Ambiental: planejamento, avaliação, implantação, operação e verificação. Rio de Janeiro: Thex, 2000. NASCIMENTO, L. F. M. do; LEMOS, Â. D. da C.; MELLO, M. C. A. de. Gestão socioambiental estratégica. Porto Alegre: Bookman, 2008. 229 p. ISBN 9788577801046. VEIGA, J. E. da. A emergência socioambiental. São Paulo: Senac São Paulo, c2007. 138 p. ISBN 9788573596069. TACHIZAWA, T. Gestão ambiental e responsabilidade social corporativa: estratégias de negócios focadas na realidade brasileira. 6. ed. rev. e ampl. São Paulo-SP: Atlas, 2009. 442 p. ISBN 9788522455140.		
REFERÊNCIAS COMPLEMENTARES		
BERLE, G. O empreendedor do verde. São Paulo: Mc Graw-Hill, 1991. JACOBI, P. R. Ciência ambiental os desafios da interdisciplinariedade. São Paulo: Annblame, 1999. LANNA, A. E. L. Gerenciamento de bacia Hidrográfica: aspectos conceituais e metodológicos. Brasília: IBAMA, 1995. PAULI, G. Upsizing. Porto Alegre: L&PM, 1999. PAULI, G. Emissão zero. Porto Alegre: Edipuc, 1996. REIS, L. F. S. D. et al. Gestão ambiental em pequenas e médias empresas. Qualitymark, 2002. VARGAS, H. C. Novos instrumentos de gestão ambiental urbana. São Paulo: EDUSO, 2001.		



Código	COMPONENTE CURRICULAR	Horas
GCH1749	INICIAÇÃO À PRÁTICA CIENTÍFICA	60
EMENTA		
A instituição Universidade: ensino, pesquisa e extensão. Ciência e tipos de conhecimento. Método científico. Metodologia científica. Ética na prática científica. Constituição de campos e construção do saber. Emergência da noção de ciência. O estatuto de cientificidade e suas problematizações.		
OBJETIVO		
Proporcionar reflexões sobre as relações existentes entre universidade, sociedade e conhecimento científico e fornecer instrumentos para iniciar o acadêmico na prática da atividade científica.		
REFERÊNCIAS BÁSICAS		
ADORNO, T. Educação após Auschwitz. In: _____. Educação e emancipação . São Paulo/Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1995.		
ALVES, R. Filosofia da Ciência : introdução ao jogo e as suas regras. 4. ed. São Paulo: Loyola, 2002.		
CHAU, M. Escritos sobre a Universidade . São Paulo: Ed. UNESP, 2001.		
HENRY, J. A Revolução Científica : origens da ciência moderna. Rio de Janeiro: Zahar, 1998.		
JAPIASSU, Hilton F. Epistemologia . O mito da neutralidade científica. Rio de Janeiro: Imago, 1975. (Série Logoteca).		
MARCONI, M. de A.; LAKATOS, E. M. Fundamentos de Metodologia Científica . 6. ed. São Paulo: Atlas, 2005.		
SEVERINO, A. J. Metodologia do trabalho científico . 23. ed. São Paulo: Cortez, 2007.		
REFERÊNCIAS COMPLEMENTARES		
APPOLINÁRIO. Metodologia da ciência : filosofia e prática da pesquisa. São Paulo: Pioneira Thomson, 2006.		
D'ACAMPORA, A. J. Investigação científica . Blumenau: Nova Letra, 2006.		
GALLIANO, A. G. O Método Científico : teoria e prática. São Paulo: HARBRA, 1986.		
GIACOIA JR., O. Hans Jonas: O princípio responsabilidade. In: OLIVEIRA, M. A. Correntes fundamentais da ética contemporânea . Petrópolis: Vozes, 2000. p. 193-206.		
GIL, A. C. Métodos e Técnicas de Pesquisa Social . 5. ed. São Paulo: Atlas, 1999.		
GONSALVES, E. P. Iniciação à Pesquisa Científica . Campinas: Alínea, 2001.		
MORIN, E. Ciência com Consciência . Mem-Martins: Publicações Europa-América, 1994.		
OMMÈS, R. Filosofia da ciência contemporânea . São Paulo: Unesp, 1996.		
REY, L. Planejar e Redigir Trabalhos Científicos . 4. ed. São Paulo: Edgard Blücher, 2003.		
SANTOS, A. R. dos. Metodologia científica : a construção do conhecimento. 6. ed. Rio de Janeiro: DP&A, 2004.		



SILVER, Brian L. **A escalada da ciência**. 2. ed. Florianópolis: Ed. da UFSC, 2008.



Código	COMPONENTE CURRICULAR	Horas
GCS0692	DIREITOS E CIDADANIA	60
EMENTA		
Origens históricas e teóricas da noção de cidadania. O processo moderno de constituição dos direitos civis, políticos, sociais e culturais. Políticas de reconhecimento e promoção da cidadania. Direitos e cidadania no Brasil.		
OBJETIVO		
Permitir ao estudante uma compreensão adequada acerca dos interesses de classe, das ideologias e das elaborações retórico-discursivas subjacentes à categoria cidadania, de modo possibilitar a mais ampla familiaridade com o instrumental teórico apto a explicar a estrutural ineficácia social dos direitos fundamentais e da igualdade pressuposta no conteúdo jurídico-político da cidadania na modernidade.		
REFERÊNCIAS BÁSICAS		
BOBBIO, Norberto. A Era dos Direitos . Rio de Janeiro: Campus, 1992.		
CARVALHO, José Murilo. Cidadania no Brasil: o longo caminho . 3. ed. Rio de Janeiro: Civilização brasileira, 2002.		
MARX, Karl. Crítica da Filosofia do Direito de Hegel . São Paulo: Boitempo, 2005.		
SARLET, Ingo Wolfgang. A eficácia dos direitos fundamentais: uma teoria geral dos direitos fundamentais na perspectiva constitucional . Porto Alegre: Livraria do Advogado, 2011.		
TORRES, Ricardo Lobo (Org.). Teoria dos Direitos Fundamentais . 2. ed. Rio de Janeiro: Renovar, 2001.		
REFERÊNCIAS COMPLEMENTARES		
BONAVIDES, Paulo. Ciência Política . São Paulo: Malheiros, 1995.		
BRASIL. Constituição (1988) . Constituição da República Federativa do Brasil. Brasília, DF: Senado Federal: Centro Gráfico, 1988. 292 p.		
DAHL, Robert A. Sobre a democracia . Brasília: UnB, 2009.		
DALLARI, Dalmo de Abreu. Elementos de teoria geral do Estado . São Paulo: Saraiva, 1995.		
DAL RI JÚNIO, Arno; OLIVERIA, Odete Maria. Cidadania e nacionalidade: efeitos e perspectivas nacionais, regionais e globais . Ijuí: Unijuí, 2003.		
FÜHRER, Maximilianus Cláudio Américo. Manual de Direito Público e Privado . 18. ed. São Paulo: Editora Revista dos Tribunais, 2011.		
HONNETH, Axel. Luta por reconhecimento: a gramática moral dos conflitos sociais . Trad. Luiz Repa. São Paulo: Ed. 34, 2003.		
IANNI, Octavio. A sociedade global . 13. ed. Rio de Janeiro: Civilização brasileira, 2008.		
LOSURDO, Domenico. Democracia e Bonapartismo . Editora UNESP, 2004.		
MORAES, Alexandre. Direito constitucional . São Paulo: Atlas, 2009.		
MORAIS, José Luis Bolzan de. Do direito social aos interesses transindividuais: o Estado e o direito na ordem contemporânea . Porto Alegre: Livraria do Advogado, 1996.		



NOBRE, Marcos. **Curso livre de teoria crítica.** Campinas, SP: Papyrus, 2008.

PINHO, Rodrigo César Rebello. **Teoria Geral da Constituição e Direitos Fundamentais.** São Paulo: Saraiva, 2006.

SEN, Amartya. **Desenvolvimento como liberdade.** São Paulo: Companhia das Letras, 2000.

TOURAINÉ, Alain. **Igualdade e diversidade:** o sujeito democrático. Tradução Modesto Florenzano. Bauru, SP: Edusc, 1998.



Código	COMPONENTE CURRICULAR	Horas
GEX1065	ESTATÍSTICA BÁSICA	60
EMENTA		
Noções básicas de Estatística. Séries e gráficos estatísticos. Distribuições de frequências. Medidas de tendência central. Medidas de dispersão. Medidas separatrizes. Análise de Assimetria. Noções de probabilidade e inferência.		
OBJETIVO		
Utilizar ferramentas da estatística descritiva para interpretar, analisar e sintetizar dados estatísticos com vistas ao avanço da ciência e à melhoria da qualidade de vida de todos.		
REFERÊNCIAS BÁSICAS		
BARBETTA, P. A. Estatística aplicada às Ciências Sociais . 7. ed. Florianópolis: UFSC, 2007.		
BUSSAB, Wilton de Oliveira; MORETTIN, Pedro Alberto. Estatística Básica . 7. ed. rev. São Paulo: Saraiva, 2011.		
CRESPO, A. A. Estatística Fácil . 19. ed. São Paulo: Saraiva, 2009.		
FONSECA, Jairo Simon da; MARTINS, Gilberto de Andrade. Curso de Estatística . 6. ed. 12. reimpr. São Paulo: Atlas, 2009.		
SILVA, E. M. et al. Estatística para os cursos de: Economia, Administração e Ciências Contábeis. 4. ed. São Paulo: Atlas, 2010.		
TOLEDO, G. L.; OVALLE, I. I. Estatística Básica . 2. ed. São Paulo: Atlas, 1985.		
REFERÊNCIAS COMPLEMENTARES		
BORNIA, Antonio Cezar; REIS, Marcelo Menezes; BARBETTA, Pedro Alberto. Estatística para cursos de engenharia e informática . 3. ed. São Paulo: Atlas, 2010.		
BUSSAB, Bolfarine H.; BUSSAB, Wilton O. Elementos de Amostragem . São Paulo: Blucher, 2005.		
CARVALHO, S. Estatística Básica: teoria e 150 questões . 2. ed. Rio de Janeiro: Elsevier, 2006.		
GERARDI, Lúcia H. O.; SILVA, Barbara-Cristine N. Quantificação em Geografia . São Paulo: DIFEL, 1981.		
LAPPONI, Juan Carlos. Estatística usando Excel . 4. ed. rev. Rio de Janeiro: Campus, 2005.		
MAGALHÃES, Marcos Nascimento; LIMA, Antônio Carlos Pedroso de. Noções de Probabilidade e Estatística . 7. ed. São Paulo: EDUSP, 2010.		
MONTGOMERY, Douglas C.; RUNGER, George C.; HUBELE, Norma F. Estatística aplicada à engenharia . 2. ed. Rio de Janeiro: LTC, 2011.		
ROGERSON, P. A. Métodos Estatísticos para Geografia: um guia para o estudante . 3. ed. Porto Alegre: Boockman, 2012.		



SPIEGEL, M. R. **Estatística**. 3. ed. São Paulo: Makron Books, 1993.

TRIOLA, Mario F. **Introdução à Estatística**. 10. ed. Rio de Janeiro: LTC, 2008.

VIEIRA, S.; HOFFMANN, R. **Elementos de Estatística**. 4. ed. São Paulo: Atlas, 2010.



CÓDIGO	COMPONENTE CURRICULAR	HORAS
GCS380	GESTÃO ESTRATÉGICA	60
EMENTA		
Teorias sobre estratégia. Escolas do Pensamento Estratégico. Processo de formulação estratégica. Estratégia emergente e deliberada. Ferramentas de análise situacional e estratégica. Escolha estratégica. Estratégia competitiva. Planejamento, implementação e acompanhamento das estratégias. Temas Emergentes.		
OBJETIVO		
Ofertar aos acadêmicos do curso de Bacharelado em Ciências Econômicas uma formação sólida, crítica e analítica, desenvolvendo seus conhecimentos, habilidades e competências, de modo a capacitá-los para compreender e auxiliar no desenvolvimento em suas dimensões econômicas, sociais, políticas e ambientais, por meio da linha de formação em cooperativismo e desenvolvimento regional.		
REFERÊNCIAS BÁSICAS		
MINTZBERG, H.; QUINN, J. B. O processo da estratégia : conceitos, contexto e casos selecionados. 4 ed. Porto Alegre: Bookman, 2011.		
MINTZBERG, Henry; AHLSTRAW, Bruce; LAMPEL, Joseph. Safári da estratégia : um roteiro pela selva do planejamento estratégico. 2 ed. Porto Alegre: Bookman, 2010.		
HITT, M. A.; IRELAND, R. D.; HOSKISSON, R. E. Administração estratégica . 4 ed. São Paulo: Centage Learning, 2019.		
THOMPSON, Arthur A.; STRICKLAND, A. J.; GAMBLE, John. Administração estratégica . 15 ed. São Paulo: Thomson Pioneira, 2008.		
GHPeter; KROLL, Mark J.; PARNELL, John. Administração estratégica : conceitos. São Paulo: Atlas, 2000.		
REFERÊNCIAS COMPLEMENTARES		
CERTO, Samuel C.; PETER, J. Paul. Administração estratégica : planejamento e implantação de estratégias. 3 ed. São Paulo: Pearson Education do Brasil, 2010.		
HARDY, C.; STEWART, R.; NORD, W. R. Handbook de estudos organizacionais . 3 ed. São Paulo: Atlas, 2004.		
KIM, W. Chan; MAUBORGNE, Renée. A estratégia do oceano azul : como criar novos mercados e tornar a concorrência irrelevante. 2 ed. Rio de Janeiro: Sextante, 2019.		
MINTZBERG, Henry. Criando organizações eficazes : estruturas em cinco organizações. São Paulo: Atlas, 2003.		
MINTZBERG, Henry. Ascensão e queda do planejamento estratégico . Porto Alegre: Bookman, 2004. 360 p. ISBN 9788536303055		
PORTER, Michael E. Vantagem competitiva . Rio de Janeiro: Campus, 1989.		
TZU, Sun. A arte da guerra . São Paulo: Best Bolso, 2016.		



Código	COMPONENTE CURRICULAR	Horas
GCS0708	INTRODUÇÃO À PRÁTICA EXTENSIONISTA	30
EMENTA		
Integração e interdisciplinaridade dos conteúdos dos diferentes Componentes Curriculares estudados no curso. Identificação, análise, e síntese de estudos de casos práticos na área da Administração aplicados problemas reais à comunidade. Atividades de extensão universitária.		
OBJETIVO		
Integrar os conteúdos desenvolvidos nos diferentes Componentes Curriculares estudados no curso, por meio da identificação, análise e síntese de estudos de caso na área da Administração aplicados à sociedade.		
REFERÊNCIAS BÁSICAS		
BRAVO, Maria Ines Souza; MATOS, Maurílio Castro de (org.). Assessoria, consultoria & serviço social . 2 ed. São Paulo: Cortez, 2017.		
MARTINELLI, Dante Pinheiro. Desenvolvimento local e o papel das pequenas e medias empresas . São Paulo: Manole, 2004.		
SCHMIDT, Lisandro Pezzi; CRISOSTIMO, Ana Lucia; KIEL, Cristiane Aparecida (Org.). O despertar para o conhecimento científico extensionista . Guarapuava, PR: Unicentro, 2011.		
REFERÊNCIAS COMPLEMENTARES.		
GIL, A. C. Como elaborar projetos de pesquisa . 5 ed. São Paulo: Atlas, 2010. ISBN: 9788522458233.		
GONÇALVES, E. P. Conversas sobre iniciação à pesquisa científica . 4 ed. rev., ampl. Campinas, SP: Alínea, 2007.		
MARCONI, M. de A.; LAKATOS, E. M. Fundamentos de metodologia científica . 7 ed. São Paulo: Atlas, 2010.		
OLIVEIRA, Djalma de Pinho Rebouças de. Manual de consultoria empresarial . 14 ed. Rio de Janeiro: Atlas, 2019.		
Política de Extensão da UFFS – RESOLUÇÃO Nº 4/CONSUNI CPPGEC/UFFS/2017.		
Regulamento de Extensão e Cultura da UFFS – RESOLUÇÃO Nº 23/CONSUNI CPPGEC/UFFS/2019.		
UNIVERSIDADE FEDERAL DA FRONTEIRA SUL. Sistema de Bibliotecas. Manual de trabalhos acadêmicos . 3.ed. rev., atual. e ampl. Chapecó, 2021. Disponível em: < https://www-mgm.uffs.edu.br/pastas-ocultas/bd/pro-reitoria-de-graduacao/biblioteca/documentos/arquivo > . Acesso em: 29 ago. 2022.		



Código	COMPONENTE CURRICULAR	Horas
GCS0693	MEIO AMBIENTE, ECONOMIA E SOCIEDADE	60
EMENTA		
Modos de produção: organização social, Estado, mundo do trabalho, ciência e tecnologia. Elementos de economia ecológica e política. Estado atual do capitalismo. Modelos produtivos e sustentabilidade. Experiências produtivas alternativas.		
OBJETIVO		
Proporcionar aos acadêmicos a compreensão acerca dos principais conceitos que envolvem a Economia Política e a sustentabilidade do desenvolvimento das relações socioeconômicas e do meio ambiente.		
REFERÊNCIAS BÁSICAS		
<p>ALTIERI, Miguel. Agroecologia: a dinâmica produtiva da agricultura sustentável. Porto Alegre: UFRGS, 1998.</p> <p>ANDERSON, Perry. Passagens da Antiguidade ao Feudalismo. São Paulo: Brasiliense, 2004.</p> <p>BECKER, B.; MIRANDA, M. (Org.). A geografia política do desenvolvimento sustentável. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 1997.</p> <p>FERREIRA, L. C.; VIOLA, E. (Org.). Incertezas de sustentabilidade na globalização. Campinas: Editora da UNICAMP, 1996.</p> <p>HARVEY, David. Espaços de Esperança. São Paulo: Loyola, 2004.</p> <p>HUNT, E. K. História do pensamento econômico: uma perspectiva crítica. 2. ed. Rio de Janeiro: Elsevier, 2005.</p> <p>MAY, Peter H.; LUSTOSA, Maria Cecília; VINHA, Valéria da (Org.). Economia do meio ambiente. Teoria e Prática. Rio de Janeiro: Campus, 2003.</p> <p>MONTIBELLER FILHO, Gilberto. O mito do desenvolvimento sustentável. 2. ed. Florianópolis: Editora da UFSC, 2004.</p> <p>SACHS, Ignacy. A Revolução Energética do Século XXI. Revista Estudos Avançados, USP, v. 21, n. 59, 2007.</p> <p>SANTOS, Milton. 1992: a redescoberta da natureza. São Paulo: FFLCH/USP, 1992.</p> <p>VEIGA, José Eli. Desenvolvimento Sustentável: o desafio do século XXI. Rio de Janeiro: Garamond, 2006.</p>		
REFERÊNCIAS COMPLEMENTARES		
<p>ALIER, Jean Martinez. Da economia ecológica ao ecologismo popular. Blumenau: Edifurb, 2008.</p> <p>CAVALCANTI, C. (Org.). Sociedade e natureza: estudos para uma sociedade sustentável. São Paulo: Cortez; Recife: Fundação Joaquim Nabuco, 1998.</p> <p>DOBB, Maurice Herbert. A evolução do capitalismo. São Paulo: Abril Cultural, 1983. 284 p.</p> <p>FOSTER, John Bellamy. A Ecologia de Marx, materialismo e natureza. Rio de Janeiro:</p>		



Civilização Brasileira, 2005.

FURTADO, Celso. **A economia latino-americana**. São Paulo: Companhia das Letras, 2007.

GREMAUD, Amaury; VASCONCELLOS, Marco Antonio; JÚNIOR TONETO, Rudinei. **Economia brasileira contemporânea**. 4. ed. São Paulo: Editora Atlas, 2002.

HUBERMAN, L. **História da riqueza do homem**. 21. ed. Rio de Janeiro: LTC, 1986.

IANNI, O. **Estado e capitalismo**. 2. ed. rev. e ampl. São Paulo: Brasiliense, 1989.

LEFF, Enrique. **Epistemologia ambiental**. 2. ed. São Paulo: Cortez, 2002.

LÖWY, Michael. Eco-socialismo e planificação democrática. **Crítica Marxista**, São Paulo, UNESP, n. 29, 2009.

MARX, Karl. **O capital: crítica da economia política**. 14. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1994.

NAPOLEONI, Cláudio. **Smith, Ricardo e Marx**. Rio de Janeiro. 4. ed. Rio de Janeiro: Graal, 1978.

PUTNAM, Robert D. **Comunidade e democracia, a experiência da Itália moderna**. 4. ed. Rio de Janeiro: Editora da FGV, 2005.

SEN, Amartia. **Desenvolvimento como Liberdade**. São Paulo: Companhia das Letras, 2000.

SMITH, Adam. **Riqueza das nações: Uma investigação sobre a natureza e causas da riqueza das nações**. Curitiba: Hermes, 2001.



Código	COMPONENTE CURRICULAR	Horas
GCS386	MACROECONOMIA I	60
EMENTA		
Conceitos básicos: Moeda, inflação, desemprego, renda, políticas econômicas. Modelo clássico. A crítica de Keynes. Modelos Macroeconômicos dos Manuais: IS-LM - síntese neoclássica e OA-DA.		
OBJETIVOS		
Introduzir as teorias clássicas e keynesianas, bases da teoria macroeconômica, além de mostrar como funcionam as políticas econômicas adotadas pelos governos.		
REFERÊNCIAS BÁSICAS		
FROYEN, R. T. Macroeconomia . 2 ed. São Paulo: Saraiva, 2017. KEYNES, J. M. Teoria geral do emprego, do juro e da moeda . São Paulo: Saraiva, 2012. LOPES, A. M.; VASCONCELLOS, M. A. S. Manual de macroeconomia: básico e intermediário . 3. ed. São Paulo: Atlas, 2008.		
REFERÊNCIAS COMPLEMENTARES		
BLANCHARD, O. Macroeconomia . 7. ed. São Paulo: Prentice Hall, 2017. CARVALHO, F. J C. Keynes e os Pós-Keynesianos: princípios de macroeconomia para uma economia monetária de produção . Rio de Janeiro: Alta Cult, 2020. BACHA, C. J. C.; DILLARD, D. A Teoria Econômica de John Maynard Keynes . Editora Pioneira, 1964. MANKIWI, N. G. Macroeconomia . 8ª ed. São Paulo: LTC, 2014.		



Código	COMPONENTE CURRICULAR	Horas
GCS383	FUNÇÕES ADMINISTRATIVAS	30
EMENTA		
Fundamentos do pensamento administrativo. As escolas do pensamento administrativo e seus desdobramentos. Ambientes organizacionais. Funções gerenciais: planejamento, organização, coordenação e controle. Cultura organizacional, poder e liderança.		
OBJETIVO		
Familiarizar os estudantes com o discurso próprio do pensamento administrativo, assim como introduzir as primeiras noções práticas acerca da área de gestão e suas principais funções. Trata-se de uma percepção clara do que é uma organização, das habilidades associadas a um gestor e do que está envolvido na gestão de organizações.		
REFERÊNCIAS BÁSICAS		
DAFT, Richard. Administração . 3 ed. São Paulo: Cengage Learning, 2017.		
FERREIRA, Ademir A.; REIS, Ana Carla F.; PEREIRA, Maria Isabel. Gestão empresarial : de Taylor aos nossos dias: evolução e tendências da moderna administração de empresas. São Paulo: Pioneira, 2002.		
LACOMBE, Francisco; HEILBORN, Gilberto Luiz J. Administração : princípios e tendências. 3 ed. São Paulo: Saraiva, 2015.		
MAXIMIANO, Antônio C. A. Introdução à teoria geral da administração . 3 ed. São Paulo: Atlas, 2015.		
MAXIMIANO, Antônio C. A. Teoria geral da administração : da revolução urbana à revolução digital. 8 ed. São Paulo: Atlas, 2021.		
REFERÊNCIAS COMPLEMENTARES		
ANDRADE, Rui Otávio B.; AMBONI, Nério. Teoria Geral da Administração . 2 ed. Rio de Janeiro: Elsevier, 2011.		
DAFT, Richard L. Organizações : teoria e projetos. 3 ed. São Paulo: Cengage Learning, 2017.		
MINTZBERG, Henry. Criando organizações eficazes : estruturas em cinco configurações. 2 ed. São Paulo: Atlas, 2003.		
ROBBINS, Stephen P.; DECENZO, David A.; WOLTER, Robert M. A Nova Administração . São Paulo: Saraiva, 2020.		
VECHIO, Robert P. Comportamento Organizacional . São Paulo: Cengage Learning, 2008.		
WAGNER III, John A.; HOLLENBECH, John R. Comportamento organizacional : criando vantagem competitiva. 4 ed. São Paulo: Saraiva, 2019.		



Código	COMPONENTE CURRICULAR	Horas
GCS384	CONTABILIDADE INTRODUTÓRIA	60
EMENTA		
Contabilidade: conceito, objetivo, objeto, finalidade, técnica e campo de aplicação. Patrimônio: ativo, passivo e patrimônio líquido. Resultado do econômico e financeiro. Relatórios para usuários internos e externos. Estrutura e análise das demonstrações financeiras.		
OBJETIVO		
Aprender os conceitos básicos da contabilidade, incluindo princípios, demonstrações e análises contábeis, para avaliar a evolução da organização de acordo com o enfoque contábil.		
REFERÊNCIAS BÁSICAS		
IUDÍCIBUS, Sérgio de; MARION, José Carlos. Curso de contabilidade para não contadores : para as áreas de administração, economia, direito e engenharia. 8 ed. São Paulo: Atlas, 2018.		
MARION, José Carlos. Contabilidade básica . 12 ed. São Paulo: Atlas, 2018.		
MARION, José Carlos. Contabilidade empresarial . 18 ed. São Paulo: Atlas, 2018.		
MATARAZZO, Dante Carmine ANÁLISE FINANCEIRA DE BALANÇOS: Abordagem Básica e Gerencial . 7 ed. São Paulo: Atlas, 2010.		
RIBEIRO, Osni Moura. Contabilidade básica . 4 ed. São Paulo: Saraiva, 2017.		
SAVYTZKY, Taras. Análise de balanços : método prático. 6 ed. Curitiba: Juruá, 2010.		
REFERÊNCIAS COMPLEMENTARES		
BRASIL. Conselho Federal de Contabilidade. Resolução n. 750 de 29 de dezembro de 1993 . Disponível em: <www.cfc.org.br>.		
BRASIL. Lei das S.A. : Lei n. 6.404, de 15 de dezembro de 1976. São Paulo: Atlas, 1999.		
KOBORI, José. Análise fundamentalista : como obter uma performance superior e consistente no mercado de ações. Alta Books Editora, 2019.		
NEVES, Silvério das; VICECONTI, Paulo E. V. Contabilidade básica . 17 ed. São Paulo: Frase, 2018.		
SILVA, César Augusto Tibúrcio; TRISTÃO, Gilberto. Contabilidade básica . 4 ed. São Paulo: Atlas, 2009.		



Código	COMPONENTE CURRICULAR	Horas
GCS0710	ESTÁGIO CURRICULAR SUPERVISIONADO I	150
EMENTA		
Estágio supervisionado: conceitos, objetivos, importância profissional, operacionalização. Regulamento do estágio supervisionado. Áreas da administração para estagiar e critérios de escolha. Instrumentos de coleta de dados: observação, questionários e entrevistas. Postura e ética no exercício profissional nas organizações.		
OBJETIVO		
Inserir o acadêmico no cenário geral dos laboratórios de gestão, sua importância e funcionalidade, e instrumentalizá-lo nas técnicas de levantamento e investigação.		
REFERÊNCIAS BÁSICAS		
LACOMBE, Francisco; HEILBORN, Gilberto Luiz J. Administração: princípios e tendências . 3 ed. São Paulo: Saraiva, 2015.		
MARTINS, Gilberto de Andrade. Manual para elaboração de monografias e dissertações . 3 ed. São Paulo: Atlas, 2002.		
ROBBINS, Stephen P.; DECENZO, David A.; WOLTER, Robert M. A Nova Administração . São Paulo: Saraiva, 2020.		
ROESCH, Sylvia M. A. Projetos de estágio e de pesquisa em administração . 3 ed. São Paulo: Atlas, 2013.		
Regulamento do estágio curricular supervisionado do curso de graduação em Administração (ANEXO I)		
SCHERMERHORN JR., John R. Administração: Conceitos fundamentais . Rio de Janeiro: LTC Editora, 2006.		
VERGARA, Sylvia Constant. Métodos de coleta de dados no campo . São Paulo: Atlas, 2009.		
REFERÊNCIAS COMPLEMENTARES		
BULGACOV, Sérgio. Manual de gestão empresarial . 2 ed. São Paulo: Atlas, 2006.		
MARCONI, Marina de A.; LAKATOS, Eva M. Fundamentos de metodologia científica . 8 ed. São Paulo: Atlas, 2017.		
MINTZBERG, Henry. Criando organizações eficazes: estruturas em cinco configurações . 2 ed. São Paulo: Atlas, 2003.		
SANTOS, Antônio Raimundo. Metodologia científica: A construção do conhecimento . 7 ed. Rio de Janeiro: Lamparina, 2007.		
SEVERINO, Antônio Joaquim. Metodologia do trabalho científico . 23 ed. São Paulo: Editora Cortez, 2007.		
STONER, James A.; FREEMAN, R edward. Administração . 5 ed. Rio de Janeiro: LTC, 1994.		



Código	COMPONENTE CURRICULAR	Horas
GCS0724	GESTÃO DA TECNOLOGIA E TIC	90
EMENTA		
<p>A Organização como Sistema. Sistemas de Informações Gerenciais (SIG) e seus modelos de aplicações no ambiente organizacional. Canais de Comunicação Organizacional. Tecnologia da Informação (TI) e sua infraestrutura nas organizações. Tecnologia da Comunicação (TC) e seus processos. Gestão de inovação das Tecnologias de Informação e de Comunicação (TIC) nas organizações. Telecomunicações e Redes. Mecanismos e implicações da interação entre o setor técnico-científico e o setor empresarial. Empreendedorismo e inovação.</p>		
OBJETIVO		
<p>Compreender o contexto de uso das Tecnologias de Informação e de Comunicação (TIC) que levam à modelos de gestão da inovação do conhecimento das organizações.</p>		
REFERÊNCIAS BÁSICAS		
<p>DORNELAS, J. C. A. Empreendedorismo: transformando ideias em negócios. 7 ed. São Paulo: Empreende, 2018. Disponível em: <https://app.minhabiblioteca.com.br/reader/books/9788566103076/pageid/20>. Acesso em: 3 mai. 2022.</p> <p>REZENDE, Denis Alcides. Tecnologia da informação aplicada a sistemas de informação empresariais. 9 ed. São Paulo, Atlas 2014.</p> <p>STAIR, Ralph M.; REYNOLDS, George W. Princípios de Sistemas de Informação. 4 ed. São Paulo, SP: Cengage Learning, 2021. 582 p.</p> <p>TIDD, Joe; BESSANT, John. Gestão da inovação. 5 ed. Porto Alegre: Bookman, 2015.</p>		
REFERÊNCIAS COMPLEMENTARES		
<p>FITZSIMMONS, James A; FITZSIMMONS, Mona J. Administração de serviços: operações, estratégia e tecnologia da informação. 7 ed. São Paulo: AMGH, 2014. 535 p.</p> <p>MAXIMIANO, Antônio C. A. Teoria geral da administração: da revolução urbana à revolução digital. 8 ed. São Paulo: Atlas, 2021.</p> <p>TAKEUCHI, Hirotaka; NONAKA, Ikujiro. Gestão do conhecimento. Porto Alegre: Bookman, 2008.</p> <p>REZENDE, Denis Alcides. Planejamento de sistemas de informação e informática. 5 ed. Rio de Janeiro: Atlas, 2016.</p> <p>TIDD, Joe; BESSANT, John. Inovação e empreendedorismo. 3 ed. Porto Alegre: Bookman, 2019.</p> <p>TURBAN, Efraim. Business intelligence: um enfoque gerencial para a inteligência do negócio. 4 ed. Porto Alegre: Bookman, 2019. 253 p.</p> <p>VELOSO, Renato. Tecnologia da informação e comunicação. São Paulo: Saraiva, 2011.</p>		



Código	COMPONENTE CURRICULAR	Horas
GCS0752	CÁLCULO APLICADO À ADMINISTRAÇÃO	60
EMENTA		
Análise estática de equilíbrio. Modelos lineares e álgebra matricial. Taxa de variação. Conceito de limite. Derivadas. Regras de diferenciação. Otimização sem restrição. Otimização com restrição.		
OBJETIVO		
Possibilitar ao acadêmico o conhecimento de ferramentas necessárias para o uso em futuros componentes curriculares do curso de Administração.		
REFERÊNCIAS BÁSICAS		
CHIANG, A. C.; WAINWRIGHT, K. Matemática para economistas . Rio de Janeiro: Campus, 2006. 692 p.		
JACQUES, Ian. Matemática para economia e administração - São Paulo: Pearson Prentice Hall, 2010.		
SIMON, C. P.; BLUME, L. Matemática para economistas . São Paulo: Bookman, 2004.		
REFERÊNCIAS COMPLEMENTARES		
GOLDSTEIN, L. J. et al. Matemática aplicada: economia, administração e contabilidade . 12 ed. Porto Alegre: Bookman, 2012. 656 p.		
MORETTIN, P.A. Introdução ao cálculo para administração, economia e contabilidade . São Paulo: Saraiva, 2009.		
TAN, S. T. Matemática aplicada à administração e economia . 2 ed. São Paulo: Thomson Learning, 2007.		



Código	COMPONENTE CURRICULAR	Horas
GCS0711	GESTÃO DE PESSOAS I	75
EMENTA		
Evolução histórica da Administração de Recursos Humanos: Conceitos, Natureza, Objetivos e Importância. Posicionamento e Estrutura da Área de Administração de Recursos Humanos na organização. Enfoque Sistêmico da ARH e seus subsistemas. As Funções da Administração de Pessoal. O Administrador de RH. Recrutamento. Seleção: Processo Seletivo.		
OBJETIVO		
Capacitar os alunos na compreensão dos processos da Gestão de Recursos Humanos, despertando a sensibilidade e a capacidade de reflexão para a implantação dos mesmos no ambiente organizacional; considerando a diversidade das pessoas, o ambiente e a cultura ali presentes.		
REFERÊNCIAS BÁSICAS		
BITENCOURT, Claudia (Org.). Gestão contemporânea de pessoas: novas práticas, conceitos tradicionais. 2 ed. Porto Alegre: Editora Bookman, 2010.		
BOOG, Gustavo G; BOOG, Magdalena. Manual de treinamento e desenvolvimento: processos e operações. 6 ed. São Paulo: Person, 2013.		
DESSLER, Gary. Administração de recursos humanos. 2 ed. São Paulo: Prentice Hall, 2003.		
DUTRA, Joel. Gestão de Pessoas: modelo, processos, tendências e perspectivas. São Paulo: Atlas, 2002.		
GIL, Antônio Carlos. Gestão de pessoas: enfoque nos papéis estratégicos. 2 ed. São Paulo: Atlas, 2016.		
REFERÊNCIAS COMPLEMENTARES		
CHIAVENATO, Idalberto. Administração de recursos humanos: gestão humana, fundamentos básicos. 9 ed. São Paulo: Atlas, 2021.		
FLEURY, M. T. L.; OLIVEIRA JR., M. de M. (Orgs). Gestão estratégica do conhecimento: integrando aprendizagem, conhecimento e competências. São Paulo: Atlas, 2011.		
DALMAU, M. B. L; TOSTA, K.C.B.T. Estratégia de gestão de pessoas. Curitiba: IESDE, 2009.		
FLEURY, Maria Tereza Leme (org.). As pessoas na organização. São Paulo: Editora Gente, 2002.		
PACHECO, L.; SCOFANO, A. C.; BECKERT, M.; SOUZA, V. Capacitação e desenvolvimento de pessoas. 2 ed. Rio de Janeiro: FGV, 2009.		
PONTES, Benedito R. Planejamento, recrutamento e seleção de pessoal. 7 ed. Rio de		



Janeiro: LTR, 2014.

SNELL, Scott; BOHLANDER, George. **Administração de recursos humanos**. 14 ed. São Paulo: Cengage Learning, 2009.

VERGARA, Sylvia Constant. **Gestão de pessoas**. 16 ed. São Paulo: Atlas, 2016.



Código	COMPONENTE CURRICULAR	Horas
GCS0712	ESTÁGIO CURRICULAR SUPERVISIONADO II	150
EMENTA		
Análise, métodos e técnicas de diagnóstico organizacional. Construção de proposições. Postura e ética no exercício profissional nas organizações. Perspectivas profissionais do graduado.		
OBJETIVO		
Instrumentalizar o aluno na observação e desenvolvimento de estudos aplicados às organizações.		
REFERÊNCIAS BÁSICAS		
MINTZBERG, Henry. Criando organizações eficazes: estruturas em cinco configurações . 2 ed. São Paulo: Atlas, 2003.		
MIGUEL, Paulo Augusto Cauchick. Metodologia de Pesquisa em Engenharia de Produção e Gestão de Operações . 2 ed. Rio de Janeiro: Campus, 2011.		
OLIVEIRA, Djalma de P. R. Manual de consultoria empresarial: Conceitos, metodologia e práticas . 10 ed. São Paulo: Atlas, 2011.		
OLIVEIRA, Djalma de P. R. Manual de avaliação de empresas e negócios . 7 ed. São Paulo: Atlas, 2015.		
Regulamento do estágio curricular supervisionado do curso de graduação em Administração (ANEXO I)		
STONER, James A.; FREEMAN, R edward. Administração . 5 ed. Rio de Janeiro: LTC, 1999.		
WOOD JR., Thomaz; PICARELLI FILHO, Vicente. Remuneração Estratégica: A Nova Vantagem Competitiva . 3 ed. São Paulo: Atlas, 2004.		
REFERÊNCIAS COMPLEMENTARES		
LACOMBE, Francisco; HEILBORN, Gilberto Luiz J. Administração: princípios e tendências . 3 ed. São Paulo: Saraiva, 2015.		
MAXIMIANO, Antônio C. A. Teoria geral da administração: da revolução urbana à revolução digital . 8 ed. São Paulo: Atlas, 2021.		
ROBBINS, Stephen P.; DECENZO, David A.; WOLTER, Robert M. A Nova Administração . 2 ed. São Paulo: Saraiva, 2020.		



Código	COMPONENTE CURRICULAR	Horas
GCS0715	CONTROLADORIA DE GESTÃO	75
EMENTA		
<p>Origem e papel da Controladoria. Sistemas: empresa, contábil e de gestão. Planejamento e Controle (econômico e financeiro). A contabilidade como sistema de informação gerencial. Contabilidade Financeira e Contabilidade Gerencial. Análise de custos, volume e lucro. Margem de contribuição unitária e geral. Ponto de equilíbrio econômico. Ponto de equilíbrio financeiro. Demonstrações gerenciais. Avaliação de desempenho.</p>		
OBJETIVO		
<p>Capacitar o acadêmico quanto a geração e utilização das informações produzidas pela contabilidade gerencial para a tomada de decisões em um ambiente empresarial sistêmico.</p>		
REFERÊNCIAS BÁSICAS		
<p>BORNIA, Antonio Cezar. Análise gerencial de custos: aplicação em empresas modernas. 3 ed. Porto Alegre: Bookman, 2010.</p> <p>BORGERT, Altair. Contabilidade gerencial. Florianópolis, SC: UFSC, Departamento de Ciências da Administração, 2009.</p> <p>LEONE, George Sebastião Guerra; LEONE, Rodrigo José Guerra. Curso de contabilidade de custos. 4 ed. rev. São Paulo: Atlas, 2010.</p> <p>MARTINS, Eliseu. Contabilidade de Custos. 10 ed. São Paulo: Atlas, 2010.</p> <p>IUDÍCIBUS, Sérgio. Contabilidade Gerencial. 6 ed. São Paulo: Atlas, 1998.</p> <p>PADOVEZE, Clóvis Luís. Contabilidade gerencial: um enfoque em sistema de informação contábil. 7 ed. São Paulo: Atlas, 2010.</p>		
REFERÊNCIAS COMPLEMENTARES		
<p>BRASIL, Conselho Federal de Contabilidade. Norma Brasileira de Contabilidade, Nbc Tsp Estrutura Conceitual, de 23 de setembro de 2016. Aprova a NBC TSP Estrutura Conceitual – Estrutura Conceitual para Elaboração e Divulgação de Informação Contábil de Propósito Geral pelas Entidades do Setor Público. Brasília: CFC, 2016. Disponível em: https://www1.cfc.org.br/sisweb/SRE/docs/NBCTSPEC.pdf. Acesso em: 29 ago. 2022.</p> <p>BRASIL. Lei n. 6.404, de 15 de dezembro de 1976. Dispõe sobre as Sociedades por Ações. Brasília: Presidência da República, 1976. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l6404consol.htm. Acesso em: 29 ago. 2022.</p> <p>NEVES, Silvério das; VICECONTI, Paulo E. V. Contabilidade básica. 16 ed. São Paulo: Frase, 2013.</p> <p>SILVA, César Augusto Tibúrcio; TRISTÃO, Gilberto. Contabilidade básica. 4 ed. São Paulo: Atlas, 2009.</p>		



Código	COMPONENTE CURRICULAR	Horas
GCS0719	FINANÇAS EMPRESARIAIS	30
EMENTA		
Inflação e desemprego: as várias versões da curva de Phillips. Microfundamentos da macroeconomia (novos keynesianos, novos clássicos, teoria dos ciclos e a nova síntese neoclássica). Equivalência Ricardiana e a Curva de Laffer. Consumo, Poupança e Investimento: Modelo de Escolha Intertemporal de Fischer, Teoria do Ciclo de Vida de Modigliani, Teoria da Renda Permanente e Q de Tobin		
OBJETIVO		
Apresentar aos acadêmicos os microfundamentos da macroeconomia por meio das diversas correntes teóricas de pensamento, incluindo as diferentes teorias acerca da relação entre consumo, poupança e investimento		
REFERÊNCIAS BÁSICAS		
BLANCHARD, O. Macroeconomia . 7. ed. São Paulo: Prentice Hall, 2017.- FROYEN, R. T. Macroeconomia . 2 ed. São Paulo: Saraiva, 2017. LOPES, A. M.; VASCONCELLOS, M. A. S. Manual de macroeconomia: básico e intermediário . 3. ed. São Paulo: Atlas, 2008.		
REFERÊNCIAS COMPLEMENTARES		
DILLARD, D. A Teoria Econômica de John Maynard Keynes . Editora Pioneira, 1964. MANKIW, N. G. Macroeconomia . 8 ed. São Paulo: LTC, 2014.		



Código	COMPONENTE CURRICULAR	Horas
GCS0716	TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO I	60
EMENTA		
Elaboração da introdução: contextualização do problema de pesquisa, objetivos geral e específicos, justificativa. Elaboração da revisão de literatura		
OBJETIVO		
Delinear o projeto do trabalho de conclusão de curso (TCC).		
REFERÊNCIAS BÁSICAS		
APPOLINÁRIO. Metodologia da ciência : filosofia e prática da pesquisa. 2 ed. São Paulo: Cengage Learning, 2012. GALLIANO, A. G. O Método Científico : teoria e prática. São Paulo: HARBRA, 1986. GIL, A. C. Métodos e Técnicas de Pesquisa Social . 6 ed. São Paulo: Atlas, 2008. MARCONI, M. de A.; LAKATOS, E. M. Fundamentos de Metodologia Científica . 7 ed. São Paulo: Atlas, 2010. SEVERINO, A. J. Metodologia do trabalho científico . 23 ed. São Paulo: Cortez, 2007.		
REFERÊNCIAS COMPLEMENTARES		
ALVES, R. Filosofia da Ciência : introdução ao jogo e as suas regras. 4 ed. São Paulo: Loyola, 2002. REY, L. Planejar e Redigir Trabalhos Científicos . 4 ed. São Paulo: Edgard Blücher, 2003. SANTOS, A. R. dos. Metodologia científica: a construção do conhecimento . 7 ed. Rio de Janeiro: Lamparina, 2007.		



Código	COMPONENTE CURRICULAR	Horas
GCS0722	ADMINISTRAÇÃO DA PRODUÇÃO I	60
EMENTA		
Visão geral dos sistemas de produção. Contextualização do PCP nos sistemas de produção. Previsão de demanda. Planejamento estratégico da produção. Planejamento mestre da produção. Programação da produção: Administração de estoques, sequenciamento, emissão e liberação de ordens. Acompanhamento da produção.		
OBJETIVO		
Analisar a Produção como um sistema, com enfoque específico para as decisões estratégico-gerenciais da Administração, com foco na compreensão de suas partes, relações e objetivos de desempenho, buscando compreender os impactos nos resultados propostos pelas organizações.		
REFERÊNCIAS BÁSICAS		
LAUGENI, Fernando P.; MARTINS, Petrônio G. Administração da produção . 3 ed. rev, ampl. e atual. São Paulo, SP: Saraiva, 2015.		
MOREIRA, Daniel Augusto. Administração da produção e operações . 2 ed. São Paulo: Cengage Learning, 2012.		
SLACK, Nigel; CHAMBERS, Stuart; JOHNSTON, Robert. Administração da produção . 8 ed. São Paulo: Atlas, 2018.		
TUBINO, Dalvio Ferrari. Planejamento e controle da produção: teoria e prática . 3 ed. São Paulo: Atlas, 2017.		
REFERÊNCIAS COMPLEMENTARES		
ANTUNES, Junico. Sistemas de Produção: conceitos e práticas para projetos e gestão da produção enxuta . São Paulo: Bookman, 2008.		
CORRÊA, Henrique L; GIANESI, Irineu G. N; CAON, Mauro. Planejamento, programação e controle da produção: MRP II/ERP . 6 ed. São Paulo: Atlas, 2018.		
FITZSIMMONS, James A; FITZSIMMONS, Mona J. Administração de Serviços: Operações, Estratégia e Tecnologia da Informação . 7 ed. Porto Alegre: AMGH, 2014.		
LOBO, Renato Nogueiro; SILVA, Damião Limeira da. Planejamento e controle da produção . 2 ed. São Paulo editora Érica, 2021.		
MIGUEL, Paulo Augusto Cauchick (Coord.). Metodologia de pesquisa em engenharia de produção e gestão de operações . 3 ed. Rio de Janeiro-RJ: Elsevier, 2018.		
PALADINI, Edson P. Gestão da qualidade: teoria e prática . 4 ed. São Paulo: Atlas, 2019.		



Código	COMPONENTE CURRICULAR	Horas
GCS0753	GESTÃO DE <i>MARKETING</i>	75
EMENTA		
Conceitos em Marketing. Funções e tarefas do marketing. Planejamento e Plano de Marketing. Análise do ambiente de marketing. Sistema de informações em marketing (SIM). Segmentação de Mercado. Posicionamento. Os mercados e o comportamento dos consumidores. Análise qualitativa e quantitativa de mercado consumidor. Composto de marketing. Tópicos contemporâneos em marketing.		
OBJETIVO		
Possibilitar ao acadêmico a compreensão dos conceitos ligados à gestão mercadológica, especialmente no que diz respeito ao processo e à prática do planejamento estratégico de marketing aplicado em organizações da região.		
REFERÊNCIA BÁSICA		
AMBROSIO, V. Plano de Marketing: um roteiro para ação . São Paulo: Pearson, 2012.		
BOONE, L. E.; KURTZ, D. L. Marketing contemporâneo . 12 ed. São Paulo: Cengage Learning, 2009.		
FERRELL, O. C.; HARTLINE, M. D. Estratégia de Marketing . 3 ed. São Paulo: Cengage Learning, 2016.		
GOMES, I. M. Manual como elaborar um plano de marketing . Belo Horizonte: SEBRAE/MG, 2005. Disponível em: https://bibliotecas.sebrae.com.br/chronus/ARQUIVOS_CHRONUS/bds/bds.nsf/1947E3304928A275032571FE00630FB1/\$File/NT00032296.pdf . Acesso em: 29 ago. 2022.		
KOTLER, P.; ARMSTRONG, G. Princípios de marketing . 12 ed. São Paulo: Prentice Hall, 2008.		
REFERÊNCIA COMPLEMENTAR		
BASTA, Darci; MARCHESINI, Fernando; OLIVEIRA, José Antonio Ferreira de; SÁ, Luís Carlos Seixas de. Fundamentos de marketing . 7 ed. Rio de Janeiro: FGV, 2006.		
CHI, Ben T.; SIMÕES, Marcos L. d. C.; TEIXEIRA, Ricardo F.; MADRUGA, Roberto. Administração de marketing no mundo contemporâneo. Administração de marketing no mundo contemporâneo . 3 ed. Rio de Janeiro: FGV, 2006.		
DIAS, S. R. (Coord.). Gestão de marketing . 2 ed. São Paulo: Saraiva, 2010.		
LAS CASAS, A. L. (coord.). Novos rumos do marketing . São Paulo: Atlas, 2001.		
KOTLER, P. Marketing para o século XXI . São Paulo: Futura, 2009.		
KOTLER, P.; KELLER, K. L. Administração de marketing . São Paulo: Pearson Prentice Hall, 2019.		
LIMA, Miguel; SAPIRO, Arão; VILHENA, João Baptista; GANGANA, Mauricio. Gestão de marketing . 8 ed. Rio de Janeiro: FGV, 2007.		



SCHIFFMAN L. G.; KANUK L. L. **Comportamento do consumidor**. 9 ed. Rio de Janeiro: LTC, 2009.



Código	COMPONENTE CURRICULAR	Horas
GCS0723	ADMINISTRAÇÃO DA PRODUÇÃO II	60
EMENTA		
Planejamento e controle da capacidade produtiva. Planejamento e controle de estoque. Gestão da cadeia de suprimentos. Previsão. Filas de Espera. Estudo e gestão de demanda. Planejamento agregado e OPT. Programação de manufatura. Programação de serviço. Planejamento de recurso. Plano-mestre de produção (MPS). Sistema de produção enxuta (JIT). Melhoramento da produção. Benchmarking e Lean Manufacturing.		
OBJETIVO		
Analisar a Produção como um sistema, com enfoque específico para as decisões estratégico-gerenciais da Administração, com foco na compreensão de suas partes, relações e objetivos de desempenho, buscando compreender os impactos nos resultados propostos pelas organizações. Busca-se vincular os processos decisórios das organizações num contexto onde as estratégias são vinculadas aos processos operativos cotidianos, num sentido de que boas práticas de gestão levam à ótimos resultados (efetividade dos processos produtivos).		
REFERÊNCIAS BÁSICAS		
CORRÊA, Henrique L. Administração de produção e operações : manufatura e serviços: uma abordagem estratégica. 5 ed. São Paulo: Atlas, 2022.		
CORRÊA, Henrique Luiz. Planejamento, programação e controle da produção : MRP II / ERP. 6 ed. Rio de Janeiro: Atlas, 2018.		
TUBINO, Dalvio Ferrari. Manufatura enxuta como estratégia de produção : a chave para a produtividade industrial. São Paulo: Atlas, 2015.		
REFERÊNCIAS COMPLEMENTARES		
CAMPOS, Vicente Falconi. TQC controle da qualidade total (no estilo japonês). 8. ed. Nova Lima, MG: INDG Tecnologia e Serviços, 2004. 256p.		
CHIAVENATO, Idalberto. Gestão de materiais : uma abordagem introdutória. 4 ed. São Paulo: Atlas, 2022.		
CHIAVENATO, Idalberto. Iniciação ao planejamento e controle da produção . 3 ed. São Paulo: Atlas, 2022.		
MONDEN, Yasuhiro. Sistema Toyota de produção : uma abordagem integrada ao Just-in-time. 4 ed. Porto Alegre: Bookman, 2015.		
SLACK, Nigel. Administração da produção . 8 ed. Rio de Janeiro: Atlas, 2018.		



Código	COMPONENTE CURRICULAR	Horas
GCS0718	TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO II	90
EMENTA		
Metodologia: elaboração do percurso metodológica da pesquisa. Coleta, tratamento e análise dos dados		
OBJETIVO		
Apresentar o projeto do trabalho de conclusão de curso (TCC), incluindo os resultados preliminares obtidos.		
REFERÊNCIAS BÁSICAS		
APPOLINÁRIO. Metodologia da ciência : filosofia e prática da pesquisa. 2 ed. São Paulo: Cengage Learning, 2012. GALLIANO, A. G. O Método Científico : teoria e prática. São Paulo: HARBRA, 1986. GIL, A. C. Métodos e Técnicas de Pesquisa Social . 6 ed. São Paulo: Atlas, 2008. MARCONI, M. de A.; LAKATOS, E. M. Fundamentos de Metodologia Científica . 7 ed. São Paulo: Atlas, 2010. SEVERINO, A. J. Metodologia do trabalho científico . 23 ed. São Paulo: Cortez, 2007.		
REFERÊNCIAS COMPLEMENTARES		
ALVES, R. Filosofia da Ciência : introdução ao jogo e as suas regras. 4 ed. São Paulo: Loyola, 2002. REY, L. Planejar e Redigir Trabalhos Científicos . 4 ed. São Paulo: Edgard Blücher, 2003. SANTOS, A. R. dos. Metodologia científica: a construção do conhecimento . 7 ed. Rio de Janeiro: Lamparina, 2007.		



Código	COMPONENTE CURRICULAR	Horas
GCS0709	LOGÍSTICA INTEGRADA	90
EMENTA		
Conceitos gerais de logística. Custos logísticos. Gerenciamento da cadeia de suprimentos. Gestão de estoques. Controle de estoques. Sistemas de transporte. Sistemas de abastecimento. Coleta e distribuição. Casos aplicados. Fornecimento. Distribuição. Compras. Logística reversa. Tecnologias da informação e comunicação de <i>supply chain</i> .		
OBJETIVO		
Proporcionar aos acadêmicos uma visão lógica sistêmica das organizações, com foco no conhecimento das atividades e dos processos administrativos que facilitam o entendimento e a gestão do fluxo de produção, assim como a gestão de informação.		
REFERÊNCIAS BÁSICAS		
DIAS, Marco A. P. Administração de materiais: uma abordagem logística . 7. Rio de Janeiro: Atlas, 2019.		
MARTINS, Petrônio G.; ALT, Paulo R. C. Administração de Materiais e Recursos Patrimoniais . 3 ed. São Paulo: Saraiva, 2012. 441 p.		
POZO, Hamilton. Logística e gerenciamento da cadeia de suprimentos: uma introdução . 2 ed. Rio de Janeiro: Atlas, 2019.		
REFERÊNCIAS COMPLEMENTARES		
AKABANE, Getulio K.; POZO, Hamilton. Inovação, tecnologia e sustentabilidade: histórico, conceitos e aplicações . São Paulo: Erica, 2019.		
BERTAGLIA, Paulo R. Logística e gerenciamento da cadeia de abastecimento . 4 ed. São Paulo: Saraiva, 2020. 544 p.		
GONÇALVES, Paulo S. Administração de materiais . 6 ed. Rio de Janeiro: Atlas, 2020. 540 p.		
LEITE, Paulo R. Logística reversa sustentabilidade e competitividade: teoria, prática, estratégias . São Paulo Saraiva 2017		
SEGRE, German (org). Manual prático de comércio exterior . 5 ed. São Paulo: Atlas, 2018.		



Código	COMPONENTE CURRICULAR	Horas
GCS0713	GESTÃO DE CUSTOS E ORÇAMENTO EMPRESARIAL	60
EMENTA		
Gestão de custos e orçamento empresarial: abrangência e objetivos; custos: conceitos, elementos e classificação. Sistemas de produção e de apropriação de custos. Métodos de custeio. Planejamento e orçamento. Orçamento operacional.		
OBJETIVO		
Habilitar o aluno do curso de Administração a calcular o custo dos produtos em diferentes segmentos econômicos, visualizando-o como um importante instrumento no processo de construção do planejamento de resultados e tomada de decisões.		
REFERÊNCIAS BÁSICAS		
BORNIA, Antônio Cezar. Análise gerencial de custos : aplicação em empresas modernas. 3 ed. São Paulo: Atlas, 2010.		
HANSEN, Don R.; MOWEN, Maryanne M. Gestão de custos : contabilidade e controle. São Paulo: Pioneira Thomson Learning, 2001.		
MAHER, Michael. Contabilidade de custos : criando valor para a administração. São Paulo: Atlas, 2001.		
MARTINS, Eliseu. Contabilidade de custos . 10 ed. São Paulo: Atlas, 2013.		
HOJI Masakazu. Administração financeira e orçamentária : matemática financeira aplicada, estratégias financeiras e orçamento empresarial. 11 ed. São Paulo: Atlas, 2014.		
REFERÊNCIAS COMPLEMENTARES		
LEONE, George Sebastião Guerra. Curso de contabilidade de custos . 4 ed. São Paulo: Atlas, 2010.		
SOUZA, Alceu; CLEMENTE, Ademir. Gestão de custos : aplicações operacionais e estratégicas: exercícios resolvidos e propostos com utilização do EXCEL. 2 ed. São Paulo: Atlas, 2011.		



Código	COMPONENTE CURRICULAR	Horas
GCS0721	COMPORTAMENTO ORGANIZACIONAL	75
EMENTA		
Introdução ao comportamento organizacional. Diversidade nas organizações. Satisfação e Motivação no trabalho. Grupos e equipes de trabalho. Liderança. Poder, conflito e negociação. Mudança organizacional e gestão do estresse.		
OBJETIVO		
Propiciar uma reflexão crítica acerca das variáveis do comportamento influentes nos níveis individual, grupal e organizacional, possibilitando a compreensão de como podem afetar a eficácia da organização.		
REFERÊNCIAS BÁSICAS		
BATEMAN, Thomas S; SNELL, Scott A. Administração . 2 ed. São Paulo: AMGH, 2012. BITENCOURT, Claudia. Gestão contemporânea de pessoas: novas práticas, conceitos tradicionais . 2 ed. Porto Alegre: Bookman, 2010. DAFT, Richard. Administração . 3 ed. São Paulo: Cengage Learning, 2017. FLEURY, Maria Tereza Leme (org.). As pessoas na organização . 15 ed. São Paulo: Gente, 2002. PASETTO, Neusa Vítola; MESADRI, Fernando Eduardo. Comportamento organizacional: integrando conceitos da administração e da psicologia . Curitiba, PR: IBPEX, 2012. WAGNER III, John A.; HOLLENBECK, John R. Comportamento organizacional: criando vantagem competitiva . 4 ed. São Paulo: Saraiva, 2019.		
REFERÊNCIAS COMPLEMENTARES		
AGUIAR, Maria Aparecida Ferreira de. Psicologia aplicada à administração: uma abordagem interdisciplinar . São Paulo, SP: Saraiva; 2005. CHIAVENATO, Idalberto. Administração de recursos humanos: gestão humana, fundamentos básicos . 9 ed. São Paulo: Atlas, 2021. HITT, Michael A.; MILLER, C. Chet; COLELLA, Adrienne. Comportamento organizacional . 3 ed. Rio de Janeiro, RJ: LTC, 2013. MINICUCCI, Agostinho. Dinâmica de grupo: teorias e sistemas . 5 ed. São Paulo, SP: Atlas, 2012. MONTANA, Patrick J.; CHARNOV, Bruce H. Administração . 3 ed. São Paulo: Saraiva, 2009. ROBBINS, Stephen P.; JUDGE, Tim. Fundamentos do comportamento organizacional . 12. ed. São Paulo, SP: Pearson, 2014. SPECTOR, Paul E. Psicologia nas organizações . 4 ed. São Paulo: Saraiva, 2012.		



WALLAU, Sonia Maria de. **Estresse laboral e síndrome de Bournout**: uma dualidade em estudo. Novo Hamburgo, RS: Feevale, 2003.

ZANELLI, José Carlos; BORGES-ANDRADE, Jairo Eduardo; BASTOS, Antonio Virgílio Bittencourt. **Psicologia, organizações e trabalho no Brasil**. 2 ed. Porto Alegre: AMGH, 2014. (Biblioteca Artmed. Psicologia geral, da personalidade, social e organizacional Biblioteca Artmed. Psicologia organizacional e institucional)



1 8.9 CCR's com oferta variável na Estrutura Curricular, porém, com carga horária fixa

Abaixo tem-se representadas as ementas dos CCR's optativos do Curso de Administração – Bacharelado com oferta conforme demanda ao longo de determinados semestres do curso.

Código	COMPONENTE CURRICULAR	Horas
GCS0726	TÓPICOS ESPECIAIS I	30
EMENTA		
Ementa a ser definida pelo colegiado por ocasião da oferta do componente.		
OBJETIVO		
REFERÊNCIAS BÁSICAS		
REFERÊNCIAS COMPLEMENTARES		

Código	COMPONENTE CURRICULAR	Horas
GCS0727	TÓPICOS ESPECIAIS II	60
EMENTA		
Ementa a ser definida pelo colegiado por ocasião da oferta do componente.		
OBJETIVO		
REFERÊNCIAS BÁSICAS		
REFERÊNCIAS COMPLEMENTARES		

Código	COMPONENTE CURRICULAR	Horas
GCS0728	TÓPICOS ESPECIAIS III	75
EMENTA		
Ementa a ser definida pelo colegiado por ocasião da oferta do componente.		
OBJETIVO		
REFERÊNCIAS BÁSICAS		
REFERÊNCIAS COMPLEMENTARES		



Código	COMPONENTE CURRICULAR	Horas
GCS0729	TÓPICOS ESPECIAIS IV	90
EMENTA		
Ementa a ser definida pelo colegiado por ocasião da oferta do componente.		
OBJETIVO		
REFERÊNCIAS BÁSICAS		
REFERÊNCIAS COMPLEMENTARES		

Código	COMPONENTE CURRICULAR	Horas
GCS0730	TÓPICOS ESPECIAIS V	30
EMENTA		
Ementa a ser definida pelo colegiado por ocasião da oferta do componente.		
OBJETIVO		
REFERÊNCIAS BÁSICAS		
REFERÊNCIAS COMPLEMENTARES		

Código	COMPONENTE CURRICULAR	Horas
GCS0731	TÓPICOS ESPECIAIS VI	60
EMENTA		
Ementa a ser definida pelo colegiado por ocasião da oferta do componente.		
OBJETIVO		
REFERÊNCIAS BÁSICAS		
REFERÊNCIAS COMPLEMENTARES		

Código	COMPONENTE CURRICULAR	Horas
GCS0732	TÓPICOS ESPECIAIS VII	75
EMENTA		
Ementa a ser definida pelo colegiado por ocasião da oferta do componente.		
OBJETIVO		
REFERÊNCIAS BÁSICAS		
REFERÊNCIAS COMPLEMENTARES		



Código	COMPONENTE CURRICULAR	Horas
GCS0733	TÓPICOS ESPECIAIS VIII	90
EMENTA		
Ementa a ser definida pelo colegiado por ocasião da oferta do componente.		
OBJETIVO		
REFERÊNCIAS BÁSICAS		
REFERÊNCIAS COMPLEMENTARES		

Código	COMPONENTE CURRICULAR	Horas
GCS0734	TÓPICOS ESPECIAIS IX	30
EMENTA		
Ementa a ser definida pelo colegiado por ocasião da oferta do componente.		
OBJETIVO		
REFERÊNCIAS BÁSICAS		
REFERÊNCIAS COMPLEMENTARES		

Código	COMPONENTE CURRICULAR	Horas
GCS0735	TÓPICOS ESPECIAIS X	60
EMENTA		
Ementa a ser definida pelo colegiado por ocasião da oferta do componente.		
OBJETIVO		
REFERÊNCIAS BÁSICAS		
REFERÊNCIAS COMPLEMENTARES		

Código	COMPONENTE CURRICULAR	Horas
GCS0736	TÓPICOS ESPECIAIS XI	30
EMENTA		
Ementa a ser definida pelo colegiado por ocasião da oferta do componente.		
OBJETIVO		
REFERÊNCIAS BÁSICAS		
REFERÊNCIAS COMPLEMENTARES		



Código	COMPONENTE CURRICULAR	Horas
GCS0737	TÓPICOS ESPECIAIS XII	60
EMENTA		
Ementa a ser definida pelo colegiado por ocasião da oferta do componente.		
OBJETIVO		
REFERÊNCIAS BÁSICAS		
REFERÊNCIAS COMPLEMENTARES		

Código	COMPONENTE CURRICULAR	Horas
GCS0738	TÓPICOS ESPECIAIS XIII	30
EMENTA		
Ementa a ser definida pelo colegiado por ocasião da oferta do componente.		
OBJETIVO		
REFERÊNCIAS BÁSICAS		
REFERÊNCIAS COMPLEMENTARES		

Código	COMPONENTE CURRICULAR	Horas
GCS0739	TÓPICOS ESPECIAIS XIV	60
EMENTA		
Ementa a ser definida pelo colegiado por ocasião da oferta do componente.		
OBJETIVO		
REFERÊNCIAS BÁSICAS		
REFERÊNCIAS COMPLEMENTARES		

Código	COMPONENTE CURRICULAR	Horas
GCS0740	TÓPICOS ESPECIAIS XV	30
EMENTA		
Ementa a ser definida pelo colegiado por ocasião da oferta do componente.		
OBJETIVO		
REFERÊNCIAS BÁSICAS		
REFERÊNCIAS COMPLEMENTARES		



Código	COMPONENTE CURRICULAR	Horas
GCS0741	TÓPICOS ESPECIAIS XVI	60
EMENTA		
Ementa a ser definida pelo colegiado por ocasião da oferta do componente.		
OBJETIVO		
REFERÊNCIAS BÁSICAS		
REFERÊNCIAS COMPLEMENTARES		



Código	COMPONENTE CURRICULAR	Horas
GCS649	ECONOMIA POLÍTICA	60
EMENTA		
1- Trabalho, Sociedade e Valor. 2- Fisiocracia: classes sociais, origem, mensuração e distribuição do excedente econômico. 3- Adam Smith: ordem natural, troca, teoria do valor e divisão do trabalho. 4- David Ricardo: teoria do valor e da distribuição. 5- Teorias sobre crises do sistema capitalista. 6- Karl Marx: a teoria da mais-valia e da acumulação de capital. 7- O processo de circulação do capital e o processo global de produção capitalista.		
OBJETIVO		
Compreender a Economia Política Pré-Clássica e a Economia Política clássica visando entender as relações de produção e suas contradições objetivo-materiais e entre as classes sociais, desde a queda do feudalismo até a atualidade.		
REFERÊNCIAS BÁSICAS		
MARX, K. O Capital : crítica da economia política. São Paulo: Civilização Brasileira, 2009.		
MARX, K. Contribuição à Crítica da Economia Política . São Paulo: Martins Fontes, 2011.		
NETTO, José P.; BRAZ, Marcelo. Economia Política : uma introdução crítica. São Paulo: Editora Cortez, 2012.		
RIBEIRO, FERNANDO; CANTARINO, NELSON MENDES. Da fisiologia à economia política: o itinerário intelectual de Quesnay em direção ao Tableau Économique. Revista Economia Política , São Paulo, v. 36, n. 2, p. 353-371, June 2016. http://dx.doi.org/10.1590/0101-31572015v36n02a06 . Disponível em: http://dx.doi.org/10.1590/0101-31572015v36n02a06 . Acesso em: 30 ago. 2022		
SMITH, Adam. Uma investigação sobre a natureza e causas da riqueza das nações . [Ed. rev.]. [São Paulo]: Hemus, [c2008]. 433 p. ISBN 8528905543 (broch.).		
REFERÊNCIAS COMPLEMENTARES		
BRUE, Stanley L.; GRANT, Randy R. História do pensamento econômico . 2 ed. São Paulo: Cengage Learning, c2017. xiv, 598 p. ISBN 9788522125630 (broch.).		
HOBSBAWM, E. J. A era do capital : 1848-1875. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1982.		
HOBSBAWM, E. J. A era das revoluções : 1789-1848. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988.		
HUNT, E. K.; SHERMAN, Howard J. História do pensamento econômico . [25 ed.]. Rio de Janeiro, RJ: Vozes, [2010]. 244 p. ISBN 9788532602176		



Código	COMPONENTE CURRICULAR	Horas
GCH1635	ESTADO E POLÍTICAS PÚBLICAS	60
EMENTA		
1- Elementos de Teoria Geral de Estado. 2- Estado e Políticas Públicas: Elementos Fundamentais. 3- Políticas Públicas e Welfare State. 4- Dimensões da racionalidade econômica, política e social no âmbito das políticas públicas. 5- Modelos de gestão pública: planejamento público. 6- Gestão participativa. 7- Análise e formulação de políticas públicas: políticas setoriais, políticas temáticas, políticas emergentes. 8- Análise e avaliação de políticas públicas: aspectos metodológicos e critérios políticos e sociológicos.		
OBJETIVO		
Conhecer e realizar reflexões conceituais acerca do Estado e das Políticas Públicas, bem como conhecer e analisar os diferentes instrumentais e processos empíricos de formulação e avaliação do campo das políticas públicas.		
REFERÊNCIAS BÁSICAS		
ARRETCHE, Marta. Federalismo e políticas sociais no Brasil: problemas de coordenação e autonomia. São Paulo em Perspec. [online], São Paulo, 2004, v.18, n.2, pp. 17-26, 2004. Disponível em: https://www.scielo.br/j/spp/a/yrd5VzhMD8wyrZDDS6Wvvp/?lang=pt&format=pdf . Acesso em: 30 ago. 2022.		
CARNOY, M. Estado e teoria política . 17. ed., ^a edição, Campinas: Papyrus, 1986.		
HALL, P. A.; & TAYLOR, R. C. R. As três versões do neoinstitucionalismo. In: Lua Nova , n. 58, 2003. Disponível em: http://www.scielo.br/pdf/ln/n58/a10n58.pdf . Acesso em: 30 ago. 2022.		
CAOYES, E. Notas críticas à Literatura sobre Estado, políticas estatais e atores políticos. In: BIB , Rio de Janeiro, n. 43, p. p. 67-102, 1997. Disponível em: http://www.anpocs.com/index.php/edicoes-antiores/bib-43/474-notas-criticas-a-literatura-sobre-estado-politicas-estatais-e-atores-politicos/file . Acesso em: 30 ago. 2022.		
MARQUES, E. Notas críticas à Literatura sobre Estado, políticas estatais e atores políticos. In: BIB , n. 43, 1997. Disponível em: http://www.anpocs.com/index.php/edicoes-antiores/bib-43/474-notas-criticas-aliteratura-sobre-estado-politicas-estatais-e-atores-politicos/file . Acesso em: 24/09/2019.		
REFERÊNCIAS COMPLEMENTARES		
DALLARI, Dalmo de Abreu. Elementos de Teoria Geral do Estado . São Paulo: Saraiva, 2016.		
ENGELS, Friedrich. A origem da família, da propriedade privada e do Estado . São Paulo: Expressão Popular, 2012.		
POULANTZAS, Nicos. O Estado, o poder, o socialismo . Rio de Janeiro: GRAAL, 2000.		



Código	COMPONENTE CURRICULAR	Horas
GCS412	ECONOMIA APLICADA ÀS MPES	60
EMENTA		
<p>O papel econômico e social das Micro e Pequenas Empresas (MPEs) no desenvolvimento do país. Tipologia das micro e pequenas empresas (MPEs) e perspectivas empresariais: indústria, comércio e serviços. Aspectos de mercado local, regional, nacional e de exportação. Aspectos financeiros e de viabilidade. Aspectos legais. Técnicas de gestão aplicadas às MPES. Políticas e programas de apoio para as MPES.</p>		
OBJETIVO		
<p>Oferecer aos acadêmicos conhecimentos sobre o papel e a importância que as micros, pequenas e médias empresas desempenham no desenvolvimento regional.</p>		
REFERÊNCIAS BÁSICAS		
<p>GOLDRATT, Eliyahu M. A meta: um processo de melhoria contínua. 2 ed. ver. amp. São Paulo: Nobel, 2002.</p> <p>BIAGIO, Luiz Arnaldo. Plano de negócios: estratégia para micro e pequenas empresas. 3. São Paulo: Manole, 2018.</p> <p>SANTOS, Anselmo Luís dos; KREIN, José Dari; CALIXTRE, André Bojikian. Micro e Pequenas Empresas: mercado de trabalho e implicações para o desenvolvimento. Rio de Janeiro: Ipea, 2012.</p>		
REFERÊNCIAS COMPLEMENTARES		
<p>DORNELAS, José Carlos Assis. Empreendedorismo: transformando ideias em negócios. 4 ed. Rio de Janeiro: Campus, Elsevier, 2012.</p> <p>FERRONATO, Airto João. Gestão contábil-financeira de micro e pequenas empresas: sobrevivência e sustentabilidade. São Paulo: Atlas, 2011.</p> <p>LAS CASAS, Alexandre Luizzi. Plano de Marketing para micro e pequenas empresas. 6 ed. São Paulo: Atlas, 2011.</p> <p>ROTTA, Debora Nayar Hoff (org.). Modelos de organização industrial: clusters e distritos industriais. Lages: UNIPLAC, 2002.</p> <p>SANTOS, Edno Oliveira dos. Administração Financeira da pequena e média empresa. 2 ed. São Paulo: Atlas, 2010. Disponível em: http://repositorio.ipea.gov.br/bitstream/11058/3006/1/Livro_Micro%20e%20pequenas%20empresas%20mercado%20de%20trabalho%20e%20implica%20a%207%20a%203o%20para%20o%20desenvolvimento.pdf. Acesso em: 30 ago. 2022.</p>		



Código	COMPONENTE CURRICULAR	Horas
GCS413	COMÉRCIO EXTERIOR	60
EMENTA		
A relação que envolve as organizações com o mercado. Influências e reflexos da economia mundial em relação à brasileira: aspectos de fronteiras, exportações e importações. Procedimentos práticos nos processos de exportação e importação. Os aspectos sistêmicos do comércio internacional.		
OBJETIVO		
Subsidiar o acadêmico para que conheça conceitos, processos e práticas que envolvem a comercialização no comércio exterior.		
REFERÊNCIAS BÁSICAS		
MAIA, Jayme de Mariz Maia. Economia Internacional e Comércio Exterior . 15 ed. São Paulo: Atlas, 2013.		
MINERVINI, Nicola. O Exportador . 6 ed. São Paulo: Makron Books, 2012.		
VAZQUEZ, J.L. Comércio Exterior Brasileiro . 10 ed. São Paulo: Atlas, 2012.		
DIAS, Reinaldo; RODRIGUES, Waldemar. (Org.). Comércio Exterior (teoria e gestão) . 3 ed. São Paulo: Atlas, 2011.		
REFERÊNCIAS COMPLEMENTARES		
BRASIL. Ministério da Agricultura Pecuária e Abastecimento. Intercâmbio comercial do agronegócio: principais mercados de destino . Secretaria de Relações Internacionais do Agronegócio. Brasília: MAPA/ACS, 2010, 443 p.		
CARVALHO, Maria Auxiliadora de; DA SILVA, Cesar Roberto Leite. Economia Internacional . 4 ed. São Paulo: Saraiva, 2007.		
KRUGMAN, Paul R. Economia Internacional . São Paulo: Pearson Addison Wesley, 2005.		
SALVADORES, Dominick. Introdução à Economia Internacional . Rio de Janeiro: LTC, 2007.		



Código	COMPONENTE CURRICULAR	Horas
GCS416	MERCADO DE CAPITAIS E DERIVATIVOS	60
EMENTA		
<p>Introdução à moderna teoria de investimento financeiro, ao Sistema Financeiro Nacional e ao Mercado de Capitais. Seleção de ativos com base na análise risco x retorno. Aspectos comportamentais na decisão de investimento. Agentes do mercado: hedgers, especuladores e arbitradores. Modelo de Precificação de Ativos de Capital (CAPM). Títulos do Mercado de Capitais – tipos, conceitos e diferenciação e riscos. Mercados Organizados. Derivativos – swap, hedge, futuros, a termo e opções. Carteira Eficiente e Métodos de análise de investimentos em ações – análise técnica e fundamentalista.</p>		
OBJETIVO		
<p>Propiciar aos acadêmicos uma visão geral do mercado de capitais e derivativos e das teorias fundamentais que descrevem o funcionamento deste, como primeiro passo para o exercício profissional do economista na área de aplicações e investimentos. Em um segundo momento, esta disciplina visa também preparar para o entendimento das teorias do mercado de capitais e suas inter-relações com os demais mercados financeiros, criando a possibilidade de melhorar a obtenção de recursos compatíveis com os processos produtivos da economia.</p>		
REFERÊNCIAS BÁSICAS		
<p>FORTUNA, E. Mercado Financeiro: produtos e Serviços. 19 ed. Rio de Janeiro: Qualitymark, 2013. PINHEIRO, Juliano Lima. Mercado de capitais. 9. Rio de Janeiro: Atlas, 2019. TOLEDO FILHO, Jorge Ribeiro de. Mercado de capitais brasileiro: uma introdução. São Paulo, SP: Thomson Learning, 2006.</p>		
REFERÊNCIAS COMPLEMENTARES		
<p>BANCO CENTRAL DO BRASIL. Sumário de Planos e Programas e Glossário de Instrumentos e Normas Relacionados à Política Econômico-Financeira. 7. ed. Brasília: BCD, 2019. Disponível em: https://www.bcb.gov.br/content/publicacoes/outras_pub_alfa/sumario_planos_programas-jul2019.pdf. Acesso em: 30 ago. 2022. LOPES, J. & ROSSETTI, J. P. Economia monetária. São Paulo: Atlas, 2009.</p>		



Código	COMPONENTE CURRICULAR	Horas
GCS352	FUNDAMENTOS DE CUSTOS	60
EMENTA		
<p>Conceitos e aplicações de custos. Conceitos e exemplos de custos diretos, indiretos, fixos e variáveis. Fundamentos de custeio variável e de custeio por absorção. Custos na produção: produção contínua e por ordem ou encomenda. Custo Padrão. Custos para análise: relações de custo x volume x lucro. Ponto de equilíbrio (contábil, econômico e financeiro). Margem de contribuição. Custos por departamentos ou centros de custos. Custos na formação de preços e noções de Mark-up. Custos projetados x custos realizados (custo padrão, ideal e real).</p>		
OBJETIVO		
<p>Disseminar os principais conceitos de custos, seus componentes e aplicações práticas, visando melhor instrumentalizar o acadêmico, aprofundando seus conhecimentos e, assim, ampliando sua compreensão acerca da composição e combinação dos elementos econômicos habitualmente presentes no cenário das organizações e dos indivíduos e cujas nomenclaturas e relações necessitam melhor entendimento e interpretação, favorecendo também como subsídio em tomadas de decisões futuras.</p>		
REFERÊNCIAS BÁSICAS		
<p>BORNIA, Antonio Cezar. Análise Gerencial de Custos. 3 ed. São Paulo: Bookman, 2010.</p> <p>LEONE, George S. G.; LEONE, Rodrigo J. Guerra. Curso de contabilidade de custos. 4 ed. ver. São Paulo: Atlas, 2010.</p> <p>PEREZ JR, José H.; OLIVEIRA, Luís M. de; COSTA, Rogério G. Gestão Estratégica de Custos. 8 ed. São Paulo: Atlas, 2012.</p>		
REFERÊNCIAS COMPLEMENTARES		
<p>BRUNI, Adriano Leal. A administração de custos, preços e lucros – com aplicações na hp12c e Excel. São Paulo: Atlas, 2012.</p> <p>BERTÓ, Dálvio J.; BEULKE, R. Gestão de custos. São Paulo: Saraiva, 2005.</p> <p>MARTINS, Eliseu. Contabilidade de custos. 10 ed. São Paulo: Atlas, 2010.</p> <p>RIBEIRO, Osni Moura. Contabilidade de custos. 10. ed. São Paulo, SP: Saraiva, 2017.</p> <p>RIBEIRO, Osni Moura. Contabilidade básica fácil. 27. ed. São Paulo: Saraiva, 2010.</p> <p>STOPATTO, Mauro. Contabilidade de custos simplificada e interativa: uma abordagem gerencial. Rio de Janeiro: Atlas, 2020</p>		



Código	COMPONENTE CURRICULAR	Horas
GCS418	ECONOMIA PARANAENSE	30
EMENTA		
Formação econômica do paraná. Industrialização paranaense. Reestruturação produtiva (anos 1990/2000). Conjuntura econômica do Estado. Perfil econômico do Território Cantuquiriguaçu. Cenários e perspectivas futuras.		
OBJETIVO		
Propiciar aos acadêmicos a compreensão da formação da economia do Paraná, desde sua ocupação, as características econômicas de cada região e seus impactos sobre a economia paranaense, buscando identificar limites e possibilidades da economia estadual.		
REFERÊNCIAS BÁSICAS		
CONSELHO DE DESENVOLVIMENTO DO TERRITÓRIO CANTUQUIRIGUAÇU. Território Cantuquiriguaçu: diagnóstico socioeconômico. Laranjeiras do Sul: CONDETEC, 2009, 2004.		
DALLA COSTA, Armando João; GELINSKI JUNIOR, Eduardo; LOPES, Janete Leige (org.). Ensaio sobre economia paranaense e brasileira. Curitiba: CRV, 2012.		
PADIS. P. C. Formação de uma economia periférica: o caso do Paraná. São Paulo, HUCITEC, 1981.		
REFERÊNCIAS COMPLEMENTARES		
BRUM, Argemiro J. O desenvolvimento econômico brasileiro. 27 ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2010.		
FURTADO, Celso. Formação econômica do Brasil. 34 ed. São Paulo, SP: Companhia das Letras, 2010. 248 p.		
TRINTIN, J. G. A nova economia paranaense. Maringá: Eduem, 2006, 190p. Disponível em: http://old.periodicos.uem.br/~eduem/novapagina/?q=system/files/Nova%20economia%20paranaense.pdf . Acesso em: 30 ago. 2022.		



Código	COMPONENTE CURRICULAR	Horas
GCS411	PESQUISA MERCADOLÓGICA	30
EMENTA		
Conceitos, definições e métodos de pesquisa em marketing. Sistema de Informações em Marketing. Processo e prática de pesquisa em marketing. Coleta de dados secundários e primários. Análise de pesquisa em marketing.		
OBJETIVO		
Capacitar o acadêmico para desenvolver estudos de mercado, com foco no levantamento, na análise e apresentação de informações úteis para a tomada de decisão estratégica nas organizações.		
REFERÊNCIAS BÁSICAS		
<p>FERREL, O. C.; HARTLINE, Michael D. Estratégia de Marketing. São Paulo: Cengage Learning, 2009.</p> <p>MALHOTRA, Naresh K. Pesquisa de marketing: uma orientação aplicada. 6 ed. Porto Alegre: Bookman, 2012.</p> <p>GOMES, Isabela Motta. Manual Como elaborar uma pesquisa de mercado. Belo Horizonte: SEBRAE/MG, 2005. Disponível em: https://bibliotecas.sebrae.com.br/chronus/ARQUIVOS_CHRONUS/bds/bds.nsf/D59AC01A81EE8E09032571FE006783DF/\$File/NT0003229E.pdf. Acesso em: 30 ago. 2022.</p> <p>MCDANIEL, Carl; GATES, Roger. Pesquisa de marketing. São Paulo: ThomsonLearning, 2003.</p>		
REFERÊNCIAS COMPLEMENTARES		
<p>AAKER, David; KUMAR, Vinay; DAY, George. Pesquisa de marketing. 2 ed. São Paulo: Atlas, 2007.</p> <p>MATTAR, N. F. Pesquisa de Marketing: metodologia, planejamento e execução. 7 ed. São Paulo: Atlas, 2014. v. 1 e 2.</p> <p>STEVENSON, William J. Stevenson. Estatística aplicada à administração. São Paulo: Harper e Row do Brasil, 2001.</p> <p>ZIKMUND, William G. Princípios da pesquisa de marketing. 2 ed. São Paulo: Thomson Learning, 2011.</p>		



Código	COMPONENTE CURRICULAR	Horas
GCS405	PLANEJAMENTO DO DESENVOLVIMENTO REGIONAL	60
EMENTA		
<p>Conceituação de desenvolvimento econômico, planejamento governamental e política regional. As disparidades regionais no Brasil: caracterização do problema, fatores causais e políticas compensatórias. Instrumentos e agentes do desenvolvimento regional; políticas públicas e desenvolvimento regional. Origem e evolução das experiências de planejamento regional e local. Principais vertentes teóricas sobre a problemática do planejamento: planejamento, desenvolvimento e território. Planejamento municipal. O processo de ocupação, urbanização e a gênese da rede urbana no Brasil; a mobilidade; o conceito de planejamento e a gestão municipal: o Estatuto da Cidade (Lei 10.257/01). Planos diretores para cidades de diferentes portes. Plano Diretor de desenvolvimento territorial.</p>		
OBJETIVO		
<p>Estudar e compreender o processo do desenvolvimento brasileiro do ponto de vista regional, analisando os limites e as possibilidades do planejamento para uma maior eficiência das políticas públicas.</p>		
REFERÊNCIAS BÁSICAS		
<p>BRASIL. Lei 10.257, de 28 de agosto de 2001. Regulamenta os arts. 182 e 183 da Constituição Federal, estabelece diretrizes gerais da política urbana e dá outras providências. Brasília, 2001. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/leis_2001/110257.htm. Acesso em: 30 ago. 2022.</p>		
<p>RASIL. Ministério das Cidades (MCID). PLANO DIRETOR PARTICIPATIVO: guia para a elaboração pelos municípios e cidadãos. Parte I e II. Ministério das Cidades/CONFEA. 2004. Disponível em: https://bibliotecadigital.economia.gov.br/bitstream/123456789/181/2/Livro_Plano_Diretor_GUIA_DE_ELABORACAO.pdf. Acesso em: 30 ago. 2022.</p>		
<p>MENDES, C. C.; MATTEO, M. Formação e evolução do planejamento regional no Brasil. In: CRUZ, Bruno de Oliveira et al. Economia regional e urbana: teorias e métodos com ênfase no Brasil. Brasília: Ipea, 2011. 261-280. Disponível em: http://repositorio.ipea.gov.br/bitstream/11058/3008/1/Livro_Economia%20regional%20e%20urbana_teorias%20e%20m%c3%a9todos%20com%20%c3%aanfase%20no%20Brasil.pdf. Acesso em: 30 ago. 2022.</p>		
<p>PLANO DIRETOR PARTICIPATIVO: guia para a elaboração pelos municípios e cidadãos. Parte I e II. Ministério das Cidades/CONFEA. 2004. AM, R. Comunidade e Democracia. A experiência da Itália moderna. Rio de Janeiro: FGV, 1999.</p>		
<p>VAINER, Carlos B. Planejamento Territorial e Projeto Nacional: os desafios da fragmentação. Revista Brasileira de Estudos Urbanos e Regionais. V. 9, n.1. Maio de 2007. Disponível: https://rbeur.anpur.org.br/rbeur/article/view/167/151. Acesso em: 30 ago. 2022.</p>		



REFERÊNCIAS COMPLEMENTARES

AMARAL, J. Desenvolvimento Regional Endógeno em um Ambiente Federalista. **Planejamento e Políticas Públicas**, n. 14, p. 3573, dez. 1996. Disponível em: <https://www.ipea.gov.br/ppp/index.php/PPP/article/view/129>. Acesso em: 30 ago. 2022.

BAVARESCO, P. Ricardo. **Ciclos econômicos regionais: modernização e empobrecimento do extremo Oeste catarinense**. Chapecó: Argos, 2005.

BRASIL. Grupo de Trabalho Interfederativo de Integração Fronteiriça. **Bases para uma proposta de desenvolvimento e integração da Faixa de Fronteira**. Brasília: 2010.

BRASIL. Ministério da Integração Nacional. **A PNDR em dois tempos: A experiência aprendida e o olhar pós 2010**. Brasília: 2010. Disponível em: <https://antigo.mdr.gov.br/images/stories/ArquivosSNPU/Biblioteca/publicacoes/BasesFaixadeFronteira.pdf>. Acesso em: 30 ago. 2022.

LEFEBVRE, H. **A revolução urbana**. Belo Horizonte: Humanitas, UFMG, 1999. 178 p.

LEMA, P. B. A cidade revisada: Espaço, forma e função. Paisagem e imagem: Inovação, modernidade, Pós-modernidade? **Cadernos de Geografia**, Coimbra-Portugal, n. 16, p. 91-100, 1997. Disponível em: https://www.uc.pt/fluc/depgeotur/publicacoes/Cadernos_Geografia/Numeros_publicados/CadGeo16/artigo08. Acesso em: 30 ago. 2022



Código	COMPONENTE CURRICULAR	Horas
GCS396	ECONOMIA BRASILEIRA CONTEMPORÂNEA	60
EMENTA		
<p>A economia brasileira no período 1930-1945. A economia no pós II guerra: debate sobre industrialização e estabilização; substituição de importações; relações internacionais; mudanças e problemas estruturais. O período do regime militar. Evolução da economia brasileira. 1980: a década perdida. 1990: abertura comercial e financeira. Plano Real: origens, políticas econômicas e resultados. Redefinição do papel do Estado. Privatizações. Crises internacionais e suas consequências para a economia brasileira. Discussão sobre temas da conjuntura econômica brasileira.</p>		
OBJETIVO		
<p>Conhecer a evolução da economia brasileira, as principais deficiências e as conquistas dos últimos anos, compreendendo o processo de industrialização e crescimento econômico e quais são os desafios da economia nacional, além de analisar as políticas de desenvolvimento adotadas a partir de 1930.</p>		
REFERÊNCIAS BÁSICAS		
<p>ABREU, Marcelo de Paiva. A Ordem do Progresso: 100 anos de política econômica republicana 1889-1989. Rio de Janeiro: Campus, 1999.</p> <p>CANO, Wilson. Desequilíbrios regionais e concentração industrial no Brasil (1930-1995). Campinas-SP: UNICAMP, 1998.</p> <p>FURTADO, C.: Formação Econômica do Brasil. São Paulo: Companhia das Letras, 2007.</p> <p>GREMAUD, A. P.; VASCONCELLOS, M. A. S.; TONETO JR., R. Economia Brasileira Contemporânea. 7 ed. São Paulo: Atlas, 2007.</p> <p>PIRES, Marcos Cordeiro (Coord.). Economia brasileira: da colônia ao governo Lula. São Paulo, SP: Saraiva, 2010.</p> <p>REGO, J. M. et al. Economia Brasileira. 5 ed. São Paulo: Saraiva, 2013.</p> <p>SOUZA, N. A. Economia Brasileira Contemporânea: de Getúlio a Lula. São Paulo, Atlas, 2008.</p>		
REFERÊNCIAS COMPLEMENTARES		
<p>BRUM, A. J. Desenvolvimento Econômico Brasileiro. 20 ed. Ijuí: Unijuí, 1999.</p> <p>GIAMBIAGI, F., CASTRO, L, HERMANN, J. 2004. Economia Brasileira Contemporânea: 1945-2015. 3. Rio de Janeiro: GEN: Atlas, 2016.</p> <p>HOLANANDA, S.B. De: Raízes do Brasil. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.</p> <p>MELO, J. M. C. O capitalismo tardio. São Paulo: UNESP, 2009.</p> <p>TAVARES, M.C. Acumulação de Capital e Industrialização no Brasil. 2 ed. Campinas: UNICAMP, 1986. Disponível em: https://www.eco.unicamp.br/images/publicacoes/Livros/30anos/Acumulacao-de-capital-e-industrializacao-no-Brasil1.pdf. Acesso em: 30 ago. 2022.</p>		



Código	COMPONENTE CURRICULAR	Horas
GCS400	FINANÇAS PÚBLICAS E ORÇAMENTO PÚBLICO	60
EMENTA		
<p>Estado, Governo e Sociedade: o poder de interferência do Estado no mercado, a burocracia e as disfunções da burocratização, atividade fiscal do Estado, atividade financeira do Estado. Conceitos fundamentais sobre orçamento público e teoria econômica e finanças públicas. Sistema Federal de Planejamento: PPA, LDO e LOA. Plano Plurianual e a integração planejamento, orçamento e gestão. Elaboração de programas, monitoramento e avaliação do PPA. Lei de Diretrizes Orçamentárias e Lei Orçamentária. Fase legislativa do orçamento. Controle interno e controle externo. Lei de responsabilidade fiscal. Financiamento do governo: tributação e política tributária, fontes das receitas públicas, despesas públicas. Necessidades de financiamento do Setor Público: déficit público e endividamento público nos três níveis de Poder. Tópicos Especiais: Federalismo Fiscal no Brasil, Descentralização do Poder, Crise Fiscal e Governabilidade.</p>		
OBJETIVO		
<p>Oferecer aos acadêmicos conceitos fundamentais sobre planejamento governamental, orçamento e finanças públicas. Familiarizá-los com os principais conceitos de planejamento governamental, orçamento público e de finanças públicas, visando interpretar e analisar as questões referentes ao setor público.</p>		
REFERÊNCIAS BÁSICAS		
<p>BIDERMAN, Ciro e ARVATE, Paulo (Org.), Economia do Setor Público no Brasil Rio de Janeiro: Elsevier, 2005.</p> <p>GIAMBIAGI, Flávio; ALÉM, Ana Cláudia Duarte. Finanças Públicas: Teoria e prática. 4 ed., Rio de Janeiro: Elsevier, 2011.</p> <p>RIANI, Flávio. Economia do setor público: uma abordagem introdutória. 2 ed. São Paulo: Atlas, 1997.</p>		
REFERÊNCIAS COMPLEMENTARES		
<p>BALLEIRO, Aliomar. Uma introdução à ciência das finanças. 12 ed. rev. e adaptada. Rio de Janeiro: Forense, 1978.</p> <p>BRASIL. Constituição da República Federativa do Brasil. 44 ed. São Paulo: Saraiva, 2010.</p> <p>CASTRO, Domingos Poubel de. Auditoria, contabilidade e controle interno no setor público. 7. Rio de Janeiro: Atlas, 2018.</p> <p>LIMA, Edilberto Carlos Pontes. Curso de finanças públicas: uma abordagem contemporânea. São Paulo: Atlas, 2015.</p> <p>PEREIRA, José Matias. Finanças Públicas: a política orçamentária no Brasil. 5 ed. SP: Atlas, 2010.</p> <p>ROSEN, Harvey S.; GAYER, Ted. Finanças públicas. 10. ed. Porto Alegre, RS: AMGH, 2015.</p>		



SLOMSKI, Valmor. **Manual de contabilidade pública:** de acordo com as normas internacionais de contabilidade aplicadas ao setor público (ipsasb/ifac/cfc). 3. São Paulo Atlas 2013.



Código	COMPONENTE CURRICULAR	Horas
GCS398	PLANEJAMENTO ECONÔMICO E POLÍTICAS PÚBLICAS	60
EMENTA		
<p>Estado e economia: bens públicos, falhas de mercado, mercados incompletos, externalidades da intervenção governamental nos mercados. Funções do Estado. Produção de bens públicos. Teoria da Regulação. Introdução ao planejamento econômico: definição, origens, características. Fases do planejamento econômico. Política econômica: instrumentos, objetivos e o processo decisório. A experiência brasileira de planejamento: período 1939 a 1985. Planejamento das nações. Políticas Públicas. Democracia e <i>accountability</i>. Políticas Públicas: formulação e implementação de políticas públicas. Avaliação de políticas públicas. Caso brasileiro. Participação popular e controle social das políticas públicas.</p>		
OBJETIVO		
<p>Entender o papel do Estado, as mudanças do Estado brasileiro, seus planejamentos econômicos, além de compreender a importância e o processo das políticas públicas.</p>		
REFERÊNCIAS BÁSICAS		
<p>HOCHMAN, Gilberto, ARRETCHE, Marta e MARQUES, Eduardo (Org.). Políticas Públicas no Brasil. Rio de Janeiro: FIOCRUZ, 2008. ISBN: 9788575413500</p> <p>KON, Anita (Org.). Planejamento no Brasil II ed. ver. atual. São Paulo-SP: Perspectiva, 2010.</p>		
REFERÊNCIAS COMPLEMENTARES		
<p>FONSECA, M. A. R. Planejamento e Desenvolvimento Econômico. São Paulo: Learning, 2006. 237 p.</p> <p>GIAMBIAGI, F., ALÉM, C. Finanças Públicas: Teoria e Prática no Brasil. 4 ed. Rio de Janeiro: Elsevier, 2011.</p> <p>REIS, Fábio Wanderley. Mercado e Utopia [online]. Rio de Janeiro: Centro Edelstein de Pesquisas Sociais, 2009. 460 p. ISBN: 978-85-99662-79-3. Disponível em: https://books.scielo.org/id/v7ywf. DOI: https://doi.org/10.7476/9788599662793. Acesso em: 30 ago. 2022.</p>		



Código	COMPONENTE CURRICULAR	Horas
GCS0743	TÉCNICAS DE PESQUISA	60
EMENTA		
Métodos científicos. A pesquisa econômica. Elaboração de projetos de pesquisa. Coleta e análise de dados.		
OBJETIVO		
Capacitar e instrumentalizar os acadêmicos para a elaboração do trabalho de conclusão de curso (TCC), o qual propiciará a conclusão do curso.		
REFERÊNCIAS BÁSICAS		
BERNI, D. A. Técnicas de Pesquisa em Economia. São Paulo: Saraiva, 2002. MARCONI, Marina de Andrade; LAKATOS, Eva Maria. Fundamentos de metodologia científica . 7 ed. São Paulo: Atlas, 2010. SEVERINO, Antônio Joaquim. Metodologia do trabalho científico . 23 ed. rev. E atual. São Paulo: Cortez, 2007.		
REFERÊNCIAS COMPLEMENTARES		
GIL, Antônio Carlos. Técnicas de pesquisa em economia e elaboração de monografias . Atlas, 2000. GONSALVES, Elisa Pereira. Conversas sobre iniciação à pesquisa científica. 5 ed. rev. e ampl. Campinas: Alínea, 2011.		



Código	COMPONENTE CURRICULAR	Horas
GCS0717	ELABORAÇÃO DE PROJETOS	60
EMENTA		
Conceitos básicos da elaboração de projetos. Identificação de demandas sociais. Desenvolvimento de projetos: projetos de lei, projetos de captação de recursos, formulação e avaliação de políticas públicas, entre outros. Elaboração de projetos de consultoria empresarial, de lei, de projetos de captação de recursos e/ou formulação e avaliação de políticas públicas. Atividades de extensão universitária.		
OBJETIVOS		
Envolver os discentes na elaboração de projetos em parceria com órgãos do setor público e/ou entidades da sociedade civil.		
REFERÊNCIAS BÁSICAS		
<p>ARMANI, Domingos. Como elaborar projetos? Guia prático para elaboração e gestão de projetos sociais. Porto Alegre: Tomo Editorial, 2004.</p> <p>CASSIOLATO, Martha; GUERESI, Simone. Como elaborar modelo lógico: roteiro para formular programas e organizar avaliação. Brasília: IPEA, 2010.</p> <p>KISIL, R. Elaboração de projetos e propostas para organizações da sociedade civil. 3 ed. São Paulo: Global, 2004.</p> <p>MAXIMIANO, Antonio Cesar Amaru. Gestão de projetos: preditiva, ágil e estratégica. 6 ed. Rio de Janeiro: Atlas, 2022.</p> <p>OLIVEIRA, Luciano Oliveira de. Consultoria organizacional. Porto Alegre: SER – SAGAH, 2017.</p> <p>Regulamento de atividades de Extensão e Cultura no currículo do curso (ANEXO V)</p> <p>SCHMIDT, Lisandro Pezzi; CRISOSTIMO, Ana Lucia; KIEL, Cristiane Aparecida (Org.). O despertar para o conhecimento científico extensionista. Guarapuava, PR: Unicentro, 2011.</p>		
REFERÊNCIAS COMPLEMENTARES		
<p>CASA CIVIL DA PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA... (et al.). Avaliação de políticas públicas: guia prático de análise ex ante, volume 1. Brasília: Ipea, 2018. ISBN 978-85-7811-319-3</p> <p>CASA CIVIL DA PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA... (et al.). Avaliação de políticas públicas: guia prático de análise ex post, volume 2. Brasília: Ipea, 2018. ISBN 978-85-85142-94-0</p> <p>CARDOSO Jr., José Celso C; CUNHA, Alexandre dos Santos (Orgs.). Planejamento e Avaliação de Políticas Públicas. Brasília: Ipea, 2015. ISBN 978-85-7811-245-5</p> <p>GONÇALVES, Guilherme C... [et al.]. Elaboração e implementação de políticas públicas. Porto Alegre SER - SAGAH 2017 1 recurso online ISBN 9788595021952.</p> <p>PROJECT MANAGEMENT INSTITUTE. Um guia de conhecimento em gerenciamento de projetos (guia PMBOK®). 5 ed. São Paulo: Saraiva, 2014. ISBN 9788502223745</p>		



Código	COMPONENTE CURRICULAR	Horas
	<p>Política de Extensão da UFFS – RESOLUÇÃO Nº 4/CONSUNI CPPGEC/UFFS/2017.</p> <p>STERN, Patrice. Consultoria. São Paulo: Saraiva, 2018.</p> <p>THIRY-CHERQUES, Hermano Roberto; PIMENTA, Roberto. Gestão de programas e projetos públicos. Rio de Janeiro: Ed. FGV, 2015. ISBN 9788522515363</p>	



Código	COMPONENTE CURRICULAR	Horas
GCS0714	INOVAÇÃO E EMPREENDEDORISMO	30
EMENTA		
Empreendedorismo inovador. Causas da inovação e tipos de inovação. Dinâmica de geração e de difusão da tecnologia. Risco e incerteza. Processo empreendedor. Oportunidades empreendedoras. Competências empreendedoras. Modelo de negócios. Ecossistema empreendedor.		
OBJETIVO		
Apresentar os fundamentos teóricos do empreendedorismo e da inovação, bem como possibilitar aos estudantes compreender a relevância do empreendedorismo inovador como elemento central da modernidade.		
REFERÊNCIAS BÁSICAS		
BARON, Robert A.; SHANE, S. A. Empreendedorismo : uma visão do processo. São Paulo: Cengage Learning, 2006. (Minha Biblioteca).		
BESSANT, J.; TIDD, Joseph. Inovação e empreendedorismo . 3. ed. Porto Alegre: Bookman, 2019.		
HISRICH, Robert D; PETERS, Michael P; SHEPHERD, Dean A. Empreendedorismo . 9. ed. Porto Alegre: AMGH, 2014.		
SCHUMPETER, Joseph Alois. Teoria do desenvolvimento econômico : uma investigação sobre lucros, capital, crédito, juro e o ciclo econômico. São Paulo: Abril Cultural, 1982.		
REFERÊNCIAS COMPLEMENTARES		
DRUCKER, Peter Ferdinand. Inovação e espírito empreendedor (entrepreneurship) : prática e princípios. 2. ed. São Paulo: Cengage Learning, c1986.		
FREEMAN, C. A economia da inovação industrial . Campinas: Unicamp, 2008.		
GIMENEZ, F. A. P.; STEFENON, R.; IGNACIO JUNIOR, E. Ecossistemas empreendedores: o que são e para que servem? . Curitiba: PUCPress, 2022.		
KIM, W. Chan; MAUBORGNE, Renée. A estratégia do oceano azul : como criar novos mercados e tornar a concorrência irrelevante. Rio de Janeiro: Sextante, 2019.		
MEIRA, Sílvio L. Novos negócios inovadores de crescimento empreendedor no Brasil . Rio de Janeiro: Casa da Palavra, 2013.		
OSTERWALDER, Alexander; PIGNEUR, Yves. Business Model Generation : inovação em modelos de negócios: um manual para visionários, inovadores e revolucionários. Rio de Janeiro, RJ: Alta Books, 2011.		
ROSENBERG, N. Por dentro da caixa-preta : tecnologia e economia. Campinas: Unicamp, 2006.		



ULIEN, Pierre-André. **Empreendedorismo regional e a economia do conhecimento**. São Paulo: Saraiva, c2010.

Número de unidades de avaliação

2



Código	COMPONENTE CURRICULAR	Horas
GCS0720	GESTÃO DE PESSOAS II	60
EMENTA		
Planejamento e Controle de Pessoal. A administração de RH e as novas relações de trabalho. Subsistema de Aplicação de Recursos Humanos. Subsistema de Remuneração. Plano de Benefícios. Qualidade de Vida no Trabalho. Direitos Humanos. Subsistema de Monitoração. Gestão por competências e Gestão do conhecimento		
OBJETIVO		
Capacitar os futuros administradores para atuação nas organizações no gerenciamento e desenvolvimento do seu capital humano e de seus direitos humanos articulando as práticas de Gestão de Recursos Humanos ao contexto organizacional e as exigências do mercado.		
REFERÊNCIAS BÁSICAS		
<p>DUTRA, Joel. Gestão de Pessoas: modelo, processos, tendências e perspectivas. São Paulo: Atlas, 2002.</p> <p>DESSLER, Gary. Administração de recursos humanos. 2 ed. São Paulo: Prentice Hall, 2003.</p> <p>BRANDÃO, H. P. et al. Gestão por competências e gestão do conhecimento. 3 ed. Rio de Janeiro: FGV, 2011.</p> <p>MARRAS, Jean Pierre. Administração de recursos humanos. 14 ed. São Paulo: Futura, 2011.</p> <p>PONTES, Benedito Rodrigues. Administração de cargos e salários. 16 ed. São Paulo: LTR. 2013.</p> <p>SILVA, Enio Waldir da. Conhecimento e renda como direitos humanos. Ijuí: Unijuí, 2020.</p> <p>WOOD JÚNIOR, Thomaz; PICARELLI FILHO, Vicente. Remuneração estratégica: a nova vantagem competitiva. 3 ed. São Paulo: Atlas, 2004.</p>		
REFERÊNCIAS COMPLEMENTARES		
<p>PASCHOAL, Luiz. Como gerenciar a remuneração na sua empresa. Rio de Janeiro: Qualitymark, 2006.</p> <p>Carvalho, Iêda Maria Vecchioni. Et al. Cargos, carreiras e remuneração. 2 ed. Rio de Janeiro: FGV, 2011.</p> <p>SILVEIRA, A. C. et al. Gestão estratégica de pessoas. 2 ed. Rio de Janeiro: FGV, 2010.</p> <p>LEME, Rogério; HUCZOK, Romeu. Remuneração: Cargos e Salários ou Competências? Rio de Janeiro: Qualitymark, 2012.</p> <p>SNELL, Scott; BOHLANDER, George. Administração de recursos humanos. 14 ed. São Paulo: Cengage Learning, 2009.</p>		



FLEURY, M.T.L. (Org.). **As pessoas na organização**. São Paulo: Gente, 2002.
MILKOVICH, George; BOUDREAU, John W. Administração de recursos humanos. São Paulo: Atlas, 2000.

BITENCOURT, Cláudia. (org). **Gestão contemporânea de pessoas**. Porto Alegre: Editora Bookman, 2010.

OLIVEIRA, Aristeu de. **Manual de descrição de cargos e salários**. 4 ed. São Paulo: Atlas, 2013.

WOOD JÚNIOR, Thomaz; PICARELLI FILHO, Vicente. **Remuneração e carreira por habilidades e por competências**: preparando a organização para a era das empresas de conhecimento intensivo. 3 ed. São Paulo: Atlas, 2004.



Código	COMPONENTE CURRICULAR	Horas
GCS393	ECONOMIA E MEIO AMBIENTE	30
EMENTA		
As diferentes visões: Economia Ecológica e Economia Ambiental. Desenvolvimento Sustentável. Modelos de desenvolvimento e crise ambiental. Modelando os problemas ambientais e as falhas de mercado. Externalidades. Políticas ambientais no Brasil. Valoração ambiental. Decrescimento.		
OBJETIVO		
Apresentar como as diferentes correntes da teoria econômica abordam as questões ambientais, ressaltando suas contribuições para entender a relação homem-natureza, bem como evidenciar suas contribuições para a formulação de políticas ambientais que conduzem ao desenvolvimento sustentável.		
REFERÊNCIAS BÁSICAS		
CALLAN, S. J.; THOMAS, J. M. Economia Ambiental: aplicações políticas e teoria. Cengage Learning, 2009. DA MOTTA, R. S. Economia Ambiental. Rio de Janeiro: FGV, 2006; MAY, Peter Herman; LUSTOSA, Maria Cecília; VINHA, Valéria da. (Org.). Economia do meio ambiente: teoria e prática. Rio de Janeiro: Campus, 2003. 318 p. ISBN 8535209654.		
REFERÊNCIAS COMPLEMENTARES		
ALMEIDA, Josimar Ribeiro de. Gestão ambiental: para o desenvolvimento sustentável. Rio de Janeiro: Thex, 2010. MATTOS, Katty Maria da Costa; MATTOS, Karen Maria da Costa; MATTOS, Arthur. Valoração econômica do meio ambiente dentro do contexto do desenvolvimento sustentável. Revista Gestão Industrial , Curitiba, v. 01, n. 02, pp. 105-117, 2005. Disponível em: https://periodicos.utfpr.edu.br/revistagi/article/view/169/165 . Acesso em: 02 set. 2022. SACHS, I. Caminhos para o desenvolvimento sustentável. 2 ed. Rio de Janeiro: Garamond, 2008. SEN, Amartya. Desenvolvimento Como Liberdade. São Paulo: Companhia das Letras, 2000. VEIGA, J. E. Desenvolvimento sustentável: o desafio do século XXI. Rio de Janeiro: Garamond, 2010.		



Código	COMPONENTE CURRICULAR	Horas
GCS397	ECONOMIA INTERNACIONAL	60
EMENTA		
Teorias do comércio internacional. A economia política internacional. Políticas de comércio exterior: instrumentos e efeitos. Sistema Monetário Internacional. As teorias da “Globalização”. Integração regional e multilateralismo. Estado, Capital e as Relações de Poder no plano internacional. A inserção da América Latina na economia mundial.		
OBJETIVO		
Possibilitar o acesso ao conhecimento das teorias sobre relações econômicas internacionais, objetivando a aprendizagem das teorias econômicas clássicas, neoclássicas e contemporâneas do comércio internacional e da evolução das relações econômicas no cenário mundial até a atualidade.		
REFERÊNCIAS BÁSICAS		
BAUMAN, R.; CANUTO, O.; GONÇALVES, R. Economia internacional: teoria e experiência brasileira . Rio de Janeiro: Campus, 2004.		
EICHENGREEN, Barry. A Globalização do Capital: uma história do sistema monetário internacional . SP: Editora 34, 2000.		
FIORI, José L. (Org.). Estados e Moedas no desenvolvimento das nações . Petrópolis: Vozes, 2003.		
KRUGMANN, P. R. & OBSTFELD, M. Economia Internacional . São Paulo: Prentice Hall Brasil, 2010. ISBN 8588639513		
RICARDO, D. Princípios de Economia Política e Tributação . 4 ed. Lisboa: Calouste Gulbenkian, 2002.		
SMITH, Adam. Uma investigação sobre a natureza e causas da riqueza das nações . Ed. rev. São Paulo: Hemus, 2008.		
REFERÊNCIAS COMPLEMENTARES		
CARVALHO, M. A de; SILVA, C. R. L. Economia internacional . São Paulo: Saraiva, 2007. ISBN 8502060104		
CHESNAIS, F. A Mundialização do Capital ed. Xamã, 1996.		
HARVEY, David. O Enigma do Capital e as Crises do Capitalismo . São Paulo: Boitempo, 2011.		
IANNI, Octavio. Teorias da Globalização . Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2000. ISBN 8520003974		
MAIA, J. M. Economia Internacional e Comércio Exterior . São Paulo: Atlas, 2005.		



Código	COMPONENTE CURRICULAR	Horas
GCS402	DESENVOLVIMENTO SOCIOECONÔMICO	60
EMENTA		
A problemática do desenvolvimento econômico. Teorias do desenvolvimento (segundo a escola Clássica, Marx, <i>keynesianos</i> , neoclássicos, <i>schumpeterianos</i>). Comércio internacional e desenvolvimento. Padrões estruturais do subdesenvolvimento. Distribuição de renda e desigualdade. Estratégias do desenvolvimento econômico. O papel do Estado no desenvolvimento.		
OBJETIVO		
Apresentar as diferentes teorias, destacando sua relevância para o desenvolvimento socioeconômico.		
REFERÊNCIAS BÁSICAS		
JONES, Charles I. Introdução à Teoria do Crescimento Econômico . Rio de Janeiro: Campus, 2000.		
KALECKI, Michal. Teoria da Dinâmica Econômica . (Coleção Os Economistas). São Paulo: Abril Cultural, 1983a.		
SOUZA, Nali de Jesus de. Desenvolvimento Econômico . 6 ed. São Paulo: Atlas, 2012.		
REFERÊNCIAS COMPLEMENTARES		
SEN, Amartya. Desenvolvimento Como Liberdade . São Paulo: Companhia de Bolso, 2010.		
SWEEZY, P. Teoria do Desenvolvimento Capitalista . São Paulo: Abril Cultural, 1983.		



Código	COMPONENTE CURRICULAR	Horas
GCS388	CONTABILIDADE COOPERATIVA	30
EMENTA		
Contabilidade nas sociedades cooperativas: Lei nº 5.704 de 16/12/71; Constituição de uma sociedade cooperativa: aspectos contábeis. Estrutura patrimonial das sociedades cooperativas. Relatórios de Gestão. Governança corporativa nas cooperativas.		
OBJETIVO		
Capacitar o acadêmico quanto às demonstrações contábeis de acordo com o perfil do profissional desejado, conhecendo as similaridades e diferenças entre alguns ramos da contabilidade.		
REFERÊNCIAS BÁSICAS		
CREPALDI, Sílvio Aparecido. Contabilidade rural : uma abordagem decisória. 7 ed. São Paulo: Atlas, 2012. MARION, José Carlos. Contabilidade rural : agrícola, pecuária e imposto de renda. 15. Rio de Janeiro: Atlas 2020. MARION, José Carlos. Contabilidade rural : contabilidade agrícola, contabilidade da pecuária, imposto de renda pessoa jurídica. 12. ed. São Paulo: Atlas, 2010. SANTOS, Ariovaldo S.; GOUVEIA, Fernando H. C.; VIEIRA, Patrícia S. Contabilidade das sociedades cooperativas . São Paulo: Atlas, 2008. POLONIO, W.A. Manual das Sociedades Cooperativas. 4ª ed., São Paulo: Atlas, 2004.		
REFERÊNCIAS COMPLEMENTARES		
BATALHA, Mário O. (Coord.). Gestão Agroindustrial . São Paulo: Atlas, 2001. SILVA, Roni Antonio Garcia da. Administração rural : teoria e prática . 3. ed., rev. e atual. Curitiba, PR: Juruá, 2013. NAMORADODO, Rui. Introdução ao direito cooperativo : para uma expressão jurídica da cooperatividade. Coimbra, PT: Almedina, 2000. YOUNG, Lúcia H.B. Sociedades cooperativas : resumo prático. 8. ed. rev e atual. Curitiba, PR: Juruá, 2008. SILVA, Roni Antonio Garcia da. Administração rural : teoria e prática . 3. ed., rev. e atual. Curitiba, PR: Juruá, 2013. SIQUEIRA, P. C. A. Direito cooperativo: temas atuais . Recife: Nossa Livraria, 2009. ZDANOWICZ, José Eduardo. Gestão financeira para cooperativas : enfoques contábil e gerencial. Rio de Janeiro: Atlas, 2014.		



Código	COMPONENTE CURRICULAR	Horas
GCS392	FORMAÇÃO ECONÔMICA DO BRASIL	60
EMENTA		
<p>Conjuntura europeia à época do descobrimento do Brasil. Economia colonial: ciclo do açúcar, ciclo do ouro, outros produtos expressivos. A transição para Independência. crise do escravismo mercantil nacional. Economia cafeeira. Origens da industrialização brasileira. Anos 1920 e 1930: crise e recuperação.</p>		
OBJETIVO		
<p>Possibilitar aos acadêmicos a compreensão do processo histórico de formação econômica, social e política do Brasil, relacionando este processo com a constituição da economia brasileira na atualidade.</p>		
REFERÊNCIAS BÁSICAS		
<p>FURTADO, C.: Formação Econômica do Brasil. São Paulo: Companhia das Letras, 2007. MELLO, J. M. C. O capitalismo tardio. São Paulo: Editora UNESP, 2009. PRADO JÚNIOR, C. Formação do Brasil Contemporâneo. São Paulo: Companhia das Letras, 2011. REGO, J. M. et al. Economia Brasileira. 5 ed. São Paulo: Saraiva, 2013. RIBEIRO, D. O povo brasileiro: a formação e o sentido do Brasil. São Paulo: Companhia das Letras, 2008.</p>		
REFERÊNCIAS COMPLEMENTARES		
<p>ABREU, Marcelo de Paiva. A Ordem do Progresso: 100 anos de política econômica republicana 1889-1989. Rio de Janeiro: Campus, 1999. HOLANDA, S.B. De: Raízes do Brasil. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.</p>		



Código	COMPONENTE CURRICULAR	Horas
GLA200	LÍNGUA BRASILEIRA DE SINAIS (Libras)	60
EMENTA		
<p>Visão contemporânea da inclusão e da educação especial na área da surdez. Cultura e identidade da pessoa surda. Tecnologias voltadas para a surdez. História da linguagem de movimentos e gestos. Breve introdução aos aspectos clínicos, educacionais e socioantropológicos da surdez. Características básicas da fonologia de Libras: configurações de mão, movimento, locação, orientação da mão, expressões não manuais. O alfabeto: expressões manuais e não manuais. Sistematização e operacionalização do léxico. Morfologia, sintaxe, semântica e pragmática da Libras; Diálogo e conversação. Didática para o ensino de Libras.</p>		
OBJETIVO		
<p>Propiciar o domínio da língua brasileira de sinais e a elaboração estratégias para seu ensino, reconhecendo-a como um sistema de representação essencial para o desenvolvimento do pensamento da pessoa surda.</p>		
REFERÊNCIAS BÁSICAS		
<p>BRITO, Lucinda Ferreira. Por uma gramática de línguas de sinais. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1995.</p> <p>FELIPE, Tanya; MONTEIRO, Myrna. LIBRAS em Contexto: Curso Básico: Livro do Professor. 4 ed. Rio de Janeiro: LIBRAS Editora Gráfica, 2005.</p> <p>QUADROS, Ronice Muller de. Língua de sinais brasileira: estudos lingüísticos. Porto Alegre: Artmed, 2004.</p> <p>SACKS, Oliver W. Vendo Vozes: uma viagem ao mundo dos surdos. São Paulo: Companhia das Letras, 2010.</p>		
REFERÊNCIAS COMPLEMENTARES		
<p>BRASIL. Decreto 5.626/05. Regulamenta a Lei n. 10.436, de 24 de abril de 2002, que dispõe sobre a Língua Brasileira de Sinais – Libras, e o art. 18 da Lei n. 10.098, de 19 de dezembro de 2000. Brasília, 2005.</p> <p>CAPOVILLA, Fernando César; RAPHAEL, Walkiria Duarte. Dicionário Enciclopédico Ilustrado Trilíngüe da Língua de Sinais Brasileira (Libras) Baseado em Linguística e Neurociências Cognitivas. 3 ed. São Paulo: EDUSP/Imprensa Oficial, 2001.</p> <p>PIMENTA, Nelson; QUADROS, Ronice Muller de. Curso de LIBRAS 1. 1 ed. Rio de Janeiro: LSB Vídeo, 2006.</p> <p>QUADROS, Ronice Muller educação de surdos. A Aquisição da Linguagem. Porto Alegre: Artmed, 1997.</p> <p>SACKS, Oliver. Vendo Vozes – Uma viagem ao mundo dos surdos. São Paulo: Cia. Das Letras, 1998.</p>		



Código	COMPONENTE CURRICULAR	Horas
GEX596	ECONOMIA E SUSTENTABILIDADE APLICADA À ENGENHARIA	45
EMENTA		
<p>Fundamentos de economia. Curva de possibilidade de produção. Custo de oportunidade, funcionamento de uma economia de mercado e o fluxo circular da renda. Fundamentos de Microeconomia. Estrutura de mercado. Curva de demanda. Curva de oferta e equilíbrio de mercado. Interferência do governo no equilíbrio de mercado. Teoria das elasticidades. Fundamentos de Macroeconomia. Economia brasileira e conjuntura econômica. Desenvolvimento sustentável.</p>		
OBJETIVO		
<p>Proporcionar aos acadêmicos a compreensão e os fundamentos do sistema econômico para análise microeconômica e macroeconômica das políticas de governo e seus impactos no mercado de bens e no mercado monetário.</p>		
REFERÊNCIAS BÁSICAS		
<p>CORTÊS, J.G.P. Introdução à economia da engenharia: uma visão do processo de gerenciamento de ativos de engenharia. São Paulo: Cengage Learning, 2012.</p> <p>FROYEN, Richard T. Macroeconomia. São Paulo: Saraiva, 2005.</p> <p>GREMAUD, Amaury Patrick; VASCONCELLOS, Marco Antonio Sandoval de; TONETO JÚNIOR, Rudinei. Economia brasileira contemporânea. 7 ed. São Paulo: Atlas, 2007.</p> <p>PAULANI, Leda Maria; BRAGA, Márcio Bobik. A nova contabilidade social: uma introdução à macroeconomia. 3. ed. revista e atualizada. São Paulo: Saraiva, 2007.</p> <p>PINDYCK, Robert S; RUBINFELD, Daniel L. Microeconomia. 7. ed. São Paulo: Prentice Hall, 2010.</p> <p>VASCONCELLOS, Marco Antonio S.; GARCIA, Manuel E. Fundamentos de economia. 5 ed. São Paulo: Saraiva, 2014.</p>		
REFERÊNCIAS COMPLEMENTARES		
<p>MANKIWI, N. Gregory. Introdução à economia: princípios de micro e macroeconomia. 2 ed. Rio de Janeiro: Campus, 2001.</p> <p>MATTEI, Lauro; LINS, Hoyêdo Nunes. A socioeconomia catarinense: cenários e perspectivas no início do século XXI. Chapecó: Argos, 2010. (Grandes temas; 7).</p> <p>SINGER, Paul. Curso de introdução à economia política. 17 ed. São Paulo: Gen, 2000.</p>		



Código	COMPONENTE CURRICULAR	Horas
GCS390	MACROECONOMIA II	60
EMENTA		
Inflação e desemprego: as várias versões da curva de Phillips; Microfundamentos da macroeconomia (novos keynesianos, novos clássicos, teoria dos ciclos e a nova síntese neoclássica). Equivalência Ricardiana e a Curva de Laffer. Consumo, Poupança e Investimento: Modelo de Escolha Intertemporal de Fischer; Teoria do Ciclo de Vida de Modigliani; Teoria da Renda Permanente; Q de Tobin.		
OBJETIVOS		
Apresentar aos acadêmicos os microfundamentos da macroeconomia por meio das diversas correntes teóricas de pensamento. Mostrar a relação entre Consumo, Poupança e Investimento.		
REFERÊNCIAS BÁSICAS		
BLANCHARD, O. Macroeconomia . 7. ed. São Paulo: Prentice Hall, 2017. FROYEN, R. T. Macroeconomia . 2 ed. São Paulo: Saraiva, 2017. LOPES, A. M.; VASCONCELLOS, M. A. S. Manual de macroeconomia: básico e intermediário . 3. ed. São Paulo: Atlas, 2008.		
REFERÊNCIAS COMPLEMENTARES		
DILLARD, D. A Teoria Econômica de John Maynard Keynes . Editora Pioneira, 1964. MANKIW, N. G. Macroeconomia . 8 ed. São Paulo: LTC, 2014.		



Código	COMPONENTE CURRICULAR	Horas
GCS051	MARKETING E DESENVOLVIMENTO DE PRODUTOS	45
EMENTA		
<p>Conceito: mercado e marketing. Importância, definição e caracterização de novos produtos. Interação consumidor/novos produtos. Fatores a serem observados para o desenvolvimento de um novo produto alimentício: legislação, tecnologia e necessidades. Processo de desenvolvimento do produto: ideia, fontes, seleção. Emprego da análise sensorial e análise de alimentos no desenvolvimento de novos produtos. Ambiente dos testes sensoriais. Métodos de análise sensorial. Embalagens, rotulagem. Registro de um novo produto.</p>		
OBJETIVO		
<p>O acadêmico deverá ser capaz de desenvolver estratégias e planos de ações para que haja interação consumidor/produto e desenvolver produtos para a necessidade dos consumidores.</p>		
REFERÊNCIAS BÁSICAS		
<p>FULLER, G. W. New food product development: from concept to marketplace. 2nd ed. Boca Raton, FL: CRC Press, 2005.</p> <p>KOTLER, P.; ARMSTRONG, G. Princípios de Marketing. 12 ed. São Paulo: Pearson, 2007.</p> <p>NEVES, F.N.; CASTRO, L.T. Marketing e Estratégia em Agronegócios e Alimentos. São Paulo: Atlas/Pensa, 2011.</p> <p>TROTT, P. J. Gestão da Inovação e Desenvolvimento de Novos Produtos. 4 ed. Porto Alegre: Bookman, 2012.</p>		
REFERÊNCIAS COMPLEMENTARES		
<p>DUTCOSKY, S. D. Análise sensorial de alimentos. 3. ed. rev. e ampl. Curitiba-PR: Champagnat, 2011.</p> <p>EVANGELISTA, J. Tecnologia de alimentos. 2. ed. São Paulo: Atheneu, 2008.</p> <p>FELLOWS, P. J. Tecnologia do processamento de alimentos: princípios e prática. 2. ed. Porto Alegre: Artmed, 2006.</p> <p>ORDÓÑEZ PEREDA, J. A. (Org.). Tecnologia de alimentos. Porto Alegre: Artmed, 2005. v. 1.</p> <p>ORDÓÑEZ PEREDA, J. A. (Org.). Tecnologia de alimentos. Porto Alegre: Artmed, 2005. v. 2.</p>		



Código	COMPONENTE CURRICULAR	Horas
GCS408	MACROECONOMIA III	30
EMENTA		
Instrumentos Macroeconômicos no contexto de uma economia globalizada. Modelos Macroeconômicos Pós Keynesianos. A Visão de Kalecki. A Hipótese da Instabilidade Financeira de Minsky. Revisão de toda a Macroeconomia.		
OBJETIVOS		
Fornecer elementos e as ferramentas para que os acadêmicos possam analisar logicamente a relação entre as principais variáveis macroeconômicas e, ao mesmo tempo, avaliar criticamente a condução da política econômica a nível nacional e sua relação com os outros países.		
REFERÊNCIAS BÁSICAS		
CARVALHO, F. J C. Keynes e os Pós-Keynesianos : princípios de macroeconomia para uma economia monetária de produção. Rio de Janeiro: Alta Cult, 2020. FROYEN, R. T. Macroeconomia . 2 ed. São Paulo: Saraiva, 2017. KALECKI, M. Os economistas : Teoria da dinâmica econômica/ Ensaio sobre as mudanças cíclicas e a longo prazo da economia capitalista. Nova Cultural, 1977. KEYNES, J. M. Teoria geral do emprego, do juro e da moeda . São Paulo: Saraiva, 2012. MINSKI, H. P. Estabilizando Uma Economia Instável. Novo século, 2014.		
REFERÊNCIAS COMPLEMENTARES		
BLANCHARD, O. Macroeconomia . 7. ed. São Paulo: Prentice Hall, 2017. 2 DILLARD. D. A Teoria Econômica de John Maynard Keynes . Editora Pioneira, 1964. LOPES, A. M.; VASCONCELLOS, M. A. S. Manual de macroeconomia : básico e intermediário. 3. ed. São Paulo: Atlas, 2008.		



Código	COMPONENTE CURRICULAR	Horas
GCS381	HISTÓRIA DO PENSAMENTO ECONÔMICO	60
EMENTA		
<p>As primeiras tentativas de interpretação do funcionamento do sistema econômico. As origens da Economia Política Clássica. Conceitos básicos das escolas clássica, marxista, neoclássica e keynesiana. As teorias sobre as crises conjunturais do sistema capitalista. A crítica das escolas monetarista, dos novos clássicos e dos novos Keynesianos à teoria keynesiana. Globalização, neoliberalismo e a emergência do “paradigma ambiental” no debate sobre o desenvolvimento econômico.</p>		
OBJETIVO		
<p>Demonstrar a trajetória do pensamento econômico desde as primeiras tentativas de interpretação do funcionamento do sistema econômico com base no objeto e no método de análise empregado pelas escolas clássica, marxista, neoclássica, keynesiana, Schumpeteriana, monetarista e dos novos clássicos.</p>		
REFERÊNCIAS BÁSICAS		
<p>FEIJÓ, R. História do Pensamento Econômico. São Paulo: Atlas, 2007.</p> <p>GALBRAITH, John Kenneth. O pensamento econômico em perspectiva: uma história crítica. São Paulo: Pioneira, 1989.</p> <p>HUNT, E. K. História do pensamento econômico: uma perspectiva crítica. São Paulo: Thomson, 2005.</p> <p>KEYNES, J. M. Teoria geral do emprego, do juro e da moeda. São Paulo: Saraiva, 2012. ISBN 8502180352</p> <p>MARX, Karl. O Capital: crítica da economia política. São Paulo: Civilização Brasileira, 2009. ISBN 8520004687. 5 v.</p> <p>NAPOLEONI, Claudio. Smith, Ricardo, Marx. Rio de Janeiro: Graal, 2000.</p> <p>RICARDO, D. Princípios de economia política e tributação. 4 ed. Lisboa: Calouste Gulbenkian, 2002.</p> <p>SMITH, Adam. Uma investigação sobre a natureza e causas da riqueza das nações. Ed. rev.. São Paulo: Hemus, 2008.</p>		
REFERÊNCIAS COMPLEMENTARES		
<p>BRUE, Stanley L. História do pensamento econômico. São Paulo: Thomson Pioneira, 2004. ISBN 8522104247</p> <p>HUNT, R.K. e H.J. SHERMAN. História do Pensamento Econômico, RJ: Vozes, 2010.</p> <p>NAPOLEONI, Claudio. O pensamento econômico do século XX. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1990. ISBN 8521906420</p> <p>REGO, Jose Marcio. História do pensamento econômico como teoria e retórica. São Paulo: Editora 34, 2003. ISBN 8573262672</p>		



Código	COMPONENTE CURRICULAR	Horas
GCS378	HISTÓRIA ECONÔMICA GERAL	60
EMENTA		
<p>Primeiros sistemas econômicos. Economias agrícolas e comerciais. Feudalismo. Transição do feudalismo para o capitalismo. Revolução industrial. Imperialismo. Segunda Guerra Mundial. Sistema Bretton Woods. Guerra Fria. A crise das economias socialistas e o fim da URSS. A “Globalização” e o “Consenso de Washington” na década de 1990. Os desdobramentos do “11 de Setembro de 2001” e da crise de 2008 para a economia mundial.</p>		
OBJETIVO		
<p>Compreender as transformações na história da humanidade com base nos aspectos econômicos e as suas consequências sobre a forma de organização dos sistemas sociais e econômicos até a atualidade.</p>		
REFERÊNCIAS BÁSICAS		
<p>DOBB, M. A evolução do capitalismo. Rio de Janeiro: LTC. 1987. 396 p. ISBN 9788521610588.</p> <p>HOBSBAWM, E. J. A era das Revoluções: 1789-1848. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2000. 398 p. ISBN 8521901720.</p> <p>HOBSBAWM, E. Era dos extremos: o breve século XX: 1914-1991. 2 ed. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.</p> <p>HOBSBAWM, E. A era dos impérios: 1875-1914. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2009. 583 p.</p> <p>HOBSBAWN, E.J. A era do capital: 1848-1875. São Paulo: Paz e Terra, 2005.</p> <p>MACCHIONE SAES, Alexandre. História econômica geral. São Paulo: Saraiva, 2013. ISBN 88502212541</p> <p>REZENDE FILHO, Cyro de Barros. História Econômica Geral. São Paulo: Contexto, 1999.</p> <p>WEBER, Max. História geral da economia. São Paulo: Centauro, 2006. ISBN 8588208784</p>		
REFERÊNCIAS COMPLEMENTARES		
<p>ARRIGHI, Giovanni. O longo século XX: dinheiro, poder e as origens do nosso tempo. 5 ed. São Paulo: Contraponto, 2012. 394 p. ISBN 9788585910105.</p> <p>BRAUDEL, Fernand. Civilização material, economia e capitalismo: séculos XVXVIII: o tempo do mundo. 2 ed. São Paulo: WMF Martins Fontes, 2009. 632 p. ISBN 9788578271510.</p> <p>HOBSBAWN, E. Da revolução industrial inglesa ao imperialismo. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2011.</p> <p>HUBERMAN, L. História da riqueza do homem. Rio de Janeiro: LTC, 1986.</p>		



LANDES, David S. **Prometeu desacorrentado:** transformação tecnológica e desenvolvimento industrial na Europa ocidental desde 1750 até a nossa época. 2 ed. Rio de Janeiro: Campus, 2005. 644 p. ISBN 9788535215106.

MARX, Karl. **O capital:** crítica da economia política: livro primeiro: o processo de produção do capital. 31. ed. Rio de Janeiro, RJ: Civilização Brasileira, 2017. 2 v.

MARX, Karl. Contribuição à crítica da **economia política.** São Paulo: Martin Fontes, 2011. ISBN 8578274792



Código	COMPONENTE CURRICULAR	Horas
GCS382	CONTABILIDADE SOCIAL	60
EMENTA		
<p>Objetivos e conceitos introdutórios. Relações entre a teoria econômica e a contabilidade social. Principais instrumentos de aferição dos processos econômicos. Referencial teórico-metodológico utilizado nos Sistemas de Contas Nacionais. As Contas Nacionais do Brasil. O Modelo de Insumo-Produto. Balanço de Pagamentos. Outros Indicadores Macroeconômicos, sociais, ambientais e os problemas de mensuração. Crescimento e desenvolvimento econômico. Deflatores e números-índices. Contabilidade Ambiental.</p>		
OBJETIVO		
<p>Conhecer a natureza e as finalidades da Contabilidade Social nos sistemas aberto e fechado, introduzindo os principais conceitos da Macroeconomia.</p>		
REFERÊNCIAS BÁSICAS		
<p>FEIJÓ, C. A. et al. Contabilidade Social: a nova referência das contas nacionais do Brasil. 4. ed. rev. atual. Rio de Janeiro, RJ: Campus, 2013.</p> <p>LOPES, A. M.; VASCONCELLOS, M. A. S. Manual de macroeconomia: básico e intermediário. 2 ed. São Paulo: Atlas, 2000.</p> <p>PAULANI, L. M.; BRAGA, M. B. A Nova Contabilidade Social: uma introdução à macroeconomia. 4 ed. São Paulo: Saraiva, 2013.</p>		
REFERÊNCIAS COMPLEMENTARES.		
<p>DORNBUSH, R.; FISCHER, S. e STARTZ, R. Macroeconomia. 11 ed. São Paulo: McGraw-Hill do Brasil, 2013.</p> <p>KEYNES, J. M. Teoria geral do emprego, do juro e da moeda. São Paulo: Saraiva, 2012.</p> <p>MANKIWI, N. G. Introdução à economia. São Paulo: Cengage Learning, 2009.</p> <p>SIMONSEN, M. H.; CYSNE, R. P. Macroeconomia. 4 ed. São Paulo: Atlas, 2009.</p> <p>VASCONCELLOS, M. A. S. Economia: micro e macro. 4 ed. São Paulo: Atlas, 2007.</p>		



Código	COMPONENTE CURRICULAR	Horas
GCS394	ECONOMIA E POLÍTICA MONETÁRIA	60
EMENTA		
<p>Origem e funções da moeda. Demanda e oferta monetária. Crédito e bancos. Sistema monetário e Banco Central. A Teoria Monetária e a Interação dos Setores Real e Monetário. Política monetária. Intermediação financeira. Sistema financeiro brasileiro. Inflação e Política Monetária: Análise do Caso Brasileiro.</p>		
OBJETIVO		
<p>Dar aos acadêmicos uma visão geral do sistema financeiro e monetário e das teorias fundamentais que descrevem o funcionamento destes sistemas, como primeiro passo para o exercício profissional do economista na área financeira. Esta disciplina visa também preparar o acadêmico para o entendimento das teorias de política monetária aplicadas nos sistemas econômicos dos países.</p>		
REFERÊNCIAS BÁSICAS		
<p>ASSAF NETO, Alexandre. Mercado financeiro. 15. ed. São Paulo: Atlas 2021.</p> <p>CARVALHO, F. J. Cardim de; SOUZA, F. E. P. de; SICSÚ, J.; Paula, L. F. R. de; CARRETE, Liliam Sanchez. Mercado financeiro brasileiro. Rio de Janeiro: Atlas 2019.</p> <p>STUDART, R. Economia monetária e financeira: teoria e política. Rio de Janeiro: <i>Campus</i>, 2000. ISBN: 9788535223606.</p> <p>LOPES, J.; ROSSETTI, J. P. Economia monetária São Paulo: Atlas, 2009.</p> <p>MODENESI, André de Melo. Regimes monetários: teoria e a experiência do Real. São Paulo Manole 2005.</p>		
REFERÊNCIAS COMPLEMENTARES		
<p>BANCO CENTRAL DO BRASIL. Sumário de Planos e Programas e Glossário de Instrumentos e Normas Relacionados à Política Econômico-Financeira. 7. ed. Brasília: BCD, 2019. Disponível em: https://www.bcb.gov.br/content/publicacoes/outras_pub_alfa/sumario_planos_programas-jul2019.pdf. Acesso em: 31 ago. 2022.</p> <p>FORTUNA, E. Mercado Financeiro: produtos e serviços. Rio de Janeiro: Qualitymark, 2005.</p>		



Código	COMPONENTE CURRICULAR	Horas
GCS629	DIREITO EMPRESARIAL	60
EMENTA		
<p>Conceito e histórico do Direito Empresarial. Pessoas físicas e jurídicas. O Empresário. O Estabelecimento empresarial. A atividade empresarial e a qualidade do fornecimento de bens e serviços. As Sociedades empresariais. Liquidação da Sociedade. Recuperação Judicial, a extrajudicial e a falência do empresário e da sociedade empresária. (Lei 11.101/2005). A atividade empresarial e a publicidade. Títulos de crédito. O Código de Defesa do Consumidor e o direito empresarial.</p>		
OBJETIVO		
<p>Analisar as contribuições do Direito Empresarial para a formação em Administração.</p>		
REFERÊNCIAS BÁSICAS		
<p>CAMPINHO, Sérgio. O direito de empresa à luz do código civil. 12 ed. Rio de Janeiro: Renovar, 2010.</p> <p>DINIZ, Maria Helena. Curso de direito civil brasileiro. 3 ed. São Paulo: Saraiva, 2011.</p> <p>GONÇALVES NETO, Alfredo de Assis. Direito de empresa: comentários aos artigos 966 a 1.195 do Código Civil. 3 ed. rev., atual e ampl. São Paulo, SP: Revista dos Tribunais, 2010.</p> <p>NEGRÃO, Ricardo. Direito empresarial: estudo unificado. 3 ed. rev. São Paulo: Saraiva, 2011.</p> <p>REQUIÃO, Rubens. Curso de Direito Comercial. São Paulo: Saraiva, 2007. v. 1.</p> <p>VECCHIO, Humberto Pereira. Direito empresarial. Florianópolis, SC: UFSC, Departamento de Ciências da Administração, 2009.</p>		
REFERÊNCIAS COMPLEMENTARES		
<p>CERVEIRA FILHO, Mário. Shopping Centers. Direitos dos Lojistas. São Paulo: Saraiva, 2008.</p> <p>GAGLIANO, Pablo Stolze; PAMPLONA FILHO, Rodolfo. Novo Curso de Direito Civil. v. I – parte geral. 8 ed. São Paulo: Saraiva, 2007.</p> <p>GONÇALVES, Maria Gabriela Venturoti Perrotta; GONÇALVES, Victor Eduardo Rios. Direito Empresarial: direito de empresa e sociedades empresarias. São Paulo: Saraiva, 2007.</p> <p>GONÇALVES NETO, Alfredo de Assis. Direito de empresa: comentários aos artigos 966 a 1.195 do Código Civil. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2007.</p> <p>GRAU, Eros Roberto. A Ordem Econômica na Constituição de 1988. 14 ed. São Paulo: Malheiros, 2010.</p> <p>SILVA, José Afonso da. Curso de direito constitucional positivo. 36 ed., rev. e atual. São Paulo: Malheiros, 2012.</p>		



Código	COMPONENTE CURRICULAR	Horas
GCS551	JOGOS EMPRESARIAIS	60
EMENTA		
A simulação e sua influência na aprendizagem. A empresa e o meio em que ela opera. Elementos estratégicos. Prática de jogos de empresas: Tomada de decisões em ambiente virtual. Integração de conhecimentos de gestão aplicados às áreas de finanças, produção, marketing e contabilidade.		
OBJETIVO		
Facilitar a aprendizagem por intermédio do estudo interativo, contribuindo para a formação de competências de análise e gestão, com a tomada de decisões em ambiente competitivo virtual, aproximando à realidade das organizações em sua dinâmica comportamental e de causa e efeito.		
REFERÊNCIAS BÁSICAS		
FIANI, Ronaldo. Teoria dos jogos : com aplicações em economia, administração e ciências sociais. 3. ed. Rio de Janeiro: Elsevier, 2009.		
GRAMIGNA, Maria Rita. Jogos de empresa e técnicas vivenciais . 2 ed. São Paulo: Pearson Prentice Hall, 2007.		
MARINHO, Raul. Prática na teoria : aplicações na teoria dos jogos e da evolução aos negócios. 2 ed. São Paulo: Saraiva, 2011.		
OLIVEIRA, Djalma de Pinho Rebouças de. Manual de avaliação de empresas e negócios . São Paulo: Atlas, 2004.		
SCHIFFMAN, Leon G; KANUK, Leslie Lazar. Comportamento do consumidor . 9 ed. Rio de Janeiro: LTC, 2009. 445 p.		
SENGE, Peter M. A quinta disciplina : arte e prática da organização de aprendizagem. 25 ed. Rio de Janeiro: BestSeller, 2009. 530 p.		
REFERÊNCIAS COMPLEMENTARES		
ASSAF NETO, Alexandre. Finanças corporativas e valor . 8. ed. Rio de Janeiro: Atlas, 2020.		
BAZERMAN, M. H.; MOORE, D. Processo decisório . 8 ed. Rio de Janeiro: Campus, 2014.		
GITMAN, Lawrence J. Princípios de administração financeira . 12 ed. São Paulo: Addison Weley Pearson, 2010.		
GOMES, Luiz Flavio Autran Monteiro. Teoria da decisão . São Paulo: Cengage Learning, 2008.		
IUDÍCIBUS, Sérgio de. MARION, José Carlos. Curso de contabilidade para não contadores : para as áreas de administração, economia, direito e engenharia. 7 ed. São Paulo: Atlas, 2011.		



MARION, José Carlos. **Análise das demonstrações contábeis**: contabilidade empresarial. 7 ed. São Paulo: Atlas, 2011.

PORTER, Michael. **Vantagem competitiva**. São Paulo: Atlas, 1989.

NOGUEIRA, Clayton. **Finanças para empreendedores e empresários**: como ter um negócio sustentável financeiramente. Rio de Janeiro: Alta Books, 2021.



Código	COMPONENTE CURRICULAR	Horas
GCH1318	FILOSOFIA E ÉTICA	30
EMENTA		
Introdução à filosofia. Abordagem filosófica da moral e da ética. Ciência, técnica e ética. Ética ambiental e princípios de Educação Ambiental. Ética das organizações e sua responsabilidade social e ecológica. Ética nas organizações. Implicações éticas do exercício profissional do administrador.		
OBJETIVO		
Conduzir os alunos à compreensão filosófica do papel da ética nas organizações, na sociedade e nas relações com o ambiente.		
REFERÊNCIAS BÁSICAS		
ASSMANN, Selvino José; Ministério da Educação. Programa Nacional de Formação em Administração Pública. Filosofia e ética . [Brasília, DF]: CAPES, 2009.		
LOUREIRO, Carlos Frederico Bernardo; LAYRARGUES, Philippe Pomier; CASTRO, Ronaldo Souza de (Org). Educação ambiental: repensando o espaço da cidadania . 5 ed. São Paulo: Cortez, 2011.		
MARCONDES, Danilo. Textos básicos de ética: de Platão a Foucault . Rio de Janeiro: Zahar, c2007.		
MATOS, Francisco Gomes de. Ética na gestão empresarial: da conscientização à ação . São Paulo: Saraiva, 2012.		
MORIN, Edgar. Ciência com consciência . 4 ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2000.		
SÁ, Antônio Lopes de. Ética profissional . 9 ed. rev. e ampl. São Paulo, SP: Atlas, 2010.		
REFERÊNCIAS COMPLEMENTARES		
ASSMANN, Selvino José; Universidade Federal de Santa Catarina Departamento de Ciências da Administração. Filosofia . Florianópolis, SC: UFSC, Departamento de Ciências da Administração, 2008.		
BLANCHARD, Kenneth; PEALE, Norman Vincent. O poder da administração ética . 7 ed. Rio de Janeiro: Record, 2011.		
CHAUI, Marilena. Convite à filosofia . 13 ed. São Paulo: Ática, 2005.		
FARIAS, André B. de. Ética para o meio ambiente . In: TORRES, João Carlos Brum (org.). <i>Manual de Ética: Questões de ética teórica e aplicada</i> . Petrópolis/RJ: Vozes; Caxias do Sul/RS: Universidade de Caxias do Sul; Rio de Janeiro: BNDES, 2014, p. 604-623.		
KARKOTLI, Gilson; ARAGÃO, Sueli Duarte. Responsabilidade social: uma contribuição à gestão transformadora das organizações . Petrópolis, RJ: Vozes, 2004.		
MORIN, Edgar. Introdução ao pensamento complexo . 5.ed. Porto Alegre : Sulina, 2015.		
RODRIGUEZ Y RODRIGUEZ, Martius Vicente (org). Ética e responsabilidade social nas empresas . Rio de Janeiro, RJ: Elsevier, 2005.		



SROUR, Robert Henry. **Ética empresarial:** o ciclo virtuoso dos negócios. 3 ed. rev. e atual. Rio de Janeiro: Campus, 2008.



Código	COMPONENTE CURRICULAR	Horas
GCH291	INTRODUÇÃO AO PENSAMENTO SOCIAL	60
EMENTA		
Cultura e processos sociais: senso comum e desnaturalização. Fundamentos do pensamento sociológico, antropológico e político clássico e contemporâneo.		
OBJETIVO		
Proporcionar aos estudantes o contato com as ferramentas conceituais e teóricas que lhes permitam interpretar e analisar científica e criticamente os fenômenos sociais, políticos e culturais.		
REFERÊNCIAS BÁSICAS		
GIDDENS, Anthony. Sociologia . Porto Alegre: Artmed, 2005.		
LALLEMENT, Michel. História das ideias sociológicas: das origens a Max Weber . Petrópolis: Vozes, 2005.		
LAPLANTINE, François. Aprender antropologia . São Paulo, SP: Brasiliense, 1988.		
QUINTANERO, Tania; BARBOSA, Maria; OLIVEIRA, Márcia. Um toque de clássicos . 2 ed. Belo Horizonte: UFMG, 2010.		
TEIXEIRA, Aloisio (Org.). Utópicos, heréticos e malditos . São Paulo/Rio de Janeiro: Record, 2002.		
REFERÊNCIAS COMPLEMENTARES		
ADORNO, Theodor. Introdução à sociologia . São Paulo: Unesp, 2008.		
CORCUFF, Philippe. As novas sociologias: construções da realidade social . Bauru: EDUSC, 2010.		
GEERTZ, Clifford. A interpretação das culturas . Rio de Janeiro: LTC, 2008.		
GIDDENS, Anthony; TURNER, Jonathan (Org.). Teoria social hoje . São Paulo: Unesp, 1999.		
LANDER, Edgardo (Org.). A colonialidade do saber. Eurocentrismo e ciências sociais . Buenos aires: CLACSO, 2005.		
LEVINE, Donald N. Visões da tradição sociológica . Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1997.		
MARTINS, Carlos Benedito. O que é sociologia . São Paulo: Brasiliense, 1994.		
OUTHWAITE, William; BOTTOMORE, Tom (Org.). Dicionário do pensamento social do século XX . Rio de Janeiro: Zahar, 1996.		



Código	COMPONENTE CURRICULAR	Horas
GEX208	INFORMÁTICA BÁSICA	60
EMENTA		
Fundamentos de informática. Conhecimentos de sistemas operacionais. Utilização da rede mundial de computadores. Ambientes virtuais de aprendizagem. Conhecimentos de softwares de produtividade para criação de projetos educativos e/ou técnicos e/ou multimidiáticos.		
OBJETIVO		
Operar as ferramentas básicas de informática de forma a poder utilizá-las interdisciplinarmente, de modo crítico, criativo e pró-ativo.		
REFERÊNCIAS BÁSICAS		
ANTONIO, João. Informática para Concursos: teoria e questões . Rio de Janeiro: Campus-Elsevier, 2009.		
CAPRON, H. L.; JOHNSON, J. A. Introdução à Informática . 8 ed. São Paulo: Pearson Prentice Hall, 2004.		
NORTON, P. Introdução à informática . São Paulo: Pearson, 2010.		
SEBEN, A.; MARQUES, A. C. H. (Org.). Introdução à informática: uma abordagem com libreoffice . Chapecó: UFFS, 2012. 201 p. ISBN: 978-85-64905-02-3. Disponível em: <cc.uffs.edu.br/downloads/ebooks/Introducao_a_Informatica.pdf>. Acesso em: 10 ago. 2012.		
REFERÊNCIAS COMPLEMENTARES		
FEDELI, Ricardo D.; POLLONI, Enrico G. P.; PERES, Fernando E. Introdução à ciência da computação . 2 ed. São Paulo: CENGAGE Learning, 2010.		
HILL, Benjamin Mako; BACON, Jono. O livro oficial do Ubuntu . 2 ed. Porto Alegre: Bookman, 2008.		
LANCHARRO, Eduardo Alcalde; LOPEZ, Miguel Garcia; FERNANDEZ, Salvador Peñuelas. Informática básica . São Paulo: Pearson Makron Books, 2004.		
MANZANO, André Luiz N. G.; TAKA, Carlos Eduardo M. Estudo dirigido de microsoft windows 7 ultimate . São Paulo: Érica, 2010.		
MEYER, M.; BABER, R.; PFAFFENBERGER, B. Nosso futuro e o computador . Porto Alegre: Bookman, 1999.		
MONTEIRO, M. A. Introdução à organização de computadores . 5 ed. Rio de Janeiro: LTC, 2007.		
MORGADO, Flavio. Formatando teses e monografias com BrOffice . Rio de Janeiro: Ciência Moderna, 2008.		
SCHECHTER, Renato. BROfficeCalc e Writer: trabalhe com planilhas e textos em software livre . Rio de Janeiro: Elsevier, 2006.		



Código	COMPONENTE CURRICULAR	Horas
CH1522	DESENVOLVIMENTO TERRITORIAL	60
EMENTA		
Território, territorialidade e concepções de desenvolvimento. Teorias dos territórios. Políticas de desenvolvimento e planejamento territorial – dinâmicas territoriais, políticas públicas e repercussões territoriais. A pesquisa de campo e o uso de dados oficiais para o planejamento e o desenvolvimento territorial. Território e educação ambiental.		
OBJETIVO		
Compreender a perspectiva territorial do desenvolvimento enquanto produto das relações e dos conflitos sociais em diferentes escalas espaciais. Analisar as características que a perspectiva territorial aporta ao desenvolvimento como ela produz novas dinâmicas territoriais considerando as disputas e os conflitos entre os diferentes atores – Estado, movimentos e organizações sociais – nas variadas escalas espaciais.		
REFERÊNCIAS BÁSICAS		
HAESBAERT, Rogério. O mito da desterritorialização: do “fim dos territórios” à multiterritorialidade. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2004.		
SAQUET, Marcos Aurélio. Abordagens e Concepções de Território. São Paulo: Expressão Popular, 2007.		
SANTOS, Roseli Alves dos. Geografia agrária, território e desenvolvimento. São Paulo: Expressão Popular, 2010. 254 p. (Debates e perspectivas). ISBN 9788577431472.		
VEIGA, J. E. A face territorial do desenvolvimento. Interações, v. 3, n.5, Campo Grande, MS, p. 5-19, 2002. DOI: http://dx.doi.org/10.20435/interacoes.v3i5.565 . Acesso em: 01 set. 2022.		
REFERÊNCIAS COMPLEMENTARES		
PERICO, Rafael Echeverri; RIBERO, María Pilar. Ruralidade, territorialidade e desenvolvimento sustentável: visão do território na América Latina e no Caribe. Brasília, DF: Instituto Interamericano de Cooperação para a Agricultura, 2005. 195 p. ISBN 8598347078.		



Código	COMPONENTE CURRICULAR	Horas
CGH1532	ETNOLOGIA INDÍGENA	60
EMENTA		
Introdução aos estudos de Etnologia Indígena, com enfoque para sociedades e culturas das terras baixas sul-americanas, destacando temas clássicos como: a organização social e cosmologias das sociedades indígenas, parentesco, guerra, mito, ritual e xamanismo, aspectos históricos e intercâmbios econômicos, relações étnicas e transformações indígenas.		
OBJETIVO		
Discutir temas e problemas abordados nos estudos sobre as sociedades indígenas, com ênfase na etnologia, na história indígena e na etnohistória.		
REFERÊNCIAS BÁSICAS		
ALBERT, Bruce; RAMOS, Alcida. Pacificando o branco . Cosmologias do contato no norte-amazônico. São Paulo, Editora da Unesp/Imprensa Oficial do Estado, 2002. CUNHA, Manuela Carneiro da (org.). História dos índios no Brasil . 2 ed. São Paulo: Companhia das Letras, [1998]. FAUSTO, Carlos. Inimigos fiéis . História, guerra e xamanismo na Amazônia. São Paulo, Edusp, 2001. CASTRO, Eduardo Viveiros de. A inconstância da alma selvagem e outros ensaios de antropologia . São Paulo: Cosac & Naify, 2002.		
REFERÊNCIAS COMPLEMENTARES		
BOAS, Franz. Antropologia cultural . 5 ed. Rio de Janeiro: Zahar, 2009. 109p. ISBN 9788571107601. CLASTRES, Pierre. A sociedade contra o estado : pesquisas de antropologia política. São Paulo: Cosac & Naify, 2003. KUPER, Adam. Cultura : a visão dos antropólogos. São Paulo: EDUSC, 2002. 322 p. ISBN 8574601462. RIBEIRO, Darcy. O povo brasileiro : a formação e o sentido do Brasil. 3 ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2008. 476 p. ISBN 9788571644519 (broch.) VEIGA, Juracilda. Aspectos fundamentais da cultura Kaingang . Campinas/SP: Editora Curt Nimuendajú, 2006.		



Código	COMPONENTE CURRICULAR	Horas
GCH457	HISTÓRIA E CULTURA AFRO-BRASILEIRA	60
EMENTA		
Lei 10.639/2003 e 11.645/2008. História e cultura afro-brasileira. O Atlântico e o Brasil. Raízes africanas na sociedade brasileira. Comunidades quilombolas. Políticas de ação afirmativa.		
OBJETIVO		
Promover o conhecimento acerca da história e cultura afro-brasileira, tendo como fio condutor a Lei 10639/2003 e a Lei 11645/2008.		
REFERÊNCIAS BÁSICAS		
<p>BRASIL. Diretrizes Curriculares para a Educação das Relações Étnico-Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana. Brasília-DF, 2004. Disponível em: https://download.inep.gov.br/publicacoes/diversas/temas_interdisciplinares/diretrizes_curriculares_nacionais_para_a_educacao_das_relacoes_etnico_raciais_e_para_o_ensino_de_historia_e_cultura_afro_brasileira_e_africana.pdf. Acesso em: 01 set. 2022.</p> <p>MATTOS, Regiane Augusto de. História e cultura afro-brasileira. São Paulo: Contexto, 2007.</p> <p>SOUZA, Marina de Mello e. África e Brasil africano. São Paulo: Ática, 2006.</p>		
REFERÊNCIAS COMPLEMENTARES.		
<p>GRAHAM, Sandra Lauderdale. Caetana diz não: Histórias de mulheres da sociedade escravista. São Paulo: Cia das Letras, 2005.</p> <p>HERNANDEZ, Leila Leite. A África na sala de aula: visita à história contemporânea. São Paulo: Selo Negro, 2008.</p> <p>MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO. Orientações e Ações para a Educação das Relações Étnico-Raciais. Brasília: SECAD, 2006. Disponível em: http://portal.mec.gov.br/dmdocuments/orientacoes_etnicoraciais.pdf. Acesso em: 01 set. 2022.</p> <p>NÚCLEO DE ESTUDOS DE IDENTIDADE E RELAÇÕES INTERÉTNICAS- NUER. Quilombos no Sul do Brasil: perícias antropológicas. Boletim Informativo NUER, Florianópolis, v.3, n.3, p. 01-185, 2006. Disponível em: https://nuer.ufsc.br/files/2014/04/k-kmrypneoan_boletim_inf_nuer_3_part1.pdf. Acesso em: 01 set. 2022.</p> <p>PARANÁ. Secretaria de Estado da Educação. A inserção dos conteúdos de história e cultura afro-brasileira e africana nos currículos escolares. Curitiba: SEED-PR, 2005.</p>		



Código	COMPONENTE CURRICULAR	Horas
GCH1637	RELAÇÕES INTERNACIONAIS	60
EMENTA		
<p>Relações Internacionais: área de conhecimento, campo de saber, campo de atuação; Política e poder; Guerra e paz; Atores internacionais: Estados, Organizações Internacionais, Organizações Não-Governamentais, Empresas Transnacionais; Sistema internacional e seus elementos estruturantes; Cenário internacional: evolução e desafios contemporâneos; temas da agenda internacional contemporânea. Globalização e Cooperação. Teorias clássicas das relações Internacionais - realismo e idealismo/liberalismo. Os Debates Teóricos. Neorealismo e neoliberalismo. Teorias contemporâneas de relações internacionais - teoria crítica, construtivismo, sistema-mundo e teorias feministas. Política Internacional.</p>		
OBJETIVO		
<p>Conhecer os diversos atores do cenário político internacional, as agendas internacionais e entender as diferentes perspectivas teóricas na área de relações internacionais.</p>		
REFERÊNCIAS BÁSICAS		
<p>ARON, Raymond. Paz e guerra entre as nações. Trad. Sérgio Bath (1 a edição) Brasília: Editora Universidade de Brasília, Instituto de Pesquisa de Relações Internacionais; São Paulo: Imprensa Oficial do Estado de São Paulo, 2002. (Coleção Clássicos IPRI – Livro online). Disponível em: https://funag.gov.br/loja/download/43-Paz_e_Guerra_entre_as_Nacoes.pdf. Acesso em: 01 set. 2022.</p> <p>CARR, Edward Hallett. Vinte Anos de Crise: 1919-1939. Uma Introdução ao Estudo das Relações Internacionais. Trad. Luiz Alberto Figueiredo Machado. Brasília: Editora Universidade de Brasília, Instituto de Pesquisa de Relações Internacionais, Imprensa Oficial do Estado de São Paulo, 2001. (Coleção Clássicos IPRI – Livro online). Disponível em: https://funag.gov.br/loja/download/40-Vinte_Anos_de_Crise_-_1919-1939.pdf. Acesso em: 01 set. 2022.</p> <p>CASTRO, Thales. Teoria das relações internacionais. Brasília: FUNAG, 2012. (Livro online). Disponível em: https://funag.gov.br/loja/download/931-Teoria_das_Relacoes_Internacionais.pdf. Acesso em: 01 set. 2022.</p> <p>MORGENTHAU, Hans. A política entre as nações: a luta pelo poder e pela paz. São Paulo/Brasília: Imprensa Oficial do Estado de São Paulo/UnB/Instituto de Pesquisa de Relações Internacionais, 2003. (Coleção Clássicos IPRI – Livro online). Disponível em: https://funag.gov.br/loja/download/0179_politica_entre_as_nacoes.pdf. Acesso em: 01 set. 2022.</p> <p>ROUSSEAU, Jean-Jacques. Rousseau e as Relações Internacionais. São Paulo: Imprensa Oficial do Estado, 2003. (Coleção Clássicos IPRI – Livro online). Disponível em: https://funag.gov.br/loja/download/177-Rousseau_e_as_Relacoes_Internacionais.pdf. Acesso em: 01 set. 2022. ARON, Ra</p>		
REFERÊNCIAS COMPLEMENTARES.		
<p>BEDIM, Gilmar (Org.). Paradigmas das relações internacionais: idealismo – realismo – dependência – interdependência. Ijuí: Ed. Unijuí, 2000.</p>		



CARMO, Corival Alves do [et al] Org. **Relações internacionais: olhares cruzados.** Brasília: FUNAG, 2013. (Livro online). Disponível em: http://funag.gov.br/loja/download/1093-Relacoes_internacionais_olhares_cruzados.pdf. Acesso em: 01 set. 2022.

SARAIVA, José Flávio Sombra; CERVO, Amado Luiz. **O crescimento das Relações Internacionais no Brasil.** Brasília: Instituto Brasileiro de Relações Internacionais (IBRI), 2005. (Livro online). Disponível em: http://funag.gov.br/loja/download/265-Crescimento_das_Relacoes_Internacionais_no_Brasil_O.pdf. Acesso em: 01 set. 2022.
BEDI



Código	COMPONENTE CURRICULAR	Horas
GCH1027	NOVAS TECNOLOGIAS, MÍDIAS E EDUCAÇÃO	30
EMENTA		
Evolução histórica das tecnologias e mídias e suas influências na mudança do comportamento modal do homem e no processo da educação. Conceitos de Tecnologia da Informação e Comunicação. Novas tecnologias e mídias na mediação dos processos educativos escolares e não escolares. Recursos computacionais aplicados à educação à distância.		
OBJETIVO		
Identificar os desafios para o professor no contexto de utilização de novas tecnologias e mídias nos processos de ensino e aprendizagem.		
REFERÊNCIAS BÁSICAS		
MORAN, José Manuel, MASETTO, Marcos; BEHRENS, Marilda. Novas tecnologias e mediação pedagógica . 7 ed. São Paulo: Papirus, 2003.		
OROFINO, M. I. Mídias e mediação escolar : Administração dos meios, participação e visibilidade. São Paulo: Cortez, 2005.		
TAJRA. Sanmya Feitosa. Informática na educação . 7 ed. São Paulo: Érica, 2007.		
REFERÊNCIAS COMPLEMENTARES		
KENSKI, V. M educação e tecnologias : O novo ritmo da informação. Campinas: Papirus, 2007.		
LÉVY, P. Cibercultura . São Paulo: 34, 1999.		
SETTON, M. da G. Mídia e educação . São Paulo: Contexto, 2010.		



Código	COMPONENTE CURRICULAR	Horas
GEX136	ESTATÍSTICA ECONÔMICA E INTRODUÇÃO À ECONOMETRIA	60
EMENTA		
Introdução à Probabilidade. Distribuições Discretas de Probabilidade. Distribuições Contínuas de Probabilidade. Amostragens e Distribuições Amostrais. Intervalos de confiança e testes de hipóteses. Números índices. Análise de variância. Coeficiente de correlação.		
OBJETIVO		
Desenvolver os conceitos principais da estatística para análise de dados socioeconômicos e apresentar a análise de regressão como introdução ao estudo da econometria.		
REFERÊNCIAS BÁSICAS		
ANDERSON, D. R.; SWEENEY, D. J.; WILLIAMS, T. A. Estatística Aplicada à Administração e Economia . Stanford: Cengage Learning, 2013.		
HOFFMANN, R. Estatística para Economistas . 4 ed. Thomson: São Paulo, 2006.		
SARTORIS, A. Estatística e Introdução à Econometria . 2 ed. São Paulo: Saraiva, 2013.		
REFERÊNCIAS COMPLEMENTARES		
GUJARATI, D. N. Econometria Básica . 4 ed. São Paulo: Pearson Education do Brasil, 2006.		
MALBOUISSON, Cláudia; TIRYAKI, Gisele Ferreira. Econometria na prática . Rio de Janeiro: Alta Books, 2017.		



Código	COMPONENTE CURRICULAR	Horas
GCS0725	EDUCAÇÃO AMBIENTAL	60
EMENTA		
<p>Histórico da Educação Ambiental no Brasil e no mundo. Conceitos de Meio Ambiente, Sustentabilidade e de Educação Ambiental. Legislação. Fundamentos políticos e pedagógicos da educação ambiental. A educação ambiental formal e não formal, a interdisciplinaridade e transversalidade do tema (PCNs). Metodologias em educação ambiental. Possibilidades de Projetos de Educação Ambiental na formação do profissional da área ambiental.</p>		
OBJETIVO		
<p>Desenvolver o senso crítico dos discentes em relação a problemática ambiental</p>		
REFERÊNCIAS BÁSICAS		
<p>ANDRADE, K. M. A. B. Educação Ambiental: a formação continuada do professor. Jundiaí, SP: Paco Editorial, 2012.</p> <p>CECCON, S. Educação Ambiental Crítica e a Prática de Projetos. Instituto Paulo Freire, 2011. v. 3. Disponível em: http://www.acervo.paulofreire.org/handle/7891/3088. Acesso em: 01 set. 2022.</p> <p>DIAS, Genebaldo Freire. Educação ambiental: princípios e práticas. 9. ed. São Paulo: Gaia, 2004.</p> <p>SATO, Michèle; CARVALHO, Isabel Cristina de Moura (Org.). Educação ambiental: pesquisa e desafios. Porto Alegre: Artmed, 2005.</p> <p>SOUZA, N. M. Educação Ambiental editora Thex, 2010.</p> <p>SOUZA, Nelson Mello e. Educação ambiental: dilemas da prática contemporânea. Rio de Janeiro, RJ: Universidade Estácio de Sá, 2000.</p>		
REFERÊNCIAS COMPLEMENTARES		
<p>BOFF, Leonardo. Ecologia: grito da terra, grito dos pobres. São Paulo: Ática, 1995.</p> <p>BOFF, Leonardo. Saber cuidar: ética do humano –compaixão pela terra. 8 ed. Petrópolis: Vozes, 1999. 199p.</p> <p>BRASIL. Ministério da Educação e do Desporto. A implantação da educação ambiental no Brasil. Brasília: MEC, 1996. Disponível em: https://www.icmbio.gov.br/educacaoambiental/images/stories/biblioteca/educacao_ambiental/A_implanta%C3%A7%C3%A3o_da_EA_no_Brasil.pdf. Acesso em: 01 set. 2022.</p> <p>RUSCHEINSKY, A. (org.). Educação Ambiental: abordagens Múltiplas. 2 ed. Editora Penso, 2012. MINISTÉRIO</p>		



Código	COMPONENTE CURRICULAR	Horas
GCS379	MICROECONOMIA II	60
EMENTA		
Mercados perfeitamente competitivos. Monopólio e poder de monopólio. Concorrência monopolística. Modelos clássicos de oligopólio. Introdução à teoria dos jogos. Mercados para fatores de produção.		
OBJETIVOS		
Apresentar os modelos básicos de estrutura de mercado e de competição em equilíbrio parcial.		
REFERÊNCIAS BÁSICAS		
PINDYCK, R. S.; RUBINFELD, D. L. Microeconomia . 7 ed. São Paulo: Prentice Hall, 2010. xxiv, 647 p. ISBN 9788576052142		
MCGUIGAN, James R; MOYER, R. Charles; HARRIS, Frederick H. de. Economia de empresas: aplicações, estratégias e táticas . São Paulo: Cengage Learning, 2008. ISBN 85-221-0380-1.		
BAYE, Michael R. Economia de empresas e estratégias de negócios . 6. Porto Alegre ArtMed 2010 1 recurso online ISBN 9788563308634.		
MANKIW, N. G. Introdução à economia . São Paulo: Cengage Learning, 2009.		
VARIAN, H. R. Microeconomia: princípios básicos . 7 ed. Rio de Janeiro: Campus, 2006.		
REFERÊNCIAS COMPLEMENTARES		
TROSTER, R. L.; MOCHON, F. Introdução à Economia . São Paulo: Makron Books, 1999.		
KRUGMAN. P.; WELLS, R. Introdução à economia . Rio de Janeiro: Campus, 2007. 856 p. ISBN 9788535211085		
PASSOS, C. R. M.; NOGAMI, O. Princípios de economia . 4 ed. São Paulo: Pioneira Thomson Learning, 2003.		
VASCONCELLOS, M. A. S. Economia: micro e macro . 4 ed. São Paulo: Atlas, 2007.		



Código	COMPONENTE CURRICULAR	Horas
GCS406	MICROECONOMIA III	30
EMENTA		
Firma, suas funções e características. Dinâmica e conduta competitiva. Inovação e processo competitivo. Redes de empresas. Sistemas de inovação. Políticas e regulação dos mercados.		
OBJETIVOS		
Estudar o funcionamento dos mercados e o comportamento das empresas em condições de concorrência imperfeita, incluindo o papel do Estado no estímulo e regulação dos mercados.		
REFERÊNCIAS BÁSICAS		
KUPFER, David; HASENCLEVER, Lia. Economia industrial: fundamentos teóricos e práticas no Brasil . Rio de Janeiro: Campus, 2002. 640 p. ISBN 8535209085.		
NELSON, Richard R. As fontes do crescimento econômico . Campinas, SP: Editora da Unicamp, 2006. ISBN 85-268-0732-3		
PENROSE, Edith. A teoria do crescimento da firma . Campinas, SP: Editora da Unicamp, 2006. ISBN 85-268-0713-7		
GIOVANNI, Dosi. Mudança técnica e transformação industrial: a teoria e uma aplicação à indústria de semicondutores . Campinas, SP: Editora da Unicamp, 2006. ISBN 85-268-0733-1		
MAZZUCATO, Mariana. O estado empreendedor: desmascarando o mito do setor público vs. setor privado . São Paulo: Portfolio-Penguin, 2014. ISBN 978-85-8285-003-9		
REFERÊNCIAS COMPLEMENTARES		
FREEMAN, Chris; SOETE, Luc. A economia da inovação industrial . Campinas, SP: Editora da Unicamp, 2008. ISBN 85-268-0825-6		
NELSON, Richard R; WINTER, Sidnei G. Uma teoria evolucionária da mudança econômica . Campinas, SP: Editora da Unicamp, 2005. ISBN 85-268-0712-9		
BESANKO, D. A economia da estratégia . 5. Porto Alegre Bookman 2018 1 recurso online ISBN 9788540700581.		



Código	COMPONENTE CURRICULAR	Horas
GCS373	FUNDAMENTOS DA TEORIA ECONÔMICA	60
EMENTA		
Definição e objeto de estudo da Economia. Divisão do estudo da Economia. Relação da Economia com outras áreas do conhecimento. A teoria econômica enquanto ciência, técnica e ideologia. Breve histórico da ciência econômica. Fluxo circular de renda produto. O setor público. Economia de mercado: origens e destino da produção. O sistema financeiro. Sistemas econômicos. Relações econômicas internacionais. O profissional economista.		
OBJETIVO		
Introduzir ao acadêmico de Ciências Econômicas os elementos fundamentais do estudo da economia para a correta compreensão dos principais conceitos básicos da Ciência Econômica e da função e papel do economista na sociedade.		
REFERÊNCIAS BÁSICAS		
MANKIWI, N. Gregory. Introdução à economia . 5 ed. São Paulo: Pioneira, 2009. 838 p. PINHO, Diva Benevides; VASCONCELLOS, Marco Antônio Sandoval de; TONETO JÚNIOR, Rudinei (Org). Manual de economia . 6 ed. São Paulo: Saraiva, 2011. 670 p. ROSSETTI, José Paschoal. Introdução à economia . 20 ed. São Paulo: Atlas, 2003. 922 p. VASCONCELLOS, Marco Antonio Sandoval de. Economia: micro e macro . 5 ed. São Paulo: Atlas 2011. VICECONTI, Paulo Eduardo Vilchez; NEVES, Silvério das. Introdução à economia . 10 ed. rev. e amp. São Paulo: Frase, 2010. 704 p.		
REFERÊNCIAS COMPLEMENTARES		
BRUM, Argemiro J. O desenvolvimento econômico brasileiro . 27 ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2010. FEIJÓ, Ricardo Luis Chaves. História do pensamento econômico: de Lao Zi a Robert Lucas . 2 ed. São Paulo, SP: Atlas, 2007. 501 p. GASTALDI, J. P. Elementos de Economia Política . 19 ed. São Paulo: Saraiva, 2006. 480 p. 9788502048683. PASSOS, Carlos Roberto Martins; NOGAMI, Otto. Princípios de economia . 6 ed. rev. São Paulo: Cengage Learning, 2012. 670 p. SINGER, Paul. Introdução à economia solidária . São Paulo, SP: Fundação Perseu Abramo, 2002. 127 p.		



Código	COMPONENTE CURRICULAR	Horas
GCS389	ECONOMETRIA	60
EMENTA		
Natureza da análise de Regressão. Conceito de função de regressão populacional (FRP). Função de regressão amostral (FRA). Modelo de regressão de duas variáveis: estimação e inferência. Extensão do modelo de regressão linear de duas variáveis. Análise de Regressão múltipla: estimação e inferência. Modelos de regressão com variáveis binárias. Multicolinearidade. Heterocedasticidade. Autocorrelação. Modelagem econométrica.		
OBJETIVO		
O principal objetivo da disciplina Econometria é fornecer ao acadêmico o conhecimento básico sobre modelos econométricos (sua formulação, estimação e inferência estatística) no que diz respeito aos modelos de regressão simples\múltipla, modelos com variáveis binárias e aos problemas usuais dessa prática como o de autoregressividade e o de heterocedasticidade.		
REFERÊNCIAS BÁSICAS		
GUJARATI, D. Econometria Básica . trad. 4 ed. Rio de Janeiro: Campus, 2006. HOFFMANN, R.; VIEIRA, S. Análise de Regressão: Uma Introdução à Econometria . São Paulo: Hucitec, 1998. ISBN: 8527100231. Disponível em: https://repositorio.usp.br/bitstream/handle/BDPI/48616/REGRESS.pdf?sequence=5&isAllowed=y . Acesso em: 02 set. 2022. MYNBAEV, K.; LEMOS, A. Manual de Econometria . Rio de Janeiro: FGV, 2004.		
REFERÊNCIAS COMPLEMENTARES		
HILL, R. Carter, GRIFFITHS, William E, JUDGE, George G. Econometria . São Paulo: VSaraiva, 2003. 2.ed. MALBOUISSON, Cláudia; TIRYAKI, Gisele Ferreira. Econometria na prática . Rio de Janeiro: Alta Books, 2017. STOCK, J.; WATSON, M. Econometria . São Paulo: Pearson, 2004. WOOLDRIDGE, J. M. Introdução à econometria: uma abordagem moderna . São Paulo: Thomson-Pioneira, 2010.		



Código	COMPONENTE CURRICULAR	Horas
GEX094	MATEMÁTICA FINANCEIRA	60
EMENTA		
Capitalizações simples e composta. Descontos simples e compostos. Rendas certas. Rendas variáveis. Equivalência de capitais. Noções de análise de investimento (TIR, VPL, pay-back e outros métodos). Correção monetária. Amortização de empréstimos.		
OBJETIVO		
Apresentar a composição do cálculo financeiro e os impactos relacionados às variações decorrentes da forma de capitalização, taxas e períodos em operações financeiras, possibilitando assim instrumentalizar o acadêmico para a tomada de decisões de âmbito financeiro.		
REFERÊNCIAS BÁSICAS		
ASSAF NETO, Alexandre. Matemática financeira e suas aplicações . 12 ed. São Paulo: Atlas, 2012.		
BRUNI, Adriano Leal, FAMÁ, Rubens. Matemática financeira com HP12C e EXCEL . 5 ed. São Paulo: Atlas, 2008.		
HAZZAN, S.; POMPEO, J. N. Matemática financeira . 7 ed. São Paulo: Saraiva, 2014.		
MATHIAS, W. Franco; GOMES, J. Maria. Matemática financeira . 6 ed. São Paulo: Atlas, 2009.		
PUCCINI, A. de L. Matemática financeira: objetiva e aplicada . 9 ed. São Paulo: Saraiva, 2011.		
SAMANEZ, Carlos Patrício. Matemática financeira: aplicações à análise de investimentos . 5 ed. São Paulo: Prentice Hall, 2010.		
REFERÊNCIAS COMPLEMENTARES		
BERK, Jonathan. Finanças empresariais: essencial . Porto Alegre: Bookman, 2010.		
CASAROTTO FILHO, N.; KOPITKE, B. H. Análise de investimentos: matemática financeira, engenharia econômica, tomada de decisão, estratégia empresarial . 11 ed. São Paulo: Atlas, 2010.		
CASTANHEIRA, Nelson Pereira; MACEDO, Luiz Roberto Dias de. Matemática financeira aplicada . Curitiba, PR: Intersaberes, 2012.		
CASTELO BRANCO, Anísio Costa. Matemática financeira aplicada: Método Algébrico, HP-12C, Microsoft Excel . 3.ed. São Paulo: Thomson Learning, 2011.		
IEZZI, G.; HAZZAN, S.; DEGENSZAJN, D. Fundamentos de matemática elementar: matemática comercial, matemática financeira e estatística descritiva . 2 ed. São Paulo: Atual, 2013. vol. 11.		
LAPPONI, J. C. Matemática financeira . 2.ed. São Paulo: Laponi Treinamento e Editora, 2014.		



SILVA, André C. da. **Matemática financeira aplicada**. 3 ed. São Paulo: Atlas, 2010.

VERAS, Lília L. **Matemática financeira**. 6.ed. São Paulo: Atlas, 2007.

TOSI, Armando José. **Matemática financeira com ênfase em produtos bancários**. 4. São Paulo: Atlas, 2015.

VERAS, Lília L. **Matemática financeira**: uso de calculadoras financeiras, aplicações ao mercado financeiro, introdução à engenharia econômica, mais de 300 exercícios resolvidos e propostos com respostas. 6 ed. São Paulo: Atlas, 2007.



Código	COMPONENTE CURRICULAR	Horas
GCS056	ADMINISTRAÇÃO E ANÁLISE DE PROJETOS	60
EMENTA		
<p>Conceituação e classificação de projetos. Etapas na elaboração de projetos. Estrutura do projeto. Fundamentos da Gestão de Projetos. Gerenciamento de “Stakeholders”. Prazos, qualidade, escopo, custos, recursos humanos, recursos materiais em projetos.</p> <p>Avaliação social de projetos. Análise de projetos. Análise de risco e viabilidade. Relação com o meio ambiente. Gestão da implantação de projetos. Tópicos avançados em Gestão de Projetos. Tecnologia em projetos. Introdução a softwares em projetos.</p>		
OBJETIVO		
<p>Demonstrar as principais técnicas e ferramentas necessárias para a elaboração e avaliação de projetos. Capacitar o acadêmico com relação à análise de investimentos, captação de recursos e viabilidade econômico-financeira do projeto em questão, proporcionando maior eficiência no uso de recursos públicos e privados, garantindo maior sustentabilidade aos processos produtivos.</p>		
REFERÊNCIAS BÁSICAS		
<p>BUARQUE, C. Avaliação econômica de projetos. Rio de Janeiro: Campus, 1991.</p> <p>CONTADOR, Claudio Roberto. Projetos sociais: benefícios e custos sociais, valor dos recursos naturais, impacto ambiental, externalidades. 5. ed. São Paulo, SP: Atlas, 2014.</p> <p>DINSMORE, Paul Campbell,; CAVALIERI, Adriane (Org). Como se tornar um profissional em gerenciamento de projetos: livro - base de 'preparação para certificação PMP (R) - Project management professional'. 4. ed., rev. e ampl. Rio de Janeiro: Qualitymark, 2011.</p> <p>DUFUMIER, M. Projetos de desenvolvimento agrícola: : manual para especialistas. Salvador: EDUFBA, 2007. Disponível em: https://repositorio.ufba.br/bitstream/ri/22672/1/ProjetosDeDesenvolvimentoAgr%c3%adcolaManualParaEspecialistas_MarcDufumier.pdf. Acesso em: 29 ago. 2022.</p> <p>MAXIMIANO, A. C. A. Administração de Projetos: como transformar ideias em resultados projetos. São Paulo: Atlas, 2002.</p> <p>KEELLING, Ralph. Gestão de projetos: uma abordagem global. São Paulo: Saraiva, 2002.</p>		
REFERÊNCIAS COMPLEMENTARES		
<p>SILVA NETO, B.; CALEGARO, S. Agricultura e desenvolvimento de atividades não agrícolas em municípios rurais: uma análise da dinâmica macroeconômica de Coronel Barros-RS. Indicadores Econômicos FEE, v. 32, n. 3, p. 177-200, nov. 2004. Disponível em: https://revistas.planejamento.rs.gov.br/index.php/indicadores/article/view/428. Acesso em: 29 ago. 2022</p>		



SILVA, Newton José Rodrigues da. **Dinâmicas de desenvolvimento da piscicultura e políticas públicas**: análise dos casos do Vale do Ribeira (SP) e do Alto Vale do Itajaí (SC). São Paulo: UNESP, 2008. 240 p.

KERZNER, H. **Gestão de projetos**: as melhores práticas. São Paulo: Bookman, 2000.

KERZNER, H. **Gestão de projetos**. São Paulo: Bookman, 2000.

MEREDITH, J. R. **Administração de projetos**: uma abordagem gerencial. 4 ed. São Paulo: LTC, 2003. VALERIANO, D. **Gerenciamento estratégico e administração por projetos**. Rio de Janeiro: Makron, 2001.

VALLE, A. B. do et al. **Fundamentos do gerenciamento de projetos**. 1 ed. Rio de Janeiro: FGV, 2007.



Código	COMPONENTE CURRICULAR	Horas
GCS073	TEORIA COOPERATIVISTA	60
EMENTA		
<p>Formas primitivas e tradicionais de cooperação. Bases doutrinárias e filosóficas do cooperativismo. Surgimento do cooperativismo moderno. Experiências cooperativas no Brasil e no mundo: lições, desafios e significado socioeconômico. A emergência da economia solidária. Experiências históricas e contemporâneas. Potencialidades e limites da Economia solidária.</p>		
OBJETIVO		
<p>Conhecer e compreender as bases filosóficas e doutrinárias do cooperativismo e da Economia Solidária no mundo e no Brasil, visando identificar aspectos-chave para a criação e consolidação de experiências cooperativas e associativas.</p>		
REFERÊNCIAS BÁSICAS		
<p>BOBBIO, N. Ensaio sobre Gramsci e o conceito de sociedade civil. São Paulo: Paz e Terra, 1999.</p> <p>CARNOY, M. Estado e teoria política. 6 ed. Campinas: Papyrus, 2000.</p> <p>CRUZIO, Helnon de Oliveira. Cooperativas em rede e autogestão do conhecimento. 1 ed. Fundação Getúlio Vargas, 2006.</p> <p>CRUZIO, Helnon de Oliveira. Cooperativas em rede e autogestão do conhecimento: o trabalho flexível em torno de processos, sob habilidades e equipes. , RJ: 1 ed. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 2006.</p>		
REFERÊNCIAS COMPLEMENTARES		
<p>ASSMANN, Hugo; MOSUNG, Jung. Competência e sensibilidade solidária: educar para a esperança. Petrópolis: Vozes, 2000.</p> <p>BARBOSA, Rosângela N. A economia solidária como política pública. Uma tendência de geração de renda e ressignificação do trabalho no Brasil. São Paulo: Cortez, 2007.</p> <p>DIAZ BORDENAVE, Juan E. O que é participação. 4 ed. São Paulo: Brasiliense, 1986. 84 p.</p> <p>FARIA, J. H. Gestão Participativa: relações de poder e de trabalho nas organizações. 1 ed. São Paulo: Atlas, 2009. v. 1. 407 p.</p> <p>GAIGER, L. I. Sentidos e experiências da economia solidária no Brasil. Porto Alegre: UFRGS, 2004.</p> <p>MLADENATZ, Gromoslav. História das doutrinas cooperativistas. Brasília: Confedbras, 2003.</p> <p>SANTOS, Boaventura S. (Org.). Produzir para viver: os caminhos da produção não capitalista. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002.</p> <p>TEVOEDJRE, Albert. A pobreza, riqueza dos povos: a transformação pela solidariedade. São Paulo: Cidade Nova, 1981.</p>		



KUBITZA, F.; ONO, E. A. **Projetos Aquícolas: Planejamento e Avaliação Econômica**. 1 ed. Jundiaí: Fernando Kubitza, 2004. 79 p.

YUNUS, Muhammad. **Um mundo sem pobreza: a empresa social e o futuro do capitalismo**. São Paulo: Ática, 2009.



9 PROCESSO DE AVALIAÇÃO DO ENSINO E APRENDIZAGEM

A avaliação do processo de ensino e aprendizagem observará tanto a dinâmica curricular do curso quanto os caminhos pelos quais se realizam as relações de aprendizagem e de desenvolvimento do perfil de egresso desejado. Em diálogo com o Regulamento da Graduação da UFFS (Resolução Nº 4/CONSUNICGRAD/UFFS/2014, alterada pela Res. Nº 9/CONSUNI/CGAE/UFFS/2018 e pela Resolução nº 40/CONSUNI/CGAE/2022), os processos de avaliação do ensino e da aprendizagem observarão o caráter diagnóstico, processual, contínuo e cumulativo, formativo e retroalimentador da avaliação. Dessa forma, serão atualizados durante e posterior à sua formação.

Do ponto de vista epistemológico, a avaliação no Curso de Administração da UFFS – *Campus* de Laranjeiras do Sul, é compreendida como importante momento de aprendizagem que ocorre de forma contínua por todo o processo permitindo ao acadêmico e ao docente reconstruir o percurso ao longo da formação.

Estruturado a partir das premissas do Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI) da UFFS, os processos avaliativos atendem a normatização específica da UFFS e são desenvolvidos para acompanhamento do desempenho acadêmico e, ao mesmo tempo, subsidiam decisões relacionadas às estratégias do curso e seus caminhos. Ainda que as normativas estabeleçam critérios gerais para avaliação, ela também é flexível e permite aos professores realizar o processo de avaliação a partir de três formas que se complementam epistemologicamente, são elas: diagnóstica, formativa e somativa.

A avaliação diagnóstica permite aos professores compreender o perfil dos estudantes permitindo orientar a prática pedagógica do curso de Administração. Essa avaliação ocorre a partir da coleta de dados sobre o perfil dos estudantes em termos de questões socioeconômicas, de acesso à tecnologia, de conhecimentos gerais e de informática necessários à realização do curso. Tais informações são coletadas a partir de instrumentos que são apresentados aos estudantes já no momento da seleção, como o questionário socioeconômico. Entretanto, outras formas de realização de avaliação diagnóstica são utilizadas pelos professores com interação logo a partir do início das aulas pelo “Formulário de perfil profissional e de estilos de aprendizagem” (ANEXO VII) e ao decorrer do curso por instrumentos como esse formulário, possível de ser aprimorado sempre antes de sua aplicação, e outros a serem elaborados.



Ainda sobre a avaliação diagnóstica, é importante frisar o papel da coordenação, do Núcleo Docente Estruturante (NDE) e das reuniões do curso, com apoio de todos os professores do curso, técnico-administrativos e dos representantes dos acadêmicos, nas quais muitos aspectos das dificuldades dos acadêmicos são discutidos, permitindo reflexão e mudanças nas estratégias pedagógicas e, conseqüentemente, na relação ensino-aprendizagem.

Já a avaliação formativa se dará a partir da observação do desempenho individual dos acadêmicos, buscando compreender quais dificuldades se apresentam pelos estudantes para seu processo de aprendizagem, permitindo assim, intervenções pedagógicas individuais. Assim, o aluno será capaz de compreender suas dificuldades em termos de seu próprio processo de aprendizagem e da sua capacidade cognitiva. A avaliação contínua e cumulativa considera a avaliação como prática constante e articulada; por fim, a avaliação dos processos de ensino e aprendizagem também será retroalimentadora do próprio processo, a fim de se qualificarem as práticas pedagógicas acumuladas e adotadas, seja por meio de coleta de dados presencial ou *online*. Espera-se a apresentação e a discussão desses dados de forma impessoal aos interessados pelo curso.

A avaliação do processo ensino-aprendizagem no curso de graduação em Administração, *Campus* de Laranjeiras do Sul deverá: ser concebida como um elemento interligado aos demais, que constituem o processo ensino-aprendizagem; ser processual, portanto contínua e diagnóstica, subsidiando a tomada de decisão a partir dos indicadores do desempenho acadêmico; fundamentar-se em critérios claros, previamente definidos nos Planos de Curso, e devidamente dialogados com os estudantes, consoante aos objetivos previstos por este PPC; e apresentar resultados parciais ao longo do semestre que deverão ser acompanhados pelos estudantes.

A avaliação da aprendizagem dos estudantes matriculados nos cursos de graduação da UFFS será realizada levando-se em consideração a frequência e o aproveitamento nos estudos por cada um dos componentes curriculares.

A frequência do estudante por Componente Curricular Regulares (CCR) ou outras atividades curriculares deverá ser de, no mínimo, 75% (setenta e cinco), cabendo ao professor o registro da mesma.

A verificação do alcance dos objetivos previstos nos Planos de Curso, a cada CCR, será realizada por meio da aplicação de diferentes instrumentos de avaliação, resultando ao registro de, pelo menos, 2 (duas) Unidades Parciais (NP). A aprovação do estudante a cada CCR ou atividade curricular se vincula à frequência igual ou superior a 75% (setenta e cinco),



e ao alcance da Nota Final, igual ou superior a 6,0 (seis vírgula zero) pontos. O registro do desempenho dos estudantes, em cada CCR e, onde couber, aos demais CCR's, será efetivado pela atribuição de notas de 0,0 (zero vírgula zero) a 10,0 (dez vírgula zero), em escala decimal.

Antes da aplicação de cada instrumento de avaliação, o docente deverá estabelecer e divulgar os critérios que serão utilizados para a correção, bem como o peso de cada questão ou atividade. Se o resultado das notas parciais for inferior ao mínimo estabelecido para a aprovação do estudante, o professor deverá oferecer novas oportunidades de aprendizagem e avaliação, previstas pelo Plano de Curso, antes de seu registro no diário de classe.

No que se refere à acessibilidade, o curso de Administração disponibiliza diferentes estratégias de acompanhamento aos discentes com dificuldades de aprendizagem, contemplando ações de acolhimento e permanência, acessibilidade metodológica e instrumental, monitoria, bem como apoio psicopedagógico:

1. Ações de acolhimento e permanência: É previsto no Plano de Curso de cada CCR ofertado no curso, um horário específico de atendimento individual do professor ao aluno. Além desta ação realizada por meio dos CCR's ofertados, a formação docente para o melhor atendimento ao aluno é atendida pelo Núcleo de Apoio Pedagógico (NAP) do *Campus*, em parceria com o Setor de Acessibilidade. O NAP promove uma série de atividades que envolvem a capacitação dos docentes, além das demandas específicas de cada curso, realizadas a fim de atender as necessidades levantadas pelo órgão colegiado. Cabe ressaltar também o papel do Setor de Assistência Estudantil - SAE-LS, setor do *Campus* que presta apoio direto aos acadêmicos desenvolvendo ações que buscam o seu bem-estar e permanência na universidade, por meio de uma equipe multiprofissional composta por: Assistente Social, Psicólogo, Técnico em Assuntos Educacionais e Pedagogo.
2. Acessibilidade metodológica e instrumental: Além do atendimento individual ao discente previsto no Plano de Curso do CCR, a acessibilidade metodológica e instrumental é intermediada pelo Núcleo de Acessibilidade do *Campus*, para os discentes que necessitem de atendimento especializado. Este Núcleo está presente em todos os *Campus* da UFFS, e atua por meio do Setor de Acessibilidade. Dentre as suas atribuições estão a de propor e promover ações que visem eliminar barreiras físicas, de comunicação e de informação que restringem a participação e o desenvolvimento acadêmico e profissional e, ainda, proporcionar apoio didático-



pedagógico aos docentes e discentes nos processos de ensino e aprendizagem. É neste setor que atua a intérprete de LIBRAS.

3. Monitorias: A UFFS oferta anualmente editais para o Programa de Monitorias, considerada uma modalidade de ensino e aprendizagem que contribui com a formação do acadêmico e integra as atividades de ensino, pesquisa e extensão dos cursos de graduação.
4. Acompanhamento psicopedagógico: O acompanhamento psicopedagógico é realizado por meio da ASSAE-LS, que presta apoio aos discentes, oferecendo orientação psicológica e pedagógica para àqueles com dificuldade nos processos de aprendizagem.



10 PROCESSO DE GESTÃO DO CURSO

10.1.1 O papel do Coordenador do Curso e do Colegiado

Ao coordenador cabe a função de promover a supervisão didática e organizacional do curso de Administração, bem como, promover a harmonia entre o corpo docente e discente do curso, atuando com espírito integrador e democrático, consonante ao regulamento da Graduação da UFFS. Especificamente no que tange à supervisão didática e organizacional do curso, cabe ao coordenador a condução do processo de elaboração, revisão e execução do PPC, bem como, a avaliação e acompanhamento pedagógico da sua implementação. A promoção e regularidade das avaliações internas do curso abrange docentes, discentes, coordenação e secretaria do curso.

Dentre as funções do coordenador, destaca-se: atuar como um representante dos colegas frente ao Conselho de *Campus*; articular a relação professor e aluno e intermediá-la por situações específicas; propor orientações e ações de desenvolvimento dos planos de curso; prestar assistência didático-pedagógica aos docentes, principalmente em casos particulares de dificuldades de aprendizagem dos discentes; promover a harmonia entre o colegiado e o corpo discente.

Referente à gestão e acompanhamento do corpo discente, cabe ao coordenador, dentre outras atividades: recepcionar os alunos calouros, acolhendo e esclarecendo as particularidades da estrutura institucional e formativa do ensino superior e do curso de Administração; incentivar a participação dos alunos em projeto de pesquisa, de extensão e de monitorias; estimular a permanência do acadêmico no ambiente universitário; promover condições para a realização das Atividades Curriculares Complementares; ser um elo entre as empresas, cooperativas, agroindústrias, e Organizações Não Governamentais da região e os discentes, possibilitando a condução de trabalhos conjuntos e a realização de estágios; divulgar, estimular e esclarecer aos alunos concluintes, em situação de aplicação, sobre o Exame Nacional de Desempenho de Estudantes (Enade).

Ao que tange a gestão do curso e da secretaria do curso, considera-se como papel do coordenador: possibilitar o desenvolvimento e acompanhar os resultados das políticas e práticas pedagógicas do curso; promover semestralmente a avaliação interna do curso; conduzir as atividades do colegiado e do NDE do curso; propor e coordenar estudos referentes ao desempenho dos discentes e a evasão escolar; cuidar dos aspectos organizacionais do



ensino, supervisionando atividades pedagógicas e curriculares; contribuir e verificar junto à secretaria a organização dos dados, documentos e registros referentes à condução das atividades do curso.

A coordenação do curso é constituída pelo coordenador e o coordenador adjunto, sendo a sua eleição conduzida conforme previsto no Regulamento da Graduação da UFFS (aprovado pela Resolução Nº 40/CONSUNI CGAE/UFFS/2022, que altera a Resolução nº 4/2014-CONSUNI/CGRAD), mediante regras estabelecidas pelo colegiado do curso.

O Colegiado do Curso é o órgão com função normativa, deliberativa e consultiva do planejamento acadêmico concernente às atividades de pesquisa, ensino e extensão. Conforme indicador 2.12 do instrumento de avaliação de cursos do INEP, a atuação do Colegiado de Curso, visando a excelência de suas práticas, deve considerar, cumulativamente: a atuação, institucionalização, representatividade dos segmentos, periodicidade, devido registro e fluxo de encaminhamento de decisões e realização de avaliação periódica sobre seu desempenho.

As demais normas de composição e funcionamento do Colegiado do Curso de Administração estão previstas no seu Regimento Interno e consoantes com o regulamento da Graduação da UFFS.

10.1.2 Núcleo Docente Estruturante do Curso (NDE)

O Núcleo Docente Estruturante NDE foi um conceito criado pela Portaria Nº 147/MEC, de 2 de fevereiro de 2007, com o intuito de qualificar o envolvimento docente no processo de concepção e consolidação de um curso de graduação. O NDE possui atribuições acadêmicas de acompanhamento do Curso, com atuação no processo de concepção, consolidação e contínua atualização do Projeto Pedagógico do Curso (Inciso IV do Art. 2º). É uma Instância colegiada e interdisciplinar, tem suas atribuições definidas pela referida Portaria e vincula-se à Coordenação do Curso. Em conformidade com o da referida portaria, o NDE do Curso de Bacharelado em Administração da UFFS é composto por professores: a) com titulação em nível de pós-graduação *stricto sensu*; b) contratados em regime de trabalho que assegure preferencialmente dedicação plena ao curso; e c) com experiência docente.

O NDE é constituído por um mínimo de cinco professores com Dedicção Exclusiva, todos membros do Corpo Docente do Curso, sob a presidência nata do Coordenador do Curso e tem as seguintes atribuições: a) Contribuir para a consolidação do perfil profissional do egresso do curso; b) Zelar pela integração curricular interdisciplinar entre as diferentes



atividades de ensino constantes no currículo; c) Indicar formas de incentivo ao desenvolvimento de linhas de pesquisa e extensão, oriundas de necessidades da graduação, de exigências do mercado de trabalho e afinadas com as políticas públicas relativas à área de conhecimento do curso; d) Zelar pelo cumprimento das Diretrizes Curriculares Nacionais do Curso de Graduação em Administração; e) Coordenar as atividades de avaliação do Projeto Pedagógico do Curso.

Conforme a Resolução CONAES Nº 01, de 17 de junho de 2010 e a resolução interna da UFFS (Resolução Nº 1/2011 – CONSUNI/CGRAD), o Núcleo Docente Estruturante do curso será composto por docentes indicados pelo colegiado de curso, devendo, estes, “ministrar, pelo menos, uma disciplina a cada ano no curso” (caput do Art. 4º da Res. Nº 1/2011–CONSUNI/CGRAD) e terá, em sua composição, conforme §1º da mesma resolução:

- a) no mínimo 5 (cinco) professores, pertencentes ao Domínio Específico do curso - dentre eles o Coordenador -, que tenham experiência de trabalho docente, atuação pela extensão, pela cultura, pela a pesquisa e pela produção acadêmica na área;
- b) 1 (um) docente do Domínio Comum;
- c) 1 (um) docente do Domínio Conexo.

O Critério para ser considerado “curso de excelência” pelo INEP sobre a composição do NDE considera, que este deva possuir no mínimo 5 docentes do curso; seus membros atuem por regime de tempo integral (mínimo de 20% em tempo integral); pelo menos 60% de seus membros possuírem titulação *stricto sensu*; ter o coordenador de curso como integrante; atuar pelo acompanhamento, pela consolidação e pela atualização do PPC, realizando estudos e atualização periódica, verificando o impacto do sistema de avaliação de aprendizagem na formação do estudante e analisando a adequação do perfil do egresso, considerando as DCNs e as novas demandas do mundo do trabalho; e manter parte de seus membros desde o último ato regulatório.

Por fim, a operacionalização do processo de planejamento, a elaboração e aprovação dos planos de curso estará a cargo dos professores. Esses terão como base os ementários desenvolvidos pelo NDE, aprovados pelo colegiado e formalizados pelo Projeto Pedagógico do Curso. Os planos de curso devem ser apresentados logo pelo primeiro dia de aula, compactuados com a turma discente, aprovados via colegiado e publicados pelo docente, pelos meios digitais necessários.



11 AUTOAVALIAÇÃO DO CURSO

A avaliação do Curso de Graduação em Administração – Bacharelado e do desempenho dos estudantes dar-se-á, prioritariamente, pela Avaliação Institucional. Essa avaliação na UFFS será desenvolvida por três processos, a saber:

a) Avaliação Institucional: também denominada de autoavaliação será coordenada pela Comissão Própria de Avaliação – CPA, criada e constituída institucionalmente a partir do que estabelece a Lei Nº 10.861, de 14 de abril de 2004. Orientada pelas diretrizes e pelo roteiro de autoavaliação institucional, propostos pela Comissão Nacional de Avaliação da Educação Superior – CONAES, bem como por instrumentos próprios que contemplem as especificidades da Universidade, essa comissão acompanhará as atividades desenvolvidas pelo curso, assim como o desempenho dos estudantes.

b) Avaliação externa: realizada por comissões de especialistas, designadas pelo INEP e que tem como referência os padrões de qualidade para a Educação Superior, expressos nos instrumentos de avaliação oficial do Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior – SINAES.

c) Autoavaliação do curso: o próprio curso possuirá uma comissão de professores do curso de forma a acompanhar os alunos e os egressos do curso. Uma das formas de avaliação é o Formulário de Perfil Profissional e de Estilos de Aprendizagem do ANEXO VII.

Para essa etapa, o curso disponibilizará os relatórios com os resultados das autoavaliações, sistematicamente aplicadas a todos os segmentos (discentes, docentes e técnico-administrativos) envolvidos nas atividades semestrais. No conjunto, esses processos avaliativos constituirão um sistema que permitirá a visualização integrada das diversas dimensões enfocadas pelos instrumentos aplicados, oferecendo elementos à reflexão, à análise e ao planejamento institucional, visando subsidiar o alcance dos objetivos estabelecidos pelo curso. Não obstante estes dois processos, o Curso de Graduação em Administração também fará sua própria autoavaliação. O curso conta com uma comissão composta por membros docentes, discentes e técnicos-administrativos em educação com o objetivo de avaliar e mensurar, anualmente, a qualidade de itens, como corpo docente, perfil do corpo discente, estrutura física dos ambientes utilizados para as atividades do Curso, acervo bibliográfico, atividades e projetos de ensino, pesquisa e extensão e a integração curso-universidade-comunidade. A realização de seminários anuais de avaliação das práticas do curso e do seu



PPC serão tarefas prioritárias, cuja realização se fará articulada com a Comissão de Avaliação Interna em diálogo com a Comissão Permanente de Avaliação (CPA) da UFFS.

A forma de ser aplicada a autoavaliação do curso será discutida, coletada e utilizada para identificar, precocemente, o estudante em provável evasão e ações para minimizar a evasão no curso visando o aprimoramento do curso. Tal aplicação será sempre aprimorada de acordo com a realidade de cada turma, periodicamente.

11.1 Da comissão de autoavaliação

No início de cada ano letivo, uma comissão fará a autoavaliação do Curso, referente ao ano letivo anterior. Designada em reunião do Colegiado, a comissão de autoavaliação terá como membros, obrigatoriamente:

- a) A pessoa responsável pela Coordenação do Curso, atuando na presidência da comissão;
- b) No mínimo dois membros docentes, que ministraram CCR's pelo Curso ao ano de avaliação;
- c) No mínimo, dois discentes com matrícula ativa no Curso, tanto no ano vigente quanto no ano de avaliação;
- d) No mínimo, um técnico-administrativo em educação que desempenhe atividades direta ou indiretamente relacionadas ao Curso;

Também está prevista a participação de membros da comunidade externa na comissão de autoavaliação do Curso.

São atribuições da Comissão de Autoavaliação:

- a) Reunir-se ordinária e extraordinariamente para discutir assuntos relacionados à autoavaliação;
- b) Elaborar o instrumento de autoavaliação, que deverá ser composto por questões abertas e/ou objetivas, bem como suas técnicas de aplicação;
- c) Apresentar ao Colegiado do Curso o instrumento de autoavaliação proposto e suas técnicas de aplicação;
- d) Após a aplicação do questionário, sistematizar percentualmente as informações coletadas;
- e) Produzir o relatório de autoavaliação anual a ser registrado digitalmente;
- f) Apresentar ao Colegiado do Curso o relatório de autoavaliação;



- g) Apresentar, em forma de seminário, o relatório de autoavaliação, para que acadêmicos, docentes, técnicos-administrativos em educação e demais membros da comunidade acadêmica possam ter acesso e dialogar sobre o assunto.

11.2 Do Relatório de autoavaliação do Curso

O relatório de autoavaliação, produzido anualmente pela comissão responsável, é um documento que servirá como instrumento de planejamento e indução à promoção da qualidade do curso. O Relatório de Autoavaliação será produzido atendendo determinação do Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior (SINAES), consistindo num instrumento que aponte as fragilidades e potencialidades institucionais e, como tal, pode ser uma importante ferramenta de gestão, visando a melhoria da qualidade do curso. Em consonância com os critérios estipulados pela Diretora de Avaliação da Educação Superior – DAES do INEP, as dimensões de avaliação do curso são as seguintes:

DIMENSÃO 1: ORGANIZAÇÃO DIDÁTICO-PEDAGÓGICA

Políticas institucionais no âmbito do curso; Objetivos do curso; Perfil profissional do egresso; Estrutura curricular; Conteúdos curriculares; Metodologia do curso; Estágio curricular supervisionado; Atividades complementares; Trabalhos de conclusão de curso; Apoio ao discente; Gestão do curso e os processos de avaliação interna e externa; Tecnologias de Informação e comunicação ao processo ensino-aprendizagem; Ambiente Virtual de Aprendizagem; Material didático; Procedimentos de acompanhamento e de avaliação dos processos de ensino-aprendizagem; Número de vagas; Integração com as redes públicas de ensino; Integração do curso com o sistema local e regional do CRA – Conselho Regional de Administração. Contempla-se aqui a autoavaliação do curso em relação a inserção da extensão e cultura ao currículo e aos objetivos. Destacando ainda que a inserção da extensão e da cultura visam colaborar com busca e adesão do estudante pelo curso (Art. 22 da Resolução nº 93/CONSUNI/UFFS/2021).

DIMENSÃO 2: CORPO DOCENTE

Núcleo Docente Estruturante – NDE; Equipe multidisciplinar; Atuação do (a) coordenador (a); Regime de trabalho(a) do coordenador (a) de curso; Corpo docente: titulação; Regime de trabalho do corpo docente do curso; Experiência profissional do docente; Experiência no exercício da docência superior; Experiência e/ou capacitação ao exercício da



docência da educação a distância; Atuação do colegiado de curso ou equivalente; Titulação e formação do corpo de tutores do curso; Experiência do corpo de tutores em educação a distância; Interação entre alunos e docentes (presenciais – quando for o caso – e a distância), docentes e coordenadores de curso a distância; Produção científica, cultural, artística ou tecnológica.

DIMENSÃO 3: INFRAESTRUTURA DO CURSO

Salas de aula; Biblioteca; Equipamentos audiovisuais; salas para professores, coletivas e individuais; salas de estudo; lanchonete, restaurante; espaços culturais; estacionamento; acesso ao transporte coletivo; acesso à internet.; etc.



12 ARTICULAÇÃO ENTRE ENSINO, PESQUISA E EXTENSÃO

A articulação entre ensino, pesquisa e extensão é essencial para o Curso de Administração, pois atuará de acordo com o PDI, que estabelece que:

O princípio diz respeito, sobretudo, à articulação dialética entre a teoria e a prática para construir um fazer acadêmico socialmente relevante. Contrapõe-se à operacionalização e à massificação da Universidade que resulta na degradação do Ensino, na mercantilização da Pesquisa e na funcionalização da Extensão. (PDI, 2019-2023).

Essa articulação no curso de Administração visa promover uma relação transformadora entre a UFFS e a sociedade, ao diálogo entre saberes, democratização do conhecimento acadêmico, a interdisciplinaridade e a participação da comunidade na construção da Universidade, bem como a participação da Universidade no desenvolvimento regional.

A intervenção na realidade social se concretiza por meio das práticas realizadas no ensino, pesquisa e extensão, atuando de maneira engajada com compromisso pela superação dos desafios impostos aos profissionais da Administração. Estudantes e professores poderão interagir para aprender, ensinar e formar profissionais e cidadãos comprometidos.

O contexto do ensino na instituição se concretiza pelas aulas, debates, palestras, seminários etc., a ação dos professores será, notadamente, a de interagir, dialogar, propor questionamentos, socializar, examinar criticamente saberes, mostrar caminhos possíveis aos alunos e orientá-los na descoberta de seus próprios caminhos para a aprendizagem do novo e para a reflexão. O contexto das DCNs exige que a instituição realize o aprimoramento do ensino de forma constante, para que o aluno fique preparado para o mercado de trabalho sem deixar de observar os contextos regionais.

Conforme demonstrado no capítulo 8, a relação entre ensino extensão e cultura será aproximada pela inserção da carga horária semestral, assim como a pesquisa estará inserida nas atividades integradas de ensino, no estágio e trabalhos de conclusão de curso. Essa articulação permite que o trabalho seja desenvolvido de forma clara, objetiva e integrada, onde os atores do processo serão fundamentais para o desenvolvimento do curso e da construção de conhecimento.

A articulação do ensino, da pesquisa e da extensão pela Administração, considera o potencial de desenvolver pessoas com capacidades como: I – Integrar conhecimentos fundamentais ao Administrador – Para além de apenas deter conhecimentos fundamentais, o egresso deve ser capaz de integrá-los para criar ou aprimorar de forma inovadora os modelos de negócios, de operacionais e organizacionais, para que sejam sustentáveis nas dimensões



sociais, ambientais, econômicas e culturais. Entre os conhecimentos fundamentais incluem-se os de Economia, Finanças, Contabilidade, Marketing, Operações e Cadeia de Suprimentos, Comportamento Humano e Organizacional, Ciências Sociais e Humanas e outros que sirvam às especificidades do curso. II – Abordar problemas e oportunidades de forma sistêmica; III – Analisar e resolver problemas; IV – Aplicar técnicas analíticas e quantitativas na análise de problemas e oportunidades; V – Ter prontidão tecnológica e pensamento computacional; VI – Gerenciar recursos; VII – Ter relacionamento interpessoal; VIII – Comunicar-se de forma eficaz; e IX – Aprender de forma autônoma – a ser capaz de adquirir novos conhecimentos, desenvolver habilidades e aplicá-las em contextos novos, sem a mediação de professores, tornando-se autônomo no desenvolvimento de novas competências ao longo de sua vida profissional (DCN, 2021).

Sobre a grande área da pesquisa, é importante destacar os grupos de pesquisa já existentes cadastrados via Diretório de Grupos de Pesquisa do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq). Ressaltam-se que outros grupos podem ser criados e os docentes podem ser atrelados a grupos já existentes na Universidade envolvidos, diretamente, à área de Administração ou de forma indireta.

Sobre a grande área do ensino, ressaltam-se dois projetos de ensino específicos como a Empresa Júnior e o grupo de estudos Liga de Investimentos com maiores detalhes no subtópico 15.3. Sobre pós-graduação o curso de Ciências Econômicas já ofertou o curso *lato sensu* Especialização em Economia Empresarial e Gestão de Pequenos Negócios e pode ser ofertado novamente, com docentes da área de Administração. Posteriormente, há a previsão de viabilizar a oferta de um curso de Programa de Pós-Graduação *stricto sensu* de forma interinstitucional e intercampi a ser submetido à CAPES (Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior) vinculado ao Ministério da Educação: o Mestrado Profissional em Administração Pública.

Sobre a grande área da extensão destaca-se o programa UFFS Portas Abertas com oportunidades para apresentar os projetos e as ações de pesquisa e de ensino à comunidade dentro da Universidade, semestralmente, em conjunto com feiras e *workshops*. O *Workshop Verde* é destaque com variadas oficinas diferentes, abordando temas do CCR de Responsabilidade Socioambiental e de outros.

A vivência extensionista a contribuir com a formação do estudante do curso, se dará por ações de extensão, tais como o projeto “Educação empreendedora, tecnologia e inovação no

município de Laranjeiras do Sul” são institucionalizados conforme as normativas. O projeto é um exemplo, diante as outras possibilidades que podem ser elaboradas e desenvolvidas.

Conforme já demonstrado, a articulação do ensino, pesquisa e extensão é presente em todo o processo, onde:

Figura 1.8 Atividades ao ensino, à pesquisa e à extensão



Fonte: UFFS, 2023.

A articulação entre as ações de ensino e pesquisa é determinada pelo Plano Nacional de Educação, onde sua integração com as ações de extensão universitária é indispensável para a formação, qualificação de docentes e intercâmbio produtivo com a sociedade, ao contexto de relações multidisciplinares e interprofissionais.

Dessa forma, a articulação com a extensão e a cultura visam, também: criar espaço em que o aluno tenha inserção na comunidade possibilitando aplicar o conhecimento adquirido em sala de aula; contribuir para o alcance dos objetivos da UFFS na mesorregião, isto é, fomentar projetos, que visem à geração de emprego e renda; garantir a interdisciplinaridade dos conhecimentos para que o graduando em Administração tenha uma formação ampla e completa; e complementar aptidões dos alunos na linha de formação do curso.



13 PERFIL DOCENTE E O PROCESSO DE QUALIFICAÇÃO

O docente pertencente ao Curso de Administração – Bacharelado, *Campus* Laranjeiras do Sul (PR), tem o compromisso técnico-político-pedagógico de estimular, incentivar e fomentar o ensino, a extensão e a pesquisa, bem como compreender os conhecimentos específicos de sua área de formação com a perspectiva de contribuição ao Território do Cantuquiriguaçu.

- Ensino: O corpo docente é chave para a concertação dessa região, designado como elo responsável da cadeia de ensino de um profissional capaz de ter a formação acadêmica transformadora da organização e/ou da comunidade em que reside e em que trabalha. O ensino é a partida para a capacitação de quem busca essa transformação. Contudo, unir ensino, extensão e pesquisa trata-se de um desafio, mas necessário para a gestão da vida de uma pessoa e/ou de uma organização seja carimbada com o certificado da ciência, propriamente, dita;
- Extensão e Pesquisa: A pesquisa, a extensão e a cultura são os meios de trazer a comunidade ainda mais próxima da Universidade. Eventos envolvendo os principais *players* e atores, tais como pessoas e organizações, da região podem trazer grande contribuição ao desenvolvimento da economia territorial tais como: palestras, feiras de negócios, de empregos e de estágios, seminários, rodas ou rodadas de conversas, *podcasts* dialogados, dinâmicas de grupo, semanas acadêmico-profissionais. A formulação de relatórios desses eventos traz, à luz da promoção do ensino superior, uma vocação desse nível de ensino, que deve ser a pesquisa. A extensão e a cultura trazem a percepção do que é a comunidade do entorno da universidade. A pesquisa, por outro lado, pode trazer ainda mais aprofundamento das necessidades da região. E, quem sabe, contribuir para esse desenvolvimento capaz de transformação.

A Universidade Federal da Fronteira Sul está inserida no Território do Cantuquiriguaçu não só observando a mudança social de seu entorno, mas, formando profissionais. O corpo docente, portanto, como elo dessa transformação faz parte de uma rede socioterritorial articulada com a população, com o poder público, com fóruns regionais, com as empresas e com as associações comerciais, reforçando o poder de uma região. Tendo em vista os princípios expressos pelo PPI da UFFS e as diretrizes, que orientam os cursos de Graduação em Administração, espera-se, que o docente envolvido por meio da formação de



professores do Curso por essa rede socioterritorial de poder, que deve ser embasada pela ciência administrativa.

Acredita-se que seja essa articulação a condição necessária para garantir a formação profissional não só do aluno, mas desse docente com ensino, com extensão, com cultura e com pesquisa de qualidade. A mediação, de forma intencional, entre a ciência da educação, a metodologia de ensino e a didática, apontando, assim, para a formação unilateral, cujo princípio é o trabalho acadêmico. Ou seja, a formação humana através da prática social de envolvimento dos principais *players*: do diálogo político, não só com o poder público, mas, dos atores envolvidos com o processo educativo; o hábito de produção acadêmica, por meio de relatórios é, ainda mais difícil, mas necessária ao desenvolvimento territorial, que é a produção científica; e não se pode deixar de lado o aprofundamento das relações interinstitucionais a ponto de, conseqüentemente, obter-se uma transformação cultural de novos e bons hábitos baseados em ciência e afastadores do “achismo”.

As lutas da Universidade são, dentre outras, tudo o que é contra a ciência. Portanto, o diálogo com os atores da comunidade, por empresas, pela gestão pública e por todas as pessoas para que as rotinas administrativas sejam representativas da ciência é tão importante quanto o ramo acadêmico seja profissionalizado e frequentado por pessoas sabidas desse conhecimento, que pode ser ainda mais, cientificamente, embasado.

O corpo docente reúne um conjunto de características, que rompam com a tradição observada entre docentes de nível superior no Brasil e, de fato, desenvolvam, de forma indissociável, o ensino, a pesquisa e a extensão ao âmbito de suas atividades acadêmicas. Assim, mais do que o esperado domínio teórico e sólida formação em pesquisa, o docente envolvido pelo projeto deste curso – e os demais cursos da UFFS – deve observar o compromisso social por meio de sua atividade acadêmica e da formação profissional do aluno.

De modo a contemplar a formação de qualidade do Curso de Administração – Bacharelado, o docente do curso deverá possuir formação acadêmica pela área de Bacharelado, de Mestrado e/ou de Doutorado com foco às áreas correlatas à área de Administração que contribua para a formação profissional do administrador. A contribuição para essa formação pode ser muitas vezes diferente do nome da área da Administração, porém, necessária como o domínio do conhecimento comum do aluno, a exemplo de conhecimentos básicos de português. O CCR, formalizado com o nome de Produção Textual Acadêmica, não é, especificamente, das áreas básicas da Administração, como são as áreas



Produção, Pessoas, *Marketing* e Finanças, porém, é CCR essencial e obrigatório para a formação da comunicação organizacional básica de um administrador.

Compreensão não só do ensino de qualidade, mas disposição para a extensão e a cultura para o trabalho científico contribuem para a indissociabilidade entre o ensino, a pesquisa e a extensão. Diante dessa indissociabilidade, ressalta-se que o processo não só de formação do corpo docente, mas de participação extensionista e científica dos docentes do curso perante a comunidade, científica ou não, pode ocorrer, dentre outras formas, por meio das seguintes ações:

1. Participação de palestras, de seminários e fóruns que discutam a constituição da docência do ensino superior, assim como a atual contribuição da Administração universitária;
2. Participação em eventos nacionais e internacionais que discutam temáticas relacionadas aos saberes educativos, alusivos ao curso de Administração e ao fazer docente;
3. Participação em Atividades formativas organizadas pelo Núcleo de Apoio Pedagógico (NAP) do *Campus* Laranjeiras do Sul-PR;
4. Capacitação docente com afastamento – por meio de inserção no Programa de Capacitação docente regulamentado pela RESOLUÇÃO CONJUNTA Nº 1/2015-CONSUNI/CGRAD/PPG, através do Plano Institucional de Afastamentos para Capacitação Docente/ *Campus* Laranjeiras do Sul-PR, organizado a cada dois anos; ou por meio de Licença Quinquênio que, de acordo com a RESOLUÇÃO Nº 11/2015 – CONSUNI/CAPGP, garante ao servidor, após cada quinquênio de efetivo exercício, no interesse da Administração, afastar-se por até três meses para participar de curso de capacitação profissional, em área que mantenha relação direta com o cargo, a função ou a atividade que o servidor desempenha na instituição (Decreto nº 5.824/2006, Decreto nº 5825/2006, Portaria nº 9/MEC/2006, Decreto nº 5.707/2006 e Programa de Capacitação da UFFS). Esse último item possibilita o planejamento das formações desenvolvidas pelos docentes, a fim de contribuir com a qualificação e o atendimento de demandas de formação do curso;
5. Formação docente para a completa formação *stricto sensu*, ou seja, mestrado e/ou doutorado;



6. Participação de docentes por publicações de revistas científicas por meio de resumos, artigos científicos, de revisões bibliográficas e de outras formas de pesquisa acadêmica.

Diante desse perfil docente que deve contemplar ensino, pesquisa e extensão como indissociáveis, a formação do egresso reforça-se como completa pelos domínios de uma grade curricular básica da UFFS: o domínio comum: básico para a formação de todo profissional; o domínio conexo, que dialoga com diversas áreas, e o domínio específico da área de Administração e afins.

A organização dos CCR's do domínio específico, que são exclusivas do curso de Administração, se distingue pelos eixos de Gestão das Organizações e de Gestão da Inovação. Enquanto que o primeiro eixo é mais abrangente com relação às teorias administrativas e básicas à formação do Administrador, o segundo eixo é mais específico quanto a temas, que não só se incorporaram a essa formação, mas cada vez mais se confirmam como tendências ao ramo.

O quadro dos CCR, do corpo docente e sua formação é destrinchado pelo subtópico seguinte.



14 QUADRO DE PESSOAL DOCENTE

Quadro 13: Docentes do *Campus Laranjeiras do Sul* que atuam pelo curso

Domínio/CCR	Professor	Tit .	Re g- Tra b.	Súmula do Currículo Vitae
1ª NÍVEL				
Específico/CCR Introdução à Administração	Ivan Maia Tomé	Dr	DE	Graduação: Bacharelado em Administração – UNASP Mestrado: Tecnologia – UNICAMP Doutorado: Administração – USCS http://lattes.cnpq.br/1343905976669222
Específico/CCR Introdução à Educação a Distância	Ivan Maia Tomé	Dr	DE	Graduação: Bacharelado em Administração – UNASP Mestrado: Tecnologia – UNICAMP Doutorado: Administração – USCS http://lattes.cnpq.br/1343905976669222
Comum/CCR Direitos e Cidadania				A ser indicado pela Coordenação Acadêmica
Comum/CCR Matemática B	Martinho Machado Junior	Dr	DE	Graduação: Bacharelado em Física – UFSC Mestrado: Engenharia Química – UFSC Doutorado: Engenharia Química – UFSC http://lattes.cnpq.br/7970413449458643
Comum/CCR Produção Textual Acadêmica	Christiane Maria Nunes de Souza	Dra	DE	Graduação – Letras – UFSC Mestrado – Linguística – UFSC Doutorado – Linguística – UFSC. http://lattes.cnpq.br/3546871147686284
2ª NÍVEL				
Específico/CCR Cálculo Aplicado à Administração	Paulo Alexandre Nunes	Me	DE	Graduação: Ciências Econômicas – UEL Mestrado: Teoria Econômica – UEM http://lattes.cnpq.br/3635187196921300
Específico/CCR Contabilidade Introdutória	Antonio Maria da Silva Carpes	Dr	DE	Graduação: Ciências Contábeis – URI Mestrado: Contabilidade – Unisinos Doutorado: Ciências Contábeis – FURB http://lattes.cnpq.br/2420992218123302
Comum/ CCR História da Fronteira Sul	Elemar do Nascimento Cezimbra	Dr	DE	Graduação: Licenciatura em Filosofia – FAFIMC Mestrado: Desenvolvimento Regional – UTFPR Doutorado: Desenvolvimento Regional – UNIOESTE http://lattes.cnpq.br/9725873078776482
Específico/CCR Microeconomia I	Rafael Stefenon	Me	DE	Graduação: Ciências Econômicas – UNICENTRO Mestrado: Desenvolvimento Econômico – UFPR http://lattes.cnpq.br/8398631673135935
3ª NÍVEL				
Comum/CCR Estatística Básica	Alexandre Manoel dos Santos	Dr	DE	Graduação: Engenharia Civil – UFSC Mestrado: Métodos Numéricos em Engenharia – UFPR Doutorado: Engenharia da Produção – UFSC http://lattes.cnpq.br/1016817577110913
Específico/CCR Gestão Estratégica	Ceyça Lia Palerosi Borges	Dra	DE	Graduação: Administração – UFLA Mestrado: Administração – UFLA Doutorado: Desenvolvimento Rural Sustentável – UNIOESTE http://lattes.cnpq.br/6712876451690998
Específico/CCR Introdução à Prática extensionista	Ceyça Lia Palerosi Borges	Dra	DE	Graduação: Administração – UFLA Mestrado: Administração – UFLA Doutorado: Desenvolvimento Rural Sustentável – UNIOESTE http://lattes.cnpq.br/6712876451690998
Conexo/CCR Responsabilidade socioambiental	Ceyça Lia Palerosi Borges	Dr	DE	Graduação: Administração – UFLA Mestrado: Administração – UFLA Doutorado: Desenvolvimento Rural Sustentável – UNIOESTE http://lattes.cnpq.br/6712876451690998
Específico/CCR	Ivan Maia	Dr	DE	Graduação: Bacharelado em Administração – UNASP



Domínio/CCR	Professor	Tit .	Re g- Tra b.	Súmula do Currículo Vitae
Logística integrada	Tomé			Mestrado: Tecnologia – UNICAMP Doutorado: Administração – USCS http://lattes.cnpq.br/1343905976669222
4ª NÍVEL				
Específico/CCR Estágio Curricular Supervisionado I	Silvana Duarte	Dr	DE	Graduação – Administração – UFPR Graduação – Ciências Contábeis – UFPR Mestrado – Gestão e produção Agroindustrial – UNIDERP Doutorado – Engenharia da Produção – UFSCAR http://lattes.cnpq.br/3273322059984991
Comum/CCR Meio Ambiente, Economia e Sociedade	Alexandre Manoel dos Santos	Dr	DE	Graduação: Engenharia Civil – UFSC Mestrado: Métodos Numéricos em Engenharia – UFPR Doutorado: Engenharia da Produção – UFSC http://lattes.cnpq.br/1016817577110913
Específico/CCR Macroeconomia I	Paulo Alexandre Nunes	Me	DE	Graduação: Ciências Econômicas – UEL Mestrado: Teoria Econômica – UEM http://lattes.cnpq.br/3635187196921300
Comum/CCR Iniciação à Prática Científica	Antonio Maria da Silva Carpes	Dr	DE	Graduação: Ciências Contábeis – URI Mestrado: Contabilidade – Unisinos Doutorado: Ciências Contábeis – FURB http://lattes.cnpq.br/2420992218123302
Específico/CCR Gestão de Pessoas I	Ceyça Lia Palerosi Borges	Dra	DE	Graduação: Administração – UFLA Mestrado: Administração – UFLA Doutorado: Desenvolvimento Rural Sustentável – UNIOESTE http://lattes.cnpq.br/6712876451690998
5ª NÍVEL				
Específico/CCR Estágio Curricular Supervisionado II	Silvana Duarte	Dr	DE	Graduação – Administração – UFPR Graduação – Ciências Contábeis – UFPR Mestrado – Gestão e produção Agroindustrial – UNIDERP Doutorado – Engenharia da Produção – UFSCAR http://lattes.cnpq.br/3273322059984991
Específico/CCR Técnicas de pesquisa	Antonio Maria da Silva Carpes	Dr	DE	Graduação: Ciências Contábeis – URI Mestrado: Contabilidade – Unisinos Doutorado: Ciências Contábeis – FURB http://lattes.cnpq.br/2420992218123302
Específico/CCR Optativa I				
Específico/CCR Gestão de Custos e Orçamento Empresarial	Antonio Maria da Silva Carpes	Dr	DE	Graduação: Ciências Contábeis – URI Mestrado: Contabilidade – Unisinos Doutorado: Ciências Contábeis – FURB http://lattes.cnpq.br/2420992218123302
Conexo/CCR Inovação e Empreendedorismo	Rafael Stefenon	Me	DE	Graduação: Ciências Econômicas – UNICENTRO Mestrado: Desenvolvimento Econômico – UFPR http://lattes.cnpq.br/8398631673135935
Específico/CCR Controladoria de Gestão	Antonio Maria da Silva Carpes	Dr	DE	Graduação: Ciências Contábeis – URI Mestrado: Contabilidade – Unisinos Doutorado: Ciências Contábeis – FURB http://lattes.cnpq.br/2420992218123302
6ª NÍVEL				
Específico/CCR Trabalho de Conclusão de Curso I	Antonio Maria da Silva Carpes	Dr	DE	Graduação: Ciências Contábeis – URI Mestrado: Contabilidade – Unisinos Doutorado: Ciências Contábeis – FURB http://lattes.cnpq.br/2420992218123302



Domínio/CCR	Professor	Tit .	Re g- Tra b.	Súmula do Currículo Vitae
Específico/CCR Elaboração de Projetos	Silvana Duarte	Dra	DE	Graduação – Administração – UFPR Graduação – Ciências Contábeis – UFPR Mestrado – Gestão e produção Agroindustrial – UNIDERP Doutorado – Engenharia da Produção – UFSCAR http://lattes.cnpq.br/3273322059984991
Específico/CCR Optativa II				
Específico /CCR Gestão de Marketing	Silvana Duarte	Dr	DE	Graduação – Administração – UFPR Graduação – Ciências Contábeis – UFPR Mestrado – Gestão e produção Agroindustrial – UNIDERP Doutorado – Engenharia da Produção – UFSCAR http://lattes.cnpq.br/3273322059984991
7ª NÍVEL				
Específico /CCR Trabalho de Conclusão de Curso II	Anderson Luiz de Oliveira	Me	DE	Graduação: Ciências Econômicas - UFPR Mestrado: Desenvolvimento Econômico – UFPR http://lattes.cnpq.br/4458883824387875
Específico/CCR Finanças Empresariais	Anderson Luiz de Oliveira	Me	DE	Graduação: Ciências Econômicas - UFPR Mestrado: Desenvolvimento Econômico – UFPR http://lattes.cnpq.br/4458883824387875
Específico /CCR Gestão de Pessoas II	Ceyça Lia Palerosi Borges	Dra	DE	Graduação: Administração – UFLA Mestrado: Administração – UFLA Doutorado: Desenvolvimento Rural Sustentável – UNIOESTE http://lattes.cnpq.br/6712876451690998
Específico/CCR Comportamento Organizacional	Silvana Duarte	Dr	DE	Graduação – Administração – UFPR Graduação – Ciências Contábeis – UFPR Mestrado – Gestão e produção Agroindustrial – UNIDERP Doutorado – Engenharia da Produção – UFSCAR http://lattes.cnpq.br/3273322059984991
Específico/CCR Administração da Produção I	Alexandre Manoel dos Santos	Dr	DE	Graduação: Engenharia Civil – UFSC Mestrado: Métodos Numéricos em Engenharia – UFPR Doutorado: Engenharia da Produção – UFSC http://lattes.cnpq.br/1016817577110913
8ª NÍVEL				
Específico/CCR Optativa III				
Específico/CCR Optativa IV				
Específico /CCR Administração da Produção II	Silvana Duarte	Dr	DE	Graduação – Administração – UFPR Graduação – Ciências Contábeis – UFPR Mestrado – Gestão e produção Agroindustrial – UNIDERP Doutorado – Engenharia da Produção – UFSCAR http://lattes.cnpq.br/3273322059984991
Específico/CCR Gestão da Tecnologia e TIC	Ivan Maia Tomé	Dr	DE	Graduação – Administração – UNASP Mestrado – Tecnologia – UNICAMP Doutorado – Administração – USCS



Domínio/CCR	Professor	Tit .	Re g. Tra b.	Súmula do Currículo Vitae
				http://lattes.cnpq.br/1343905976669222

Fonte: UFFS, 2023.



15 INFRAESTRUTURA NECESSÁRIA AO CURSO

15.1 Bibliotecas

As bibliotecas da UFFS têm o compromisso de oferecer o acesso à informação a toda a comunidade universitária para subsidiar as atividades de ensino, pesquisa e extensão. Elas são vinculadas administrativamente à Coordenação Acadêmica do seu respectivo Campus e, tecnicamente, ao Sistema de Bibliotecas da UFFS (SiBi/UFFS).

Cada uma das bibliotecas tem em seu quadro um ou mais bibliotecários, com a responsabilidade de garantir que todos os serviços de atendimento à comunidade, em cada um dos campi, sejam oferecidos de forma consonante à Resolução nº 12/CONSUNI/UFFS/2018, assumindo o compromisso da qualidade na prestação de todos os seus serviços. Atualmente a UFFS dispõe de seis bibliotecas, uma em cada Campus. Os serviços oferecidos são: consulta ao acervo; empréstimo, reserva, renovação e devolução; empréstimo entre bibliotecas; empréstimos de notebooks; acesso à internet wireless; comutação bibliográfica; orientação sobre normalização de trabalhos; catalogação na fonte; serviço de alerta; visita guiada; serviço de disseminação seletiva da informação; divulgação de novas aquisições; capacitação no uso dos recursos de informação; teleatendimento; serviço de referência online; serviço de geração de ficha de identificação da obra.

As bibliotecas da UFFS também têm papel importante na disseminação e preservação da produção científica institucional a partir do trabalho colaborativo com a Divisão de Bibliotecas (DBIB) no uso de plataformas instaladas para o Portal de Eventos, Portal de Periódicos e Repositório Institucional, plataformas que reúnem os anais de eventos, periódicos eletrônicos, trabalhos de conclusão de cursos (monografias, dissertações, etc.) e os documentos digitais gerados no âmbito da UFFS.

A DBIB, vinculada à Pró-Reitoria de Graduação, visa articular de forma sistêmica a promoção e o uso de padrões de qualidade na prestação de serviços, com o intuito de otimizar recursos de atendimento para que os usuários utilizem o acervo e os serviços com autonomia e eficácia; objetiva propor novos projetos, programas, produtos e recursos informacionais que tenham a finalidade de otimizar os serviços ofertados em consonância com as demandas dos cursos de graduação e pós-graduação, atividades de pesquisa e extensão. Assim, fornece suporte às bibliotecas no tratamento técnico do material bibliográfico e é responsável pela gestão do Portal de Periódicos, Portal de Eventos e do Repositório Digital, assim como fornece assistência editorial às publicações da UFFS (registro, ISBN e ISSN) e suporte técnico ao Sistema de Gestão de Acervos (Pergamum).



Com relação à ampliação do acervo, os materiais que compõem as coleções do acervo das bibliotecas da UFFS devem estar registrados e tombados no Sistema de Gestão de Acervos. As coleções são formadas por materiais bibliográficos, em diferentes suportes físicos, sendo adquiridas mediante doação e compra conforme as bibliografias básicas e complementares dos cursos de graduação e dos programas de pós-graduação em implantação, no formato impresso e outras mídias, em número de exemplares conforme critérios estabelecidos pelo MEC. A Política de Desenvolvimento de Coleções (PDC) é o instrumento que define as diretrizes para a formação, conservação e disponibilização do acervo das bibliotecas integrantes do Sistema de Bibliotecas da UFFS.

A UFFS integra o rol das instituições que participam do Portal de Periódicos da CAPES, que oferece mais de 49 mil publicações periódicas internacionais e nacionais, e-books, patentes, normas técnicas e as mais renomadas publicações de resumos, cobrindo todas as áreas do conhecimento. Integra, ainda, a Comunidade Acadêmica Federada (CAFe), mantida pela Rede Nacional de Ensino (RNP), cujos serviços oferecidos contemplam o acesso a publicações científicas, redes de dados de instituições de ensino e pesquisa brasileiras, atividades de colaboração e de ensino a distância.

15.2 Laboratórios

Visando atuar de forma eficiente com a tríade ensino, pesquisa e extensão no curso de Administração, são disponibilizados dois laboratórios para tais práticas, seguindo as orientações da Resolução nº 5, de 14 de outubro de 2021, onde Institui as Diretrizes Curriculares Nacionais do Curso de Graduação em Administração (BRASIL, 2021):

“Art. 4º O Curso de Graduação em Administração deve possuir Projeto Pedagógico que contemple todo o conjunto das atividades de aprendizagem que assegure o desenvolvimento das competências estabelecidas no perfil do egresso.”

“§ 8º Recomenda-se estimular atividades acadêmicas tais como trabalhos de iniciação científica, competições acadêmicas, projetos interdisciplinares e transdisciplinares, projetos de extensão, atividades de voluntariado, visitas técnicas, trabalhos em equipe, desenvolvimento de protótipos, monitorias, participação em empresas juniores, incubadoras e outras atividades que desenvolvam a cultura empreendedora.”

Sobre os Laboratórios de Informática, segundo a Coordenação dos Laboratórios de informática do *Campus* Laranjeiras do Sul:



Quadro 14: Características dos laboratórios de informática

	Caracterização	Quantidade	Vacância	Funcionalidade	Tamanho	Turnos	Equipamentos
Espaço para aula prática	Laboratório de Informática (sala 407 e 408)	2 laboratórios	100 vagas	Por turnos	255,47m ²	Funcionamento nos turnos matutino, vespertino e noturno. Acessível a cadeirantes. <i>Internet wireless.</i>	Data show, equipamentos de informática, quadro branco e computadores

Fonte: Coordenação dos Laboratórios do *Campus* Laranjeiras do Sul, 2023.

As seguintes características se sobrepõem àquelas já anunciadas no Quadro 14:

- Os dois laboratórios 407 e 408 são novos e perfeitamente funcionais, constituídos por 100 máquinas, igualmente distribuídas nos dois laboratórios;
- Os dois laboratórios descrevem uma infraestrutura de conexão de alto nível com a Internet, adequada para que usuários no âmbito da UFFS-LS se mantenham conectados à rede WWW por meio de sistemas computacionais de uso direto e indireto na rede, através de instalação de módulos portáteis. Nos dois casos, os modos de uso devem sempre passar pelo setor de TI para garantir que a UFFS não viole os termos e os direitos proprietários de empresas detentoras da prerrogativa de produção e de distribuição de softwares, a serem futuramente instalados nas máquinas da UFFS;
- Do ponto de vista da disponibilidade destes laboratórios para as turmas de administração, tanto no primeiro semestre como nos semestres posteriores, pode-se afirmar que não há impedimento de uso dos mesmos, uma vez que estes laboratórios possuem uma ociosidade próxima de 70% no período noturno, para os dias da semana;
- **Os horários dos CCR's do semestre 2023.2 já podem ser visualizados no endereço: <https://uffsls.edupage.org/>.** Um exemplo de snapshot dos horários de laboratórios pode ser visualizado abaixo:

Figura 1.9: Agendamento dos Laboratórios de informática



	1.	2.	3.	4.	5.	5/B.	6.	7.	8.	9.	10.	10/11.	11.	12.	13.	14.
Seg																
Ter																
Qua																
Qui																
Sex																
Sáb																

	1.	2.	3.	4.	5.	5/B.	6.	7.	8.	9.	10.	10/11.	11.	12.	13.	14.
Seg																
Ter																
Qua																
Qui																
Sex																
Sáb																

Fonte: Coordenação dos Laboratórios do *Campus* Laranjeiras do Sul, 2022.

Outro aspecto relevante a respeito destes dois Laboratórios é que eles podem ser divididos em dois, cada um deles, de tal maneira que eles sejam formados depois desta divisão em quatro laboratórios com 25 máquinas cada um. Esta mudança é relativamente fácil de ser implementada, uma vez que as salas de laboratório já são salas duplas, sem paredes de alvenaria entre elas. Assim, com uma simples aplicação de divisórias adequadas pode-se duplicar o número de laboratórios, de dois atuais para quatro futuramente desejados. Essa característica oferece uma flexibilidade ainda maior na oferta de espaço de laboratórios para novos cursos e novas disciplinas que venham a demandar o recurso na linha do tempo. Esta duplicação imaginada pode ser materializada com o mesmo número total de máquinas, com uma redução de 50 para 25 máquinas por sala: isso representa uma quantidade maior do que o número médio de alunos por turma que tem assumido o papel de turma usuária destes laboratórios no período recente. Trata-se de uma característica atenuante, uma tranquilidade adicionada ao processo de análise de sua disponibilidade.

Desta forma, pode-se dizer que os recursos de laboratórios de informática para o *campus* Laranjeiras do Sul não oferecem o risco de estado com “baixa disponibilidade” destes recursos, induzido pela implantação do Curso Superior de Administração.

Neste sentido, o presente PPC dispõe para o curso de Administração *Campus* Laranjeiras do Sul duas estruturas laboratoriais que atendem a presente DCN, a saber: Laboratório da Empresa Júnior e Laboratório da Incubadora.

15.3 Empresa Júnior e Liga de Investimentos

A Empresa Júnior (EJ) é uma associação que presta serviços de consultoria e de assessoria administrativa prestada pelos acadêmicos dos alunos do curso de Administração, já



a Liga de Investimentos se estrutura como um grupo de estudos do curso de Administração em parceria com o curso de Ciências Econômicas. Ambos sob orientação de professor(es). Tal parceria entre os cursos ocorre para cumprir legislações de extensão e de cultura e podem ser aplicadas aos CCR's de Domínio Conexo.

A fundação da EJ se dará por meio de Assembleia intermediada dos discentes. A partir disso, possuirá estrutura organizacional específica, que será delimitada pelos seus membros da EJ.

O objetivo principal da EJ será a atuação dos discentes por práticas e por processos de gestão de empresas, trazendo à tona a aplicação de métodos e modelos gerenciáveis embasados na formação profissional e acadêmica, sempre orientados e conduzidos em conjunto com os docentes da instituição ao desempenho das atividades.

Sua fundação da Liga de Investimentos se dará por intermédio dos discentes. A partir disso, possuirá estrutura organizacional específica, que será delimitada pelos seus membros.

A Liga de Investimentos será efetuada pela atuação dos discentes pelas práticas e pelos processos de gestão de empresas, trazendo à tona a aplicação de métodos e modelos gerenciáveis embasados na formação profissional e acadêmica, sempre orientados e conduzidos em conjunto com os docentes da instituição ao desempenho das atividades.

Quadro 15: Laboratórios da Liga de Investimentos e da EJ

Professor Responsável da Liga de Investimentos: Dr. Antonio Maria Carpes	
Professor Responsável da EJ: a ser definido	
Alunos por turma: por eleições	
Área: 39,20 m ²	Localização: Prédio B (bloco docente)
Quantidade	Descrição
Capacidade de até 10 pessoas, porém com menor número de mesas.	A sala 212 está disponível para ser um Laboratório da Liga, que prevê esta atividade. A sala 301 está disponível para ser um Laboratório da EJ, que prevê esta atividade.

Fonte: UFFS, 2023.

15.4 Incubadora

A incubadora se constitui por meio de Programa institucionalizado na Pró-reitoria de Extensão e Cultura. Esse é um laboratório do curso de Administração que trabalha com base no desenvolvimento de atividades de ensino, de pesquisa e de extensão. Atua como um habitat de empreendedorismo inovador por diferentes áreas do conhecimento, sempre



buscando de forma eficiente o desenvolvimento regional sustentável de empreendimentos incubados.

É uma incubadora mista, atuando através de três frentes de processos de trabalho sendo estes: pré-incubação, incubação e desincubação de empreendimentos. Sendo um espaço para a disseminação de conhecimentos oriundos da academia e comunidade, troca esta salutar para o desenvolvimento integrado de empreendimentos. Por ser uma incubadora mista, esta poderá atuar em tecnologias sociais e empreendedorismo inovador, trazendo para o escopo da UFFS diferentes arcabouços de conhecimentos além de proporcionar aos discentes do curso diferentes realidades vivenciadas pelos empreendimentos.

Através dos processos de incubação, a incubadora atuará na assessoria a ideias de negócios, estímulo ao empreendedorismo e a inovação, tanto tecnológica quanto social. Poderá ainda incubar empreendimentos já atuantes no cenário empreendedor. Sua meta é conduzir ideias e empreendimentos para uma autossuficiência e consolidação na atuação junto ao cenário mercadológico.

15.5 Demais itens

As estruturas básicas do *Campus* permitem que as atividades do curso possam ser desenvolvidas de forma eficiente e eficaz, sendo que o curso contará com:

Quadro 16: Estrutura do Bloco de professores.

BLOCO DOCENTE/ADMINISTRATIVO							
TIPO	IDENTIFICAÇÃO	QUANT.	CAPACIDADE	TIPO DE CAPACIDADE	ÁREA	COMPLEMENTO	UTILIZAÇÃO
Espaço do docente	Sala de Professores 102,103,104,105,106,107,109,110,111,112,113,115,116,117,118,119,120,121,122,123,124	22	2	Por turnos	305,14m ²	Funcionamento nos turnos matutino, vespertino e noturno. Acessível a cadeirantes. Internet wireless.	Aos docentes do curso
Espaço do docente	Sala de Professores 203,204,205,206,207,209,210,211,212,213,215,217,218,219,220,221,222,223,224,225,226,227,228,229	26	2	Por turnos	360,62m ²	Funcionamento nos turnos matutino, vespertino e noturno. Acessível a cadeirantes por elevador. Internet wireless.	Aos docentes do curso
Espaço Para Atividade Administrativa	Assessoria de comunicação (Sala 101)	1	2	Por turnos	14,16m ²	Funcionamento nos turnos matutino, vespertino. Acessível a cadeirantes. Internet wireless.	Destinada ao apoio da comunicação institucional
Espaço Para Atividade Administrativa	Sala de T.I.(108)	1	0	-	13,87m ²	Funcionamento nos turnos matutino, vespertino e noturno. Acessível a cadeirantes. Internet wireless.	



BLOCO DOCENTE/ADMINISTRATIVO							
TIPO	IDENTIFICAÇÃO	QUANT.	CAPACIDADE	TIPO DE CAPACIDADE	ÁREA	COMPLEMENTO	UTILIZAÇÃO
iva							
Auditório	Auditório (Sala 114)	1	200	Por turnos	155,95m ²	Funcionamento nos turnos matutino, vespertino e noturno. Acessível a cadeirantes. Internet wireless.	Aos eventos do curso
Espaço Para Atividade Administrativa	Sistema Integrado de Atenção a Saúde do Servidor (Sala 125)	1	2	Por atendimento	13,87m ²	Funcionamento nos turnos matutino, vespertino e noturno. Acessível a cadeirantes. Internet wireless.	Atendimento Saúde
Espaço Para Atividade Pedagógica	Brinquedoteca (Sala 126)	1	0	-	13,87m ²	Funcionamento nos turnos matutino, vespertino e noturno. Acessível a cadeirantes. Internet wireless.	
Espaço Para Atividade Administrativa	Sala de apoio (Sala 127)	1	0	-	42,08m ²	Funcionamento nos turnos matutino, vespertino e noturno. Acessível a cadeirantes. Internet wireless.	Apoio aos cursos
Laboratório de mídias digitais	Sala de vídeo conferência e apoio docente (Sala 201)	1	2	Por turnos	13,87m ²	Funcionamento nos turnos matutino, vespertino e noturno. Acessível a cadeirantes por elevador. Internet wireless.	Televisão, telefone, equipamento de videoconferência, microfone, câmera de videoconferência.
Laboratório de mídias digitais	Sala de vídeo conferência e apoio docente (Sala 202)	1	0	-	13,87m ²	Funcionamento nos turnos matutino, vespertino e noturno. Acessível a cadeirantes por elevador. Internet wireless.	Televisão, telefone, equipamento de videoconferência, microfone, câmera de videoconferência.
Espaço Para Atividade Administrativa	Sala T.I (208)	1	0	-	13,87m ²	Funcionamento nos turnos matutino, vespertino e noturno. Acessível a cadeirantes por elevador. Internet wireless.	
Espaço Para Convivência a estudantil	Sala de Convivência (Sala 214)	1	30	Por turnos	45,15m ²	Funcionamento nos turnos matutino, vespertino e noturno. Acessível a cadeirantes por elevador. Internet wireless.	Destinada a convivência dos alunos
Cozinha	Copa/cozinha (Sala 215)	1	4	Por turnos	19,60m ²	Funcionamento nos turnos matutino, vespertino e noturno. Acessível a cadeirantes por elevador. Internet wireless.	Convivência – uso comum
Espaço Para Atividade Administrativa	Assessoria de Administração e Planejamento (sala 230)	1	2	Por turnos	13,87m ²	Funcionamento nos turnos matutino, vespertino. Acessível a cadeirantes. Internet wireless.	
Espaço Para Atividade Administrativa	Núcleo de Apoio Pedagógico (Sala 231)	1	2	Por turnos	13,87m ²	Funcionamento nos turnos matutino, vespertino. Acessível a cadeirantes por elevador. Internet wireless.	Apoio Pedagógico
Espaço Para Atividade Administrativa	Assessoria Acadêmica/Secretaria da pós-graduação (Sala 232)	1	4	Por turnos	13,87m ²	Funcionamento nos turnos matutino, vespertino e noturno. Acessível a cadeirantes por elevador. Internet wireless.	Apoio aos cursos
Espaço Para Atividade Administrativa	Assessoria de Gestão, Administração e Serviços (Sala 233)	1	3	Por turnos	41,94m ²	Funcionamento nos turnos matutino, vespertino e noturno. Acessível a cadeirantes por elevador. Internet wireless.	Apoio de gestão
Espaço Para Atividade Administrativa	Assessoria de Gestão de Pessoas (Sala 234)	1	3	Por turnos	17,52m ²	Funcionamento nos turnos matutino, vespertino. Acessível a cadeirantes por elevador. Internet wireless.	Apoio aos cursos e docentes



BLOCO DOCENTE/ADMINISTRATIVO							
TIPO	IDENTIFICAÇÃO	QUANT.	CAPACIDADE	TIPO DE CAPACIDADE	ÁREA	COMPLEMENTO	UTILIZAÇÃO
iva							
Espaço Multimídios	Hall	1	300	Em turnos	104,17m ²	Funcionamento nos turnos matutino, vespertino e noturno. Acessível a cadeirantes. Internet wireless.	Convivência
Empresa Jr.	Sala de atividades da Empresa Jr. (Sala 301)	1	10	Em turnos	39,20m ²	Funcionamento nos turnos matutino, vespertino e noturno. Internet wireless.	Empresa Jr. Apoio ao curso

Fonte: UFFS, 2023.

Quadro 17: Estrutura do Bloco A- Aulas.

BLOCO DE AULAS – BLOCO A							
TIPO	IDENTIFICAÇÃO	QUANT.	CAPACIDADE	TIPO DE CAPACIDADE	ÁREA	COMPLEMENTO	UTILIZAÇÃO
Espaço para atividade e administrativa	Sala de T.I (sala 406)	1	0	-	64,04m ²	Equipamentos / Servidor	Central Telefônica, Rack/Servidor, Rack/Switch, Toner/Reposição, Telefone, Computadores e Nobreaks.
Espaço para aula prática	Laboratório de Informática (sala 407 e 408)	2	100	Por turnos	255,47m ²	Funcionamento nos turnos matutino, vespertino e noturno. Acessível a cadeirantes. Internet wireless.	Data show, equipamentos de informática, quadro branco e computadores
Espaço para aula prática	Laboratório de Desenho Técnico (Sala 306)	1	50	Por turnos	128,3m ²	Funcionamento nos turnos matutino, vespertino e noturno. Acessível a cadeirantes. Internet wireless.	Data show, tela de projeção, quadro branco e pranchetas.
Salas de aula	Sala de Aula 201, 203, 204, 205, 206, 208, 209, 301, 302, 303, 304, 305, 307, 308, 309, 401, 402, 403, 404, 405.	21	900	Em turnos	62,92m ²	Funcionamento nos turnos matutino, vespertino e noturno. Acessível a cadeirantes. Internet wireless.	Data show, tela de projeção, quadro branco, mesa do professor e cadeiras escolares.
Sala de estudos	Sala 202	1	25	Em turnos	62,92m ²	Funcionamento nos turnos matutino, vespertino e noturno. Acessível a cadeirantes. Internet wireless.	Mesas, cadeiras e banquetas
Espaço para atividade e administrativa	Secretaria Geral de Cursos (sala 207)	1	10	Em turnos	62,92m ²	Funcionamento nos turnos matutino, vespertino e noturno. Acessível a cadeirantes. Internet wireless.	Apoio aos cursos de graduação
Espaço para atividade e administrativa	Direção do Campus (sala 210)	1	10	Em turnos	62,7m ²	Funcionamento nos turnos matutino, vespertino e noturno. Acessível a cadeirantes. Internet wireless.	Apoio de gestão.
Cozinha	Copa/ Cozinha	1			16,16m ²		
Auditório	Miniauditório	1	100	Em turnos	146,41m ²	Funcionamento nos turnos matutino, vespertino e noturno. Acessível a	Data show, tela de projeção, quadro branco, cadeiras.



BLOCO DE AULAS – BLOCO A							
TIPO	IDENTIFICAÇÃO	QUANT.	CAPACIDADE	TIPO DE CAPACIDADE	ÁREA	COMPLEMENTO	UTILIZAÇÃO
						cadeirantes. <i>Internet wireless.</i>	
Espaço para atividade e administrativa	Secretaria Acadêmica (sala 103)	1	5	Em turnos	72,43m ²	Funcionamento nos turnos matutino, vespertino e noturno. Acessível a cadeirantes. <i>Internet wireless.</i>	Apoio acadêmico.
Espaço para atividade e administrativa	Assessoria de Assuntos Estudantis (sala 104)	1	5	Em turnos	72,43m ²	Funcionamento nos turnos matutino, vespertino e noturno. Acessível a cadeirantes. <i>Internet wireless.</i>	Apoio acadêmico.
Espaço para atividade e administrativa	Setor de Acessibilidade (sala 105)	1	3	Em turnos	31,9m ²	Funcionamento nos turnos matutino, vespertino e noturno. Acessível a cadeirantes. <i>Internet wireless.</i>	Apoio acadêmico.
Biblioteca	Biblioteca (Sala 106)	1	75	Em turnos	256,82m ²	Funciona de forma integrada a outras bibliotecas da instituição, a consulta ao acervo é informatizada, está em expansão e atualização do acervo. Funcionamento nos turnos matutino, vespertino e noturno. Acessível a cadeirantes. <i>Internet wireless.</i> Total de títulos: 3.027 – Total de exemplares: 12.275 – Material adicional (CDs, DVDs, folhetos): 271 – Periódicos: 19 títulos com 390 exemplares. Responsável: Coordenador Acadêmico e mais 05 servidores (Assistentes em Administração) na função de Auxiliares da Biblioteca. Acesso a e-books adquiridos pela UFFS e ao portal de periódicos da CAPES.	7 computadores para uso dos alunos. Disponibilização de <i>notebooks</i> para empréstimos.
Cozinha	Cozinha da cantina				40,61		
Cantina	Cantina (área de vendas)	1	20	Em turnos	14,56	Funcionamento nos turnos matutino, vespertino e noturno. Acessível a cadeirantes. <i>Internet wireless.</i>	Convivência.
Espaço livre	Pátio Interno	1	500	Em turnos	329,44	Funcionamento nos turnos matutino, vespertino e noturno. Acessível a cadeirantes. <i>Internet wireless.</i>	mesas, cadeiras e bancos de concreto

Fonte: UFFS, 2023.



A UFFS, em sua estrutura administrativa, tem um Núcleo de Acessibilidade, composto por uma Divisão de Acessibilidade vinculada à Diretoria de Políticas de Graduação (DPGRAD) e os Setores de Acessibilidade dos *campi*. O Núcleo tem por finalidade atender servidores e estudantes com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades/superdotação quanto ao seu acesso e permanência na universidade, podendo desenvolver projetos que atendam a comunidade regional. O Núcleo de Acessibilidade da UFFS segue o que está disposto em seu Regulamento, Resolução Nº 6/2015 – CONSUNI/CGRAD (UFFS, 2015b). Com o objetivo de ampliar as oportunidades para o ingresso e a permanência nos cursos de graduação e pós-graduação, assim como o ingresso e a permanência dos servidores, foi instituída a Política de Acesso e Permanência da Pessoa com Deficiência, Transtornos Globais do Desenvolvimento e Altas Habilidades/Superdotação da UFFS. Tal política foi aprovada pela Resolução Nº 4/2015 – CONSUNI/CGRAD (UFFS, 2015c).

Buscando fortalecer e potencializar o processo de inclusão a acessibilidade, a UFFS, tem desenvolvido ações que visam assegurar as condições necessárias para o ingresso, a permanência, a participação e a aprendizagem dos estudantes, público-alvo da educação especial, na instituição. Assim, apresenta-se a seguir, as ações desenvolvidas na instituição e que promovem a acessibilidade física, pedagógica, de comunicação e de informação:

1. Acessibilidade Arquitetônica

- Construção de novos prédios de acordo com a NBR9050 e adaptação/reforma nos prédios existentes, incluindo áreas de circulação, salas de aula, laboratórios, salas de apoio administrativo, biblioteca, auditórios, banheiros, etc.;
- Instalação de bebedouros com altura acessível para usuários de cadeira de rodas;
- Estacionamento com reserva de vaga para pessoa com deficiência;
- Disponibilização de sinalização e equipamentos para pessoas com deficiência visual;
- Organização de mobiliários nas salas de aula e demais espaços da instituição de forma que permita a utilização com segurança e autonomia;
- Projeto de comunicação visual para sinalização das unidades e setores.

2. Acessibilidade Comunicacional

- Tornar acessível as páginas da UFFS na internet (em andamento);
- Presença em sala de aula de Tradutor e Intérprete de LIBRAS nos cursos de graduação, que há estudante(s) matriculado(s) com surdez e nos eventos institucionais;



- Empréstimo de equipamentos com tecnologia assistiva

3. Acessibilidade Programática

- Criação e implantação do Núcleo e Setores de Acessibilidade;
- Elaboração da Política de Acesso e Permanência da pessoa com deficiência, transtorno globais do desenvolvimento, altas habilidades/superdotação;
- Oferta da Língua Brasileira de Sinais – LIBRAS como CCR obrigatório em todos os cursos de licenciatura e, como CCR optativo, nos cursos de bacharelados;
- Oferta de bolsas para estudantes atuar no Núcleo ou Setores de Acessibilidade;
- Oferta de capacitação para os servidores;

4. Acessibilidade Metodológica

- Orientação aos coordenadores de curso e professores sobre como organizar a prática pedagógica diante da presença de estudantes com deficiência;
- Disponibilização antecipada, por parte dos professores para o intérprete de LIBRAS, do material/conteúdo a ser utilizado/ministrado em aula;
- Envio de material/conteúdo em slides para o estudante surdo com, pelo menos, um dia de antecedência;
- Presença em sala de aula de Tradutor e Intérprete de LIBRAS nos cursos de graduação, no qual há estudante(s) matriculado(s) com surdez. Além de fazer a tradução e interpretação dos conteúdos em sala de aula, o tradutor acompanha o estudante em atividades como visitas a empresas e pesquisas de campo; realiza a mediação nos trabalhos em grupo; acompanha as orientações com os professores; acompanha o(s) acadêmico(s) surdo(s) em todos os setores da instituição; traduz a escrita da estrutura gramatical de LIBRAS para a língua portuguesa e vice-versa e glosa entre as línguas; acompanha o(s) acadêmico(s) em orientações de estágio com o professor-orientador e na instituição concedente do estágio; em parceria com os professores, faz orientação educacional sobre as áreas de atuação do curso; promove interação do aluno ouvinte com o aluno surdo; orienta os alunos ouvintes sobre a comunicação com o estudante surdo; grava vídeos em LIBRAS, do conteúdo ministrado em aula, para que o estudante possa assistir em outros momentos e esclarece as dúvidas do conteúdo da aula;



- Adaptação de material impresso para áudio ou *braille* para os estudantes com deficiência visual;
- Empréstimo de *notebooks* com programas leitores de tela e gravadores para estudantes com deficiência visual;
- Disponibilização de apoio acadêmico.

5. Acessibilidade Atitudinal

- Realização de contato com os familiares para saber sobre as necessidades;
- Promoção de curso de Capacitação em LIBRAS para servidores, com carga horária de 60h, objetivando promover a comunicação com as pessoas Surdas que estudam ou buscam informações na UFFS;
- Orientação aos professores sobre como trabalhar com os estudantes com deficiência;
- Realização de convênios e parcerias com órgãos governamentais e não-governamentais.
- Participação nos debates locais, regionais e nacional sobre a temática.

Por fim, as pesquisas realizadas pelos integrantes do curso devem verificar a necessidade de parecer do Comitê de Ética em Pesquisa (CEP) do *campus* e de demais CEP's, quais possam ser necessários para anuência da pesquisa. Tais trâmites condizentes deverão ser consultados previamente.



16 REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALENCASTRO, Mario Sergio Cunha. **Empresas, ambiente e sociedade: introdução à gestão socioambiental corporativa**. Curitiba: InterSaberes, 2012.

ALMEIDA, Maria da Conceição de. **Complexidade, saberes científicos e saberes da tradição**. São Paulo: Livraria da Física, 2010.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil (1988)**. Brasília: Senado Federal, Subsecretaria de Edições Técnicas, 2004.

_____. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional - Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996**. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/L9394.htm>. Acesso em: 17 de julho de 2022.

_____. **Lei nº 9.536, de 11 de dezembro de 1997**. Diário Oficial da União, Brasília, DF. 12 dez., 1997. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/CCIVIL_03/Leis/L9536.htm>. Acesso em: 17 de julho de 2022.

_____. Decreto Nº 4.281, de 25 de junho de 2002. **Regulamenta a Lei no 9.795, de 27 de abril de 1999, que institui a Política Nacional de Educação Ambiental, e dá outras providências**. 2002. <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/2002/d4281.htm#:~:text=DECRETO%20N%C2%BA%204.281%2C%20DE%2025,que%20lhe%20confere%20o%20art.>. Acesso em: 17 de julho de 2022.

_____. **Constituição da República Federativa do Brasil (1988)**. Brasília: Senado Federal, Subsecretaria de Edições Técnicas, 2004.

BRASIL. Decreto 5.626/05. **Regulamenta a Lei n. 10.436, de 24 de abril de 2002, que dispõe sobre a Língua Brasileira de Sinais – Libras, e o art. 18 da Lei n. 10.098, de 19 de dezembro de 2000**. Brasília, 2005.

_____. **Portaria nº 3.284, de 7 de novembro de 2003**. 2003. Disponível: <<http://portal.mec.gov.br/seesp/arquivos/pdf/port3284.pdf>>. Acesso em: 17 de julho de 2022.

_____. **Resolução CNE nº 1, Parecer CNE/CP nº 3/2004, aprovado em 17 de junho de 2004**. Diretrizes Nacionais para a Educação em Direitos Humanos. 2004. Disponível: <http://portal.mec.gov.br/dmdocuments/cnecp_003.pdf>. Acesso em: 17 de julho de 2022.

_____. **Resolução CNE/CES nº 1, de 17 de junho de 2004 - CONSELHO NACIONAL DE EDUCAÇÃO**. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/dmdocuments/cnecp_003.pdf>. Acesso em: 17 de julho de 2022.

_____. **Resolução CNE/CES nº 4, de 13 de julho de 2005 - CONSELHO NACIONAL DE EDUCAÇÃO - CÂMARA DE EDUCAÇÃO SUPERIOR**. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/cne/arquivos/pdf/rces004_05.pdf>. Acesso em: 17 de julho de 2022.

_____. **Resolução CNE/CES nº 23 de 06 de junho de 2005. CONSELHO NACIONAL DE EDUCAÇÃO**. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/cne/arquivos/pdf/2005/ces_23_2005.pdf>. Acesso em: 17 de julho de 2022.



_____. Decreto nº 5.773, de 9 de maio de 2006. **Dispõe sobre o exercício das funções de regulação, supervisão e avaliação de instituições de educação superior e cursos superiores de graduação e sequenciais no sistema federal de ensino.** 2006. Disponível em: <<http://portal.mec.gov.br/seed/arquivos/pdf/legislacao/decreton57731.pdf>>. Acesso em: 17 de julho de 2022.

_____. **Resolução CNE/CES nº 2 de 06 de junho de 2007.** CONSELHO NACIONAL DE EDUCAÇÃO. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/cne/arquivos/pdf/2007/rces002_07.pdf>. Acesso em: 17 de julho de 2022.

_____. **Lei nº 12.029, de 15 de setembro de 2009.** Diário Oficial da União, Brasília, DF, 13 set., 2009. Disponível em: <<https://legislacao.presidencia.gov.br/atos/?tipo=LEI&numero=12029&ano=2009&ato=c87IzZU90dVpWT3e7#:~:text=DISP%C3%95E%20SOBRE%20A%20CRIA%C3%87%C3%83O%20DA,UFFS%20E%20%C3%81%20OUTRAS%20PROVID%C3%8ANCIAS.>>. Acesso em: 17 de julho de 2022.

_____. **Parecer CNE/CP nº 8/2012, aprovado em 6 de março de 2012.** Diretrizes Nacionais para a Educação em Direitos Humanos. 2012. Disponível: <https://normativasconselhos.mec.gov.br/normativa/view/CNE_PAR_CNECPN82012.pdf?query=Resolu%5Cu00e7%5Cu00e3o>. Acesso em: 17 de julho de 2022.

_____. **Lei nº 12.711, de 29 de agosto de 2012.** Diário Oficial da União, DF, 29 de agosto de 2012. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2012/lei/l12711.htm>. Acesso em: 17 de julho de 2022.

_____. **Decreto Nº 7.824, de 11 de outubro de 2012.** Diário Oficial da União, Brasília, DF. 10 out., 2012. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2012/decreto/d7824.htm>. Acesso em: 17 de julho de 2022.

_____. **Portaria Normativa MEC nº 18 de 15 de outubro de 2012.** Diário Oficial da União, Brasília, DF. Disponível: <http://portal.mec.gov.br/cotas/docs/portaria_18.pdf>. Acesso em: 17 de julho de 2022.

_____. **Resolução nº 2, de 1º de julho de 2015** - Ministério da Educação Conselho Nacional de Educação Conselho Pleno. Disponível em: <<http://portal.mec.gov.br/docman/agosto-2017-pdf/70431-res-cne-cp-002-03072015-pdf/file>>. Acesso em: 17 de julho de 2022.

_____. **Portaria Nº 1.134, de 10 de outubro de 2016.** Diário Oficial da União, Brasília, DF. 11/10/2016, Seção 1, p. 21 Disponível: <<http://www.in.gov.br/web/dou/-/portaria-no-1-134-de-10-de-outubro-de-2016-22055503-22055503?inheritRedirect=true>>. Acesso em: 17 de julho de 2022.

_____. **Resolução CNE nº 7, de 18 de dezembro de 2018.** Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=download&alias=104251-rces007-18&category_slug=dezembro-2018-pdf&Itemid=30192>. Acesso em: 17 de julho de 2022.

_____. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep). **Censo escolar.** 2021. Disponível em: <<https://www.gov.br/inep/pt-br/aceso-a-informacao/dados-abertos/microdados/censo-escolar>>. Acesso em: 17 de julho de 2022.



_____. Resolução CNE/CES nº 5, de 14 de outubro de 2021. **Institui as Diretrizes Curriculares Nacionais do Curso de Graduação em Administração**. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=download&alias=212931-rces005-21&category_slug=outubro-2021-pdf&Itemid=30192>. Acesso em: 20 mai. 2022.

CAITANO, Déris Oliveira; SERVA, Maurício. As ações de enfrentamento ao crime organizado em um complexo de segurança máxima: uma análise das práticas sobre situações críticas de gestão. In: EnANPAD, 2017, São Paulo. **Anais eletrônicos...** São Paulo: ANPAD, 2017. Disponível: <http://www.anpad.org.br/abrir_pdf.php?e=MjM0ODg=>. Acesso em: 18 mai. 2022.

CAMPOS, Ana Maria. Contribuição para a o resgate da relevância do conhecimento para a administração. *Physis. Revista de Saúde Coletiva*, Rio de Janeiro, v. 7, n. 2, p. 25-35, 1997.

CFA. **Cursos superiores na área da Administração são os mais procurados**. Conselho Federal de Administração, 2019. Disponível em: <<https://cfa.org.br/cursos-superiores-na-area-da-administracao-sao-os-mais-procurados-do-pais/b>>. Acesso em: 02 mai. 2022.

CFA. **Diretrizes Curriculares Nacionais do Curso de Graduação em Administração**: comentada. Brasília: Conselho Federal de Administração, 2022.

CHAERKI, Karine Francisconi; MATITZ, Queila Regina Souza. Contribuições da filosofia do processo para análise multidimensional de fenômenos processuais em estudos organizacionais. In: EnANPAD, 2016, Salvador. **Anais eletrônicos...** Salvador: ANPAD, 2016.

FARIA, José Henrique de. Epistemologia e método em hegel: a fenomenologia e a ciência da lógica. In: EnANPAD, 2016, Salvador. **Anais eletrônicos...** Salvador: ANPAD, 2016. Disponível em: <http://www.anpad.org.br/~anpad/eventos.php?cod_evento=1&cod_evento_edicao=83&cod_edicao_subsecao=1302&cod_edicao_trabalho=21312>. Acesso em: 20 mai. 2022.

FORPLAD. **Matriz Andifes**. 2022. Disponível em: <<http://www.forplad.andifes.org.br/?q=documentosdiversos>>. Acesso em: 20 mai. 2022.

GONÇALVES, Tandara Dias, et al. Fatores comportamentais dos voluntários nas organizações da sociedade civil à luz da sociologia pragmática. In: V COLÓQUIO INTERNACIONAL DE EPISTEMOLOGIA E SOCIOLOGIA DA CIÊNCIA DA ADMINISTRAÇÃO, 2015, Florianópolis. **Anais eletrônicos...** Florianópolis: UFSC, 2015. Disponível em: <http://coloquioepistemologia.com.br/downloads_category/2015/>. Acesso em: 19 mai. 2022.

GONÇALVES-MAIA, Raquel. **Ciência, pós-ciência e metaciência**: tradição, inovação e renovação. São Paulo: Livraria da Física, 2011.

IBGE. **Tabela de Natureza Jurídica**. Comissão nacional de Classificação – Concla. CNAE – documentação. 2018. Disponível em: <<https://concla.ibge.gov.br/estrutura/natjur-estrutura/natureza-juridica-2018>>. Acesso em: 14 abr. 2022.

I COEPE. **Universidade Federal da Fronteira Sul Construindo agendas e definindo rumos**: I Conferência de Ensino, pesquisa e extensão da UFFS / Universidade Federal da



Fronteira Sul; organizadores: Joviles Vitorio Trevisol, Maria Helena Cordeiro e Monica Hass. Chapecó: UFFS, 2011.

IPARDES - Instituto Paranaense de Desenvolvimento Econômico e Social. **Diagnóstico socioeconômico do Território Cantuquiriguaçu**. Curitiba: IPARDES, 2007.

MATARAZZO, Gustavo; SERVA, Maurício. Reflexões sobre o pragmatismo clássico enquanto postura epistemológica nos estudos organizacionais: evidências e perspectivas. In: EnANPAD, 2017, São Paulo. **Anais eletrônicos...** São Paulo: ANPAD, 2017. Disponível em: <http://www.anpad.org.br/abrir_pdf.php?e=MjMzNzY=>. Acesso em: 19 mai. 2022.

MDA. **Perfil territorial** – Cantuquiriguaçu PR. Ministério do Desenvolvimento Agrário, SGMA, maio, 2015. Disponível em: <http://sit.mda.gov.br/download/caderno/caderno_territorial_025_Cantuquirigua%C3%83%C2%A7u%20-%20PR.pdf>. Acesso em: 18 mai. 2022.

MORAES, Rubens Lima; ANDION, Carolina; PINHO, Josiani Lúcia. Uma cartografia das controvérsias na arena pública da corrupção eleitoral no Brasil. In: V COLÓQUIO INTERNACIONAL DE EPISTEMOLOGIA E SOCIOLOGIA DA CIÊNCIA DA ADMINISTRAÇÃO, 2015, Florianópolis. **Anais eletrônicos...** Florianópolis: UFSC, 2015. Disponível em: <<https://www.scielo.br/j/cebape/a/4Wd3m4PzXwksNdgCQmCccQy/abstract/?lang=pt>>. Acesso em: 19 mai. 2022.

MORIN, Edgar. **Cabeça bem feita: repensar a reforma e reformar o pensamento**. 20. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2012.

MOURA, Elton Oliveira de; BISPO, Marcelo de Souza. A textura da gestão escolar como prática social. In: EnANPAD, 2016, Salvador. **Anais eletrônicos...** Salvador: ANPAD, 2016. Disponível em: <http://www.anpad.org.br/~anpad/eventos.php?cod_evento=1&cod_evento_edicao=83&cod_edicao_subsecao=1302&cod_edicao_trabalho=21136>. Acesso em: 20 mai. 2022.

PDI. **Plano de Desenvolvimento Institucional da Universidade Federal da Fronteira Sul 2019-2023**, aprovado pela RESOLUÇÃO Nº 5/CONSUNI/UFFS/2019 Sistematizado pela Pró-Reitoria de Planejamento da UFFS. Disponível em <https://www.uffs.edu.br/institucional/a_uffs/a_instituicao/plano_de_desenvolvimento_institucional/pdi-2019-2023>. Acesso em: 18 mai. 2022.

PIMENTEL, Ricardo; NOGUEIRA, Eloy Eros da Silva. Estudos baseados na prática: possibilidades metodológicas para pesquisas em estudos organizacionais e em administração. In: EnANPAD, 2016, Salvador. **Anais eletrônicos...** Salvador: ANPAD, 2016. Disponível em: <http://www.anpad.org.br/~anpad/eventos.php?cod_evento=1&cod_evento_edicao=83&cod_edicao_subsecao=1302&cod_edicao_trabalho=21134>. Acesso em: 19 mai. 2022.

SACHS, Ignacy. **Caminhos para o desenvolvimento sustentável**. Rio de Janeiro: Garamond, 2002.

SACHS, Ignacy. **Caminhos para o desenvolvimento sustentável**. Rio de Janeiro: Garamond, 2009.

SACHS, Ignacy. **Desenvolvimento: incluyente, sustentável, sustentado**. Rio de Janeiro: Garamond, 2008.



SERVA, Maurício. Epistemologia da administração no Brasil: o estado da arte. **Cad. EBAPE.BR**, v. 15, nº 4, Apresentação, Rio de Janeiro, Out./Dez. 2017.

SILVA, Paula Gonçalves da; MARCELINO, Anderson da Trindade. Do saber filosófico à ciência crítica: a contribuição do pós-estruturalismo para os estudos críticos em gestão no Brasil. In: EnANPAD, 2016, Salvador. **Anais eletrônicos...** Salvador: ANPAD, 2016.

UFFS - Universidade Federal da Fronteira Sul. **Resolução nº 1/2011 – CONSUNI/CGRAD** – institui e regulamenta, conforme a Resolução CONAES nº 01, de 17 de junho de 2010. 2011. Disponível em: <https://www.uffs.edu.br/atos-normativos/resolucao/consunicgrad/2011-0001/@@download/documento_historico>. 17 de julho de 2022.

_____. **Resolução nº 006/2012 – CONSUNI/CGRAD**. 2012. Disponível em: <http://www.uffs.edu.br/atos-normativos/resolucao/consunicgrad/2012-0006/@@download/documento_historico>. Acesso em: 17 de julho de 2022.

_____. **Resolução Nº 13/CONSUNI CGRAD/UFFS/2013**. 2013. Disponível em <<https://www.uffs.edu.br/atos-normativos/resolucao/consunicgrad/2013-0013>>. Acesso em: 17 de julho de 2022.

_____. **Resolução nº 32/2013 – CONSUNI**. 2013. Disponível em <<https://www.uffs.edu.br/atos-normativos/resolucao/consuni/2013-0032>>. Acesso em: 17 de julho de 2022.

_____. **Resolução nº 33/2013/CONSUNI**. 2013. Disponível em: <<https://www.uffs.edu.br/atos-normativos/resolucao/consuni/2013-0033>>. Acesso em: 17 de julho de 2022.

_____. **Resolução nº 4/CONSUNI CGRAD/UFFS/2014**. 2014. Disponível em: <<https://www.uffs.edu.br/atos-normativos/resolucao/consunicgrad/2014-0004>>. Acesso em: 17 de julho de 2022.

_____. **Resolução nº 5/2014 CONSUNI/CGRAD**. 2014. Disponível em: <<https://www.uffs.edu.br/atos-normativos/resolucao/consunicgrad/2014-0005>>. Acesso em: 17 de julho de 2022.

_____. Resolução nº 8/CONSUNI CGRAD/UFFS/2014 (alterada). **Regulamenta os procedimentos para a validação de componente curricular nos cursos de graduação da UFFS mediante o aproveitamento de conhecimentos prévios**. 2014. Disponível em: <<https://www.uffs.edu.br/atos-normativos/resolucao/consunicgrad/2014-0008>>. Acesso em: 17 de julho de 2022.

_____. a. **Aprova adequações ao novo Estatuto da Universidade Federal da Fronteira Sul**. RESOLUÇÃO Nº 31/CONSUNI/UFFS/2015. 2015. Disponível em: <<https://www.uffs.edu.br/atos-normativos/resolucao/consuni/2015-0031>>. Acesso em 18 mai. 2022.

_____. b. **Aprova o Regulamento do Núcleo de Acessibilidade da UFFS**. Regulamento, Resolução Nº 6/2015 – CONSUNI/CGRAD. 2015. Disponível em: <<https://www.uffs.edu.br/atos-normativos/resolucao/consunicgrad/2015-0006>>. Acesso em 17 de julho de 2022.

_____. c. **Institui a Política de Acesso e Permanência da Pessoa com Deficiência, Transtornos Globais do Desenvolvimento e Altas Habilidades/Superdotação na UFFS**.



Regulamento, Resolução N° 4/2015 – CONSUNI/CGRAD. 2015. Disponível em: <https://www.uffs.edu.br/atos-normativos/resolucao/consunicgrad/2015-0004>>. Acesso em 17 de julho de 2022.

_____. **Resolução n° 006/2015 – CONSUNI/CGRAD.** 2015. Disponível em: <<https://www.uffs.edu.br/atos-normativos/resolucao/consunicgae/2016-0006>>. Acesso em http://www.uffs.edu.br/images/soc/Resolucao_n_6-2015_-_CONSUNI-CGRAD_-_Regulamento_do_Ncleo_de_Acessibilidade.pdf. Acesso em: 17 de julho de 2022.

_____. **Resolução n° 7/2015 – CONSUNI/CGRAD.** 2015. Disponível em: <<https://www.uffs.edu.br/atos-normativos/resolucao/consunicgrad/2015-0007>>. Acesso em: 17 de julho de 2022.

_____. **Resolução n° 008/2016 – CONSUNI/CGAE.** 2016. Disponível em: <<https://www.uffs.edu.br/atos-normativos/resolucao/consunicgae/2016-0008>>. Acesso em: 17 de julho de 2022.

_____. **Edital n° 522/GR/UFFS/2016.** 2016. Disponível em: <<https://www.uffs.edu.br/atos-normativos/edital/gr/2016-0522>>. Acesso em: 17 de julho de 2022.

_____. **Resolução n° 10/2017 – CONSUNI/CGAE.** 2017. Disponível em: <<https://www.uffs.edu.br/atos-normativos/resolucao/consunicgae/2017-0010>>. Acesso em: 17 de julho de 2022.

_____. **Resolução n° 4/CONSUNI/CGAE/UFFS/2018.** 2018. Disponível em: <<https://www.uffs.edu.br/atos-normativos/resolucao/consunicgae/2018-0004>>. Acesso em: 17 de julho de 2022.

_____. **Resolução n° 005/2018 – CONSUNI/CGAE.** 2018. Disponível em: <<https://www.uffs.edu.br/atos-normativos/resolucao/consunicgae/2018-0005>>. Acesso em: 17 de julho de 2022.

_____. **Especialização em Economia Empresarial e Gestão de Pequenos Negócios.** 2017. Disponível em: <<https://www.uffs.edu.br/campi/laranjeiras-do-sul/noticias/campus-laranjeiras-do-sul-especializacao-em-economia-empresarial-e-gestao-de-pequenos-negocios-seleciona-candidatos>>. Acesso em: 17 de julho de 2022.

_____. **RESOLUÇÃO N° 16/CONSUNI/UFFS/2019.** Institui o Programa de Acesso e Permanência a Estudantes Imigrantes (PRÓ-IMIGRANTE), no âmbito da Universidade Federal da Fronteira Sul. 2019. Disponível em: <<https://www.uffs.edu.br/atos-normativos/resolucao/consuni/2019-0016>>. Acesso em: 17 de julho de 2022.

_____. a. **Resolução n° 21/CONSCLS/UFFS/2020.** 2020. Disponível em: <<https://www.uffs.edu.br/atos-normativos/resolucao/conscls/2020-0021>>. Acesso em: 17 de julho de 2022.

_____. a. **PORTARIA N° 147/PROGRAD/UFFS/2021 (REVOGADA).** 2021. Disponível em: <<https://www.uffs.edu.br/atos-normativos/portaria/prograd/2021-0147>>. Acesso em: 17 de julho de 2022.

_____. b. **Resultados da pesquisa aplicada pelo Grupo de Trabalho do Curso de Administração.** Grupo de Trabalho, 2021. Disponível em:



<<https://datastudio.google.com/reporting/f0a3d793-2bac-474a-a6de-5e1dacf53f6b/page/1M>>. Acesso em: 02 mai. 2022.

_____. **c. Audiência pública para o Curso de Administração.** Grupo de Trabalho, 2021. Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=B6Jtukx58ak>>. Acesso em: 02 mai. 2022.

_____. Resolução nº 93/2021 - CONSUNI. **Aprova as diretrizes para a inserção de atividades de extensão e de cultura nos currículos dos cursos de graduação e pós-graduação da Universidade Federal da Fronteira Sul.** 2021. Disponível em: <<https://www.uffs.edu.br/atos-normativos/resolucao/consuni/2021-0093>>. Acesso em: 17 de julho de 2022.

_____. Resolução nº 93/CONSUNI/UFFS/2021. 2021. Disponível em: <<https://www.uffs.edu.br/atos-normativos/resolucao/consuni/2021-0093/@@download/anexo1>>. Acesso em: 17 de julho de 2022.

_____. **PORTARIA Nº 301/PROGRAD/UFFS/2022.** 2022. Disponível em: <<https://www.uffs.edu.br/atos-normativos/portaria/prograd/2022-0301>>. Acesso em: 17 de julho de 2022.

_____. **Resolução nº 40/CGAE/CONSUNI/2022.** 2022. Disponível em: <<https://www.uffs.edu.br/atos-normativos/resolucao/consunicgae/2022-0040/@@download/anexo1>>. Acesso em: 14 de dezembro de 2022.

VILLAR, Eduardo Guedes; ROGLIO, Karina de Déa. Quando sociologia relacional e teoria atorrede se encontram... e o que os estudos organizacionais ganham com isso? In: EnANPAD, 2017, São Paulo. **Anais eletrônicos...** São Paulo: ANPAD, 2017. Disponível em: <http://www.anpad.org.br/eventos.php?cod_evento=1&cod_evento_edicao=89&cod_edicao_subsecao=1453&cod_edicao_trabalho=23357>. Acesso em 19 mai. 2022.



17 ANEXOS

ANEXO I – REGULAMENTO DO ESTÁGIO CURRICULAR SUPERVISIONADO DO CURSO DE GRADUAÇÃO EM ADMINISTRAÇÃO – BACHARELADO – CAMPUS LARANJEIRAS DO SUL

CAPÍTULO I DAS DISPOSIÇÕES PRELIMINARES

Art. 1º Este Regulamento tem por objetivo regulamentar o Estágio Curricular Supervisionado do Curso de Graduação em Administração – Bacharelado e tem como base a Resolução nº 7 CONSUNI CGRAD/UFFS/2015, a Lei Nº 11.788/2008 e as suas possíveis atualizações.

Art. 2º Para os fins do disposto neste Regulamento, considera-se Estágio Curricular Supervisionado, de acordo com a RESOLUÇÃO Nº 7/2015 – CONSUNI/CGRAD e as suas possíveis atualizações, um “tempo-espço de formação teórico-prática orientada e supervisionada, que mobiliza um conjunto de saberes acadêmicos e profissionais para observar, analisar e interpretar práticas institucionais e profissionais e/ou para propor intervenções, cujo desenvolvimento se traduz numa oportunidade de reflexão acadêmica, profissional e social, de iniciação à pesquisa, de reconhecimento do campo de atuação profissional e de redimensionamento dos projetos de formação”.

Art. 3º Para realizar o Estágio Curricular Supervisionado, o acadêmico deve estar devidamente matriculado no Componente Curricular Regular (CCR's) correspondente à estrutura curricular do curso.

CAPÍTULO II DO ESTÁGIO CURRICULAR SUPERVISIONADO

SEÇÃO I DAS DISPOSIÇÕES GERAIS DO ESTÁGIO CURRICULAR SUPERVISIONADO



Art. 4º O Estágio Curricular Supervisionado do Curso de Graduação em Administração - Bacharelado da Universidade Federal da Fronteira Sul (UFFS) será regido por este Regulamento e pelo Regulamento Geral dos Estágios da UFFS 7 CONSUNI CGRAD/UFFS/2015 e suas possíveis atualizações).

Art. 5º O Estágio Curricular Supervisionado do Curso de Graduação em Administração - Bacharelado será realizado a partir da quarto nível compreendendo 300 horas, assim distribuídos:

I - Estágio Curricular Supervisionado I: 4ª nível, correspondendo a 150 horas;

II - Estágio Curricular Supervisionado II: 5ª nível, correspondendo a 150 horas.

Art. 6º O Estágio Curricular Supervisionado compreende a observação, o planejamento, a execução e a avaliação das ações desenvolvidas no campo de estágio.

Art. 7º A realização do Estágio Curricular Supervisionado, obrigatório a todos os estudantes do Curso de Graduação em Administração – Bacharelado, deverá ocorrer, preferencialmente, de forma individual e ao contraturno das aulas regulares, a critério do professor do CCR de Estágio em concordância com o professor responsável.

SEÇÃO II

DOS OBJETIVOS DO ESTÁGIO CURRICULAR SUPERVISIONADO

Art. 8º O Estágio Curricular Supervisionado do Curso de Graduação em Administração - Bacharelado tem por objetivos:

I - promover a aproximação do estudante com a realidade profissional;

II - desenvolver a capacidade de observação e de interpretação contextualizada da realidade da teoria administrativa com o mercado profissional;

III - promover atividades de intervenção a partir de um projeto deliberado, que envolvam conhecimentos administrativos, contextuais e de áreas específicas;

IV - fomentar a pesquisa como base do planejamento das atividades de intervenção e da análise dos resultados.

SEÇÃO III



DO CAMPO DE ESTÁGIO CURRICULAR SUPERVISIONADO

Art. 9º Constituem-se em campo de Estágio Curricular Supervisionado do Curso de Administração as organizações devidamente conveniadas à UFFS.

Art. 10 O contato com o campo de Estágio Curricular Supervisionado deverá ser realizado pelo estudante, mediado pelo professor Coordenador de Estágio quando se fizer necessário.

Art. 11 Os convênios com o campo de Estágio Curricular Supervisionado serão formalizados pelo Setor responsável pelos estágios no *campus*.

SEÇÃO IV

DA ORGANIZAÇÃO DO ESTÁGIO CURRICULAR SUPERVISIONADO

Art. 12 O Estágio Curricular Supervisionado do Curso de Graduação em Administração – Bacharelado será desenvolvido a partir do quarto nível do curso e compreenderá, basicamente, as seguintes etapas:

I - ESTÁGIO CURRICULAR SUPERVISIONADO I (4º nível): Investigar, analisar, compreender e sistematizar, por meio da pesquisa, da extensão e da inserção no mercado profissional, elementos concretos acerca da realidade da organização, seu funcionamento, na inter-relação entre universidade e comunidade, apreendendo aspectos da diversidade dos sujeitos e de sua inclusão no espaço profissional, tendo como elementos mediadores deste processo a observação, a pesquisa de campo, a análise crítica e o desenvolvimento de uma ação de intervenção a partir do que é ensinado em sala de aula.

II - ESTÁGIO CURRICULAR SUPERVISIONADO II (5º nível): Discussão sobre as competências, as habilidades, a ética e a moral profissionais necessárias para a prática da teoria aprendida em sala de aula fazendo com que o(a) estudante pratique uma identidade empreendedora dos eixos de gestão da inovação e da gestão das organizações.

Parágrafo único. Será destinado, ao professor responsável por fazer o acompanhamento de estudantes no local de estágio, conforme art. 3º, inciso II da Resolução



04/2018106/CONSUNI/UFFS/2022 – CONSUNI/CGAE e das suas possíveis atualizações carga horária correspondente a 1 (uma) hora-aula semanal para cada 3 (três) orientações/supervisões de estágio.

Art. 13 Os projetos e os relatórios de Estágio Curricular Supervisionado deverão ser apresentados em conformidade com o modelo produzido pela Coordenação de Estágio do curso.

SEÇÃO V

DA ESTRUTURA DE TRABALHO PARA O ESTÁGIO CURRICULAR SUPERVISIONADO NO ÂMBITO DO CURSO

Art. 14 As atividades de observação, planejamento, execução e avaliação do Estágio Curricular Supervisionado serão desempenhadas pelo Coordenador de estágio, pelo professor titular do CCR, pelos professores orientadores e pelo Setor responsável pelos estágios no *campus*.

SUBSEÇÃO I

DO COORDENADOR DO ESTÁGIO CURRICULAR SUPERVISIONADO

Art. 15 A coordenação do Estágio Curricular Supervisionado será exercida por professor indicado pelo Colegiado do Curso de Administração, dentre os professores orientadores de estágio.

Art. 16 São atribuições do Coordenador do Estágio Curricular Supervisionado:

- I – zelar pela organicidade do estágio no Curso de Administração e pela sua articulação com os componentes curriculares, com as demandas dos estudantes, com a vida institucional e com os campos de estágio;
- II – fomentar a discussão teórico-prática do estágio no Curso de Administração;
- III – planejar as ações relacionadas ao desenvolvimento do estágio junto com os professores orientadores de estágio do Curso de Administração;



- IV – convocar e coordenar reuniões com professores orientadores e com os supervisores de estágio, sempre que necessário;
- V - definir os campos de estágio conjuntamente com o corpo de professores orientadores de estágio;
- VI – promover a articulação entre os campos de estágio e as demandas dos estudantes;
- IV – encaminhar oficialmente os estudantes aos respectivos campos de estágio;
- VII – fornecer informações necessárias relacionadas ao estágio aos professores orientadores e aos supervisores externos;
- VIII – apresentar informações quanto ao andamento dos estágios, aos diversos órgãos da administração acadêmica da UFFS;
- IX – acompanhar e supervisionar todas as etapas do Estágio Curricular Supervisionado, observando o que dispõe este Regulamento e demais normas aplicáveis;
- X – promover a socialização dos resultados das atividades de estágio no Curso de Administração e entre os cursos de Bacharelado do *Campus*.
- XI – demais atribuições definidas no Regulamento de Estágios da UFFS (Resolução 7 CONSUNI CGRAD/UFFS/2015 e suas possíveis atualizações).

SUBSEÇÃO II

DO PROFESSOR DO CCR DE ESTÁGIO CURRICULAR SUPERVISIONADO

Art. 17 O professor do CCR de Estágio Curricular Supervisionado será definido pelo Colegiado de Curso.

Art. 18 São atribuições do professor do CCR:

- I – coordenar as atividades didáticas referentes ao CCR, articulando conhecimentos dos diferentes domínios curriculares;
- II – fornecer informações à coordenação do Estágio Curricular Supervisionado sobre o andamento das atividades de estágio e o desempenho dos estudantes;
- III – assessorar os estudantes na elaboração dos projetos e relatórios de estágio;
- IV – avaliar, em conjunto com a coordenação de estágio, as diversas etapas do Estágio Curricular Supervisionado do curso;
- V – participar das atividades programadas pelo coordenador de estágio;



VI – acompanhar o trabalho dos professores orientadores;

SUBSEÇÃO III

DOS PROFESSORES ORIENTADORES DO ESTÁGIO CURRICULAR SUPERVISIONADO

Art. 19 Os professores orientadores do Estágio Curricular Supervisionado serão definidos pelo Colegiado de curso.

Parágrafo único. a designação dos orientadores de estágio será feita pelo Colegiado de Curso, ouvido o professor do CCR de Estágio, e a distribuição das orientações caberá à coordenação de estágio, que fará o ajuste das demandas, após ouvir o interesse pessoal dos estudantes.

Art. 20 Aos professores orientadores será destinada carga horária compatível ao desenvolvimento dessa atividade, como limite máximo de até 15 (quinze), conforme artigo 40 § 1º e do Regulamento de Estágio da UFFS (Resolução 7/2015-CONSUNI/CGRAD e suas possíveis atualizações).

Parágrafo único. De acordo com o § 2º, o limite de 15 estudantes pode ser maior quando não houver docentes em número suficiente para atendê-los.

Art. 21 São atribuições dos professores orientadores:

I – participar das atividades programadas pelo coordenador de estágio;

II - organizar estudos temáticos relacionados às demandas levantadas pelos estudantes na observação escolar;

III - orientar o processo de construção do projeto de Estágio;

IV - fornecer informações ao professor do CCR de Estágio Curricular Supervisionado quanto ao andamento e desempenho das atividades dos estagiários;

VI – avaliar o processo do estágio dos estudantes sob sua orientação junto com o professor do CCR de Estágio.

VII – acompanhar os estudantes no campo de estágio;

VIII - avaliar e emitir pareceres sobre relatórios parciais e finais de estágio;

IX - organizar, em acordo com o orientando, um cronograma de encontros de orientação.



SEÇÃO VI

DO SETOR RESPONSÁVEL PELOS ESTÁGIOS NO *CAMPUS*

Art. 22 O Setor responsável pelos estágios no *campus* assessora o processo de realização dos estágios curriculares supervisionados no que se refere ao suporte apoio técnico-administrativo.

Art. 23 São atribuições do Setor responsável pelos estágios no *campus*:

I - Conveniar organizações para estágios.

II - Obter e divulgar junto com os coordenadores de estágios dos cursos as oportunidades de estágios.

III - Fiscalizar as Unidades Concedentes de Estágio (UCE).

IV - Emitir e arquivar Termos de Convênio e de Compromisso.

V - Fazer o registro e controle das Apólices de Seguro.

VI - Arquivar relatórios e planos de atividades de estágio.

VII - Propor formulários para o Plano e o Relatório de Atividades.

VIII - Emitir documentação comprobatória de realização e conclusão de estágios (certificados).

IX - Cumprir outras atribuições constantes no Regulamento de Estágio da UFFS 7 CONSUNI CGRAD/UFFS/2015 e suas possíveis atualizações).

SEÇÃO VII

DOS SUPERVISORES EXTERNOS DO ESTÁGIO CURRICULAR SUPERVISIONADO

Art. 24 Os supervisores externos do Estágio Curricular Supervisionado serão indicados pelos campos de estágio, dentre os profissionais com formação ou experiência na área do curso.

Art. 25 São atribuições dos supervisores externos:

I – apresentar o campo ao estudante estagiário;

II – facilitar seu acesso à documentação da instituição;

III – orientar e acompanhar a execução das atividades de estágio;



- IV – informar ao professor do CCR de Estágio Curricular Supervisionado ou ao coordenador do estágio quanto ao andamento das atividades e o desempenho do estudante;
- V – avaliar o desempenho dos estagiários, mediante preenchimento de parecer avaliativo;
- VI – Demais atribuições definidas no regulamento de estágios da UFFS 7 CONSUNI CGRAD/UFFS/2015.

SEÇÃO VIII DAS OBRIGAÇÕES DO ESTAGIÁRIO

Art. 26 São obrigações do estudante estagiário:

- I – entrar em contato com a entidade-campo na qual serão desenvolvidas as atividades de estágio, munido de carta de apresentação e termo de compromisso;
- II – participar de reuniões e atividades de orientação para as quais for convocado;
- III – cumprir todas as atividades previstas para o processo de estágio, de acordo com o projeto pedagógico do curso e o que dispõe este Manual;
- IV – respeitar os horários e normas estabelecidos na entidade-campo, bem como seus profissionais e estudantes;
- V – manter a ética no desenvolvimento do processo de estágio;
- VI – cumprir as exigências do campo de estágio e as normas da UFFS relativas ao Estágio Curricular Supervisionado.
- VII – demais atribuições definidas no regulamento de estágios da UFFS Resolução 7 CONSUNI CGRAD/UFFS/2015
- VII – demais atribuições definidas no regulamento de estágios da UFFS Resolução 7 CONSUNI CGRAD/UFFS/2015 e suas possíveis atualizações.

SEÇÃO IX DA AVALIAÇÃO NO ESTÁGIO CURRICULAR SUPERVISIONADO

Art. 27. A carga horária dos componentes curriculares que integram o Estágio Curricular Supervisionado será assim distribuída (Resolução 4/CONSUNI/CGAE/UFFS/2018 e suas possíveis atualizações):

1 Quadro 18 - Carga horária de estágio

Carga horária (em horas)			
	Total	I – aulas teórico elaboração do plano de estágio e do relatório de avaliação	III – atividades de estágio desenvolvida pelo estudante
Estágio Curricular	150	15	



Supervisionado I			135
Estágio Curricular Supervisionado II	150	15	135

Fonte: UFFS, 2023.

SUBSEÇÃO I

DAS CONDIÇÕES GERAIS DA AVALIAÇÃO NO ESTÁGIO CURRICULAR SUPERVISIONADO

Art. 28 A avaliação do estagiário será realizada pelo professor do CCR de Estágio, pelo professor orientador e pelo supervisor externo do estágio.

Art. 29 Para a aprovação em cada um dos componentes curriculares de Estágio Curricular Supervisionado, o estudante deverá cumprir cada uma das etapas previstas, envolvendo observação, planejamento, execução e relatório.

Parágrafo único. Após a homologação, os critérios e as formas de avaliação constarão nos respectivos planos de curso dos componentes curriculares do Estágio Curricular Supervisionado.

Art. 30 O registro das atividades de estágio deverá ser acompanhado e avaliado pelo professor de estágio.

Art. 31 Será considerado aprovado o estudante-estagiário que ao final do estágio apresentar os documentos solicitados pelos planos de curso dos respectivos estágios, obtiver a média final prevista no Regulamento de Graduação da UFFS e tiver concluído a carga horária total de cada CCR de Estágio Curricular Supervisionado constante nas atividades curriculares.

§ 1º O estudante-estagiário será também avaliado quanto à/ao:

- I - Participação e organização nas atividades desenvolvidas durante as aulas de estágio curricular supervisionado;
- II - Atuação, organização, assiduidade, compromisso e responsabilidade nos períodos destinados ao acompanhamento e participação;
- III – Atuação, organização, assiduidade, compromisso e responsabilidade nos períodos destinados aos estágios em ambientes não acadêmicos, ou seja, profissionais;



IV - Planejamento e execução de projetos de intervenção, quando tais projetos forem aplicados;

V- Participação nas atividades previstas nos projetos de intervenção;

VI - Controle de frequência às atividades programadas;

VII- Elaboração das atividades finais do estágio (relatórios, artigos científicos ou resumos expandidos).

CAPÍTULO III DAS DISPOSIÇÕES GERAIS E TRANSITÓRIAS

Art. 32 O aluno poderá realizar, em qualquer período do curso, estágio não obrigatório (Estágio Extracurricular), o qual obedecerá ao exposto nas diretrizes curriculares nacionais referentes ao curso, à legislação de estágios vigente e à regulamentação de estágios da UFFS CONSUNI CGRAD/UFFS/2015 e suas possíveis atualizações), além do previsto neste regulamento, devendo ser realizado nas seguintes áreas: Administração Financeira; Administração Geral; Administração da Produção, Logística e Materiais; Administração de Pessoas; Administração de Marketing; Administração de Cooperativas; Planejamento Estratégico; Pesquisa Operacional; Comércio Exterior; Administração de Sistemas de Informação; e áreas afins com a Administração.

Art. 33 Os casos omissos neste Regulamento de Estágio Curricular serão decididos pela Coordenação de Estágio do Curso cabendo recurso ao Colegiado de curso.

Art. 34 Este Regulamento de Estágio Curricular do Curso de Administração entra em vigor após a sua aprovação pelo Colegiado de Curso.



ANEXO II - REGULAMENTO DAS ATIVIDADES CURRICULARES COMPLEMENTARES DO CURSO DE GRADUAÇÃO EM ADMINISTRAÇÃO – BACHARELADO

Dispõe sobre a participação dos acadêmicos do curso de Administração em atividades curriculares complementares, em atendimento ao que prevê o Projeto Pedagógico de Administração, Resolução N° 40 CONSUNI CGAE/UFFS/2022 e as suas possíveis atualizações.

CAPÍTULO I DISPOSIÇÕES GERAIS

Art. 1º Compreende-se por Atividades Curriculares Complementares (ACC's) do curso de Administração – *Campus* Laranjeiras do Sul aquelas atividades realizadas pelo acadêmico, de livre escolha e o qual aderem-se à complementação dos conteúdos ministrados no curso e/ou atualização de temas e tópicos emergentes oriundos ao campo da Administração, ao mesmo tempo em que favoreçam o desenvolvimento de estudos independentes, transversais, multidisciplinares e/ou interdisciplinares, além do desenvolvimento científico e de habilidades comportamentais, auxiliando na consolidação do perfil do egresso.

Art. 2º Os objetivos das ACCs são: oportunizar novos conteúdos do campo da Administração, garantir um leque ampliado de temas para o currículo obrigatório; aproximar o acadêmico sobre o debate da sustentabilidade organizacional, principalmente no tocante a realidade social e profissional; propiciar a possibilidade de aprofundamento temático e interdisciplinar; fomentar no acadêmico a prática e estudos ao empreendedorismo e inovação.

Art. 3º As ACC's propiciam ao curso a flexibilidade exigida pelas Diretrizes Curriculares Nacionais.

CAPÍTULO II FORMAS DE REALIZAÇÃO DAS ATIVIDADES CURRICULARES COMPLEMENTARES



Art. 4º As ACC's têm carga horária mínima prevista de 300 horas, divididas em onze modalidades, conforme indicadas nos capítulos III, IV, V, VI, VII, VIII, IX, X, XI, XII e XIII deste Regulamento.

Art. 5º As atividades somente serão aceitas se realizadas após o ingresso do acadêmico na UFFS, as quais serão comprovadas mediante apresentação dos documentos expostos no Capítulo XIV, deste Regulamento, exceto o que consta no Art. 20 deste Regulamento.

Art. 6º As ACC's serão avaliadas e reconhecidas semestralmente, por um professor designado pela coordenação do curso ou pelo colegiado.

CAPÍTULO III DOS PROGRAMAS E PROJETOS DE EXTENSÃO E INICIAÇÃO CIENTÍFICA INSTITUCIONAL

Art. 7º Entende-se por programa/projeto de extensão institucional, aqueles vinculados a UFFS ou outras instituições.

Parágrafo único. As ACC's se diferenciam das Atividades Curriculares de Extensão e Cultura (ACE) quanto ao seu serviço à comunidade. A atividade de aluno como ouvinte a algum curso de extensão, não como protagonista, é convalidada como ACC. ACE ocorre quando o aluno é protagonista prestando a algum serviço à comunidade.

Art. 8º Os acadêmicos bolsistas e/ou voluntários que desenvolvem projetos aprovados terão direito a apropriação de 90 (noventa) horas e, caso os resultados do projeto sejam apresentados em evento, terá direito ao cômputo de 30 (trinta) horas adicionais.

Parágrafo único. O conjunto de horas dessa atividade totalizará ao máximo 120 (cento e vinte) horas.

CAPÍTULO IV



DAS MONITORIAS E ESTÁGIOS NÃO OBRIGATÓRIOS

Art. 9º Consideram-se monitorias e estágios não obrigatórios às atividades realizadas em sala de aula e aos espaços destinados à formação profissional que tenham estreita relação com atividades exercidas no campo da Administração.

Art. 10 Cada monitoria e/ou estágio desenvolvido equivale até 60 (sessenta) horas, totalizando, pelo máximo de 90 (noventa) horas.

Art. 11 Cada estágio não obrigatório desenvolvido deverá ser aprovado pelo coordenador de estágios do curso e sua equivalência se dará até 60 (sessenta) horas, totalizando ao máximo 90 (noventa) horas.

Parágrafo único. O aluno poderá realizar a qualquer período do curso, estágio não obrigatório, o qual obedecerá ao exposto pelas diretrizes curriculares nacionais referentes ao curso, à legislação de estágios vigente e à regulamentação de estágios da UFFS, além do previsto neste regulamento, devendo ser realizado nas seguintes áreas: Administração Financeira; Administração Geral; Administração da Produção, Logística e Materiais; Administração de Pessoas; Administração de Marketing; Administração de Cooperativas; Planejamento Estratégico; Pesquisa Operacional; Comércio Exterior; e, Administração de Sistemas de Informação."

CAPÍTULO V

DA PARTICIPAÇÃO NA EMPRESA JÚNIOR

Art. 12 A participação na Empresa Júnior pode se dar de três formas:

- I. Participação como dirigente: 90 (noventa) horas por ano.
- II. Participação como membro efetivo: 60 (sessenta) horas por ano.
- III. Participação na execução de projetos de consultoria: 15 horas por projeto limitado a 90 (sessenta) horas.

Parágrafo único. O conjunto de horas dessa atividade totalizará ao máximo de 120 (cento e vinte) horas.

CAPÍTULO VI



DA PARTICIPAÇÃO EM AMBIENTES DE INOVAÇÃO E EMPREENDEDORISMO/INCUBADORA

Art. 13 A participação na Incubadora pode se dar de três formas:

- I. Participação como equipe de trabalho em ambiente de inovação e empreendedorismo/incubadora: 90 (noventa) horas por ano.
- II. Participação na execução de projetos de assessoria/consultoria de ambiente de inovação e empreendedorismo/incubadora: 30 horas por projeto limitado a 90 (noventa) horas.

Parágrafo único. O conjunto de horas dessa atividade totalizará, no máximo, 120 (cento e vinte) horas.

CAPÍTULO VII

CURSOS DE APERFEIÇOAMENTO

Art. 14 Considera-se cursos de aperfeiçoamento aqueles realizados pelos acadêmicos sendo: os cursos, os minicursos e outras atividades que propiciem seu aperfeiçoamento. Serão considerados cursos presenciais e a distância. A carga horária mínima é de 8 (oito) horas, até o limite de 30 (trinta) horas, por atividade.

Parágrafo único. O conjunto de horas dessa atividade totalizará, no máximo, 90 (noventa) horas.

CAPÍTULO VIII

DAS VIAGENS DE ESTUDO

Art. 15 Serão consideradas viagens de estudo, aquelas programadas e/ou acompanhadas por servidor da UFFS, destinadas a ampliar os conhecimentos a respeito de temáticas tratadas em sala de aula ou para atualização de conteúdos, sendo as mesmas certificadas.

Parágrafo único. Para cada dia de viagem será computado 8 (oito) horas e o conjunto de horas dessa atividade totalizará ao máximo 90 (noventa) horas.

CAPÍTULO IX

PARTICIPAÇÃO EM EVENTOS: CONGRESSOS, SIMPÓSIOS, JORNADAS E OUTROS



Art. 16 Será considerada a participação nos seguintes eventos: congressos, seminários, simpósios, semanas acadêmicas, conferências, colóquios, jornadas acadêmicas, palestras, oficinas, mesas redondas, painéis, encontros, fóruns, ciclos, webinários e outros de natureza similar:

- I. Para estas atividades a carga horária mínima por evento é de 2 (duas) horas, totalizando até 30 (trinta) horas por evento.
- II. Na condição de apresentador de trabalho ou palestrante, o acadêmico terá direito a crédito adicional de 15 (quinze) horas por trabalho ou palestra.

Parágrafo único. O conjunto de horas dessa atividade totalizará ao máximo 90 (noventa) horas.

CAPÍTULO X DA PUBLICAÇÃO E ORGANIZAÇÃO DE EVENTOS

Art. 17 A cada artigo publicado em revista científica indexada (com Qualis) serão computados 60 (sessenta) horas e não indexada 30 (trinta) horas.

Art. 18 A cada publicação aos anais de eventos científicos e/ou extensão serão computados 30 (trinta) horas por artigo completo e 15 (quinze) horas para resumo ou resumo expandido.

Art. 19 Será atribuído 30 (trinta) horas para a participação de organização de eventos.

Parágrafo único. O conjunto de horas dessa atividade totalizará ao máximo 90 (noventa) horas.

CAPÍTULO XI DAS DISCIPLINAS ISOLADAS E/OU CURSOS SEQUENCIAIS DE GRADUAÇÃO

Art. 20 Os CCR isolados, que não tenham sido validados como componentes curriculares do curso, poderão ser considerados como ACC, desde que cursados até 2 (dois) anos antes do ingresso no curso e será atribuída a sua própria carga horária.

Parágrafo único. O conjunto de horas dessa atividade totalizará, no máximo, 90 (noventa) horas.



CAPÍTULO XII

DA PARTICIPAÇÃO EM COLEGIADO DE CURSO, ÓRGÃOS COLEGIADOS SUPERIORES E GRUPOS ARTÍSTICO CULTURAIS CREDENCIADOS OU REGULARMENTE CONSTITUÍDOS

Art. 21 A participação, na condição de representante, em colegiado do curso, órgãos colegiados superiores da UFFS, membro de grupos artísticos culturais credenciados e atividades voluntárias vinculadas a clubes de serviços ou regularmente constituídos e vinculados à UFFS, podem totalizar até 30 (trinta) horas por ano de participação, até o máximo de 90 (noventa) horas.

CAPÍTULO XIII

ATIVIDADES DE GESTÃO

Art. 22 Serão consideradas como atividades de gestão:

I Bolsa Trabalho (obrigatória a apresentação do contrato e declaração de atividades desenvolvidas e carga horária).

II Exercício em Atividade Profissional na área de formação (obrigatória a apresentação do referido registro em carteira de trabalho - CTPS, declaração da empresa informando data de admissão, cargo e situação atual e, para os casos de desligamento, cópia do termo de rescisão de contrato).

III Sócio/proprietário de empresa (obrigatória a apresentação do Contrato devidamente registrado na junta comercial, e declaração do escritório de contabilidade responsável pela empresa sobre a condição atual do acadêmico na referida empresa).

Parágrafo único: Será considerado a carga horária de 30 horas por ano de exercício em cada atividade e o conjunto de horas dessa atividade totalizará, ao máximo, 90 (noventa) horas.

CAPÍTULO XIV

DOS PROCEDIMENTOS PARA VALIDAÇÃO DAS ATIVIDADES CURRICULARES COMPLEMENTARES

Art. 23 Para validar as ACC's o acadêmico deverá preencher e apresentar o formulário específico para esse fim via SIGAA, acompanhado dos respectivos comprovantes das atividades desenvolvidas, junto à Secretaria Acadêmica.



Parágrafo único. Os comprovantes a que se refere o artigo dizem respeito a certificados ou declarações e aos casos de publicações científicas, a cópia das mesmas, sendo de evidência verificável por certificado contendo período e carga horária.

Art. 24 Os professores responsáveis por avaliar os pedidos deverão emitir parecer de validação, que deverá ser entregue à coordenação do curso para os demais encaminhamentos.

Art. 25 As ACCs serão validadas de acordo com as seguintes cargas horárias mínimas e máximas:

Capítulo/grupo	Carga horária do Grupo		Atividades realizadas	Carga horária máxima da atividade
	Mín.	Máx.		
I Realização de testes de proficiência de língua estrangeira	2h	2h	Teste de língua inglesa TOEFL/ITP e outros	2h
II Dos programas e projetos de extensão	0h	120h	I Participação como bolsista (extensão)*	90h
			II Participação como voluntário (extensão)*	90h
			III Publicação de trabalho (extensão)*	30h
III Dos programas, grupos e projetos de iniciação científica institucional e de pesquisa	0h	120h	I Participação como bolsista	90h
			II Participação como voluntário	90h
			III Publicação de trabalho	30h
IV Das monitorias e estágios não obrigatórios	0h	90h	I Participação como monitor	60h
			II Participação em estágio não obrigatório	60h
V Da participação pela empresa júnior	0h	120h	I Participação como dirigente*	90h
			II Participação como membro efetivo*	60h
			III Participação em projetos (horas do projeto)*	90h
VI Da participação em ambientes de inovação e empreendedorismo/incubadora	0h	120h	I. Participação como equipe de trabalho em ambiente de inovação e empreendedorismo/incubadora	90h
			II. Participação na execução de projetos de assessoria/consultoria de ambiente de inovação e empreendedorismo/incubadora	90h
VI Cursos de aperfeiçoamento	8h	90h	I Cursos de aperfeiçoamento	90hs
VIII Das viagens de estudo	8h	90h	Visita técnica monitorada	16h/ano
IX Participação em eventos:	2h	90h	I Participação em eventos:	



Capítulo/grupo	Carga horária do Grupo		Atividades realizadas	Carga horária máxima da
	Mín.	Máx.		
semanas acadêmicas, congressos, simpósios, jornadas e outros			congressos, simpósios, jornadas e outros como ouvinte	15h
			II Participação em eventos: congressos, simpósios, jornadas e outros como apresentador ou palestrante	30h
X Da publicação	0h	90h	I Artigo publicado em revista científica indexada com Qualis*	60h
			II Artigo publicado em revista científica não indexada*	30h
			III Publicação de artigo completo em anais de eventos científicos ou de extensão*	30h
			IV Publicação de resumo ou resumo expandido em anais de eventos científicos ou de extensão*	15h
			V Publicação em revistas ou jornais não científicos, mas de grande circulação e, tradicionalmente, conhecidos como fonte de informação regional ou nacional	
XI Dos CCR's isolados e/ou cursos sequenciais de graduação	0h	90h	I Participação em CCR isolado	Carga horária do CCR
XII Da participação em colegiado de curso, órgãos colegiados superiores, grupos artístico culturais credenciados e atividades voluntárias vinculadas a clubes de serviços ou regularmente constituídos	0h	120h	I Da participação em colegiado de curso, órgãos colegiados superiores, grupos artístico culturais credenciados e atividades voluntárias vinculadas a clubes de serviços ou regularmente constituídos	30h/ano
XIII Atividades de gestão	0h	90h	I Bolsa trabalho	30h/ano
			II Exercício em Atividade Profissional	30h/ano
			III Sócio/proprietário de empresa	30h/ano

*Atividades registradas como ensino, pesquisa, extensão e cultura ao histórico escolar discente.

CAPÍTULO XV

DAS DISPOSIÇÕES GERAIS E TRANSITÓRIAS



Art. 26 Cabe ao professor que realizará a análise avaliar a aderência das atividades submetidas à análise, respeitando as Diretrizes Curriculares Nacionais e o PPC do Curso de Administração.

Art. 27 Os casos não previstos neste regulamento serão dirimidos pelo Colegiado do curso de Administração.



ANEXO III - REGULAMENTO DE TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO (TCC) DO CURSO DE GRADUAÇÃO EM ADMINISTRAÇÃO – BACHARELADO – CAMPUS LARANJEIRAS DO SUL

O presente Anexo destina-se a fornecer informações detalhadas sobre o processo de Trabalho de Conclusão de Curso (TCC) do curso de Administração da Universidade Federal da Fronteira Sul – *Campus* de Laranjeiras do Sul a todos os segmentos nele envolvidos, incluindo-se professores (as) orientadores (as), co-orientadores (as) e alunos (as).

Constitui-se em um instrumento que tem por finalidade orientar e normatizar as atividades desenvolvidas pelo discente, considerando que o mesmo ocorre ao momento de conclusão de seu curso de graduação, inserido já em atividades de cunho profissional, necessitando traduzir num trabalho prático ou teórico, os conhecimentos adquiridos durante seu período universitário.

CAPÍTULO I DOS OBJETIVOS E CARACTERÍSTICAS

Art. 1º O Trabalho de Conclusão de Curso (TCC) do Curso de Administração é o resultado de um processo de investigação individual ou em dupla, que o (os) acadêmico (s) desenvolve a partir da identificação de um problema de pesquisa, sob a orientação de um professor designado pelo Colegiado de Curso e expresso de acordo com alguma das modalidades sugeridas no artigo 3º. O TCC é compreendido como atividade culminante do percurso formativo, vinculado ao perfil do egresso do Curso.

Art. 2º TCC é parte integrante do percurso curricular obrigatório e seu desenvolvimento efetua-se aos componentes curriculares TCC I e TCC II, dedicados à elaboração e desenvolvimento de alguma das propostas de modalidade de trabalho e à sua execução e apresentação pública, respectivamente.

Art. 3º Os componentes curriculares TCC I e TCC II deverão ser desenvolvidos de acordo com uma das seguintes modalidades:

Modalidade I - Pesquisa (tipos: pesquisa quantitativa e qualitativa, pesquisa participante, pesquisa bibliográfica, estudo de caso; pesquisa etnográfica, pesquisa de



campo, pesquisa experimental, pesquisa documental pesquisa de mercado e pesquisa com métodos mistos);

Modalidade II – Planos e Projetos (tipos: plano de negócios; projetos; projeto social);

Modalidade III – Diagnóstico/Consultoria;

Modalidade IV - Desenvolvimento de Novos Produtos, Serviços ou Protótipos.

Parágrafo único. O Colegiado do Curso de Administração poderá, a seu critério, vincular as horas do estágio obrigatório ao cumprimento dos CCR's TCC I e TCC II, conforme a modalidade de TCC requerida.

Art. 4º A Modalidade I Pesquisa – deverá abordar um problema de pesquisa vinculado ao perfil de formação do curso, ter originalidade e seguir as normas éticas de pesquisa.

Art. 5º A Modalidade II – Planos e Projetos: enfoca três formas de abordagem: plano de negócios, projetos e projeto social.

Art. 6º Modalidade III – Diagnóstico e Consultoria, a ser desenvolvido em uma única organização ou órgão de gestão pública.

Art. 7º Modalidade IV - Desenvolvimento de Novos Produtos, Serviços ou Protótipos.

Parágrafo único. A solução, seja produto/serviço/protótipo, seguirá a lei de propriedade intelectual vigente no estado do Paraná.

CAPÍTULO II DO DESENVOLVIMENTO DOS TCC I E TCC II

Seção I - do TCC I

Art. 8º O trabalho apresentado ao final do TCC I deverá atender, de acordo com a modalidade adotada, aos itens definidos pelo Colegiado de Curso para este fim e seguir a formatação de acordo com o Manual de Trabalhos Acadêmicos da UFFS e/ou com o Plano de Curso de TCC I e DE TCC II.



Parágrafo único. Os trabalhos poderão ser no formato de artigo ou de outra forma, dependendo da sua modalidade e o que for acordado com o professor orientador.

Art. 9º A elaboração do trabalho será acompanhada por um professor orientador, de acordo com a modalidade escolhida com a anuência do professor orientador e aprovada pelo colegiado:

§ 1º O Professor Orientador deverá, obrigatoriamente, pertencer ao corpo docente da UFFS, ao qual o estudante está vinculado, podendo existir coorientador da UFFS ou de outra instituição de ensino ou de pesquisa com titulação mínima de mestrado.

§ 2º O coorientador terá por função auxiliar ao desenvolvimento das atividades, com conhecimento aprofundado e reconhecido ao assunto em questão, a exemplo de um consultor ou um gestor posicionado fora do mundo acadêmico.

Art. 10 O estudante deverá apresentar o trabalho ao final do TCC I, em Seminário de Qualificação, cuja nota é atribuição exclusiva do orientador.

Art. 11 Uma vez aprovado o Trabalho de TCC I, a mudança de modalidade de pesquisa somente poderá ocorrer havendo concordância do professor orientador e do coordenador do TCC, sendo requerida nova avaliação.

Art. 12 No desenvolvimento das atividades relacionadas ao TCC I, o acadêmico deverá cumprir os seguintes prazos:

I - No início do semestre, o estudante matriculado ao Componente Curricular Regular (CCR) TCC I deverá formalizar sua intenção de trabalho ao docente coordenador do TCC, mediante preenchimento de formulário próprio definido pelo Colegiado de Curso, onde escolherá uma das quatro modalidades de trabalho para desenvolver o seu TCC I e o seu TCC II;

II– Entregar ao coordenador do TCC I o Termo de Compromisso de Orientação até 40 dias após o início do período letivo regular com assinatura do professor orientador;

III - Respeitar os prazos estabelecidos pelo coordenador do TCC I e pelo professor orientador.

IV – Considerar pesquisa quanto à sua necessidade e obter um parecer do Comitê de Ética em Pesquisa (CEP) do *campus* e de demais CEP's, a serem necessários para anuência da pesquisa. Os trâmites condizentes deverão ser consultados previamente.



Seção II - do TCC II

Art. 13 O TCC II é CCR obrigatório, ofertado na sétimo nível do Curso, com carga horária de 90 horas, dedicado à execução de uma das modalidades de pesquisa aprovadas no TCC I e à sua defesa pública.

Art. 14 A apresentação do trabalho será de acordo com a modalidade escolhida pelo aluno, sob orientação do professor orientador, seguindo o Manual de Trabalhos Acadêmicos da UFFS.

Art. 15 A versão do trabalho destinada à avaliação da banca examinadora deverá ser entregue somente após as correções realizadas pelo professor orientador, e será encaminhada ao coordenador do TCC II, através da plataforma do Sistema Integrado de Gestão de Atividades Acadêmicas (SIGAA).

Art. 16 A defesa do trabalho, de acordo com a modalidade escolhida, deverá ser apresentada e defendida por seminário público planejado, semestralmente, pelo Colegiado de Curso com banca examinadora.

Art. 17 Cabe ao coordenador do TCC II encaminhar cópia digital do trabalho desenvolvido de acordo com a modalidade (I, II, III ou IV) para os membros da banca examinadora, no prazo de quinze dias antes das apresentações orais.

Art. 18 Após a defesa e feitas as correções sugeridas pela banca examinadora, sob orientação do professor orientador, o estudante deverá entregar para a Coordenação de TCC a Ficha de Acompanhamento do Orientador com a indicação da carga horária de orientação, devidamente assinada pelo orientador e orientado.

Parágrafo único. O Colegiado de Curso definirá formulário de acompanhamento do orientador.

Art. 19 Finalizadas as correções sugeridas pela banca examinadora e procedida a análise destas pelo Orientador, o estudante deverá encaminhar à Coordenação de Curso uma cópia



digital de seu trabalho, com ficha catalográfica e termo de cessão de direitos autorais (UFFS), bem como declaração do orientador relativa à correção textual.

Art. 20 A versão final do trabalho deverá ser destinada à Biblioteca da UFFS, para catalogação e publicização em repositório institucional.

Art. 21 No desenvolvimento das atividades do TCC II, o estudante deverá respeitar os seguintes prazos:

I - Formalizar junto ao coordenador de TCC II a banca examinadora para a defesa de seu trabalho e previsão de data, em até 15 (quinze) dias antes da entrega da versão para defesa;

II– Realizar a defesa oral do trabalho, e apresentar o serviço/produto ou protótipo, no caso da modalidade IV, em conformidade com o calendário proposto pelo coordenador do TCC e aprovado pelo Colegiado do Curso;

III – Entregar a versão final do trabalho, em até 15 (quinze) dias após a defesa, respeitando os termos deste Regulamento.

Parágrafo único. Caberá ao coordenador de TCC, em diálogo com a Coordenação de Curso, determinar o período da realização do seminário de defesa pública, que não poderá extrapolar a data estabelecida no calendário acadêmico para o fechamento das notas do semestre.

Art. 22 O professor orientador indicará a banca examinadora, que deverá ser composta por ele, como presidente da banca examinadora, e mais três membros docentes, pesquisadores, pessoas com formação, experiência e/ou notório saber na área da Administração, sendo dois titulares e um suplente.

Art. 23 Caberá ao coordenador do TCC homologar a composição das bancas examinadoras e o agendamento das datas e horários das defesas públicas:

§1º. A banca examinadora deverá ser composta por 3 Professores: o Professor Orientador e mais dois Professores da UFFS ou de outra instituição de ensino ou de pesquisa com titulação



mínima de mestrado. Ao mínimo um membro deve ser professor do curso de Administração da UFFS.

§2º. Em caso de recurso, caberá ao coordenador de TCC encaminhar ao professor orientador, que presidiu a banca examinadora, para análise da banca examinadora e emissão de parecer.

Art. 24 A banca examinadora avaliará, de acordo com a modalidade escolhida, a qualidade do trabalho e a apresentação oral do discente, tendo por critérios a clareza, a objetividade, a utilidade, a aplicabilidade e a sistematicidade na pesquisa, diagnóstico projeto ou solução proposta.

Art. 25 O tempo de apresentação por discente será de, no mínimo, 15 minutos e, no máximo, de 20 minutos para a Seminário de Qualificação do Projeto (TCC I) e, de no mínimo 20 minutos e, no máximo, de 30 minutos para a defesa do trabalho final, independente da modalidade escolhida pelo aluno, sem interpelações por parte da banca examinadora e da audiência.

Art. 26 Os instrumentos e pesos da avaliação dos CCR's TCC I e TCC II serão determinados no Plano de Curso semestral, aprovado pelo Colegiado de Curso:

§1º A defesa final do trabalho ao TCC II é obrigatória e comporá as avaliações do CCR.

§2º Cabe ao orientador atribuir as notas parciais e a nota final aos seus orientados referente ao acompanhamento e elaboração do Projeto de Pesquisa (TCC I). A nota final do trabalho de TCC II será de responsabilidade da banca examinadora.

Art. 27 Após a apresentação do Trabalho de Conclusão pelo discente, segue-se a arguição da banca examinadora, com prazo máximo de 10 minutos, para cada membro da banca examinadora do TCC II.

Art. 28 O professor orientador deverá, preferencialmente, ser docente do Curso, devendo as demais indicações para orientação docente serem aprovadas pelo Colegiado do Curso:

§1º São considerados docentes do Curso de Administração aqueles que ministram CCR's ao decorrer do Curso, inclusive aqueles vinculados aos Acordos de Cooperação Técnica.

§2º Os docentes do Curso poderão orientar até 03 (três) estudantes (TCC I e TCC II).



CAPÍTULO III DAS ATRIBUIÇÕES

Seção III – DO PROFESSOR ORIENTADOR DE TCC

Art. 29 Cabe ao professor orientador:

I - orientar e aprovar a escolha da modalidade em que o (s) estudante (s) irá desenvolver o seu projeto de conclusão de curso, TCC I e TCC II.

II - orientar o estudante em todas as etapas do processo de elaboração do trabalho, dar a nota do TCC I e da execução da modalidade escolhida, elaboração do trabalho final e defesa pública do TCC II, respectivamente;

III – assegurar o cumprimento dos prazos do Plano de Curso ao desenvolvimento das atividades;

IV – assinar Termo de Compromisso de Orientação e proceder à avaliação do acadêmico através da ficha de acompanhamento nos termos deste regulamento;

V – realizar as correções textuais que precedem ao Seminário de Qualificação do projeto e à defesa pública do trabalho final, bem como aos ajustes textuais indicados pela banca examinadora;

VI – presidir a banca examinadora para defesa pública do trabalho final.

VII – orientar de 1 a 6 estudantes.

Art. 30 Caso haja interesse de alteração de orientador, o discente deverá encaminhar solicitação com justificativa ao coordenador de TCC para apreciação e deliberação em Colegiado de Curso.

Seção IV - DO COORDENADOR DE TCC

Art. 31 O coordenador de TCC integra o corpo docente do Curso de Administração da UFFS – *Campus* Laranjeiras do Sul, sendo alocada a carga horária de 30 horas para cada CCR (TCC I e TCC II).

Art. 32 O (a) coordenador (a) de TCC tem as seguintes atribuições:



- I – ser o (a) professor (a) responsável pelos CCRs TCC I e TCC II;
- II – orientar os professores quanto às possibilidades de modalidades de TCC que podem ser escolhidas pelos alunos;
- III – comunicar às normas de TCC aos estudantes;
- IV – centralizar o recebimento dos formulários de intenção de trabalho com sugestão de orientação ao CCR TCC I, bem como do Termo de Compromisso de Orientação;
- V - encaminhar as solicitações de inclusão de coorientador (da UFFS ou de outra instituição de ensino ou de pesquisa) e de alteração de orientador à apreciação do Colegiado de Curso;
- VI - encaminhar as solicitações de inclusão de coorientador e de alteração de orientador à apreciação do Colegiado de Curso;
- VII - apreciar as solicitações de alteração de modalidade no decorrer do processo e dar os encaminhamentos requeridos;
- VIII - acompanhar o cumprimento das atividades de elaboração do TCC junto aos orientadores;
- XIV - organizar o Seminário de Qualificação do TCC I, incluindo a agenda e a constituição da banca examinadora do TCC II, em conformidade com o calendário acadêmico;
- X - organizar com a Coordenação do Curso eventos para socialização de trabalhos de pesquisa /protótipos/planos/projetos de relevância social e empresarial junto à comunidade regional;
- XI - O Professor de TCC II deve receber o TCC para entrega à Biblioteca do *Campus*;
- XII - Divulgar os temas e as datas das bancas examinadoras aos professores e aos alunos do curso.

Seção V - DO ESTUDANTE

Art. 33 Cabe ao estudante matriculado aos componentes de TCC I e de TCC II realizar todas as atividades relacionadas à elaboração do trabalho de acordo com a modalidade escolhida, e à sua defesa pública e finalização, nos termos estabelecidos por este regulamento.

Art. 34 No desenvolvimento das atividades vinculadas ao TCC, o estudante deverá:

- I - manifestar sua intenção de modalidade de trabalho, após aprovação de seu orientador, através de formulário próprio definido pelo Colegiado de Curso;
- I – considerar a área de formação do Professor Orientador orientar seu projeto;



- II - manifestar sua intenção de modalidade de trabalho, após aprovação de seu orientador, através de formulário próprio definido pelo Colegiado de Curso;
- III - a troca do orientador deverá ser feita até o CCR de TCC I, salvo casos omissos a serem avaliados pela Coordenação de TCC;
- IV - assinar o Termo de Compromisso de Orientação de TCC, junto com o Professor, e entregar ao coordenador de TCC;
- V - assinar a Ficha de Acompanhamento de Orientação, junto com o Professor, e entregar ao coordenador do TCC;
- VI - atender aos requisitos vinculados à elaboração de seu trabalho, conforme a modalidade e à defesa do trabalho final;
- VII - proceder às correções textuais solicitadas pelo orientador e pela banca examinadora;
- VIII - respeitar os prazos estabelecidos do Plano de Curso para todas as etapas relacionadas à elaboração do trabalho e à execução da modalidade escolhida;
- XIV - considerar para que haja não plágio, autoplágio e demais formas que não considerem as próprias palavras do estudante, a não ser que seja corretamente citado;
- X - as citações de textos, as suas respectivas referências e todas as outras regras estejam de acordo com as normas atualizadas da Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT) ou de outro órgão de acordo, desde que esteja no Plano de Curso de TCC I e DE TCC II e/ou no Manual de Trabalho Acadêmicos da UFFS;
- XI - Depois do aval do Professor Orientador, entregar o TCC ao Professor do CCR de TCC II.

CAPÍTULO IV

DA DISPONIBILIZAÇÃO E DIVULGAÇÃO DOS TRABALHOS

Art. 35 A versão final do trabalho, conforme a modalidade adotada pelo aluno, acompanhada do parecer do Orientador sobre o cumprimento dos ajustes requeridos, será entregue ao Professor de TCC II, que encaminhará o trabalho à Biblioteca do *Campus* para sua divulgação.

Art. 36 A entrega da versão definitiva do TCC é requisito para a colação de grau.

CAPÍTULO V

DAS DISPOSIÇÕES GERAIS



Art. 37 Os casos omissos neste regulamento serão analisados e dirimidos pelo Colegiado do Curso de Administração.

Art. 38. Este regulamento entrará em vigor a partir da aprovação do Projeto Pedagógico do Curso de Administração.



ANEXO IV - TERMO DE COMPROMISSO DE ORIENTAÇÃO

CURSO DE ADMINISTRAÇÃO
PLANEJAMENTO E A EXECUÇÃO DO TCC
TERMO DE COMPROMISSO DE ORIENTAÇÃO

I - Identificação do estudante

Nome: _____

Matrícula: _____

II: Modalidade: _____

III – Identificação do trabalho Título: _____

Palavras-chave: _____

Nome do Orientador: _____

Co-orientador (se houver): _____

III - Compromisso do estudante com a realização do trabalho:

“Eu, (ou nós) _____,
comprometo-me a realizar o trabalho acima referido, de acordo com a modalidade, as normas
e os prazos determinados pelo curso de Administração, UFFS, *Campus Laranjeiras do Sul.*”

_____ e _____
Assinatura do (s) estudante (s)

IV - Compromisso de orientação do Trabalho de Conclusão de Curso:

“Eu, _____,
comprometo-me a orientar o trabalho acima referido, de acordo com a modalidade, as normas
e os prazos determinados pelo curso de Administração, UFFS, *Campus Laranjeiras do Sul.*”

Assinatura do (a) Orientador(a) _____

Observações: _____

Laranjeiras do Sul, _____ de _____ de _____.



ANEXO V - REGULAMENTO DE ATIVIDADES DE EXTENSÃO E CULTURA NO CURRÍCULO DO CURSO

CAPÍTULO I DAS DIRETRIZES E DOS OBJETIVOS

Art. 1º Entende-se por Atividades Curriculares de Extensão e de Cultura (ACE's) e Componentes de Extensão e Cultura (CEC) do Curso de Graduação em Administração intervenções que envolvam diretamente a comunidade externa, preferencialmente na área de abrangência da UFFS e que estejam vinculadas à formação do estudante, conforme normas institucionais próprias.

Art. 2º Constituem objetivos gerais da integração da extensão universitária à estrutura curricular do curso:

I - potencializar a formação do estudante quanto a capacidade de interagir, pensar e propor soluções à sociedade, constituindo-se em instrumento emancipatório para o desenvolvimento da autonomia intelectual, cidadã e de interação com a realidade global e regional;

II - inserir atividades acadêmicas de extensão e de cultura, de forma articulada e indissociada do ensino e da pesquisa, de modo a constituir a presença da universidade nos diferentes espaços da sociedade, contribuindo com a transformação e o desenvolvimento social;

III - desenvolver atividades de extensão e de cultura, enquanto processo educativo, artístico, cultural, científico, político e tecnológico que configure a relação teoria e prática através do exercício interdisciplinar, proporcionando formação profissional e humana integrada à visão do contexto social, com vistas à transformação social;

IV - promover o planejamento pedagógico dos cursos de graduação e pós-graduação, contemplando a flexibilidade do currículo, adotando metodologias inovadoras e participativas, possibilitando o ensino, a aprendizagem e a produção de conhecimento em múltiplos espaços e ambientes da comunidade regional;

V - incentivar, promover e fortalecer iniciativas que respondam às diretrizes para a educação ambiental, educação étnico-racial, educação indígena, direitos humanos, questões de gênero e diversidade;

VI - mobilizar a comunidade acadêmica da UFFS à colaboração social quanto ao enfrentamento de questões urgentes da sociedade brasileira, especialmente relacionadas ao desenvolvimento humano, científico, econômico, social, linguístico, artístico e cultural;



VII - fomentar a produção de conhecimentos acadêmico-científicos atuais para que sejam utilizadas em benefício da sociedade brasileira, aplicadas ao desenvolvimento social, artístico, linguístico, cultural, equitativo e sustentável;

VIII - constituir um canal para ampliar o impacto e a transformação social, a inclusão de grupos sociais, o desenvolvimento da pesquisa, meios e processos de produção, a tecnologia, a inovação, comunicação e disponibilização de conhecimentos e a ampliação de oportunidades educacionais e formativas, como também a formulação, implementação e acompanhamento das políticas públicas prioritárias ao desenvolvimento local, regional, nacional e internacional.

Art. 3º - A presença da extensão e da cultura nos currículos dos cursos da UFFS se ancora na perspectiva formativa da extensão universitária, especificamente no seu papel contribuinte para a produção e democratização do conhecimento, objetivando contribuir na formação acadêmico-científica, humana e social do estudante, por isso, devem tê-lo como protagonista dos processos.

CAPÍTULO II

DA CARACTERIZAÇÃO DAS ATIVIDADES DE EXTENSÃO E DE CULTURA

Art. 4º - São consideradas Atividades Curriculares de Extensão e de Cultura (ACE) e Componentes de Extensão e Cultura (CEC) aquelas que apresentam as características:

I - sejam realizadas sob a coordenação e/ou orientação docente;

II - promovam o envolvimento da comunidade regional da área de abrangência da UFFS como público-alvo;

III - atendam às exigências requeridas pelo perfil do egresso e pelos objetivos da formação previstos no PPC do curso;

IV - tenham o discente como protagonista das atividades;

V - sejam ações que promovam a inclusão social, a relação com problemas e problemáticas sociais relevantes;

VI - garantam a participação democrática e plural dos atores sociais e o diálogo universidade/sociedade, por meio de metodologias participativas, pautadas na perspectiva investigação/ação e em métodos de análise inovadores.

Parágrafo único. São admitidas no cômputo das ACEs as atividades de extensão e de cultura demandadas por acadêmicos, sob orientação de docente, e em consonância com o PPC.



Art. 5º - As atividades de extensão e de cultura são efetivadas mediante:

I - Componentes curriculares com a totalidade da carga horária registrada como Componentes de Extensão e Cultura (CEC's) a saber: Introdução à prática extensionista e Elaboração de projetos.

§ 1º A inclusão da carga horária de extensão e de cultura é prevista na estrutura curricular, e sua descrição constará em suas respectivas ementas do PPC.

§ 2º Serão computadas integralmente as horas como atividade de aula docente, para fins de atendimento de carga horária docente prevista ao Art. 57 da Lei 9.394/1996, a *Resolução nº 106/CONSUNI/UFFS/2022*.

II - Atividades Curriculares de Extensão e Cultura (ACEs)

Parágrafo único. A carga horária está prevista no currículo, sem a obrigatoriedade de alocação específica em uma dos níveis do curso.

Art. 6º - É permitido ao estudante participar de atividades de extensão ou de cultura ofertadas, preferencialmente, pela UFFS, por outras instituições de ensino ou pela comunidade regional e solicitar a sua validação para o cumprimento da carga horária de Extensão e Cultura ao seu curso, respeitados os Art. 4º, Inciso XII e Art. 9º, incisos de I a VI e §1º e §2º, conforme Resolução nº 93/CONSUNI/UFFS/2021.

CAPÍTULO III

DA ORIENTAÇÃO DOCENTE E DA COORDENAÇÃO DE EXTENSÃO E CULTURA NO CURSO

Art. 7º - Cada Professor Orientador poderá orientar, concomitantemente, até 25 estudantes.

§ 1º O Professor Orientador deverá, obrigatoriamente, pertencer ao corpo docente da UFFS, ao qual o estudante está vinculado, podendo existir coorientador da UFFS ou de outra instituição de ensino ou de pesquisa.

§ 2º O coorientador terá por função auxiliar ao desenvolvimento das atividades, com conhecimento aprofundado e reconhecido ao assunto em questão ao âmbito da Administração, incluindo outras instituições nacionais ou internacionais. A caracterização e as atribuições



deste coorientador contribuirão para os projetos fora do ambiente acadêmico da UFFS, ou seja, promovendo uma imersão à realidade da comunidade. A atuação deste coorientador não se sobrepõe ao trabalho do docente Professor Orientador da UFFS e não afeta o previsto. A coorientação deve ter seus trabalhos supervisionados pelo Professor Orientador.

Art. 8º - Cada Professor Orientador poderá orientar, concomitantemente, até 25 estudantes.

Art. 9º Será permitida substituição de orientador, que deverá ser solicitada por escrito com justificativa e entregue à Coordenação de Extensão e Cultura, até 90 (noventa) dias antes da data prevista para a execução final dos trabalhos.

Parágrafo único. Caberá ao Colegiado de Curso analisar a justificativa e decidir sobre a substituição do Professor Orientador.

Art. 10 Compete ao Professor Orientador:

I - Orientar o(s) estudante(s) à execução das Atividades Curriculares de Extensão e de Cultura ACE's e dos Componentes de Extensão e Cultura (CEC) por todas os níveis, do projeto até o desempenho o final;

Parágrafo único. Cabe ao professor orientador e ao estudante, de comum acordo, definirem os horários destinados para orientação e desenvolvimento das atividades previstas.

II Realizar reuniões periódicas de orientação com os estudantes e à Coordenação de Extensão e Cultura;

III Participar das reuniões com o Coordenador do Curso e/ou Coordenação de Extensão e Cultura.

IV Participar de momentos de avaliação e/ou validação de atividades;

V Orientar o estudante à aplicação de conteúdos e normas técnicas para a elaboração de relatórios ou demais produtos, conforme o caso;

Art. 11 Fica instituída a Coordenação de Extensão e Cultura no Curso de Graduação em Administração para realizar o acompanhamento das Atividades Curriculares de Extensão e Cultura (ACE's) e dos Componentes de Extensão e Cultura (CEC) ao âmbito do curso.



Art. 12 São atribuições da Coordenação de Extensão e Cultura:

I – coordenar, articular e acompanhar as atividades de extensão e de cultura desenvolvidas no âmbito do currículo do curso, em diálogo com os coordenadores das ações, Coordenação Acadêmica, Coordenações Adjuntas de Extensão e de Cultura, e PROEC;

II – orientar os estudantes quanto às atividades e normatização da extensão e da cultura desenvolvidas no âmbito do currículo do curso;

III – acompanhar e colaborar, junto às instâncias colegiadas do curso, na organização dos processos de avaliação das ações de extensão e de cultura inseridas no currículo;

IV – zelar pelo caráter formativo das ações de extensão e de cultura realizadas pelos estudantes em concordância com o PPC;

V – divulgar as atividades de extensão e de cultura no âmbito do *campus*;

VI – conduzir a validação das ACE's e dos CCE's desenvolvidas ao âmbito do currículo do curso.

Parágrafo único. Para auxiliar à validação das ACE's a Coordenação de Extensão e Cultura pode contar com uma comissão temporária instituída e designada pelo colegiado do curso.

CAPÍTULO IV

DA VALIDAÇÃO, DO REGISTRO E DA HOMOLOGAÇÃO DAS ATIVIDADES DE EXTENSÃO E DE CULTURA

Art. 13 A validação das atividades de extensão e de cultura desenvolvidas pelos estudantes no âmbito dos currículos dos cursos será conduzida pela Coordenação de Extensão e Cultura e homologada no colegiado do respectivo curso, conforme estabelecido aos instrumentos regulatórios vigentes.

Parágrafo único. As atividades de extensão e de cultura cumpridas pelo estudante, e homologadas pelo colegiado, serão registradas junto ao histórico escolar do acadêmico.

Art. 14 A carga horária das atividades de extensão e de cultura desenvolvidas será validada automaticamente ao caso (Componentes de Extensão e Cultura (CEC). e nos casos do inciso II do Art. 5º (Atividades Curriculares de Extensão e de Cultura (ACE) e serão validados pela Coordenação de Extensão e de Cultura.



Art. 15 As participações dos estudantes nas atividades de extensão e de cultura externas à UFFS tem certificação emitida pela instituição responsável, serão orientadas pelo Professor Orientador, com possível coorientação e são validadas pelas coordenações de extensão e cultura do curso, conforme esse PPC.

Art. 16 Para, automaticamente, validar os Componentes de Extensão e Cultura (CEC) o estudante deverá cursar o seguinte CCR presente pela Estrutura Curricular: Introdução à prática extensionista e Elaboração de projetos.

Parágrafo único. Os comprovantes a que se refere o artigo dizem respeito a certificados ou declarações e, no caso de outros produtos, cópia ou demais instrumentos de evidência verificável.

Art. 17 A Coordenação de Extensão e Cultura do curso responsável por avaliar os pedidos deverá emitir parecer de validação que deverá ser entregue a Coordenação do curso para os demais encaminhamentos.

CAPÍTULO V

DOS DOCUMENTOS COMPROBATÓRIOS E DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

Art. 18 O Professor Orientador poderá utilizar de diversas formas para o êxito das Atividades Curriculares de Extensão e de Cultura (ACE). Abaixo estão alguns dos exemplos das atividades, quais poderão ser realizadas durante a ACE:

Parágrafo único. As ACE's se diferenciam quanto ao seu serviço à comunidade. A atividade de aluno como ouvinte a algum curso de extensão e não como protagonista, é convalidada como ACC. ACE ocorre quando o aluno é protagonista prestando algum serviço à comunidade

2

3 **Quadro 19 – Atividades de ACE**



Atividade	Comprovação	Carga horária máxima (horas)
Participação de CCR('s) de extensão e de cultura ofertado(s) na UFFS e/ou outra IES.	Histórico escolar com aprovação pelo(s) CCR('s).	90
Participação como bolsista ou voluntário em atividade e/ou projeto de extensão e de cultura da UFFS.	Certificado contendo período e carga horária com cópia do relatório de avaliação e/ou Declaração de Extensão da Pró-Reitoria.	150
Participação como bolsista ou voluntário em programa de monitoria com relatório de avaliação e/ou declaração do professor.	Certificado e relatório/declaração do professor contendo período e carga horária.	150
Estágio não-obrigatório (artigo 10, parágrafo 3º da Resolução 93/CONSUNI/UFFS/2021).	Certificado concedido pela Divisão de Estágio da UFFS com período ou documento emitido por órgão agenciador oficial, carga horária e atividades desenvolvidas.	150
Participação como protagonista em cursos de extensão e de cultura.	Certificado contendo período, carga horária do curso e frequência.	150
Participação como protagonista em evento de extensão e de cultura com apresentação de pôster à comunidade.	Certificado de participação contendo período e carga horária.	150
Organização de eventos de extensão, como cursos, palestras, seminários, congressos, <i>workshops</i> etc.	Certificado/ atestado de organizador, com carga horária.	150
Participação como protagonista em programas e projetos institucionais da UFFS.	Certificado de participação contendo período e carga horária.	150
Participação como membro dirigente de Empresa Júnior	Certificado de participação contendo período e carga horária.	90
Participação como membro efetivo de Empresa Júnior	Certificado de participação contendo período e carga horária.	30
Participação como membro dirigente (chefe de departamento) de Empresa Júnior	Certificado de participação contendo período e carga horária.	90
Participação em ação de extensão ou cultura em parceria com ONGs, clubes de serviço, movimentos sociais e outras entidades de interesse coletivo	Certificado de participação contendo período e carga horária.	30
Participação em atividade (não como membro) na Liga de Investimentos	Certificado de participação contendo período e carga horária.	90
Participação como membro efetivo na Liga de Investimentos	Certificado de participação contendo período e carga horária.	30
Participação como membro executor de projetos na Liga de Investimentos	Certificado de participação contendo período e carga horária.	90
Participação em atividade (não como membro) no PET	Certificado de participação contendo período e carga horária.	90
Participação como membro efetivo no PET	Certificado de participação contendo período e carga horária.	30
Participação como membro executor de projetos no PET	Certificado de participação contendo período e carga horária.	90
Participação em atividade (não como membro) no Núcleo de Estudos em Cooperação (NECOOP)	Certificado de participação contendo período e carga horária.	90
Participação como membro efetivo no NECOOP	Certificado de participação contendo período e carga horária.	30
Participação como membro executor de projetos no NECOOP	Certificado de participação contendo período e carga horária.	90



Fonte: UFFS, 2023.

Art. 19 Entende-se por programa/projeto de extensão institucional, aqueles vinculados a UFFS ou outras instituições.

Art. 20 Cabe à Coordenação de Extensão e de Cultura que realizar a análise avaliar a aderência das atividades submetidas à análise, respeitando as Diretrizes Curriculares Nacionais, a RESOLUÇÃO Nº 93/CONSUNI/UFFS/2021 e as suas possíveis atualizações.

Art. 21 Os casos omissos neste regulamento serão dirimidos pelo Colegiado do curso de Administração, com apoio da PROEC e PROGRAD quando necessário.



ANEXO VI - REGULAMENTO DE POR EQUIVALÊNCIA DE CCR

Art. 1º Conferir equivalência aos componentes curriculares obrigatórios do Domínio Específico abaixo relacionados, cursados com aprovação ou validados pelos estudantes do curso de Administração – Bacharelado, *Campus* Laranjeiras do Sul, decorrente da Estrutura Curricular do Projeto Pedagógico do Curso do ano de 2023:

Art. 2º Os componentes curriculares da Estrutura Curricular 2024/1 do curso de Administração e componentes curriculares das demais Estruturas dos cursos do *campus* Laranjeiras do Sul, possuem equivalência com os componentes curriculares da Estrutura Curricular 2014 do Curso de Ciências Econômicas conforme Quadro abaixo:

Quadro 20 – CCR's equivalentes

CCR's Estrutura Curricular 2024/1			CCR's Estrutura Curricular 2014/1 de Ciências Econômicas		
GCS0692	Direitos e Cidadania	4	GCS239	Direitos e Cidadania	4
GEX1070	Matemática B	4	GEX212	Matemática B	4
GLA0698	Produção Textual Acadêmica	4	GLA104	Produção Textual Acadêmica	4
GCH1752	História da Fronteira Sul	4	GCH292	História da Fronteira Sul	4
GEX1068	Estatística Básica	4	GEX1065	Estatística Básica	4
GCS0752	Cálculo Aplicado à Administração	4	GCS376	Cálculo e economia quantitativa	4
GCS380	Gestão Estratégica	4	GCS380	Gestão Estratégica	4
GCS085	Responsabilidade Socioambiental	2	GCS0744	Responsabilidade Socioambiental	2
GCS377	Microeconomia I	4	GCS377	Microeconomia I	4
GCS407	Trabalho de Conclusão de Curso I	4	GCS407	Trabalho de Conclusão de Curso I	4
GCS151	Trabalho de Conclusão de Curso II	6	GCS151	Trabalho de Conclusão de Curso II	6
GCS386	Macroeconomia I	4	GCS386	Macroeconomia I	4
GCS0743	Técnicas de Pesquisa	4	GCS158	Técnicas de Pesquisa em economia	4
GCS0753	Gestão de <i>Marketing</i>	5	GCS399	Gestão Mercadológica	4
GCS0709	Logística Integrada	5	GCS415	Processos Logísticos	4
GCS0719	Finanças Empresariais	2	GCS395	Finanças Empresariais	2

Fonte: UFFS, 2023.

Art. 3º Os componentes curriculares da Estrutura Curricular 2023 do curso de Administração foram apresentados Componentes curriculares optativos das demais Estruturas Curriculares dos cursos, da universidade terão sua equivalência analisada perante do colegiado deste curso.

Art. 4º Demais casos omissos serão tratados via colegiado de curso.



ANEXO VII - FORMULÁRIO DE PERFIL PROFISSIONAL E DE ESTILOS DE APRENDIZAGEM

PERFIL PROFISSIONAL

Nome: _____

RGA: _____

Cidade que nasceu: ` _____

Cidade que reside: _____

Organização que trabalha: _____

Área da empresa que trabalha: _____

Cidade que trabalha: _____

Organização que almeja trabalhar: _____

Área da empresa que deseja atuar: _____

Cidade da empresa desejada: _____

O que mais gosta de fazer nas horas vagas?

Onde gostaria de fazer visita técnica e quais períodos está disponível? _____

Segunda	Terça	Quarta	Quinta	Sexta	Sába do
<input type="checkbox"/> Manhã					
<input type="checkbox"/> Tarde					

ESTILOS DE APRENDIZAGEM

1. Qual tipo de avaliação prefere? Pode escolher mais de uma opção.

A) Prova B) Trabalho C) Atividade

2. Qual tipo de prova prefere? Pode escolher mais de uma opção.

A) Dissertativa B) Alternativa

3. Qual tipo de trabalho prefere? Pode escolher mais de uma opção.

A) Grupo B) Individual C) Aplicação de questionário D) Entrevista com pessoas E)

Formulário de observação



4. Qual tipo de atividade prefere? Pode escolher mais de uma opção.

A) Grupo B) Individual C) Pesquisa em internet D) Pesquisa em livros

5. Para qual vertente é mais adepto? Pode escolher mais de uma opção.

A) Pesquisa B) Extensão e Cultura C) Mercado

6. O que você entende que significa Administração?

Resposta: _____

7. O que você mais lhe interessa na área do seu curso?

Resposta: _____
